



# Proposta da Lei Orçamentária de 2012

# MENSAGEM





**GOVERNADOR DO ESTADO**  
Tarso Fernando Herz Genro

**VICE-GOVERNADOR DO ESTADO**  
Jorge Alberto Duarte Grill

**SECRETÁRIO CHEFE DA CASA CIVIL**  
Carlos Pestana Neto

**SECRETÁRIO CHEFE DA CASA MILITAR**  
Cel. Leandro Ribeiro Fonseca

**PROCURADOR-GERAL DO ESTADO**  
Carlos Henrique Kaipper

**SECRETÁRIO DE ESTADO DO PLANEJAMENTO,  
GESTÃO E PARTICIPAÇÃO CIDADÃ**  
João Constantino Pavani Motta

**SECRETÁRIO-GERAL DE GOVERNO**  
Estilac Martins Rodrigues Xavier

**SECRETÁRIO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO  
E PROMOÇÃO DO INVESTIMENTO**  
Mauro Knijnik

**SECRETÁRIO EXECUTIVO DO CONSELHO DE  
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL**  
Marcelo Tuerlinckx Danéris

**SECRETÁRIA DE ESTADO DE COMUNICAÇÃO  
E INCLUSÃO DIGITAL**  
Vera Maria Spolidoro de Cuadrado

**SECRETÁRIO DO GABINETE DOS PREFEITOS  
E RELAÇÕES FEDERATIVAS**  
Afonso Antunes Motta

**SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**  
José Clóvis de Azevedo

**SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE**  
Ciro Carlos Enerim Simoni

**SECRETÁRIO DE ESTADO DA CULTURA**  
Luiz Antônio de Assis Brasil e Silva

**SECRETÁRIO DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA**  
Airton Aloisio Michels

**SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA**  
Odir Alberto Pinheiro Tonollier

**SECRETÁRIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO  
E DOS RECURSOS HUMANOS**  
Stela Beatriz Farias Lopes

**SECRETÁRIO DE ESTADO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA  
E APOIO À MICRO E PEQUENA EMPRESA**  
Maurício Alexandre Dziedricki



**SECRETÁRIO DE ESTADO DE HABITAÇÃO E SANEAMENTO**

Marcel Martins Frison

**SECRETÁRIO DE ESTADO DA JUSTIÇA E DOS DIREITOS HUMANOS**

Fabiano Pereira

**SECRETÁRIO DE ESTADO DO TRABALHO**

**E DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL**

Luís Augusto Barcellos Lara

**SECRETÁRIA DE ESTADO DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES**

Márcia Elisângela Américo Santana

**SECRETÁRIA DE ESTADO DO TURISMO**

Dilce Abgail Rodrigues Pereira

**SECRETÁRIO DE ESTADO DO ESPORTE E DO LAZER**

Kalil Sehbe Neto

**SECRETÁRIO DE ESTADO DE OBRAS PÚBLICAS, IRRIGAÇÃO**

**E DESENVOLVIMENTO URBANO**

Luiz Carlos Ghiorzzi Busato

**SECRETÁRIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**

Jussara Rosa Cony

**SECRETÁRIO DE ESTADO DA AGRICULTURA,**

**PECUÁRIA E AGRONEGÓCIO**

Luiz Fernando Mainardi

**SECRETÁRIO DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO RURAL,**

**PESCA E COOPERATIVISMO**

Ivar Pavan

**SECRETÁRIO DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA**

Luiz Roberto de Albuquerque

**SECRETÁRIO DE ESTADO DA CIÊNCIA, INOVAÇÃO**

**E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO**

Cleber Cristiano Prodanov

**PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO**

Des. Leo Lima

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA**

Dep. Adão Villaverde

**PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO**

Eduardo de Lima Veiga

**PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO**

Cons. Cezar Miola

**DEFENSORIA PÚBLICA-GERAL DO ESTADO**

Jussara Maria Barbosa Acosta



<b>1 OS CENÁRIOS ECONÔMICOS INTERNACIONAL, NACIONAL E DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.....</b>	<b>11</b>
1.1. A CONJUNTURA ECONÔMICA INTERNACIONAL .....	11
1.2. A CONJUNTURA ECONÔMICA NACIONAL .....	18
1.3. O DESEMPENHO DA ECONOMIA GAÚCHA.....	25
<b>2 AS FINANÇAS PÚBLICAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.....</b>	<b>34</b>
2.1. O QUADRO GERAL DAS FINANÇAS PÚBLICAS.....	34
2.2. A EVOLUÇÃO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E ORÇAMENTÁRIO .....	36
2.3. OS PRINCIPAIS AGREGADOS DA RECEITA PÚBLICA .....	39
2.3.1. O ICMS.....	40
2.3.2. As Transferências Constitucionais da União ao Estado .....	44
2.4. AS CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	45
2.5. OS GRANDES AGREGADOS DA DESPESA PÚBLICA .....	46
2.5.1. O Grupo Pessoal e Encargos Sociais.....	47
2.5.2. O Grupo Outras Despesas Correntes.....	50
2.5.3. O Serviço da Dívida Pública.....	51
2.5.4. Os Investimentos Amplos.....	54
2.5.5. A Rigidez do Orçamento Estadual.....	55
<b>3 A SITUAÇÃO DA DÍVIDA CONTRATUALIZADA DO RS COM A UNIÃO E A NECESSIDADE DE NEGOCIAÇÃO DE UM NOVO PERFIL DE ATUALIZAÇÃO .....</b>	<b>58</b>
3.1. ORIGEM E EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA ESTADUAL CONTRATUALIZADA JUNTO À UNIÃO.....	58
3.2. OS ENCARGOS FINANCEIROS CONTRATADOS QUANDO DA RENEGOCIAÇÃO DA DÍVIDA .....	60
3.3. A OPERAÇÃO DE CRÉDITO FEITA JUNTO AO BANCO MUNDIAL .....	63
3.4. AS CONCLUSÕES E SUGESTÕES SOBRE A DÍVIDA ESTADUAL COM A UNIÃO.....	63
<b>4 O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.....</b>	<b>66</b>
4.1. O SISTEMA DE REPARTIÇÃO SIMPLES E O DÉFICIT PREVIDENCIÁRIO DO ESTADO .....	66
4.2. O SISTEMA DE CAPITALIZAÇÃO.....	71
<b>5 A PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA DE 2012 .....</b>	<b>72</b>
5.1. A ESTIMATIVA DA RECEITA PÚBLICA PARA O ORÇAMENTO DE 2012.....	73
5.2. A FIXAÇÃO DA DESPESA PÚBLICA PARA O ORÇAMENTO DE 2012 .....	75
<b>6 A DISTRIBUIÇÃO DA DESPESA PÚBLICA ENTRE AS ÁREAS GOVERNAMENTAIS .....</b>	<b>77</b>



<b>7 OS INVESTIMENTOS DAS ESTATAIS GAÚCHAS.....</b>	<b>78</b>
<b>8 OS RECURSOS DA VOTAÇÃO DE PRIORIDADES DA PARTICIPAÇÃO POPULAR E CIDADÃ .....</b>	<b>84</b>
<b>9 AS DESONERAÇÕES FISCAIS DO RIO GRANDE DO SUL .....</b>	<b>87</b>
9.1. A CLASSIFICAÇÃO DAS DESONERAÇÕES FISCAIS .....	90
9.2. A REGIONALIZAÇÃO DAS DESONERAÇÕES FISCAIS DO ICMS .....	113
<b>10 A REGIONALIZAÇÃO DO ORÇAMENTO ESTADUAL DE 2012.....</b>	<b>115</b>
10.1. A POPULAÇÃO GAÚCHA E O PRODUTO INTERNO BRUTO.....	116
10.2. OS SERVIDORES PÚBLICOS ESTADUAIS.....	123
10.3. A REGIONALIZAÇÃO DA RECEITA PÚBLICA ESTADUAL .....	127
10.4. A REGIONALIZAÇÃO DA DESPESA PÚBLICA ESTADUAL.....	132
10.4.1. <i>As Despesas Totais</i> .....	132
10.4.2. <i>As Despesas de Pessoal e Encargos Sociais</i> .....	137
10.4.3. <i>As despesas com manutenção e custeio da máquina pública</i> .....	143
10.4.4. <i>As Transferências Constitucionais e Legais aos Municípios</i> .....	148
10.5. A REGIONALIZAÇÃO DOS INVESTIMENTOS AMPLOS (INVESTIMENTOS E INVERSÕES FINANCEIRAS).....	153
10.5.1. <i>Os Investimentos da Administração Pública Consolidada</i> .....	154
10.5.2. <i>Investimentos das Estatais</i> .....	158
10.5.3. <i>Investimentos Totais</i> .....	163
10.6. RECURSOS DA VOTAÇÃO DE PRIORIDADES DA PARTICIPAÇÃO POPULAR E CIDADÃ .....	167
10.7. RELAÇÃO ENTRE O VALOR ARRECADADO (VA) E O VALOR RETORNADO (VR) .....	171
10.7.1. <i>Análise do Terço Superior</i> .....	173
10.7.2. <i>Análise do Terço Médio</i> .....	173
10.7.3. <i>Análise do Terço Inferior</i> .....	173
10.7.4. <i>Conclusão</i> .....	173

Of. n° 239/2011/GG/RS

Porto Alegre, 15 de setembro de 2011.

A Sua Excelência o Senhor

Deputado **ADÃO VILLAVERDE**

Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul

Assunto: **Proposta de Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2012**

Senhor Presidente:

Ao cumprimentá-lo, envio a essa egrégia Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul a proposta de Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2012 (PLOA 2012) dos Poderes e Órgãos da Administração Pública Estadual, das Fundações e Autarquias e das empresas estatais, cumprindo o dever constitucional, apresentando à população gaúcha os instrumentos de políticas públicas com total transparência, em obediência às normas democráticas de aplicação dos recursos públicos.

A presente Mensagem obedece ao disposto no art. 82, inc. IX, da Constituição Estadual e atendendo a essa obrigação constitucional, dirijo-me a essa Casa do Povo, a fim de transmitir aos nobres Deputados, à Mesa Diretora e a todos os gaúchos, aos quais tenho a honra de servir como Chefe do Poder Executivo, as informações sobre o desempenho econômico do Estado, a situação das suas finanças públicas, a proposta da execução orçamentária e as principais ações e planos governamentais para o exercício de 2012.

Este Governo, com mandato popular desde 1º de janeiro do corrente, apresenta o seu primeiro orçamento anual. A ordem é avançar em todos os campos da prestação social e da infraestrutura. O momento exige disciplina fiscal austera, contudo a agenda é pró-ativa no volume de recursos em investimentos, fomentando as condições efetivas de desenvolvimento e de crescimento sustentável para o nosso Estado.

A presente proposta orçamentária apresenta resultado equilibrado do ponto de vista fiscal e descreve, de forma analítica, o trabalho a ser executado pela Administração Pública Estadual. Ressalta-se a identificação geográfica das contas públicas, que vem atender o quesito constitucional da regionalização, tanto na perspectiva das receitas como das despesas. Dessa forma, democratizam-se as informações a respeito dos valores que cada COREDE aporta na forma de tributos, assim como os benefícios resultantes da própria tributação, retornados ao COREDE. Também é apresentado o número de servidores presentes nas diversas localidades. Em suma, uma radiografia completa dos serviços prestados em cada região.

A partir do começo da década anterior, teve início um período de restrições fiscais do Estado, com a redução de recursos disponíveis para a implementação de políticas públicas necessárias à promoção do desenvolvimento e para garantir maior bem-estar social, notadamente, nas áreas da educação, da saúde, da segurança pública, da assistência social e da infraestrutura. Na verdade, nas últimas duas décadas, o Rio Grande do Sul cresceu menos que a média nacional e, ainda, foram-se esgotando as formas tradicionais de financiamento público.

Algumas pressões são merecedoras de destaque, entre elas um volume expressivo de precatórios a ser resgatados e o aporte do Tesouro para atender a previdência pública, que deve alcançar R\$ 5 bilhões em 2011. A despesa com a remuneração dos servidores inativos é maior do que com os ativos. As novas aposentadorias agravam ainda mais o problema, pois não existe um fundo previdenciário capaz de suportar esses dispêndios. Essa situação, que perdura há mais de 20 anos, foi enfrentada com coragem por este Governo, já no início do mandato, mediante a aprovação de lei que criou o sistema de capitalização para os novos servidores. Assim, no longo prazo, as contas previdenciárias do Estado não apresentarão mais déficit.

Outro ponto fundamental para as finanças estaduais encontra-se na dívida pública contratada junto à União. Há margem para uma repactuação devido, principalmente, ao índice de atualização monetária utilizado, o IGP-DI acrescido de juros de 6% ao ano. Essa forma de correção do passivo da dívida é demasiadamente onerosa, fazendo com que o estoque eleve-se anualmente de forma geométrica. O momento econômico atual permite que a União e os Estados repensem os encargos financeiros impostos à época da assinatura do contrato, período de pós- -inflação galopante e de forte instabilidade financeira. A Carta de Gramado, assinada em julho de 2011 pelos representantes do Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Planejamento (CONSEPLAN), formalizou a reivindicação de um novo perfil para a dívida consolidada dos estados brasileiros. Assim, não se comprometerá o futuro de várias gerações gaúchas para saldar esse compromisso.

Apesar de todas as dificuldades, o Rio Grande do Sul pode e deve redefinir seu espaço econômico no cenário nacional, aliando a sua vocação exportadora à observação atenta das novas oportunidades advindas do dinamismo do mercado brasileiro. Deve-se perseguir incessantemente o crescimento em bases sustentáveis, com a redução das



desigualdades regionais e sociais, o que impõe desafios coletivos. O processo eleitoral de 2010 aprovou esse caminho, que visa integrar o Estado ao projeto nacional, construído durante o Governo do Presidente Lula e levado adiante pela Presidenta Dilma Rousseff.

O orçamento gaúcho de 2012, em seu conjunto, expressa os projetos que buscam a equidade regional e potencializam a transversalidade das ações do Governo, com a ampliação e a qualificação dos serviços prestados, especialmente nas áreas sociais. O desafio é aumentar gradativamente o nível do investimento público, promovendo o crescimento do emprego e da renda, impulsionando o desenvolvimento regional, elevando a qualidade de vida, erradicando a pobreza extrema, aprimorando a cidadania e disseminando a paz e os valores republicanos.

No campo econômico, vive-se novo momento de crise internacional, cujos desdobramentos sobre o crescimento do PIB de nosso País, e também de nosso Estado, devem ser acompanhados com cuidado. Mesmo em meio a esse cenário de instabilidade financeira, o Rio Grande do Sul enfrentará os desafios de se conectar ao Brasil e ao Mundo, com visão de desenvolvimento e de crescimento.

Por fim, essa missão apresenta-se árdua, mas não faltarão esforços para alcançar esses objetivos, com a obrigação de trabalhar para dar uma vida melhor e mais digna aos gaúchos, principalmente, aos que dependem de políticas públicas efetivas para a sua promoção humana e social. O nosso governo trabalhará sem tréguas para honrar os compromissos assumidos com o povo gaúcho.

**TARSO FERNANDO HERZ GENRO**

Governador do Estado do Rio Grande do Sul



## **1 OS CENÁRIOS ECONÔMICOS INTERNACIONAL, NACIONAL E DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

### **1.1. A Conjuntura Econômica Internacional**

A economia mundial encerrou um período de crescimento extraordinário em 2007, quando o estouro da bolha imobiliária norte-americana transmutou-se em crise financeira. No quadriênio 2004/2007, o PIB global avançou, em média, à taxa de 5,0% ao ano. Entretanto, logo a seguir, em 2008, em plena crise econômica, que decorreu das dificuldades financeiras, iniciou um processo de desaceleração. Nesse ano, a atividade econômica cresceu apenas 2,9%. A persistência da crise nos Estados Unidos, aliada à sua propagação sobre o resto do mundo, levou a economia internacional a conviver com a recessão global de 2009.

Em 2010, a economia mundial voltou a crescer 5,0% (Tabela Crescimento do Produto Interno Global Real – 2007/2010), um desempenho que deve ser relativizado por conta da fragilidade da base de comparação do ano anterior. Esse resultado decorreu de um avanço de 3,0% nas economias avançadas e de um incremento de 7,3% no produto das economias emergentes e em desenvolvimento, denotando um descompasso perigoso para a continuidade do processo de crescimento, embora benéfico à inserção internacional brasileira.

Crescimento do Produto Interno Global Real (2007-2010) - Em %

<b>Exercícios</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>
<b>Produto Mundial</b>	<b>5,4</b>	<b>2,9</b>	<b>-0,5</b>	<b>5,0</b>
<b>Economias Avançadas</b>	<b>2,7</b>	<b>0,2</b>	<b>-3,4</b>	<b>3,0</b>
Estados Unidos	1,9	0,0	-2,6	2,8
Zona Euro	2,9	0,4	-4,1	0,7
Japão	2,4	-1,2	-6,3	3,9
<b>Economias Emergentes e em Desenvolvimento</b>	<b>8,8</b>	<b>6,1</b>	<b>2,7</b>	<b>7,3</b>
Brasil	6,1	5,2	-0,6	7,5
China	14,2	9,6	9,2	10,3
Índia	9,9	6,2	6,8	10,4

Fonte: Panorama Econômico Global, FMI, abril de 2011.

Oficialmente, a recessão norte-americana começou em dezembro de 2007 e acabou em julho de 2009. Depois de dois anos de crise, os Estados Unidos registraram um avanço do PIB de 2,8%, em 2010. As restrições no mercado de trabalho se mantiveram, e a taxa de desemprego alcançou 10,0%, evidenciando que a recuperação da economia era incompleta. O incremento de 0,7% no PIB da Zona Euro, em 2010, ocorreu após um biênio (2008/2009) de desempenho pífio. No Japão, o avanço de 3,9% no PIB, em 2010, ocorreu após o produto ter recuado em 2008 (-1,2%) e em 2009 (-6,3%), ao longo de uma profunda recessão.

Ao contrário do Brasil, cujo PIB recuou 0,6% em 2009, a China e a Índia cresceram ininterruptamente no biênio 2008/2009. Em 2010 (Tabela anterior), quando as economias emergentes e em desenvolvimento registraram avanços expressivos, os incrementos no PIB do Brasil (7,5%), da China (10,3%) e da Índia (10,4%) foram determinantes para que a economia mundial se recuperasse e voltasse a crescer.

Segundo o FMI, estima-se que o PIB mundial poderá crescer 4,3%, em 2011, e 4,5% no próximo exercício (Tabela Crescimento do Produto Interno Global Real – 2011/2012). A publicação de junho de 2011 praticamente mantém as previsões do aumento do produto global apresentadas na edição de abril do Panorama Econômico Global (*World Economic Outlook – WEO*). Como mudança, houve apenas o recuo de 0,1%, de 4,4% para 4,3%, na previsão do crescimento mundial, em 2011.

Conforme o FMI, a retomada global, iniciada em 2010, pode consolidar-se, a partir de 2011, devido ao crescimento das economias avançadas. Elas devem crescer 2,2%, em 2011, e 2,6% em 2012. Para as economias emergentes e em desenvolvimento, estima-se a redução da taxa de crescimento quando comparada ao ano passado. Elas poderão crescer 6,6%, em 2011, e 6,4% em 2012.

Todavia, paira sobre o cenário internacional uma séria ameaça à retomada global, devido ao comportamento dos preços de *commodities* e do impacto que possam gerar sobre a inflação. O preço do barril de petróleo, que durante um período se manteve na casa dos US\$ 75,00, deslocou-se a um novo patamar, provocando uma alteração das cotações dos preços do barril no Mar do Norte (Brent) e em Nova York (Light Sweet). E, assim, a cotação do Brent alcançou um nível superior a US\$ 120,00, movimento que foi acompanhado por *commodities* agrícolas e minerais. Dessa forma, a pressão sobre os preços tornou-se uma realidade e provocou um temor de que a ameaça da inflação levasse as autoridades a optarem por uma elevação das taxas básicas de juros, no exato momento em que a economia internacional convivia com um processo incipiente de retomada da atividade econômica e um sistema financeiro extremamente fragilizado.



Crescimento do Produto Interno Global Real (2011-12)- Em %

Exercícios	2011	2012
<b>Produto Mundial</b>	<b>4,3</b>	<b>4,5</b>
<b>Economias Avançadas</b>	<b>2,2</b>	<b>2,6</b>
Estados Unidos	2,5	2,7
Zona Euro	2,0	1,7
Japão	-0,7	2,9
<b>Economias Emergentes e em desenvolvimento</b>	<b>6,6</b>	<b>6,4</b>
Brasil	4,1	3,6
China	9,6	9,5
Índia	8,2	7,8

Fonte: Panorama Econômico Global, FMI, junho de 2011

O cenário para que o PIB mundial cresça 4,3%, em 2011, implica avanço de 2,5% na economia norte-americana. Os Estados Unidos convivem com duas restrições, que se agravaram durante a gestão Obama: a taxa de desemprego elevada e a dívida pública no limite permitido pela legislação em vigor. Em um primeiro momento, a taxa de desemprego se expandiu e atingiu o patamar de 10,0% para depois recuar para o nível de 8,9% e estabilizar-se em torno dos 9,0%, em meados de 2011, interrompendo o aumento da ocupação no mercado de trabalho. Trata-se de patamar extremamente elevado para os padrões apresentados por aquela economia, no pós-guerra, agravado pelos quase quatro anos de duração de níveis elevados de desemprego sem uma recuperação significativa, a demonstrar a gravidade da crise atual.

Para enfrentar a recessão e o desemprego, as autoridades optaram, desde o início da crise, por injetar liquidez na economia, com a aquisição de títulos, identificada como a operação *Quantitative Easing* (QE). Uma segunda operação dessa natureza, a QE2, foi executada, a partir de novembro de 2010, quando o Governo adquiriu US\$ 600 bilhões em títulos públicos. Posteriormente à operação QE2, que provocou uma “guerra de moedas”, em âmbito internacional, porque as taxas básicas de juros encontravam-se entre zero e 0,25%, e os dólares fluíram para os mercados em que as condições fossem mais favoráveis, houve a eleição de meio termo nos Estados Unidos, oportunidade em que o governo democrata perdeu a maioria que detinha na Câmara de Representantes.

Ao longo da sua gestão, o Presidente Obama aprovou a reforma do Sistema de Saúde, com uma margem extremamente reduzida, mas provocou uma forte polêmica entre democratas e republicanos. Desde então, os republicanos partiram para tolher qualquer iniciativa que buscasse expandir o nível de endividamento do País. Em várias

oportunidades, o teto da dívida esteve prestes a ser alcançado, e a esfera pública, paralisada. Contudo, negociações de última hora impediram que tal situação se confirmasse, obtendo, dessa forma, um prazo adicional para a solução definitiva do impasse, que ainda remanesce, agravando a incerteza quanto ao futuro da recuperação nos Estados Unidos.

Atualmente, a atividade econômica vem se debilitando progressivamente e levantando suspeitas de que as autoridades monetárias fossem recorrer a uma operação QE3. O diretor do Sistema de Reserva Federal (FED) norte-americano, Ben Bernanke, tem negado sistematicamente que irá optar por semelhante iniciativa, posição relativizada em recente pronunciamento. A solução para o problema do teto do endividamento nos Estados Unidos assumiu um novo contorno, à medida que houve o primeiro debate entre os sete primeiros candidatos, em New Hampshire, que se apresentaram às prévias do partido republicano, que irá enfrentar Barack Obama nas eleições do próximo ano.

Na Europa, após a recessão de 2009 e o crescimento pífio da economia de 2010, a expectativa é de que o PIB da Zona Euro avance 2,0%, em 2011, e 1,7% em 2012 (Tabela anterior). No Velho Continente, as autoridades convivem com uma crise de endividamento público, causada tanto pelos sucessivos pacotes de salvamento do setor bancário quanto pela queda na arrecadação de impostos, que vem afetando diversas economias do bloco. Inicialmente, e por um longo período, o bloco conhecido pela sigla PIIGS, formado por Portugal, Irlanda, Itália, Grécia e Espanha, esteve no foco da conjuntura europeia. Os endividamentos crescentes associados aos déficits públicos expressivos levaram as empresas de análise de risco a rebaixarem as notas das dívidas de alguns países, processo que segue perigosamente em curso.

Desde então, houve pressão do mercado para aumento dos juros na rolagem das dívidas desses países. A situação se agravou a tal ponto que houve uma operação de resgate por parte da União Europeia para amparar a Irlanda e, posteriormente, uma iniciativa semelhante para atender a Grécia. O ambiente era adverso porque envolvia interesses dos bancos dos países endividados paralelamente à presença de intermediários financeiros alemães e franceses. Com o passar dos meses, houve a necessidade de se conceber uma segunda operação de resgate à Grécia. O quadro se agravou porque o mercado passou a exigir rendimentos mais elevados para a rolagem da dívida, e o governo de Berlim impôs novos compromissos de ajuste por parte do governo de Atenas.

Atualmente, a demora em obter um acordo entre as partes levou o ministro das Finanças da Alemanha, Wolfgang Schäuble, a propor uma moratória de sete anos para que a Grécia reestruture a sua dívida. Os atores políticos se dividiram no contexto europeu, à medida que o governo de Berlim propunha uma reestruturação completa e obrigatória da dívida grega, o Banco Central Europeu era de parecer que a participação do setor privado deveria ser voluntária e rejeitava qualquer hipótese de calote por parte do governo de Atenas. A solução do impasse passou por novos ajustes das finanças gregas, exigências que implicavam acordo político com a oposição.

As manifestações populares contra a formulação de qualquer negociação tomaram proporções maiores, ao mesmo tempo em que se tornou imprescindível que se chegue a algum acordo em um prazo extremamente reduzido, não se descartando a possibilidade, cada vez mais provável, de um default, ainda que parcial e ordenado, da dívida pública grega, com reflexos negativos para os bancos franceses e alemães e para os demais países da União Europeia.

Além de buscar uma solução para o endividamento grego, as autoridades europeias convivem com outra adversidade não menos importante. Há uma divergência de posicionamento em torno da política monetária de Bruxelas e de Washington. Ao contrário dos Estados Unidos, onde a taxa básica encontra-se no patamar de zero a 0,25%, na Europa essas taxas já ultrapassaram o nível de 1,0%. Os Estados Unidos pretendem manter a taxa básica em nível diminuto porque a recuperação da economia é débil; ao contrário, o Banco Central Europeu pretende elevar os juros no curtíssimo prazo por causa do impacto do avanço do preço de commodities sobre a inflação. Uma causa subjacente dessa postura, que vem levando a uma contração monetária na UE, é a dependência do sistema financeiro europeu do *funding* estrangeiro, especialmente dos EUA, o que faz com que uma desvalorização abrupta do euro possa ter consequências financeiras desastrosas para os bancos da região. Essa falta de coordenação entre as políticas monetárias, nos dois lados do Atlântico, deve provocar muita especulação nesse final de 2011 e durante o ano de 2012.

No Japão, o Panorama Econômico Global do FMI já previa uma recessão para 2011 (Tabela Crescimento do Produto Interno Global Real – 2011/2012) e uma recuperação da atividade econômica em 2012. Entretanto, com o terremoto em Fukushima, os analistas econômicos passaram a trabalhar com a hipótese de um impacto maior sobre a economia, tendo em vista que o terremoto de Kobe provocou reação semelhante nos anos 1990. Todavia, com o *tsunami* e o desastre nuclear que veio a seguir, houve uma mudança de perspectivas sobre as possibilidades de o primeiro ministro Naoto Kan alcançar alguma melhora na economia japonesa no curto prazo. O impacto sobre as cadeias produtivas, inclusive automóveis, aprofundou o quadro recessivo, situação que se mantém até o início do segundo semestre de 2011.

Entre as economias emergentes que contribuíram decisivamente para que a recessão mundial de 2009 não fosse mais profunda, a principal dúvida que se mantém entre os analistas econômicos está relacionada à capacidade da China e da Índia debelarem o avanço da inflação que ameaça a estabilidade econômica dos dois países. Trabalhando com uma moeda subvalorizada e com a economia voltada para o exterior, a China deve alterar as suas políticas econômicas de acordo com as declarações recentes das autoridades de Beijin. Os chineses devem priorizar a mudança no ritmo de crescimento econômico e o fortalecimento do mercado interno até meados da década. Mesmo com discursos direcionados à mudança, os números apresentados pelo FMI evidenciam que a China crescerá 9,6%, em 2011, e 9,5%, em 2012, e que a Índia avançará 8,2%, em 2011, e 7,8% em 2012.

Tanto a China como a Índia têm enfrentado dificuldades para reduzirem o ritmo de crescimento econômico. O controle da inflação está na ordem do dia no governo dos dois países. O Índice de Preços ao Consumidor (IPC) na Índia alcançou o patamar de 13,2% em 2010, e há previsão de que atinja os níveis de 7,5%, em 2011, e 6,9% em 2012. É fundamental que as autoridades de Nova Délhi priorizem efetivamente o ritmo de queda do nível dos preços.

Com relação à Beijin, no final de 2010, os preços dos alimentos já haviam subido 5,1% nos últimos doze meses. O que se percebe é que a cada mês, em que pesem todas as medidas adotadas – as quais consistem, dentre outras, no aumento nos depósitos compulsórios, na elevação das taxas de juros e na restrição ao crédito –, o IPC continua em trajetória ascendente na China. O FMI previu IPC de 5,0%, em 2011, e de 2,5% para 2012. Porém, a última informação disponível para o mês de abril de 2011 mostra um avanço de 0,2% no IPC que, acumulado em 12 meses, evidencia um incremento de 5,5%. Dessa forma, há um comportamento divergente do IPC efetivo (5,5%) para o IPC esperado (5,0%). Em artigo recente, publicado no jornal *Financial Times*, Wen Jiabao afirmou que a inflação está sob controle na China. Esse fato gerou otimismo entre os investidores, mas é preciso monitorar o comportamento da inflação nos próximos meses para verificar se a previsão de Wen se confirma.

O cenário externo tem se deteriorado, a partir de agosto de 2011. A retomada global esperada pelo Fundo Monetário Internacional através da divulgação do Panorama Global está dando lugar a um cenário alternativo em que a possibilidade de uma nova recessão mundial se tornou mais provável. O barril do petróleo, que havia assimilado um avanço expressivo dos preços desde o início dos movimentos opositoristas contra os diversos governos do norte da África e do Oriente Médio, passou a conviver com um recuo médio de US\$ 3,00 tão logo as forças rebeldes tomaram Trípoli. Não existindo o risco da continuidade da guerra na Líbia, o mercado passou a negociar o preço futuro do barril em um patamar inferior ao nível vigente.

Nos Estados Unidos, a negociação entre democratas e republicanos viabilizou a flexibilização do acordo do teto da dívida, e o presidente Obama sancionou a lei poucas horas antes do esgotamento do prazo. Essa iniciativa não impediu que a agência de análise de risco Standard & Poor's reduzisse a nota da dívida americana do grau AAA para AA+. O receio dos analistas econômicos de que houvesse uma fuga dos títulos americanos não se confirmou. Ao contrário, a ausência de alternativas confiáveis levou os investidores a buscarem mais títulos do Tesouro auferindo, inclusive, rendimentos inferiores àqueles que vinham sendo praticados até então.

O cenário alternativo que implica nova recessão encontra sustentação na fragilidade do desempenho da economia americana. No segundo trimestre de 2011, o PIB cresceu a uma taxa anualizada de 1,4% contra a expectativa de que o Produto registrasse incremento de 1,8%. Recentemente houve a primeira revisão da estimativa do PIB para o segundo trimestre, e o avanço de 1,4% ficou reduzido a um aumento de apenas 1,0%.

O mercado de trabalho não reage. Ao contrário das crises anteriores, quando o emprego se recuperava à medida que a economia voltava a crescer, desde o fim da recessão, que foi de dezembro de 2007 até julho de 2009, a taxa de desemprego se mantém em torno de 9,1%, nível em que se encontrava no final de julho de 2011. O FED comunicou que as taxas básicas de juros permanecerão entre zero e 0,25% ao ano

Na Europa houve um *upgrade* da crise do endividamento com a edição do segundo plano de socorro da Grécia. O acordo de 109 bilhões de euros obtido junto à União Europeia não impediu que os investidores exigissem rendimentos mais elevados na rolagem dos títulos gregos. Posteriormente, a pressão por juros mais altos passou a ser exercida sobre os títulos da Itália, a terceira maior economia da região. Logo em seguida especulou-se sobre uma possível redução na nota dos títulos da França, informação que foi prontamente desmentida pela agência de análise de risco Standard & Poor's. Na oportunidade, percebeu-se uma articulação melhor entre as autoridades monetárias e fiscais europeias no sentido de convergirem para objetivos afins.

Assim como nos Estados Unidos, as duas maiores economias da Europa, a Alemanha e a França, apresentaram um crescimento nulo no segundo trimestre de 2011. Com esse desempenho contribuíram para reforçar a hipótese do duplo mergulho das economias avançadas. A propósito, no final de agosto de 2011, o ministro das Finanças da Alemanha Wolfgang Schäuble afirmou que a economia mundial enfrentará um período de sete anos de crescimento reduzido, por causa da necessidade de um programa de consolidação fiscal perante a crise do endividamento.

No Japão, a recessão em curso, aliada às consequências do desastre nuclear de Fukushima, rebaixou abruptamente a popularidade do primeiro Ministro Naoto Kan, levando-o a renunciar. Sua substituição aconteceu após um renhido embate político interno nas hostes do Partido Democrático do Japão, que resultou na indicação do ministro das Finanças Yoshihiko Noda para exercer o cargo de Kan. Noda assumiu anunciando que irá apresentar, brevemente, um plano de recuperação para a cambaleante economia japonesa.

Por último, em Jackson Hole, estado de Wyoming, encontro promovido pelo *Federal Reserve of Kansas City* na última semana de agosto, Ben Bernanke realizou um longo pronunciamento perante os bancos centrais de todo o mundo. Foi em encontro similar realizado no ano passado que o dirigente maior do FED anunciou o lançamento do QE2, o afrouxamento monetário número 2, que trouxe tantas consequências indesejáveis à economia mundial. Agora, Bernanke não apresentou nenhuma medida de impacto imediato, mas confirmou que a recuperação da economia dos Estados Unidos será lenta, razão por que as taxas de juros permanecerão praticamente zeradas nos próximos dois anos. Enfatizou que acredita na recuperação da maior economia do planeta, no longo prazo e que, se necessário for, colocará em prática novas medidas econômicas já na reunião do *Federal Open Market Committee* (FOMC), no mês de setembro de 2011.



## 1.2. A Conjuntura Econômica Nacional

Desde que a economia nacional retomou o crescimento econômico em 2003, o Brasil tornou-se um país grau de investimento, obteve saldos comerciais expressivos, elevou o nível de reservas internacionais, consolidou a estabilidade econômica, reduziu a concentração de renda, minimizou a taxa de desemprego, fortaleceu o mercado interno, combateu a miséria, alterou a distribuição da população por classes socioeconômicas, obteve grande projeção global, ingressou no G-20 e evidenciou participações reconhecidas em diferentes foros internacionais.

Durante o período 2004/2007, no qual a economia internacional cresceu em média 5,0% ao ano, o Brasil se beneficiou de um cenário externo benigno. O controle da inflação e a inserção social das classes D e E no mercado de consumo foram, entre outros, alguns dos avanços significativos do modelo brasileiro de desenvolvimento, a partir das políticas econômicas colocadas em prática pelo Governo da União.

Crescimento do Produto Interno Global Real (2007-2010)

Exercícios	2007	2008	2008	2010
Produto Mundial	5,4	2,9	-0,5	5,0
Economias Emergentes e em Desenvolvimento	8,8	6,1	2,7	7,3
Brasil	6,1	5,2	-0,6	7,5

Fonte: Panorama Econômico Global, FMI, abril de 2011

Ao contrário da experiência em décadas passadas, na qual o País não conseguia acompanhar o ritmo de crescimento global, no biênio 2007/2008, o Brasil cresceu mais do que o produto mundial. No início de 2007, o Governo Federal lançou o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), com o objetivo de incrementar o ritmo de desempenho da economia brasileira face à iniciativa de destinar R\$ 503,9 bilhões para investimentos, com ênfase em energia e em infraestrutura social e urbana, para o próximo quadriênio. Em 2007, o PIB nacional avançou 6,1% contra um incremento de 5,2% do PIB global. No ano seguinte, a diferença de desempenho foi ainda maior, ou seja, o Brasil cresceu 5,2%, enquanto o mundo registrou um incremento de apenas 2,9%.

Ainda em 2009, o ano da grande recessão, a queda no PIB do Brasil (-0,6%) acompanhou o recuo do produto mundial (-0,5%); todavia, a rapidez com que o Governo reagiu ao impasse fez com que o País apresentasse um crescimento aos moldes chineses no primeiro semestre de 2010. Iniciativas ousadas nos setores da indústria automobilística, da construção civil e dos bancos e intermediários financeiros viabilizaram um avanço de 7,5% da



economia brasileira que contribuiu, juntamente com os esforços da China e da Índia, para que a recessão mundial não se repetisse no exercício passado. Em âmbito local, o Governo adotou outras medidas complementares para estimular o crescimento econômico. Dentre elas, destacam-se as para o setor de bens de capital e para o segmento de motocicletas.

Em âmbito setorial, utilizando como fonte o IBGE, constata-se, através da Tabela Taxas de crescimento do Produto Interno Bruto e do Valor Adicionado Bruto, que o País conviveu com um biênio de crescimento intenso. Nesse período, o Valor Adicionado Bruto (VAB) da Agropecuária registrou incrementos de 4,8%, em 2007, e 6,1%, em 2008; o da Indústria evidenciou avanços de 5,3%, em 2007, e 4,1%, em 2008; e o setor de Serviços cresceu 6,1%, em 2007, e 4,9%, em 2008. Em 2009, ano da grande recessão, houve quedas no VAB da Agropecuária, de -4,5%, e da Indústria, de -6,6%, mas que foram, em parte, compensadas por um crescimento do setor de Serviços, de 2,2%, evitando, dessa forma, que o País fosse atingido por uma queda abrupta no crescimento econômico, nos moldes do que ocorreu com as economias avançadas.

Taxas de crescimento do Produto Interno Bruto e do Valor Adicionado Bruto

SETOR	2007	2008	2009 (1)	2010 (1)
PIB	6,1	5,2	0,7	7,5
VAB	5,8	4,8	-0,6	6,7
Agropecuária	4,8	6,1	-4,5	6,5
Indústria	5,3	4,1	-6,6	10,3
Serviços	6,1	4,9	2,2	5,4

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

Nota (1): Estimativas preliminares.

Em 2010, o Governo lançou o PAC2, o Programa de Aceleração do Crescimento em sua segunda versão, com investimentos previstos de R\$ 1,59 trilhão. Nessa oportunidade, os recursos estavam voltados a atender os programas "Água e Luz para Todos", "Cidade melhor", "Comunidade Cidadã", "Minha Casa, Minha Vida", além dos setores de energia e de transportes.

Deslocando o foco para a análise dos setores da economia brasileira, verifica-se que, no exercício de 2010, o País conviveu com acelerado ritmo de crescimento, de 6,7% do VAB brasileiro. A Indústria liderou o avanço com



crescimento de 10,3%. Embora não tenham acompanhado no mesmo ritmo o incremento da atividade industrial, o VAB da Agropecuária, de 6,5% e o VAB do Setor de Serviços, de 5,4%, registraram excelentes desempenhos.

A safra 2010/2011, estimada pela CONAB em 162,05 milhões de toneladas de grãos, em 49,49 milhões de hectares, deve ser recorde na história da agricultura nacional. Os números previstos representam um incremento de 8,6% sobre a safra anterior e uma presença maior no mercado externo. Os avanços dos preços externos aliados ao aumento na área plantada explicam o comportamento excepcional do setor primário na economia brasileira. Dessa forma, os resultados obtidos implicarão, entre outras ações, a realização de novos investimentos em tecnologia por parte do produtor rural.

Os números da safra 2010/2011, por produto da agropecuária nacional e em milhões de toneladas, atingiram as quantidades de 12,50 (arroz), 3,51 (feijão), 52,85 (milho), 68,72 (soja), 5,30 (trigo), 12,11 (carne de frango), 9,16 (carne bovina), 3,38 (carne suína), 1,58 (algodão em pluma), 750,11 (cana-de-açúcar), 3,24 (café) e 19,36 (suco de laranja).

Em âmbito externo, as cotações das *commodities* agrícolas registraram avanços expressivos, contribuindo para que a agricultura brasileira atingisse esse novo patamar na produção de grãos. Em termos de valores, as cotações médias mensais, em junho de 2011, perante as cotações médias mensais, em junho de 2010, nas Bolsas de Nova Iorque e de Chicago, evidenciaram valorizações no milho (97,39%), no algodão (72,14%), no café (71,28%), no açúcar (60,53%), no trigo (57,15%), na soja (45,16%) e no suco de laranja (28,58%).

Estatísticas recentes do Ministério da Agricultura e da CONAB mostram que o Brasil detém participações relativas expressivas no comércio mundial dos produtos agropecuários. Na agricultura, na safra 2010/2011, as participações da produção nacional no comércio global alcançaram os níveis de 54,8% (arroz), 36,1% (café verde em grão), 30,8% (soja em grão), 23,3% (farelo de soja), 15,2% (óleo de soja) e 9,6% (milho); na pecuária, atingiram os patamares de 44,0% (carne de frango), 28,0% (carne bovina) e 10,1% (carne suína).

Entretanto, nesta passagem do primeiro para o segundo semestre de 2011, já se percebe que a nuvem de incerteza que cobre o cenário externo tem levado os fundos de investimentos a reduzir suas apostas nas altas das *commodities* agrícolas. Quanto à pecuária, é importante destacar o impacto negativo do embargo russo às exportações brasileiras. Já as exportações brasileiras de carne de frango registraram aumento de volume de 1,8 milhão de toneladas, no primeiro semestre de 2010, para 1,93 milhão de toneladas, em período semelhante de 2011. Os destinos das exportações brasileiras de carne de frango foram, por ordem de volume, a Arábia Saudita (296,9 mil toneladas), a União Europeia (240,4 mil toneladas), o Japão (224,6 mil toneladas), Hong Kong (159,9 mil toneladas) e os Emirados Árabes (112,9 mil toneladas).

O desempenho da agropecuária nacional deve ser ainda mais valorizado porque as nações que concorrem com o Brasil na produção de alimentos convivem com subsídios agrícolas elevadíssimos e crescentes. Um estudo recente da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), para o período 2009/2010, evidencia que o suporte ao produtor atingiu US\$ 227,2 bilhões nos países que compõem a OCDE, US\$ 147,0 bilhões na China, US\$ 101,3 na União Europeia, US\$ 25,5 bilhões nos Estados Unidos, US\$ 15,5 bilhões na Rússia e US\$ 7,1 bilhões no Brasil.

Os resultados desse desempenho da economia, em 2010, podem ser percebidos também nas alterações de movimentos dos estratos sociais na distribuição da população brasileira. A nova configuração da distribuição da população por classe tomou a forma de um losango em substituição à antiga pirâmide. Somente em 2010, dos 31 milhões de brasileiros que avançaram de uma classe social para outra, 19 milhões deslocaram-se das classes D e E em direção à classe C.

A posse da nova Presidenta do Brasil coincidiu com um período de crise generalizada em âmbito internacional, com desemprego nos Estados Unidos, endividamento na Europa, recessão no Japão e inflação na China e na Índia, atingindo economias avançadas e economias emergentes importantes. A pauta do Governo, que iniciou em janeiro de 2011, foi direcionada para assegurar a estabilidade econômica, promover o mercado interno, intensificar o pré-sal, ajustar as finanças públicas, avançar na melhoria da infraestrutura, reforçar a competitividade do produto nacional e enfrentar a “guerra das moedas”, expressão cunhada pelo Ministro da Fazenda, Guido Mantega.

Em 2011, a Indústria brasileira avançou 4,5% no acumulado dos últimos doze meses até maio, de acordo com os dados divulgados no site do IBGE. Atualmente, há um processo de desaceleração no setor. A taxa anualizada dos últimos doze meses até abril havia alcançado um incremento de 5,4% sobre os mesmos doze meses do exercício imediatamente anterior. Já na comparação dos primeiros cinco meses do ano de 2011 sobre igual período do exercício passado, a indústria nacional registrou incremento de 1,8%.

Redirecionando o foco da análise para o futuro e recorrendo à publicação Panorama Econômico Global do FMI, o Brasil deverá crescer 4,5%, em 2011, e 4,1% em 2012 (Tabela anterior). A agenda da Presidenta Dilma Rousseff deve alcançar e, muito provavelmente, superar as estimativas daquela instituição para o biênio em curso. De acordo com apresentação recente do Ministro Guido Mantega, a previsão de crescimento do Brasil para o próximo quadriênio é maior do que as estimativas do Fundo Monetário Internacional. Em palestra intitulada *Brazilian Economic Outlook* no simpósio *Brazil Investment Opportunities*, realizado em Londres, no dia 5 de julho de 2011, o Ministro da Fazenda destacou que, depois de o País ter registrado um incremento médio anual do PIB de 1,7%, no período 1998-2002, e que avançou para 4,0% ao ano, no período 2002-2010, deverá crescer ainda mais, para 5,1% ao ano, entre 2011 e 2014.



Crescimento do Produto Interno Global Real (2011-12)

Exercícios	2011	2012
Produto Mundial	4,3	4,5
Economias Emergentes e em Desenvolvimento	6,6	6,4
Brasil	4,5	4,1

Fonte: Panorama Econômico Global, FMI, abril de 2011

Caso concretizado, esse desempenho viabilizará que o País avance duas posições à frente no *ranking* global das maiores economias. De acordo com estudo do FMI, o Brasil ocupa atualmente a sétima posição no *ranking*, com um PIB de US\$ 2,422 trilhões, e fecharia o exercício de 2016 na quinta posição, com um Produto da ordem de US\$ 3,303 trilhões.

Paralelamente ao recrudescimento da inflação no Brasil, o Fundo previu que o IPC alcançará o patamar de 6,3%, em 2011 (Tabela anterior). Ciente da ameaça à estabilidade e com uma sincronia adequada entre as atividades desenvolvidas no Ministério da Fazenda e no Banco Central, no âmbito da política fiscal e da política monetária, percebe-se que a inflação começou a ceder no final do primeiro semestre. Isso só foi possível a partir da perfeita convergência nos discursos e nas ações das diversas autoridades econômicas do País.

Comportamento do Índice de Preços ao Consumidor (2010-12)

Exercícios	2010	2011	2012
Produto Mundial	5,4	2,9	-0,5
Economias Emergentes e em Desenvolvimento	8,8	6,1	2,7
Brasil	6,1	5,2	-0,6

Fonte: Panorama Econômico Global, FMI, abril de 2011

Dentre essas, as medidas adotadas para reduzir os gastos públicos contribuíram para conter o recrudescimento da inflação, apesar da forte determinação externa e sua relação com a elevação nos preços das *commodities* e a política monetária dos EUA. Por sua vez, as decisões no âmbito do câmbio e das exportações amenizaram a pressão sobre o real para evitar que houvesse uma valorização adicional, impedindo, dessa forma, uma

queda ainda maior na competitividade do produto nacional. No âmbito da reforma tributária, a unificação da legislação do ICMS e redução da carga tributária sobre a folha de pagamentos evidenciam que o Governo optou por avançar em tópicos específicos, ao invés de apostar em medidas mais amplas, as quais implicariam um prazo muito longo para concretizar as necessárias negociações políticas.

Mantendo o foco no futuro, agora em âmbito setorial, é oportuno lembrar que o Governo Federal lançou, no mês de junho, o Plano Safra 2011/2012, no valor de R\$ 107,2 bilhões, correspondendo um incremento de 7,2% sobre o Plano Safra 2010/2011. O documento está inserido na visão de longo prazo que se encerra no início da próxima década, ou seja, em 2020/2021. Desse total, R\$ 20,5 bilhões destinam-se a investimentos e R\$ 64,1 bilhões, para custeio, com juros de 6,75% ao ano. No programa do médio produtor, os juros ficam reduzidos a 6,25% ao ano. Destaques para a renovação de pastagens e retenção de matrizes na pecuária e para os estímulos à produção de cana-de-açúcar e à citricultura na lavoura.

No mesmo mês de junho de 2011, o Governo adiou para o início de julho o lançamento do Plano da Safra da Agricultura Familiar 2011/2012, no valor de R\$ 16 bilhões. Visando alcançar a produção sustentável, a iniciativa da esfera pública pretende dar atendimento às demandas de aquisição de alimentos (R\$ 760 milhões); garantia de preços com novos limites de R\$ 7 mil por produtor; extensão de seguro equivalente a R\$ 4 mil do nível de renda, além dos recursos utilizados para o custeio; assistência técnica e extensão rural (R\$ 160 milhões); e R\$ 12 mil por produtor no PRONAF Jovem.

A visão de longo prazo que orienta a ação setorial da agropecuária no planejamento governamental prevê a elevação das quantidades produzidas para a safra 2020-21, em milhões de toneladas, para os patamares de 13,74 (arroz), 3,82 (feijão), 65,54 (milho), 86,53 (soja), 6,15 (trigo), 15,74 (carne de frango), 11,35 (carne bovina), 4,09 (carne suína), 2,34 (algodão em pluma), 934,59 (cana-de-açúcar), 4,24 (café) e 23,51 (laranja).

De acordo com essas projeções, as participações dos produtos da agropecuária nacional no comércio mundial avançarão, entre as safras 2010/2011 e 2011/2012, de 30,8% para 33,2% (soja em grão), de 9,6% para 12,0% (milho), de 28,0% para 30,1% (carne bovina), de 10,1% para 11,6% (carne suína) e de 44% para 49,0% (carne de frango). Ao mesmo tempo, permanecerá estável a safra do café verde em grão (36,1%), do açúcar (54,8%), contudo haverá reduções de 23,3% para 21,9% (farelo de soja) e de 15,2% para 14,1% (óleo de soja).

No âmbito do setor secundário, o Governo vem tomando decisões no sentido de defender a indústria nacional, desonerando-a e tornando-a mais competitiva. O comportamento da indústria nacional tem sido moderado nesses primeiros cinco meses de 2011, contra igual período do ano anterior. De acordo com os dados divulgados pelo IBGE, no período janeiro a maio de 2011, a produção avançou 1,8%, em comparação com janeiro a maio de 2010: Espírito Santo



(13,4%), Rio de Janeiro (3,5%), São Paulo (2,6%), Minas Gerais (2,5%) e Rio Grande do Sul (2,3%) foram os Estados que apresentaram os melhores desempenhos, enquanto o Ceará (-9,8%) e a Bahia (-6,7%) conviveram com os piores resultados nesse período. As produções de têxteis (-11,9%), no Ceará e em Santa Catarina, e de calçados e artigos de couro (-7,0%), no Ceará, contribuíram, decisivamente, para o comportamento sofrível de ambos os Estados, nos primeiros cinco meses de 2011, quando comparados a período semelhante de 2010.

Paralelamente, utilizando-se como fonte a Confederação Nacional da Indústria, percebe-se que o faturamento geral da indústria diminuiu em 1,3%, em maio de 2011 sobre abril do mesmo ano, embora tenha apresentado incremento de 6,7% sobre maio do ano passado. A capacidade instalada avançou de 82,2%, em abril de 2011, para 82,4%, em maio de 2011, embora esteja abaixo de 82,8%, que era o patamar vigente em maio de 2010.

Recentemente, o Governo lançou um pacote de medidas para fazer frente à guerra cambial e, logo a seguir, divulgou o programa Brasil Maior, a nova política industrial. As iniciativas na área do câmbio vêm sendo tomadas, sistematicamente, pelo Governo Federal. São medidas pontuais que amenizam as dificuldades enfrentadas pelos exportadores face ao clima adverso que se criou com a fragilidade do dólar e a consequente iniciativa das autoridades norte-americanas de realizarem uma operação de afrouxamento monetário, origem de uma forte liquidez em âmbito global. Em relação ao “Brasil Maior”, a nova política industrial lançada ao final de julho de 2011 é produto de uma longa negociação com os agentes econômicos nacionais. A preocupação com o dólar frágil foi substituída por um amplo debate sobre os riscos de uma desindustrialização da economia brasileira.

O objetivo principal do “Brasil Maior” é contribuir para que as empresas nacionais possam enfrentar a guerra de competitividade que se trava entre as diversas economias no processo de globalização. Nesse sentido, as autoridades brasileiras mostram-se sensibilizadas pela ideia de que é preciso pensar o País em termos de crescimento de longo prazo. A iniciativa não soluciona todas as adversidades enfrentadas pelo empresariado nacional, mas certamente é um primeiro conjunto de medidas que ameniza o quadro de dificuldades de alguns setores mais atingidos pela concorrência internacional durante a crise vigente.

O Governo construiu a política industrial sobre três eixos principais: o estímulo ao investimento e à inovação, o apoio ao comércio exterior e à defesa da indústria no mercado interno. No primeiro eixo, as medidas visaram à desoneração tributária, ao financiamento ao investimento e à inovação, além de tratarem de um marco legal da inovação. No segundo eixo, o Governo tratou de desonerar e garantir as exportações, promover a defesa comercial, oferecer financiamento e realizar a promoção comercial. No terceiro eixo, houve a desoneração da folha de pagamento para calçados, confecções, artefatos, móveis e *softwares*; a constituição de um regime especial setorial automotivo; a regulamentação das compras governamentais; e a harmonização de políticas de financiamento.



Paralelamente aos desdobramentos do programa Brasil Maior, ao longo do mês de agosto de 2011, o Brasil conviveu com uma ampla discussão em torno da possibilidade de a crise internacional trazer consequências imediatas ao País. Independentemente do curso das discussões, a presidenta Dilma Rousseff previu que a economia brasileira pode crescer, em 2011, a uma taxa um pouco menor do que aquela que era consenso pelos analistas econômicos até recentemente, entre 4,0% a 4,5%.

Nessa mesma direção, o Governo anunciou, nos últimos dias de agosto de 2011, um ajuste das suas contas públicas, preparando-se para um possível impacto da crise internacional sobre o desempenho da economia nacional. Mesmo com a mudança no *rating* do Brasil em moeda nacional, de estável para positiva, proporcionada pela Standard & Poor's, com a taxa de desemprego recuando para 6,0%, em julho de 2011, gerando um debate em torno de um possível pleno emprego no País, o Governo optou por elevar o superávit primário em torno de 0,30% do PIB. Trata-se de uma medida que tem forte repercussão interna, o que preserva o desempenho da economia e contribui para a redução da taxa de juros no longo prazo, gerando um efeito importante de confiança e firmeza junto à comunidade internacional.

### **1.3. O Desempenho da Economia Gaúcha**

O Produto Interno Bruto (PIB) do Rio Grande do Sul era de R\$ 237,8 bilhões, em 2010, de acordo com estimativas preliminares do Núcleo de Contabilidade Social do Centro de Informações Estatísticas da Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser (FEE). O incremento do PIB atingiu 7,8%, em 2010, após as oscilações de -0,8%, em 2009, e de 2,7% em 2008. Esse comportamento, que alterna bons e maus desempenhos, é uma característica da economia gaúcha, dada a articulação que a Agropecuária mantém com os demais setores da economia.

O PIB *per capita* alcançou R\$ 21.683,00 no ano passado, representando uma variação de 7,3% sobre 2009. Nos dois exercícios anteriores, o PIB *per capita* oscilou entre 1,3% (2009) e 0,2% (2008).



Produto Interno Bruto, total e *per capita*, e suas taxas de crescimento no Rio Grande do Sul e no Brasil — 2002-10

ANOS	RIO GRANDE DO SUL				BRASIL			
	PIB		Taxas de Crescimento (%)		PIB		Taxas de Crescimento (%)	
	Total (R\$ milhões)	<i>Per capita</i> (R\$)	Total	<i>Per capita</i>	Total (R\$ milhões)	<i>Per capita</i> (R\$)	<i>Per capita</i> (R\$)	<i>Per capita</i>
2002	105 487	10 057	1,7	-0,1	1 477 822	8 382	2,7	1,2
2003	124 551	11 742	1,6	0,5	1 699 948	9 511	1,1	-0,2
2004	137 831	12 850	3,3	2,2	1 941 498	10 720	5,7	4,3
2005	144 218	13 298	-2,8	-3,9	2 147 239	11 709	3,2	1,9
2006	156 827	14 305	4,7	3,5	2 369 484	12 769	4,0	2,7
2007	176 615	16 689	6,5	10,4	2 661 344	14 183	6,1	4,9
2008	199 499	18 378	2,7	0,2	3 031 864	15 990	5,2	4,1
2009 (1)	207 278	18 992	-0,8	-1,3	3 185 126	16 634	-0,6	-1,6
2010 (1)	237 859	21 683	7,8	7,3	3 674 964	19 016	7,5	6,5

FONTE: FEE/Centro de Informações Estatísticas/Núcleo de Contabilidade Social.

IBGE/Diretoria de Pesquisas/Coordenação de Contas Nacionais.

(1) Estimativas preliminares.

Em 2009, a estrutura do Valor Adicionado Bruto (VAB), por setores de atividade, do Rio Grande do Sul evidenciava que a Agropecuária representava 10,22% do total, restando à Indústria a participação de 24,57% e o complemento de 65,22% para os Serviços.

Em nível de subsetores do VAB do Rio Grande do Sul, em 2009, as maiores participações relativas na Agropecuária ficavam por conta da agricultura, silvicultura e exploração florestal (6,83%); na Indústria, o subsetor de transformação (17,32%); e no de Serviços, o subsetor comércio e serviços de manutenção e recuperação (17,19%).



Estrutura do Valor Adicionado Bruto, por setores de  
atividade, do Rio Grande do Sul — 2009

SETORES	(%) 2009
<b>TOTAL</b> .....	100,00
<b>Agropecuária</b> .....	10,22
Agricultura, silvicultura e exploração florestal .....	6,83
Pecuária e pesca .....	3,39
<b>Indústria</b> .....	24,57
Indústria extrativa mineral .....	0,21
Indústria de transformação .....	17,32
Construção civil .....	4,89
Produção e distribuição de eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana .....	2,14
<b>Serviços</b> .....	65,22
Comércio e serviços de manutenção e reparação .....	17,19
Serviços de alojamento e alimentação .....	1,51
Transportes, armazenagem e correio .....	4,96
Serviços de informação .....	2,87
Intermediação financeira, seguros e previdência complementar .....	5,67
Serviços prestados às famílias e associativos .....	2,69
Serviços prestados às empresas .....	3,52
Atividades imobiliárias e aluguel .....	7,66
Administração, saúde e educação públicas .....	13,92
Saúde e educação mercantis .....	3,92
Serviços domésticos .....	1,32

FONTE: FEE, Centro de Informações Estatísticas, Núcleo  
de Contabilidade Social.

IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de  
Contas Nacionais.

NOTA: Estimativas preliminares.



Em 2010, as taxas de crescimento do VAB por setores de atividade mostraram um crescimento expressivo. Houve avanços de 8,9% na Agropecuária; 10,3% na Indústria; e 6,8% nos Serviços. É importante considerar que os números do último exercício foram sobre uma base de comparação fragilizada porque, em 2009, houve uma recessão global que se refletiu no Brasil e que foi acompanhada por uma queda de 0,8% no PIB do Rio Grande do Sul

Em âmbito de subsetores do VAB, em 2010, os principais incrementos ocorreram na indústria de transformação (11,1%), na construção civil (9,5%), no comércio e serviços de manutenção e reparação (11,3%) e no transporte, armazenagem e correio (9,8%).

Taxa de crescimento do VAB, por setores de atividade, e do PIB do Rio Grande do Sul e do Brasil — 2010

DISCRIMINAÇÃO	RIO GRANDE DO SUL		BRASIL
	2009	2010	2010
<b>Agropecuária</b> .....	1,5	8,9	7,5
<b>Indústria</b> .....	-5,6	10,3	10,2
Extrativa mineral .....	0,7	9,7	14,6
Transformação .....	-9,3	11,1	9,8
Construção civil .....	6,7	9,5	11,5
Produção e distribuição de eletricidade, gás e água .....	3,0	5,6	8,0
<b>Serviços</b> .....	0,8	6,8	5,4
Comércio e serviços de manutenção e reparação .....	-2,3	11,3	10,3
Transporte, armazenagem e correios .....	-0,3	9,8	8,8
Administração, saúde e educação públicas .....	2,3	2,8	2,6
Demais serviços .....	2,2	5,4	...
<b>VAB</b> .....	-0,8	7,8	6,7
<b>PIB</b> .....	-0,8	7,8	7,3

FONTE: FEE/Centro de Informações Estatísticas/Núcleo de Contabilidade Social.

IBGE/Diretoria de Pesquisas/Coordenação de Contas Nacionais.

(1) Estimativas preliminares.



Em termos da lavoura, o Rio Grande do Sul colheu, em 2010, entre outros produtos, 10.363.852 toneladas de soja, em 3.967.709 hectares de área colhida; colheu 5.514.459 toneladas de milho, em 1.149.718 hectares; colheu 6.977.233 toneladas de arroz, em 1.045.433 hectares; e colheu 1.907.879 toneladas de trigo, em 788.666 hectares. Houve avanços de produtividade em relação à safra anterior, nos casos do milho (51,7%), da soja (24,4%) e do trigo (8,3%); contudo, houve um recuo na produtividade do arroz (-7,1%).

Área colhida, produção, produtividade e variações dos principais produtos da lavoura do Rio Grande do Sul — 2009-10

PRODUTOS	2009			2010 (1)			VARIACÃO %		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produtividade (t/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produtividade (t/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produtividade (t/ha)
Arroz .....	1 109 976	7 977 888	7,19	1 045 433	6 977 233	6,67	-5,8	-12,5	-7,1
Banana .....	12 291	121 640	9,90	12 260	121 446	9,91	-0,3	-0,2	0,1
Batata-inglesa ..	23 015	378 086	16,43	21 344	367 381	17,21	-7,3	-2,8	4,8
Cana-de-açúcar	36 567	1 254 475	34,31	36 047	1 534 062	42,56	-1,4	22,3	24,1
Cebola .....	10 786	171 736	15,92	11 130	180 186	16,19	3,2	4,9	1,7
Feijão .....	117 007	125 607	1,07	106 467	115 623	1,09	-9,0	-7,9	1,2
Fumo .....	221 007	443 813	2,01	220 065	343 084	1,56	-0,4	-22,7	-22,4
Laranja .....	27 162	350 650	12,91	27 598	364 648	13,21	1,6	4,0	2,3
Maçã .....	16 278	556 556	34,19	16 293	537 507	32,99	0,1	-3,4	-3,5
Mandioca .....	83 669	1 281 899	15,32	81 667	1 283 882	15,72	-2,4	0,2	2,6
Milho .....	1 318 854	4 186 862	3,17	1 144 718	5 514 459	4,82	-13,2	31,7	51,7
Soja .....	3 821 936	8 025 322	2,10	3 967 709	10 363 852	2,61	3,8	29,1	24,4
Trigo .....	855 670	1 912 138	2,23	788 666	1 907 879	2,42	-7,8	-0,2	8,3
Uva .....	48 259	737 363	15,28	48 753	692 692	14,21	1,0	-6,1	-7,0

FONTE DOS DADOS BRUTOS: IBGE/PAM.  
FEE.

(1) Estimativas preliminares.



Na Indústria de Transformação, as atividades que mais avançaram, em 2010, foram a metalurgia básica (31,8%), as máquinas e equipamentos (27,5%), os veículos automotores (25,3%) e os produtos de metal, exclusive máquinas e equipamentos (20,8%). Já no sentido oposto, as atividades que evidenciaram as maiores quedas foram o refino de petróleo e álcool (-14,8%), o fumo (-8,9%) e os alimentos (-1,7%).

Taxa de crescimento da produção da indústria de transformação, por atividade, do Rio Grande do Sul — 2009-10

ATIVIDADES	2009	2010 (1)
Alimentos .....	-5,4	-1,7
Bebidas .....	5,8	4,3
Borracha e plástico .....	-16,0	3,7
Calçados e artigos de couro .....	-20,0	6,1
Celulose, papel e produtos de papel .....	6,3	7,2
Edição, impressão e reprodução de gravações .....	-11,1	5,9
Fumo .....	-1,8	-8,9
Máquinas e equipamentos .....	-28,2	27,5
Metalurgia básica .....	-18,5	31,8
Mobiliário.....	4,5	6,8
Produtos de metal — exclusive máquinas e equipamentos.....	-16,0	20,8
Produtos químicos.....	6,3	3,1
Refino de petróleo e álcool.....	18,9	-14,8
Veículos automotores.....	-15,9	25,3

FONTE: IBGE.

(1) Taxa estimada pela FEE.

No que diz respeito à produção animal, todos os produtos registraram crescimentos em 2010: aves (3,0%), bovinos (0,9%), leite (7,4%), ovos (2,1%) e suínos (7,2%).



Taxa de crescimento do valor da produção dos principais produtos da produção animal do Rio Grande do Sul — 2009-10

PRODUTOS	2009	2010 (1)
Aves .....	0,9	3,0
Bovinos .....	1,8	0,9
Leite .....	2,6	7,4
Ovos .....	0,0	2,1
Suínos .....	0,5	7,2

FONTE: FEE/Centro de Informações Estatísticas/Núcleo de Contabilidade Social.

(1) Estimativas preliminares.

Por fim, com relação às exportações gaúchas, em 2010, estas alcançaram o total de US\$ 15,382 bilhões, praticamente o mesmo valor de 2009, ano da recessão mundial, oportunidade em que o Estado enviou para o exterior um total de US\$ 15,236 bilhões em valor exportado. Essa variação em valor, de 1,0%, decorreu de uma queda de 8,3% no volume exportado, que foi compensada por um aumento de 9,9% nos preços praticados de um exercício para o ano seguinte.

Quando se compara o fluxo de produtos exportados do Rio Grande do Sul, em valor, com os do Brasil, percebe-se que, ao longo do biênio 2009-2010, o Estado caiu da terceira para a quarta colocação no *ranking* nacional, atrás de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Em 2009, os valores das exportações gaúchas representavam 10,0% das exportações nacionais, enquanto que essa participação relativa ficou reduzida a 7,6% em relação ao ano anterior.



Exportações, segundo os principais setores de atividade, do Rio Grande do Sul — 2009-10

SETORES E PRODUTOS	2009		2010		VARIÇÃO (%)		
	Valor (US\$ 1 000)	Participação %	Valor (US\$ 1 000)	Participação %	Valor	Volume	Preço
<b>Agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal</b> .....	2 157 083	14,16	2 064 870	13,42	-4,3	-2,5	-1,8
Soja em grão .....	1 933 504	12,69	1 781 526	11,58	-7,9	-3,5	-4,5
Trigo .....	47 860	0,31	112 954	0,73	136,0	90,7	23,8
Maçãs .....	40 768	0,27	36 184	0,24	-11,2	-14,6	4,0
Demais produtos .....	134 951	0,89	134 205	0,87	-0,6	...	...
<b>Indústria de transformação</b> .....	11 875 094	77,94	13 093 726	85,12	10,3	-1,7	12,2
Produtos alimentícios e bebidas .....	3 400 960	22,32	3 851 053	25,04	13,2	5,8	7,0
Químicos .....	1 434 116	9,41	1 828 961	11,89	27,5	1,0	26,3
Fumo .....	2 091 791	13,73	1 793 494	11,66	-14,3	-27,5	18,2
Couros e calçados .....	1 175 721	7,72	1 312 934	8,54	11,7	-3,4	15,7
Máquinas e equipamentos .....	1 046 572	6,87	1 302 479	8,47	24,5	17,2	6,2
Veículos automotores, reboques e carrocerias	527 686	3,46	809 155	5,26	53,3	44,6	6,1
Refino de petróleo .....	658 779	4,32	370 887	2,41	-43,7	-57,2	31,4
Móveis e indústrias diversas .....	286 539	1,88	298 326	1,94	4,1	2,6	1,5
Demais subsetores .....	1 252 930	8,22	1 526 437	9,92	21,8	...	...
<b>Outros setores</b> .....	1 203 885	7,90	223 850	1,46	-81,4	...	...
<b>TOTAL</b> .....	15 236 062	100,00	15 382 446	100,00	1,0	-8,3	10,2

FONTE DOS DADOS BRUTOS: MDIC/Secex.

Observando o perfil das exportações locais, no biênio 2009-2010, constata-se que o valor enviado ao exterior pelo setor agricultura, pecuário, silvícola e exploração florestal recuou de US\$ 2,157 bilhões para US\$ 2,064 bilhões. Essa queda de 4,3%, em valor, foi acompanhada por uma diminuição de 2,5% em volume e de uma queda de 1,8%, em preço. Em âmbito de produtos, as maiores variações em valor aconteceram devido aos resultados obtidos por soja em grão (-7,9%) e maçãs (-11,2%) e, positivamente, por trigo (136,0%).

Quanto à indústria de transformação no período 2009-2010, houve aumento de valor exportado de US\$ 11,875 bilhões para US\$ 13,093 bilhões. O incremento de 10,3%, no volume exportado, foi consequência do efeito preço (12,2%), tendo em vista que o volume exportado registrou queda (-1,7%).



Na pauta das exportações em volume do Estado, em 2010, as maiores participações deveram-se, pela ordem, aos produtos alimentícios e bebidas (US\$ 3,851 bilhões), aos químicos (US\$ 1,828 bilhões), ao fumo (US\$ 1,793 bilhões), a couros e calçados (US\$ 1,302 bilhões), a veículos automotores, reboques e carrocerias (US\$ 809 milhões), refino de petróleo (US\$ 307,8 milhões) e móveis e indústrias diversas (US\$ 298 milhões).

Cabe a constatação de que as maiores quedas nos valores dos produtos exportados, no biênio 2009-2010, ocorreram com refino de petróleo (-43,7%) e em fumo (-14,3%). No refino de petróleo, o volume exportado caiu 57,2%, enquanto os preços praticados avançaram 31,4%; no caso do fumo, houve diminuição de 3,4% em volume e aumento de 15,7% em preços.

A FEE divulgou o comportamento do Índice Trimestral de Atividade Produtiva (ITAP), referente ao segundo trimestre de 2011. No acumulado do primeiro semestre de 2011, o ITAP avançou 6,7% sobre igual período de 2010. Houve avanços na Agropecuária (15,5%), na Indústria (3,6%) e no Setor de Serviços (6,3%).

O desempenho da Agropecuária decorreu de crescimentos nas quantidades produzidas de fumo (45,0%), de arroz (29,2%), de soja (13,7%) e de milho (3,2%). Na Indústria houve incrementos na produção de máquinas e equipamentos (11,8%), de alimentos (6,6%) e de fumo (6,1%). No setor de Serviços o destaque ficou por conta do avanço do comércio (10,8%).

**Taxas de crescimento do ITAP e de seus componentes no Rio Grande do Sul, em períodos selecionados**

<b>PERÍODOS</b>	<b>ITAP</b>	<b>AGROPECUÁRIA</b>	<b>INDÚSTRIA</b>	<b>SERVIÇOS</b>
2º trim./11/2º trim./10.....	5,8	7,8	4,6	6,3
1º sem./11/1º sem./10.....	6,7	15,5	3,6	6,3
Últimos quatro trimestres / quatro trimestres imediatamente anteriores.....	7,1	12,5	5,4	6,9
2º trim./11/1º trim./11 (1).....	0,7	5,6	1,1	1,1

Fonte: FEE / CIE / Núcleo de Contas Regionais.

(1) Com ajuste sazonal.

## **2 AS FINANÇAS PÚBLICAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

### **2.1. O Quadro Geral das Finanças Públicas**

As finanças públicas do Estado do Rio Grande do Sul apresentam-se em uma situação de grave crise estrutural. Toda a problemática que envolve as contas públicas ainda não veio à tona com a intensidade devida porque está amenizada pelo bom momento econômico brasileiro e gaúcho, fortemente influenciado pelas ótimas safras agrícolas dos últimos anos e pelos seus bons preços, apesar do câmbio desfavorável aos agricultores.

Devido aos elevados gastos com as atuais aposentadorias e pensões, sem um fundo específico oportunamente constituído, o caixa do Tesouro terá que suportar, em 2011, R\$ 5 bilhões de déficit previdenciário. O recente aumento da contribuição para os que ganham acima do teto do INSS, no curto e médio prazo, ameniza, mas está longe de resolver a situação. Aporta-se perto de 60% das despesas totais com a remuneração de pessoal somente com os dois elementos. Para melhor compreensão, criou-se um capítulo especial, adiante, que vai tratar desse tema.

Outro importante fator de engessamento fiscal das finanças estaduais é a imposição onerosa no contrato da dívida pública gaúcha com a União. O fato de o Estado pagar o percentual de 13% sobre Receita Líquida Real da dívida intralimite não seria tão catastrófico caso o estoque não crescesse em níveis geométricos. Os índices utilizados para atualizar a dívida são os mesmos da época de inflação galopante (IGP-DI mais 6% ao ano), demasiadamente onerosos, superiores à própria taxa SELIC. Esse assunto também merece um capítulo específico, que se trabalhará adiante.

A situação fiscal do RS agravou-se no final da década de 90, por ocasião da edição de um arcabouço legislativo que reconfigurou o modelo de financiamento dos estados, bem como pelos processos de renegociação das suas dívidas. Esse período marcou o fim das estratégias de financiamento público pelas vias não-tributárias, através da inflação, do endividamento mobiliário e da venda de bens, e impôs aos estados um austero regime de ajustamento fiscal.

Esse regime foi marcado não somente pela tentativa de adequação do financiamento do Estado ao novo modelo vigente na Federação, mas também foi instrumento de redução do papel do Estado na economia e na sociedade. Dessa forma, não apenas o equilíbrio fiscal havia de ser perseguido, mas a própria reconfiguração do espectro das políticas públicas. Com a criação da Lei de Responsabilidade Fiscal, no início dos anos 2000, restringiram-se ainda mais os gastos em áreas estratégicas.

Esse processo, em certa medida, foi contraposto por vários elementos, quais sejam: (i) pelas crescentes necessidades sociais, especialmente relacionadas aos serviços públicos básicos a cargo da esfera pública estadual, tais como a saúde, a educação e a segurança pública, além das próprias orientações fixadas pela Constituição Estadual, que impunham um ritmo de crescimento do financiamento das respectivas políticas públicas; (ii) pelas sucessivas tentativas de realocação dos patamares de arrecadação, a fim de equacionar as necessidades de financiamento das políticas públicas; e (iii) pela utilização de mecanismos financeiros de administração de receitas e despesas, que implicaram uma forma implícita de endividamento de curto prazo.

De forma gradual, o ajustamento transcorreu até meados dos anos 2000. A partir de 2005, a gestão fiscal adotou ponto de inflexão em sua trajetória, desenvolvendo forte política de contenção de dispêndio, especialmente do investimento e do custeio, não obstante o registro de níveis de arrecadação elevados. Esse novo padrão implicou a deterioração da capacidade de manutenção da qualidade e quantidade dos serviços típicos de Estado e, especialmente, da promoção do desenvolvimento econômico, sem colocá-lo em uma posição fiscal sustentável.

Os desafios para a execução de um novo modelo de gestão fiscal estão alicerçados na busca de novas fontes de financiamento, abrangendo ações desde a alocação de recursos federais disponíveis para a qualificação e ampliação dos serviços públicos, o reforço da arrecadação através da permanente qualificação do fisco, até a busca de financiamento ao investimento público e às políticas sociais.

Esse novo modelo de gestão resgata o papel do Estado na promoção do desenvolvimento econômico, pois só com o crescimento da produção da riqueza no âmbito estadual haverá condições de consolidar um novo patamar de financiamento, que minimize o processo de abrandamento da crise estrutural do cotidiano da gestão financeira dos recursos públicos estaduais.

Portanto, não se pode negar a situação estrutural das contas estaduais e a dificuldade de expansão do gasto, mesmo em áreas necessárias. A reforma previdenciária para os novos servidores contratados do Estado, aprovada pelo parlamento gaúcho em junho de 2011, e uma renegociação da dívida pública com a União, em termos mais vantajosos, trará alívio ao caixa do Tesouro somente no longuíssimo prazo. Essas são razões que impulsionam no sentido da alternativa de trabalhar para que a economia gaúcha busque um alto padrão de dinamismo e sustentabilidade, alternativa sem a qual não se pode imaginar melhorias nos instrumentos de políticas públicas.

## **2.2. A Evolução dos Resultados Primário e Orçamentário**

Para fazer frente às crescentes demandas das famílias gaúchas, principalmente nas áreas de educação, saúde, segurança e infraestrutura, o Estado necessita de permanente financiamento. As necessidades são ilimitadas e os recursos escassos. As contas públicas apresentaram déficits fiscais expressivos e recorrentes durante várias décadas. Esses desequilíbrios foram cobertos extraordinariamente pelo endividamento suportado por operações de crédito ou pela emissão de títulos públicos. Em outras oportunidades, pelo financiamento inflacionário. Já no período mais recente, recorreu-se às receitas de privatizações, às antecipações de receitas tributárias, ao atraso no pagamento de fornecedores e de precatórios, bem como ao financiamento interno no âmbito do caixa único e ao uso fiscal dos recursos dos depósitos judiciais.

Com votação ao final de 2004, e vigência de lei a partir de abril de 2005 até 31 de dezembro de 2006, buscou-se o incremento de receitas, mediante aumento de alíquotas do ICMS sobre produtos selecionados. Houve, também, parcelamentos de salários dos servidores e de empréstimos para o pagamento do 13º salário de parte dos servidores do Poder Executivo.

Houve o uso de um variado conjunto de fontes de financiamento ordinárias e extraordinárias, mesmo assim, os recursos direcionados para investimento tiveram diminuição gradativa na última década. Ao mesmo tempo em que os recursos extraordinários escasseavam, de um lado, o endividamento no curto prazo alcançava níveis elevados, de outro, principalmente originados pelo não-pagamento das leis Britto e sentenças judiciais, o que gerou precatórios e grande volume de Requisições de Pequeno Valor (RPVs).

A Tabela a seguir lista os resultados primário e orçamentário, conforme a fórmula estabelecida pela Lei 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), entre os anos de 1971 e junho de 2011. Constata-se a frequência de resultados negativos, revelando o impacto que o novo arcabouço legislativo, em vigência a partir do final da década de 1990, e os decorrentes regimes de ajustamento fiscal tiveram sobre o desempenho das contas públicas estaduais.

Convém salientar que, entre 1971 e 1983, o resultado primário refere-se à Administração Direta com repasses às Fundações e Autarquias. A partir de 1984, é atinente à Administração Pública Consolidada. O cálculo utilizado para a elaboração da série do resultado primário foi feito segundo o critério atual, conforme a Portaria SOF nº 4, de 08/03/2001. A partir de 2001, os valores foram retirados diretamente do Balanço Geral do Estado, publicado pela CAGE.



O resultado primário menor que o resultado orçamentário, que se verifica em alguns anos da série, deveu-se, principalmente, ao uso de receitas financeiras na cobertura de despesas correntes, ou seja, o Estado financiou as despesas de pessoal e custeio com operações de crédito e/ou com a alienação de bens (despesas de capital). A Tabela adiante mostra a evolução dos resultados primário e orçamentário e também os percentuais dos orçamentos executados das receitas e das despesas, em relação ao PIB gaúcho.

Resultados Primário e Orçamentário comparados ao PIB do RS e a Receita e Despesa Total sobre o PIB do RS

Ano	Resultado Primário IGP-DI Médio	Resultado Orçamentário IGP-DI Médio	% Resultado Primário sobre PIB/RS	Resultado Orçamentário sobre PIB/RS	Receita Total sobre PIB/RS	Despesa Total sobre PIB/RS
1971	-42.961.874	-133.148.215	(0,06%)	(0,19%)	9,66	9,85
1972	-277.554.883	-242.383.414	(0,36%)	(0,32%)	9,65	9,97
1973	-521.155.549	-451.124.053	(0,50%)	(0,44%)	8,71	9,14
1974	-983.829.654	-392.647.727	(0,86%)	(0,34%)	8,59	8,93
1975	-1.287.072.021	-666.878.306	(1,02%)	(0,53%)	9,40	9,93
1976	-1.469.090.863	-1.452.932.085	(1,05%)	(1,04%)	7,83	8,88
1977	-27.558.137	-518.955.574	(0,02%)	(0,35%)	7,81	8,16
1978	-633.997.465	245.260.723	(0,41%)	0,16%	8,58	8,42
1979	-1.052.697.065	-442.571.786	(0,65%)	(0,27%)	8,13	8,40
1980	-619.699.334	-521.266.163	(0,35%)	(0,30%)	7,75	8,05
1981	-1.337.258.467	-547.147.759	(0,82%)	(0,34%)	9,12	9,46
1982	-1.791.953.955	-1.402.685.005	(1,12%)	(0,87%)	10,70	11,58
1983	-1.706.941.162	-5.496.589.442	(0,98%)	(3,17%)	7,91	11,08
1984	-1.349.039.080	-2.358.317.366	(0,78%)	(1,36%)	8,82	10,19
1985	-2.257.368.382	-9.154.162.756	(1,25%)	(5,09%)	9,89	14,98
1986	-1.629.556.568	-2.680.608.515	(0,85%)	(1,40%)	11,13	12,53
1987	-889.825.647	-979.681.112	(0,43%)	(0,48%)	10,96	11,43
1988	-1.380.395.937	-776.915.709	(0,59%)	(0,33%)	9,56	9,89
1989	-4.115.737.211	341.793.591	(1,40%)	0,12%	9,79	9,68
1990	-3.442.083.789	-1.104.190.968	(1,71%)	(0,55%)	12,35	12,90
1991	-428.358.351	-420.774.534	(0,23%)	(0,22%)	10,34	10,57
1992	-4.480.737.644	-1.049.261.846	(1,94%)	(0,45%)	11,52	11,97
1993	-3.304.345.340	-461.241.630	(1,12%)	(0,16%)	11,23	11,39
1994	-874.119.401	-784.117.173	(0,38%)	(0,34%)	11,94	12,28
1995	-678.207.652	-1.564.402.101	(0,36%)	(0,82%)	11,39	12,22
1996	-2.222.923.282	-88.192.096	(1,10%)	(0,04%)	13,29	13,33
1997	-1.521.129.740	1.662.117.474	(0,74%)	0,81%	14,76	13,94



Ano	Resultado Primário IGP-DI Médio	Resultado Orçamentário IGP-DI Médio	% Resultado Primário sobre PIB/RS	Resultado Orçamentário sobre PIB/RS	Receita Total sobre PIB/RS	Despesa Total sobre PIB/RS
1998	-3.964.795.201	1.067.379.005	(1,98%)	0,53%	18,79	18,26
1999	-1.047.515.206	-2.113.869.938	(0,54%)	(1,10%)	10,72	11,81
2000	-946.490.398	-1.394.405.835	(0,49%)	(0,73%)	11,26	11,99
2001	-599.813.270	-1.377.833.834	(0,31%)	(0,77%)	11,39	12,16
2002	-116.031.702	-683.273.147	(0,06%)	(0,36%)	11,60	11,96
2003	-145.376.285	-558.264.590	(0,08%)	(0,31%)	11,12	11,42
2004	48.035.667	-1.227.900.933	0,03%	(0,67%)	10,50	11,17
2005	720.436.391	-1.156.398.175	0,40%	(0,64%)	11,55	12,19
2006	562.755.822	-1.113.633.779	0,29%	(0,57%)	11,54	12,12
2007	1.124.386.999	734.259.060	0,54%	0,35%	11,41	11,05
2008	2.278.769.370	468.993.460	1,08%	0,22%	11,81	11,61
2009	1.710.103.360	10.919.228	0,88%	0,01%	11,45	11,45
2010	1.585.472.788	-156.519.910	0,69%	(0,07%)	12,54	12,61
2011 (Jan-Jun)	1.204.759.356	59.621.259	-	-	-	-

Fonte: Balanço Geral do Estado do RS e FEE/RS.

Nota 1: Os valores estão atualizados pelo IGP-DI médio de 2010. Os resultados primário e orçamentário de 2011 (jan-jun) estão em valores nominais.

Nota 2: O PILcf, que originou a série do PIBcf entre 1960 e 1969, foi ajustado pela diferença média entre os valores das duas séries, nos anos de 1970 e 1973, isto é, foi multiplicado por 1,32.

Nota 3: O valor do PIB, entre 1960 e 1969, foi obtido a partir da série do PILcf multiplicado pela média da diferença entre o PILcf e o PIBcf dos anos 1970 e 1976 (1,04532607567074).

Nota 4: A partir de 1985, nova série do PIB.

Nota 5: As receitas totais e as despesas totais estão dispostas pelos seus totais líquidos, sem dupla contagem contábil intraorçamentária.



### 2.3. Os Principais Agregados da Receita Pública

A Tabela abaixo mostra a evolução da receita pública consolidada, a partir de 2003, atualizada pelo IGP-DI até 30/jun/2011.

Receitas Orçamentárias Consolidadas do Estado do RS – Em R\$ milhões

Especificação da Receita	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011 (jan-jun)
Receita Tributária	16.138	15.993	17.456	18.329	18.387	19.871	20.381	23.129	11.071
ICMS	13.756	13.675	15.059	15.669	15.488	16.883	16.816	18.677	9.132
IPVA	962	876	940	1.041	1.123	1.184	1.683	1.583	984
Receita de Contribuições	1.119	1.266	1.297	1.372	1.443	1.358	1.458	1.502	737
Receita Patrimonial	542	283	356	529	402	618	766	641	274
Receita Agropecuária	1	1	1	1	1	1	1	4	1
Receita Industrial	4	8	4	3	1	0	0	0	0
Receita de Serviços	260	240	239	223	230	243	259	251	116
Transferências Correntes	3.843	4.233	4.586	5.077	5.365	5.871	6.029	6.453	3173
Cota-Parte do Fundo Participação dos Estados	819	826	974	1.060	1.168	1.286	1.216	1.240	742
Fundo da Educação	1.548	1.472	1.622	1.613	1.911	2.476	2.757	2.937	1.476
Cota-Parte do IPI-Exportação	469	453	486	511	505	502	382	474	228
Lei Kandir e Auxílio Financeiro à Exportação	514	448	466	403	348	366	320	282	74
Outras Receitas Correntes	1.956	848	833	614	740	689	959	1.260	358
Deduções da Receita Corrente	-2.422	-2.359	-2.020	-2.051	-2.305	-2.796	-3.102	-3.473	-1.715
<b>Receitas Correntes sem Intraorçamentárias</b>	<b>21.443</b>	<b>20.513</b>	<b>22.751</b>	<b>24.098</b>	<b>24.263</b>	<b>25.857</b>	<b>26.752</b>	<b>29.766</b>	<b>14.015</b>
Operações de Crédito	450	336	175	40	0	1.343	0	848	3
Alienação de Bens	209	248	40	309	1.683	5	35	4	3
Amortização Empréstimos	8	15	17	71	44	29	19	37	3
Transferências de Capital	19	40	25	34	41	101	219	234	42
<b>Receitas de Capital</b>	<b>686</b>	<b>639</b>	<b>257</b>	<b>454</b>	<b>1.768</b>	<b>1.478</b>	<b>273</b>	<b>1.124</b>	<b>50</b>
<b>Receitas Totais sem Intraorçamentárias</b>	<b>22.129</b>	<b>21.152</b>	<b>23.008</b>	<b>24.552</b>	<b>26.031</b>	<b>27.335</b>	<b>27.025</b>	<b>30.890</b>	<b>14.065</b>

Fonte: Secretaria da Fazenda do RS.



As receitas tributárias são responsáveis pela maior parte da arrecadação do Tesouro, seguidas pelas transferências constitucionais e legais advindas da União. Quanto às operações de crédito, estas obedecem às restrições da LCF 101/2000 (LRF), que tornaram inviáveis novas contratações por mais de uma década. Em 2008 e em 2010, o Estado obteve permissão para contratar empréstimo junto ao Banco Mundial, com a finalidade de trocar o perfil da dívida extralimite.

### 2.3.1. O ICMS

O ICMS é o principal tributo estadual. Concentra-se, notadamente, nas áreas de combustível, energia elétrica e telecomunicações, bem como nos setores de bebidas e cigarros. Esse imposto, em relação ao grupo das receitas tributárias, representou, em média, 84,3% do total arrecadado entre 2001 e junho de 2011. Há uma pequena tendência de queda proporcional do ICMS no grupo das receitas tributárias, em função de um crescimento maior na arrecadação do IPVA que, entre 2001 e 2010, foi de 181,6% nominais, enquanto o ICMS Tributo, no mesmo período, cresceu 165,3%.

Percentual do ICMS total em relação à Receita Tributária – em valores nominais – R\$ milhões

Especificação	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011 (Jan-Jun)
ICMS Tributo Arrecadado	6.515	7.213	8.596	9.361	10.901	11.541	11.996	14.536	14.733	17.283	9.085
Receita Tributária	7.698	8.429	10.084	10.946	12.637	13.502	14.240	17.099	17.859	21.420	11.013
<b>% ICMS Tributo / Receita Tributária</b>	<b>84,6</b>	<b>85,6</b>	<b>85,2</b>	<b>85,5</b>	<b>86,3</b>	<b>85,5</b>	<b>84,2</b>	<b>85,0</b>	<b>82,5</b>	<b>80,7</b>	<b>82,5</b>

Fonte de Dados Brutos: Secretaria da Fazenda do RS.

A Tabela abaixo mostra a evolução do ICMS. Verifica-se que a arrecadação cresceu 346,6%, em termos nominais, passando de R\$ 4.006,7 milhões, em 1997, para R\$ 17.783,3 milhões em 2010. Nesse mesmo período, comparando-se com a variação do IGP-DI de 31/dez/2010, houve um aumento real de 49,5%. Na comparação de 2010 com 2009, o crescimento nominal do ICMS foi de 18,6% e, pelo IGP-DI, de 12,8%. O forte desempenho deveu-se, fundamentalmente, à recuperação da economia após a crise internacional.



A arrecadação do ICMS total em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) do Rio Grande do Sul, que representou 5,8%, em 1997, cresceu para 7,8% do PIB, em 2010. A média do período, entre 1997 e 2010, é de 7,0%.

Evolução da Arrecadação do ICMS Total – R\$ milhões

Ano	Arrecadação nominal	Variação nominal sobre ano anterior	Arrecadação pelo IGP-DI	Variação pelo IGP-DI sobre ano anterior	% Arrecadação ICMS / PIB do RS
1997	4.006,70	-	12.617,59	-	5,8
1998	4.232,10	5,6	12.825,02	1,6	6,0
1999	4.659,50	10,1	12.674,60	-1,2	6,2
2000	5.646,80	21,2	13.498,51	6,5	6,6
2001	6.706,30	18,8	14.534,24	7,7	7,1
2002	7.441,50	11,0	14.167,62	-2,5	7,1
2003	8.988,80	20,8	13.975,02	-1,4	7,2
2004	9.637,90	7,2	13.677,74	-2,1	7,0
2005	11.382,70	18,1	15.275,80	11,7	7,9
2006	11.813,30	3,8	15.579,14	2,0	7,5
2007	12.257,70	3,8	15.372,98	-1,3	6,9
2008	14.825,20	20,9	16.726,80	8,8	7,4
2009	15.086,70	1,8	16.727,19	0,0	7,3
2010	17.893,30	18,6	18.867,81	12,8	7,8
<b>% 2010/1997</b>	<b>346,6</b>	<b>-</b>	<b>49,5</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

Fonte de Dados Brutos: Secretaria da Fazenda do RS e Fundação de Economia e Estatística do RS.

Nota: Os PIBs do RS dos anos de 2009 e de 2010 são estimativas preliminares da FEE/RS.

Nota 2: O ICMS total engloba o ICMS tributo mais a Dívida Ativa.

Como se pode visualizar na série acima, os anos de 2000, 2001, 2005, 2008 e 2010 tiveram os maiores aumentos reais de arrecadação de ICMS. O grande salto, em 2005, foi em função do aumento de alíquotas sobre alguns produtos e serviços seletivos, que se estendeu até 31 de dezembro de 2006. Nesse ano, o PIB do Rio Grande do Sul teve queda de 2,8%, pelo efeito da forte estiagem, causando depressão no campo e no agronegócio gaúcho, enquanto o PIB brasileiro cresceu 3,2%.

O Rio Grande do Sul mantém-se, há vários anos, na quarta posição entre os estados brasileiros com maior arrecadação nominal de ICMS, atrás de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Conforme dados retirados do *site* do Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ) junto ao Ministério da Fazenda ([www.fazenda.gov.br/confaz](http://www.fazenda.gov.br/confaz)), a participação relativa da arrecadação do ICMS no RS, em relação aos demais estados brasileiros, foi, em média, de 6,6% entre os anos de 2006 e 2010.

A Tabela seguinte mostra a posição do Rio Grande do Sul, comparativamente aos demais estados brasileiros, no tocante à participação percentual do ICMS Tributo sobre o PIB estadual. Não obstante estar na quarta posição dentre os estados que mais arrecadaram ICMS, em 2006, o RS ocupou a 16<sup>a</sup> posição dentre as 27 unidades da Federação, em relação à participação sobre o PIB estadual; em 2007, a 19<sup>a</sup> posição; e, em 2008, novamente a 16<sup>a</sup> posição.

Explica-se a baixa participação do ICMS sobre o PIB pelo perfil agroindustrial da economia gaúcha, em cujos produtos incidem menores alíquotas, pela sua natureza exportadora, cujas desonerações fiscais reduzem a arrecadação tributária, e muito, também, em função da guerra fiscal entre os Estados, que obriga os governantes a, rotineiramente, abrirem mão de receitas. Ademais, há uma crescente participação do setor de serviços na economia gaúcha, não abrangido pela base tributária do ICMS.



Participação percentual do ICMS Tributo em relação ao PIB estadual – Em R\$ milhões

Estados	2006				2007				2008			
	ICMS	PIB	% ICMS/PIB	Ranking	ICMS	PIB	% ICMS/PIB	Ranking	ICMS	PIB	% ICMS/PIB	Ranking
AC	361	4.835	7,5	17	392	5.761	6,8	20	400	6.730	5,9	24
AL	1.281	15.748	8,1	11	1.402	17.793	7,9	12	1.614	19.477	8,3	10
AM	3.360	39.157	8,6	8	3.712	42.023	8,8	5	4.620	46.823	9,9	3
AP	288	5.260	5,5	25	313	6.022	5,2	26	353	6.765	5,2	25
BA	8.604	96.521	8,9	6	8.941	109.652	8,2	9	10.239	121.508	8,4	8
CE	3.756	46.303	8,1	12	3.918	50.331	7,8	13	4.719	60.099	7,9	13
DF	3.316	89.629	3,7	27	3.459	99.946	3,5	27	3.949	117.572	3,4	27
ES	5.092	52.778	9,6	4	5.878	60.340	9,7	2	7.001	69.870	10,0	2
GO	4.699	57.057	8,2	10	5.231	65.210	8,0	10	6.143	75.275	8,2	11
MA	1.828	28.620	6,4	23	2.003	31.606	6,3	23	2.350	38.487	6,1	23
MG	17.018	214.754	7,9	13	19.333	241.293	8,0	11	23.214	282.522	8,2	12
MS	3.010	24.341	12,4	1	3.501	28.121	12,4	1	4.347	33.145	13,1	1
MT	3.497	35.258	9,9	3	3.887	42.687	9,1	4	4.736	53.023	8,9	5
PA	3.308	44.370	7,5	18	3.667	49.507	7,4	15	4.182	58.519	7,1	17
PB	1.533	19.951	7,7	14	1.678	22.202	7,6	14	1.927	25.697	7,5	15
PE	4.864	55.493	8,8	7	5.416	62.256	8,7	7	6.209	70.441	8,8	7
PI	1.069	12.788	8,4	9	1.176	14.136	8,3	8	1.403	16.761	8,4	9
PR	9.264	136.615	6,8	21	10.086	161.582	6,2	24	11.767	179.270	6,6	20
RJ	14.805	275.327	5,4	26	15.671	296.768	5,3	25	17.836	343.182	5,2	26
RN	1.914	20.555	9,3	5	2.006	22.926	8,8	6	2.256	25.481	8,9	6
RO	1.333	13.107	10,2	2	1.442	15.003	9,6	3	1.675	17.888	9,4	4
RR	221	3.660	6,0	24	269	4.169	6,5	22	301	4.889	6,2	22
<b>RS</b>	<b>11.813</b>	<b>156.827</b>	<b>7,5</b>	<b>16</b>	<b>12.258</b>	<b>176.615</b>	<b>6,9</b>	<b>19</b>	<b>14.825</b>	<b>199.499</b>	<b>7,4</b>	<b>16</b>
SC	6.169	93.147	6,6	22	6.823	104.623	6,5	21	7.944	123.283	6,4	21
SE	1.147	15.124	7,6	15	1.204	16.896	7,1	16	1.341	19.552	6,9	19
SP	57.788	802.655	7,2	20	63.192	902.784	7,0	18	76.322	1.003.016	7,6	14
TO	722	9.605	7,5	19	788	11.094	7,1	17	916	13.091	7,0	18
BRASIL	172.059	2.369.485	7,3	-	187.645	2.661.346	7,1	-	222.589	3.031.865	7,3	-

Fontes: Secretaria do Tesouro Nacional - [www.stn.fazenda.gov.br](http://www.stn.fazenda.gov.br) - Finanças Estaduais/IBGE - [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br) - Contas Regionais.

**2.3.2. As Transferências Constitucionais da União ao Estado**

No domínio tributário, as relações federativas encontram-se submetidas a distorções, devido ao incremento da carga fiscal concentrar-se na esfera federal, com a institucionalização de diversas contribuições sociais (CPMF, CIDE PIS/PASEP, COFINS e CSLL), não repartidas com os demais entes federativos. Em 2003, houve o compartilhamento da CIDE (Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico), que era 100% apropriada pela União, com aumento do percentual de sua distribuição, dos 25% previstos originalmente, para 29%, dos quais 25% vão para os municípios. Ademais, a União dispõe de mecanismo de aumento da carga tributária, através de impostos que intervêm na atividade econômica (IPI, II, IE e IOF).

As principais transferências constitucionais da União ao Estado (Fundo de Participação dos Estados, Cota-Parte do IPI Exportação, Transferências Financeiras pelas perdas da Lei Kandir e Auxílio Financeiro à Exportação) apresentaram, ao longo do tempo, uma redução significativa na sua participação na Receita Corrente Líquida (variação negativa de 4,9 pontos percentuais da RCL). Com efeito, em 2000, as transferências da União representavam 14,0% da RCL, enquanto que, em 2010, essa participação foi de 9,1% da RCL.

Transferências constitucionais da União ao RS em relação à RCL – Em valores nominais – R\$ 1.000,00

<b>Especificação</b>	<b>2000</b>	<b>2001</b>	<b>2002</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>
COTA-PARTE DO FPE	286.873	337.596	417.803	511.344	563.644	705.429	780.711	904.439	1.105.764	1.065.736	1.148.674
COTA-PARTE DO FPE-FUNDEF	50.625	59.576	73.730	0	0	0	0	0	0	0	0
COTA-PARTE DO IPI EXPORTAÇÃO	255.243	270.315	264.593	292.623	310.233	351.577	371.140	391.548	432.034	334.855	440.022
COTA-PARTE DO IPI EXP - FUNDEF	45.043	47.703	46.693	0	0	0	0	0	0	0	0
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS LC 87/96	247.772	229.334	253.100	319.591	256.134	256.134	146.900	146.900	146.900	146.900	146.900
TRANSFERÊNCIAS LC 87/96-FUNDEF	43.628	40.471	44.665	0	0	0	0	0	0	0	0
AUXÍLIO FINANCEIRO-EXPORTAÇÃO	0	0	0	0	50.713	81.583	152.694	121.824	173.569	133.818	117.582
<b>TOTAL</b>	<b>929.183</b>	<b>984.995</b>	<b>1.100.584</b>	<b>1.123.557</b>	<b>1.180.723</b>	<b>1.394.723</b>	<b>1.451.445</b>	<b>1.564.711</b>	<b>1.858.267</b>	<b>1.681.308</b>	<b>1.853.179</b>
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	6.657.894	7.714.865	8.414.927	9.660.540	10.736.730	12.349.352	13.312.367	13.991.366	16.657.785	17.387.287	20.297.847
<b>% TRANSFERÊNCIA DA UNIÃO / RCL</b>	<b>14</b>	<b>12,8</b>	<b>13,1</b>	<b>11,6</b>	<b>11</b>	<b>11,3</b>	<b>10,9</b>	<b>11,2</b>	<b>11,2</b>	<b>9,7</b>	<b>9,1</b>

Fontes: Secretaria da Fazenda do RS e FEE/RS.

NOTA: Os PIBs de 2009 e 2010, divulgados pela FEE/RS, são preliminares.

A solução para as distorções do sistema tributário brasileiro passa, necessariamente, pela aprovação, no Congresso Nacional, de uma ampla reforma tributária, que simplifique o sistema de arrecadação fiscal (cumulatividade tributária), preservando o patamar de arrecadação dos entes federados; que corrija distorções quanto à excessiva carga tributária sobre a folha de pagamento; que signifique o fim da guerra fiscal entre os estados; e que desonere setores produtivos da economia quanto aos investimentos e às exportações. O que também se ressalva importante é a necessidade de um novo pacto federativo, em que os tributos tenham mais destinação na origem, em que se concentram as necessidades maiores da população.

#### **2.4. As Considerações Finais**

O Estado do Rio Grande do Sul está continuamente despendendo esforços para melhorar sua função arrecadadora. Tem à sua disposição diversas ferramentas modernas de gestão, de controle e de fiscalização da atividade econômica das empresas, o que diminui o risco da sonegação fiscal. O uso da nota fiscal eletrônica, por exemplo, dá margem ao controle da mercadoria na saída da empresa até o seu destino final e, conseqüentemente, à tributação advinda da circulação. Outra maneira do controle setorial do ICMS é a Substituição Tributária, a qual pode ser conceituada como sendo o regime pelo qual a responsabilidade pelo ICMS devido em relação às operações ou prestações de serviços é atribuída a outro contribuinte. Embora haja várias modalidades, normalmente o primeiro contribuinte da cadeia recolhe o tributo sobre uma pauta pré-estabelecida.

Também são de suma importância, nesse sentido, o planejamento e a impulsão do Estado como indutor do crescimento e do dinamismo da economia gaúcha rumo a uma maior diversificação de sua matriz produtiva com ganhos no valor agregado. O Rio Grande do Sul precisa solidificar o *status* de Estado com crescimento econômico acima da média brasileira. Assim, reúnem-se as condições ideais para um cenário de investimentos de pequenas, médias e grandes empresas, que vão querer aqui se expandir ou se instalar. Esses recursos injetados na economia gaúcha gerarão um círculo virtuoso para o Estado, com mais emprego, mais renda e mais tributos.

O Estado está em alerta em seus mecanismos de arrecadação para que sejam constantemente aprimorados. Podem-se destacar algumas ações importantes, tais como a utilização de técnicas de gerenciamento matricial da receita; a ampliação da Nota Fiscal Eletrônica; a utilização da Tecnologia da Informação no combate à sonegação; a modernização dos processos da administração tributária; a ampliação do sistema de Substituição Tributária; e os programas que visam reduzir o estoque da dívida ativa.

## 2.5. Os Grandes Agregados da Despesa Pública

Para se ter uma visão mais aprofundada da situação das contas estaduais, faz-se necessário destacar a evolução das despesas, segundo os grandes grupos: Pessoal e Encargos Sociais, Serviço da Dívida (Juros, Encargos e Amortização da Dívida), Investimentos Amplos (Investimentos e Inversões Financeiras) e Outras Despesas Correntes (Transferências Constitucionais e Legais aos Municípios, Manutenção e Custeio da máquina pública).

Com o objetivo de aprimorar e facilitar a análise das despesas públicas, os diversos grupos de despesa são apresentados, ao longo do texto, referenciados à Receita Corrente Líquida (RCL). Assim, quando há referência à RCL, trata-se do cálculo da Receita Corrente Líquida apresentado pela Contadoria-Geral do Estado (CAGE/RS) e divulgado no Balanço Geral do Estado, avalizado pelo Tribunal de Contas do Estado, que busca obedecer às determinações da Lei de Responsabilidade Fiscal, em seu art. 53, I. Adiante, demonstra-se, de forma analítica, o conceito de RCL.

---

### Receitas Correntes Totais

---

- (-) Transferências Legais e Constitucionais aos Municípios
  - (-) Dedução da Receita para a formação do FUNDEB
  - (-) Contribuição para o plano de previdência do servidor
  - (-) Compensação financeira entre regimes de previdência
  - (-) Anulação de Restos a Pagar
  - (-) IRRF dos servidores
- 

### Receita Corrente Líquida (Anexo III, LRF, art. 53, inciso I)

---

A seguir apresenta-se a Tabela onde são transcritos os valores da Receita Corrente Líquida, calculados de acordo com o disposto na Lei Complementar Federal 101/00.

Demonstrativo da Receita Corrente Líquida, segundo a Lei de Responsabilidade Fiscal – R\$ 1.000,00

Especificação	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Receita Corrente Líquida	6.657.894	7.714.865	8.414.927	9.660.540	10.736.730	12.349.352	13.312.367	13.991.366	16.657.785	17.387.287	20.297.847

Fonte: Balanço Geral do Estado do Rio Grande do Sul.



**2.5.1. O Grupo Pessoal e Encargos Sociais**

Conforme Tabela adiante, do ponto de vista quantitativo, o quadro de matrículas de servidores ativos e inativos e de pensionistas do Estado do Rio Grande do Sul apresenta um comportamento de relativa linearidade com a evolução da população do Estado, quando analisado o período entre 2000 e 2010. O quadro de ativos mantém tendência declinante com relação ao conjunto do funcionalismo e à evolução da população do Estado: em 2000, entre ativos, inativos e pensionistas, os ativos representavam 52,3% do total e 1,90% da população gaúcha. Em 2010, os ativos perfaziam, respectivamente, 50,9% e 1,82%. Note-se, ainda, que, entre 2000 e 2010, o quadro de inativos cresceu 16,8%. O resultado é um quadro de pessoal que cresceu 3,9%, em 2010, em relação a 2000, enquanto que a população evoluiu em 5,0%.

Matrículas dos servidores ativos, inativos e pensionistas

Órgãos	Matrículas	2000	2002	2004	2006	2008	2009	2010	2010-2000	% 2010 / 2000
Administração Direta	Ativos	165.180	174.248	177.046	173.389	161.843	163.521	162.844	-2.336	-1,4
	Inativos	108.417	110.968	116.137	118.860	125.627	130.330	132.734	24.317	22,4
	Pensionistas	1.927	1.812	1.656	1.512	1.301	1.273	1.274	-653	-33,9
	<b>Total</b>	<b>275.524</b>	<b>287.028</b>	<b>294.839</b>	<b>293.761</b>	<b>288.771</b>	<b>295.124</b>	<b>296.852</b>	<b>21.328</b>	<b>7,7</b>
Fundações	Ativos	4.943	5.177	5.415	5.585	5.082	5.082	4.959	16	0,3
	Inativos	0	0	0	0	0	0	3	3	-
	<b>Total</b>	<b>4.943</b>	<b>5.177</b>	<b>5.415</b>	<b>5.585</b>	<b>5.082</b>	<b>5.082</b>	<b>4.962</b>	<b>19</b>	<b>0,4</b>
Autarquias	Ativos	4.305	4.337	3.888	3.785	3.363	3.678	3.649	-656	-15,2
	Inativos	6.277	6.107	5.768	5.393	5.204	5.053	5.083	-1.194	-19,0
	Pensionistas	53.992	48.948	48.995	49.531	48.804	48.307	47.604	-6.388	-11,8
	<b>Total</b>	<b>64.574</b>	<b>59.392</b>	<b>58.651</b>	<b>58.709</b>	<b>57.371</b>	<b>57.038</b>	<b>56.336</b>	<b>-8.238</b>	<b>-12,8</b>
Sociedade Economia Mista	Ativos	18.636	20.050	20.457	21.183	21.685	22.019	23.062	4.426	23,7
	Inativos	5.200	3.729	3.329	2.817	2.337	2.263	2.170	-3.030	-58,3
	Pensionistas	157	150	169	177	181	195	189	32	20,4
	<b>Total</b>	<b>23.993</b>	<b>23.929</b>	<b>23.955</b>	<b>24.177</b>	<b>24.203</b>	<b>24.477</b>	<b>25.421</b>	<b>1.428</b>	<b>6,0</b>
<b>GERAL</b>	Ativos	193.064	203.812	206.806	203.942	191.973	194.300	194.514	1.450	0,8
	Inativos	119.894	120.804	125.234	127.070	133.168	137.646	139.990	20.096	16,8
	Pensionistas	56.076	50.910	50.820	51.220	50.286	49.775	49.067	-7.009	-12,5
	<b>Total</b>	<b>369.034</b>	<b>375.526</b>	<b>382.860</b>	<b>382.232</b>	<b>375.427</b>	<b>381.721</b>	<b>383.571</b>	<b>14.537</b>	<b>3,9</b>
População do Estado do RS		10.187.798	10.316.752	10.425.735	10.530.809	10.613.565	10.652.327	10.693.929		
<b>% de Matrículas sobre a População do RS</b>		<b>3,62</b>	<b>3,64</b>	<b>3,67</b>	<b>3,63</b>	<b>3,54</b>	<b>3,58</b>	<b>3,59</b>	-	-
<b>% de Ativos sobre a População do RS</b>		<b>1,90</b>	<b>1,98</b>	<b>1,98</b>	<b>1,94</b>	<b>1,81</b>	<b>1,82</b>	<b>1,82</b>	-	-

Nota: Os dados populacionais foram retirados da FEE/RS. Em 2010, censo do IBGE.

Fontes de Dados Brutos: SEFAZ ([www.sefaz.rs.gov.br](http://www.sefaz.rs.gov.br))/Finanças Estaduais/Documentos/Boletim Informativo de Pessoal.



A Tabela a seguir mostra a evolução das despesas com pessoal ativo e inativo, entre 1996 e 2010. Tomando-se por base a despesa empenhada vinculada diretamente ao gasto com pessoal ativo civil (elemento da despesa 11) e militar (elemento da despesa 12), em relação ao gasto com o pessoal aposentado (elemento da despesa 01) e pensionista (elemento da despesa 03), constata-se que, em 1996, gastava-se 57,2% com pessoal ativo e 42,8% com inativo. Em 2000, as despesas com inativos (aposentados e pensionistas) já ultrapassavam as do pessoal ativo. Em 2010, empenhou-se 46,2% do gasto de pessoal com ativos e 53,8% com aposentados e pensionistas. Ressalta-se o fato de que, entre os estados brasileiros, o Rio Grande do Sul é o que mais gasta com inativos, em relação às despesas com pessoal.

Percentual Empenhado com Pessoal da Administração Pública Consolidada

Especificação	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
% Ativos (Civil/Militar) - Elementos 11 e 12	57,2	55,1	54,9	54,5	49,5	49,8	50,3	49,8	49,5	49,1	48,7	47,8	47,0	46,4	46,2
% Inativos (Aposentados e Pensionistas) - Elementos 01 e 03	42,8	44,9	45,1	45,5	50,5	50,2	49,7	50,2	50,5	50,9	51,3	52,2	53,0	53,6	53,8

Fonte de Dados Brutos: Secretaria da Fazenda do Estado do RS.

Em relação à RCL, as despesas empenhadas consolidadas com o grupo Pessoal e Encargos Sociais, entre os anos de 2000 e 2010 demonstram, no período recente, um comportamento declinante. Em 2010, o gasto ficou em 66,9% da RCL. Para o processamento da evolução do cálculo do grupo Pessoal e Encargos Sociais, tomou-se por base o valor empenhado, deduzindo-se as despesas intraorçamentárias (dupla contagem contábil) e, nos anos de 2009 e 2010, incluindo-se o Órgão 40 (aposentados, pensionistas e sentenças judiciais do IPERGS) do grupo Outras Despesas Correntes que, nos anos anteriores, já figuravam no grupo de Pessoal.

Percentual das Despesas Consolidadas com o grupo de Pessoal e Encargos Sociais em Relação à RCL

Especificação	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
% do grupo de Pessoal e Encargos Sociais sobre a RCL	75,7	73,7	79,0	77,6	72,9	69,2	71,8	72,6	66,0	69,3	66,9

Fonte de Dados Brutos: Balanço Geral do Estado do RS e Secretaria da Fazenda do RS.



Na Tabela adiante, as despesas do grupo Pessoal e Encargos Sociais, por Poder e Órgão, entre 2000 e 2010.

Despesas empenhadas de Pessoal e Encargos Sociais, por Poder e Órgãos, em valores nominais – R\$ 1.000,00

<b>Poderes / Órgãos</b>	<b>2000</b>	<b>2001</b>	<b>2002</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>
INDIRETA	752.995	938.752	1.193.528	1.416.084	1.437.601	1.535.060	1.769.455	1.710.710	1.821.684	1.902.883	2.205.905
MINISTÉRIO PÚBLICO	141.508	171.120	214.506	273.357	310.014	364.654	398.503	414.567	435.362	466.729	508.795
PODER EXECUTIVO	3.469.535	3.736.998	4.244.652	4.692.434	4.844.279	5.174.838	5.765.490	6.377.302	6.899.047	7.826.948	8.856.983
PODER JUDICIÁRIO	474.381	576.111	690.073	791.120	911.617	1.070.912	1.179.733	1.220.114	1.370.958	1.362.969	1.474.422
PODER LEGISLATIVO	198.316	260.396	306.968	323.242	327.612	396.154	444.248	434.543	474.267	489.144	536.434
<b>GASTO TOTAL PESSOAL</b>	<b>5.036.735</b>	<b>5.683.377</b>	<b>6.649.727</b>	<b>7.496.237</b>	<b>7.831.123</b>	<b>8.541.618</b>	<b>9.557.429</b>	<b>10.157.236</b>	<b>11.001.318</b>	<b>12.048.673</b>	<b>13.582.539</b>

Fonte de Dados Brutos: Balanço Geral do Estado do RS e Secretaria da Fazenda do RS.

Despesas de Pessoal dos Poderes e Órgãos em relação à RCL – Ano 2000 como base 100

<b>PODERES/ÓRGÃOS</b>	<b>2000</b>	<b>2001</b>	<b>2002</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>
INDIRETA	100,0	107,6	125,4	129,6	118,4	109,9	117,5	108,1	96,7	96,8	96,1
MINISTÉRIO PÚBLICO	100,0	104,4	119,9	133,1	135,9	138,9	140,8	139,4	123,0	126,3	117,9
PODER EXECUTIVO	100,0	93,0	96,8	93,2	86,6	80,4	83,1	87,5	79,5	86,4	83,7
PODER JUDICIÁRIO	100,0	104,8	115,1	114,9	119,2	121,7	124,4	122,4	115,5	110,0	101,9
PODER LEGISLATIVO	100,0	113,3	122,5	112,3	102,4	107,7	112,0	104,3	95,6	94,4	88,7
<b>TOTAL</b>	<b>100,0</b>	<b>97,4</b>	<b>104,5</b>	<b>102,6</b>	<b>96,4</b>	<b>91,4</b>	<b>94,9</b>	<b>96,0</b>	<b>87,3</b>	<b>91,6</b>	<b>88,5</b>

Fonte de Dados Brutos: Balanço Geral do Estado do RS e Secretaria da Fazenda do RS.

A Tabela anterior demonstra a evolução do percentual gasto dos Poderes e Órgãos com o grupo Pessoal e Encargos Sociais, em relação à Receita Corrente Líquida, tomando-se como base 100 o ano de 2000. Depois de cotejadas as despesas, verificam-se comportamentos distintos. A proporção do dispêndio no Poder Executivo apresenta curva declinante, não acompanhando a evolução da RCL. Fenômeno inverso ocorreu no Poder Judiciário e no Ministério Público, cujas proporções elevaram-se em toda série histórica.

**2.5.2. O Grupo Outras Despesas Correntes**

O grupo Outras Despesas Correntes engloba, basicamente, os gastos com os serviços prestados à população nas áreas da Saúde, da Educação e da Segurança, as transferências de receitas constitucionais e legais aos municípios e a gestão plena do SUS. A partir de 2009, o grupo apropria os gastos com aposentadorias, pensões e sentenças judiciais do Poder Executivo (Elementos 01, 03 e 91 do Órgão 40 – IPERGS). Para fins de comparação, o grupo foi ajustado com a exclusão das transferências intraorçamentárias, das transferências aos municípios, das despesas com aposentadorias, pensões e sentenças judiciais e com as despesas da gestão plena do SUS.

As Tabelas a seguir mostram a evolução dos gastos do grupo Outras Despesas Correntes, por Poder e Órgãos, em relação à RCL, e a evolução dos gastos dos Poderes e Órgãos, tendo como base 100 o ano de 2000. Observa-se que o Ministério Público aumentou suas despesas de manutenção e custeio em 96,1% acima da variação da RCL, e o Poder Judiciário, em 40,3%. Já a Administração Indireta, o Poder Executivo e o Poder Legislativo tiveram decréscimos, em relação à variação da RCL, de 20,8%, de 26,7% e de 55,4%, respectivamente.

Outras Despesas Correntes por Poder e Órgãos – em valores nominais empenhados – R\$ 1.000,00

ÓRGÃOS	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
<b>INDIRETA</b>	<b>681.433</b>	<b>761.427</b>	<b>782.324</b>	<b>744.827</b>	<b>887.708</b>	<b>1.073.727</b>	<b>1.089.546</b>	<b>1.232.149</b>	<b>1.308.010</b>	<b>1.451.828</b>	<b>1.646.103</b>
<b>MINISTÉRIO PÚBLICO</b>	<b>9.351</b>	<b>13.527</b>	<b>19.404</b>	<b>27.532</b>	<b>32.024</b>	<b>34.761</b>	<b>38.401</b>	<b>48.940</b>	<b>44.533</b>	<b>55.004</b>	<b>55.901</b>
PODER EXECUTIVO	2.712.119	3.282.592	2.984.627	3.603.955	4.357.616	5.408.680	5.669.904	5.658.212	6.762.360	12.423.055	14.299.757
(-) Distribuição de Receitas aos Municípios	1.726.917	2.082.285	2.250.188	2.355.955	2.458.405	3.316.561	3.473.864	3.638.888	4.361.111	4.630.321	5.360.425
(+) Despesas Não Empenhadas (Fl. 101 TCE/RS)	0	0	392.416	0	0	0	0	0	0	0	0
(-) Aposentadorias/Pensões e Precatórios	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5.322.852	5.965.875
(-) Gestão Plena do SUS	0	0	0	29.157	394.922	412.274	453.655	478.057	578.373	698.427	771.219
<b>PODER EXECUTIVO AJUSTADO</b>	<b>985.202</b>	<b>1.200.307</b>	<b>1.126.855</b>	<b>1.218.843</b>	<b>1.504.289</b>	<b>1.679.845</b>	<b>1.742.385</b>	<b>1.541.267</b>	<b>1.822.876</b>	<b>1.771.455</b>	<b>2.202.238</b>
<b>PODER JUDICIÁRIO</b>	<b>50.371</b>	<b>60.922</b>	<b>78.936</b>	<b>105.883</b>	<b>106.544</b>	<b>120.223</b>	<b>142.775</b>	<b>138.495</b>	<b>161.933</b>	<b>190.837</b>	<b>215.504</b>
<b>PODER LEGISLATIVO</b>	<b>39.997</b>	<b>44.404</b>	<b>47.902</b>	<b>53.008</b>	<b>58.915</b>	<b>66.177</b>	<b>63.585</b>	<b>58.436</b>	<b>50.727</b>	<b>53.127</b>	<b>54.416</b>
<b>TOTAL</b>	<b>1.766.354</b>	<b>2.080.587</b>	<b>2.055.421</b>	<b>2.150.093</b>	<b>2.589.480</b>	<b>2.974.733</b>	<b>3.076.692</b>	<b>3.019.287</b>	<b>3.388.079</b>	<b>3.522.251</b>	<b>4.174.162</b>
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA</b>	<b>6.657.894</b>	<b>7.714.865</b>	<b>8.414.927</b>	<b>9.660.540</b>	<b>10.736.730</b>	<b>12.349.352</b>	<b>13.312.367</b>	<b>13.991.366</b>	<b>16.657.785</b>	<b>17.387.287</b>	<b>20.297.847</b>
<b>% TOTAL GASTO / RCL</b>	<b>26,5</b>	<b>27,0</b>	<b>24,4</b>	<b>22,3</b>	<b>24,1</b>	<b>24,1</b>	<b>23,1</b>	<b>21,6</b>	<b>20,3</b>	<b>20,3</b>	<b>20,6</b>

Fonte dos Dados Brutos: Secretaria da Fazenda do RS.

Nota: Em 2002, houve compromissos assumidos sem empenho (R\$ 330,1 milhões) e despesas não empenhadas pagas por "Responsáveis" (R\$ 62,3 milhões), totalizando R\$ 392,4 milhões, conforme Relatório e Parecer das Contas do Governo do Estado de 2002, pelo TCE/RS, à fl. 101.



Outras Despesas Correntes por Poder e Órgãos em relação à RCL – Ano 2000 com base 100

<b>PODERES/ÓRGÃOS</b>	<b>2000</b>	<b>2001</b>	<b>2002</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>
INDIRETA	100,0	96,4	90,8	75,3	80,8	85,0	80,0	86,0	76,7	81,6	79,2
MINISTÉRIO PÚBLICO	100,0	124,8	164,2	202,9	212,4	200,4	205,4	249,0	190,3	225,2	196,1
PODER EXECUTIVO	100,0	105,1	90,5	85,3	94,7	91,9	88,5	74,4	74,0	68,9	73,3
PODER JUDICIÁRIO	100,0	104,4	124,0	144,9	131,2	128,7	141,8	130,8	128,5	145,1	140,3
PODER LEGISLATIVO	100,0	95,8	94,8	91,3	91,3	89,2	79,5	69,5	50,7	50,9	44,6
<b>TOTAL</b>	<b>100,0</b>	<b>101,7</b>	<b>92,1</b>	<b>83,9</b>	<b>90,9</b>	<b>90,8</b>	<b>87,1</b>	<b>81,3</b>	<b>76,7</b>	<b>76,4</b>	<b>77,5</b>

Fonte dos Dados Brutos: Secretaria da Fazenda do RS.

**2.5.3. O Serviço da Dívida Pública**

A Tabela adiante mostra o histórico da evolução da Dívida Pública Estadual Fundada Consolidada (dívida interna contratualizada com o Governo Federal e a dívida externa), com vencimento de longo prazo, no período compreendido entre o final do governo Peracchi (1971) e o final do governo Yeda Crusius (2010). Em valores reais pelo IGP-DI, entre 1971 e 2010, a dívida cresceu 27,3 vezes. Ressalta-se que a dívida extralimite, que representa em torno de 5,0% do total, não está computada no estoque da Tabela.



Estoque da Dívida Fundada Interna Intralimite e Externa - R\$ milhões

Governo	Final de Governo	Dívida atualizada IGP-DI (1)	Referência	Variação Percentual	% dívida/PIB
Peracchi	1971	1.527	1,0	-	2,2
Triches	1974	3.345	2,2	119,0	3,0
Guazelli	1978	6.122	4,0	83,0	4,2
Amaral	1982	10.964	7,2	79,1	8,4
Jair	1986	15.219	10,0	38,8	8,3
Simon	1990	15.241	10,0	0,1	15,5
Collares	1994	18.813	12,3	23,4	14,1
Britto (2)	1998	41.828	27,4	122,3	19,0
Olívio	2002	41.717	27,3	-0,3	23,3
Rigotto	2006	41.042	26,9	-1,6	20,3
Yeda Crusius (3)	2010	41.618	27,3	1,4	18,2

Fonte: Balanço Geral do Estado do RS e Secretaria da Fazenda do RS.

Nota 1: A variável "estoque da dívida" foi corrigida pelo IGP-DI anual até dez/10.

Nota 2: Inclui a Operação original do PROES, da Fundação BANRISUL (R\$ 716 milhões) e Caixa Econômica Estadual do RS (R\$ 1.637 milhões), feita em 1998. O valor atualizado pelo IGP-DI até dez/10 atinge R\$ 7,71 bilhões.

Nota 3: Incluem-se as operações de empréstimo feitas junto ao Banco Mundial, em 2008 e 2010, respectivamente, de R\$ 1,19 bilhão e R\$ 786,8 milhões, que estava fora do cálculo porque era uma dívida extralimite.

Nota 4: O estoque refere-se à dívida externa e à interna contratada junto ao Governo Federal, representando, aproximadamente, 95% do total.

A Tabela a seguir mostra que a Dívida Consolidada Líquida, em 2001, era 2,73 vezes a Receita Corrente Líquida. Em 2008, o Estado do Rio Grande do Sul enquadrou-se no limite de endividamento proposto pela Lei Complementar Federal 101/00. Ao final do 1º quadrimestre de 2011, a relação cedeu para 2,11 vezes a RCL, enquanto que o limite de endividamento está em 2,24 vezes a RCL.

Comprometimento da Dívida Consolidada Líquida em relação à RCL

Especificação	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011 (1º quadrimestre)
Dívida Consolidada sobre a Receita Corrente Líquida	2,73 vezes	2,95 vezes	2,80 vezes	2,83 vezes	2,58 vezes	2,54 vezes	2,54 vezes	2,34 vezes	2,20 vezes	2,14 vezes	2,11 vezes
Limite de Endividamento (LRF)	-	2,68 vezes	2,63 vezes	2,58 vezes	2,53 vezes	2,48 vezes	2,44 vezes	2,39 vezes	2,34 vezes	2,29 vezes	2,24 vezes

Fonte de Dados Brutos: Relatório de Gestão Fiscal da Secretaria da Fazenda do RS/CAGE.



A seguir, é apresentada a evolução do estoque da Dívida Consolidada em relação ao PIB do Rio Grande do Sul. Sublinhe-se que, em 1994, o estoque da Dívida Fundada Interna e Externa representava 14,1% do PIB gaúcho, chegando a alcançar o patamar de 23,3% do PIB, em 2002. Em 2010, a equação estava em 18,2% do PIB.

Dívida Consolidada Fundada Interna e Externa, em relação ao PIB gaúcho – Em R\$ 1.000,00

<b>Especificação</b>	<b>Dívida Interna</b>	<b>Dívida Externa</b>	<b>Total de Dívida</b>	<b>PIB do RS</b>	<b>% Dívida S/PIB</b>
1994	4.154.715	244.721	4.399.436	31.129.234	14,1
1995	6.829.289	167.137	6.996.426	53.652.947	13,0
1996	8.714.916	158.434	8.873.350	63.262.677	14,0
1997	10.761.096	252.275	11.013.370	69.221.314	15,9
1998	13.008.479	407.605	13.416.084	70.541.889	19,0
1999	14.883.773	627.754	15.511.527	75.450.458	20,6
2000	16.601.567	738.775	17.340.342	85.137.543	20,4
2001	18.892.745	942.221	19.834.966	94.084.498	21,1
2002	23.110.688	1.491.045	24.601.733	105.486.816	23,3
2003	25.148.846	1.316.382	26.465.228	124.551.267	21,2
2004	27.603.012	1.301.043	28.904.055	137.830.682	21,0
2005	29.095.416	1.121.521	30.216.937	144.218.198	21,0
2006	30.837.838	944.626	31.782.464	156.826.932	20,3
2007	33.067.694	698.529	33.766.223	176.615.073	19,1
2008	35.784.251	2.342.608	38.126.859	199.499.011	19,1
2009	35.302.367	1.680.815	36.983.182	206.787.154	17,9
2010	39.334.880	2.282.751	41.617.631	228.288.657	18,2

Fonte de Dados Brutos: Secretaria da Fazenda do RS e Fundação de Economia e Estatística do RS.

Nota: Os PIBs do RS, de 2009 e 2010, divulgados pela FEE/RS, são preliminares.

Se o tamanho do estoque total da dívida de longo prazo ao final de 2010, de aproximadamente R\$ 42 bilhões (dívida intra e extralimite), por um lado, já atesta o alto grau de endividamento do Estado, por outro, não menos importante, representa um volume significativo de desembolso mensal a ser despendido. Em seis anos, entre 2005 e 2010, em valores nominais, já foram empenhados R\$ 11,6 bilhões a título de pagamento de juros e encargos da dívida pública. Nesse mesmo período, investiu-se menos de R\$ 5,0 bilhões.

A próxima Tabela mostra os valores empenhados para o pagamento do Serviço da Dívida Pública. Em 2000, comprometeram-se 12,8% da RCL. Em 2010, 10,7% da RCL. No período entre 2000 e 2010 despenderam-se, com o serviço da dívida, em média, o equivalente a 13,0% da RCL e 15,8% da Receita Líquida Real (RLR).

A Receita Líquida Real corresponde à soma das receitas correntes e de capital, excluindo-se as transferências do FUNDEF, as receitas provenientes das operações de crédito, as receitas provenientes da venda de ativos, as transferências de capital, as transferências constitucionais para os municípios e as receitas do SUS.



Valores empenhados com o serviço da dívida em relação à RCL e à RLR – R\$ 1.000,00

Especificação	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
SERVIÇO DA DÍVIDA	853.201	973.717	1.218.958	1.423.762	1.459.007	1.714.304	1.775.460	1.830.379	3.182.584	2.112.321	2.955.751
(-) Operação Externa com o BIRD	-	-	-	-	-	-	-	-	1.192.010	-	786.825
SERVIÇO DA DÍVIDA AJUSTADA	853.201	973.717	1.218.958	1.423.762	1.459.007	1.714.304	1.775.460	1.830.379	1.990.574	2.112.321	2.168.926
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	6.657.894	7.714.865	8.414.927	9.660.540	10.736.730	12.349.352	13.312.367	13.991.366	16.657.785	17.387.287	20.297.847
RECEITA LÍQUIDA REAL – RLR	5.542.419	6.349.442	7.307.079	8.251.493	8.622.683	9.952.821	10.917.190	11.411.117	13.534.810	14.076.386	16.725.956
<b>% SERVIÇO DA DÍVIDA AJUSTADA/RCL</b>	<b>12,8</b>	<b>12,6</b>	<b>14,5</b>	<b>14,7</b>	<b>13,6</b>	<b>13,9</b>	<b>13,3</b>	<b>13,1</b>	<b>11,9</b>	<b>12,1</b>	<b>10,7</b>
<b>% SERVIÇO DA DÍVIDA AJUSTADA/RLR</b>	<b>15,4</b>	<b>15,3</b>	<b>16,7</b>	<b>17,3</b>	<b>16,9</b>	<b>17,2</b>	<b>16,3</b>	<b>16,0</b>	<b>14,7</b>	<b>15,0</b>	<b>13,0</b>

Fonte de Dados Brutos: Balanço Geral do Estado do RS e Secretaria da Fazenda do Estado do RS.

Nota: Foram excluídas as operações de crédito junto ao Banco Mundial, de R\$ 1,192 bilhão, em 2008, e de R\$ 786,8 milhões, em 2010.

#### **2.5.4. Os Investimentos Amplos**

O reflexo da crise estrutural das finanças estaduais sobre os investimentos foi crescente ao longo do tempo e especialmente a partir do início da década de 1990. A próxima Tabela mostra a evolução das Despesas de Capital em relação à RCL e ao PIB do Rio Grande do Sul, desde o governo Triches. Este investiu 29,7% da RCL, equivalente a 1,9% do PIB gaúcho, enquanto os governos recentes de Olívio Dutra, Germano Rigotto e Yeda Crusius investiram, em média, respectivamente, 10,6%, 6,0% e 5,4% da RCL e 0,7%, 0,5% e 0,5% do PIB.

Investimentos amplos por governo em relação à RCL e ao PIB gaúcho – Em %

Governos	Triches	Guazelli	Amaral	Jair	Simon	Collares	Britto	Olívio	Rigotto	Yeda
% Investimentos/RCL	29,7	29,1	27,6	19,1	20,5	13,1	16,7	10,6	6,0	5,4
% Investimentos/PIB RS	1,9	1,6	1,4	1,0	1,3	1,0	1,5	0,7	0,5	0,5

Fonte de dados brutos: Balanço Geral do Estado do RS – CAGE e FEE/RS.

Nota: Em 2009 e 2010, o PIB divulgado pela FEE/RS é preliminar.



Os investimentos efetivados em relação à RCL, desde o ano de 2000, são apresentados na Tabela a seguir, na qual se pode verificar que a compressão dos recursos tem sido recorrente nos últimos governos.

Investimentos totais empenhados em relação à RCL – em valores nominais - R\$ 1.000,00

ESPECIFICAÇÃO	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
INVESTIMENTOS AMPLOS	822.901	621.956	445.344	772.194	658.227	615.367	664.375	400.542	660.801	661.899	1.936.885
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	6.657.894	7.714.865	8.414.927	9.660.540	10.736.730	12.349.352	13.312.367	13.991.366	16.657.785	17.387.287	20.297.847
<b>% INVESTIMENTOS / RCL</b>	<b>12,4</b>	<b>8,1</b>	<b>5,3</b>	<b>8,0</b>	<b>6,1</b>	<b>5,0</b>	<b>5,0</b>	<b>2,9</b>	<b>4,0</b>	<b>3,8</b>	<b>9,5</b>

Fonte de dados brutos: Balanço Geral do Estado do RS – CAGE e FEE/RS.

O Estado, além dos recursos orçamentários próprios, de contrapartida, de convênios e de operações de crédito, conta ainda com os investimentos das Estatais, importantes para fazer frente às necessidades de infraestrutura do Estado. Para 2011, estão previstos mais de R\$ 1,1 bilhão em despesas de capital.

Destacam-se também os grandes investimentos federais que estão sendo feitos no Estado, através dos Planos de Aceleração do Crescimento (PAC I e II) e de outras fontes de recurso e de convênios, como a construção da Rodovia do Parque (BR-448), que vai ajudar a desafogar a BR-116, entre Porto Alegre e Sapucaia do Sul; a extensão da linha de trem de passageiros de São Leopoldo até Novo Hamburgo (TRENSURB); as obras de saneamento em estação de tratamento de esgoto e canalização em Sapucaia, Esteio e Canoas; a dragagem de canal e a ampliação e revitalização do cais de acostagem no Porto do Rio Grande; a ampliação da refinaria Alberto Pasqualini; a ampliação da usina termelétrica Presidente Médici; a ampliação da pista e dos terminais do Aeroporto Salgado Filho; a melhoria da infraestrutura em assentamentos de colonos; e a construção das barragens de Taquarembó e Jaguari.

### **2.5.5. A Rigidez do Orçamento Estadual**

As contas públicas nacionais e estaduais sofrem enorme restrição derivada da rigidez imposta pelo conjunto de vinculações constitucionais e de obrigações legais. Particularmente, o Estado do Rio Grande do Sul é penalizado em função de regras que diferem do conjunto da Federação. Essas normas causam efeitos e sobreposições sobre o erário estadual.

O problema é que a Constituição Federal, a Constituição Estadual e um conjunto de leis posteriores estabeleceram vinculações e obrigações legais que, mesmo sob as mais justas aspirações e corretas intenções, faz com que a soma das despesas ultrapasse a das receitas. Por outro lado, para se dar um exemplo, as despesas com Educação, desde 1999, têm crescido na média tanto em termos nominais quanto reais. Mesmo assim, não se conseguiu alcançar o que prescreve a Constituição Estadual. O mesmo serve para a Saúde, caso se excluísse da conta os gastos com saneamento.

Se não bastasse o já exagerado engessamento da peça orçamentária, através da edição do Decreto nº 47.063, de 08/03/2010, o Estado do Rio Grande do Sul regulamentou a Emenda Constitucional Federal nº 62/09, que trata de regime especial de pagamento de precatórios, com vigência a partir de 01/01/2010. Optou-se pela vinculação de 1,5% da Receita Corrente Líquida (RCL), em que 50% do valor são alocados aos credores por ordem cronológica de apresentação e outros 50%, por leilão, por acordo direto com credores (conciliação) ou por ordem crescente de valor. Ademais, projeto de lei do Executivo estadual, aprovado pela Assembleia Legislativa, em junho de 2011, vinculou o pagamento de Requisição de Pequeno Valor (RPV) ao patamar anual de 1,5% da RCL.

A Tabela adiante mostra que se, particularmente, o Governo do Rio Grande do Sul cumprisse com as todas as obrigações legais e constitucionais constantes do Orçamento do Estado de 2011, aprovado em 2010, pela Assembleia Legislativa, haveria um déficit fiscal de R\$ 2,74 bilhões. Ressalva-se que a proposta orçamentária e a própria execução, para serem equilibradas, nesse quadro institucional, sempre irão ferir algum dispositivo constitucional ou legal. Isso ocorre pelo fato de que, subindo a arrecadação, as despesas crescem nas mesmas proporções, pois são percentuais vinculados da receita.

Vinculações constitucionais e legais no Orçamento do Estado de 2011

<b>Total das Receitas do Orçamento de 2011</b>	<b>35.253.084.213</b>
(-) Despesas Intraorçamentárias de Pessoal (Dupla contagem Contábil)	5.814.125.416
(-) Despesas Intraorçamentárias de Custeio (Dupla Contagem Contábil)	17.312.860
<b>Total das Receitas do Orçamento de 2011 (Sem as Despesas Intraorçamentárias)</b>	<b>29.421.645.937</b>
(-) Despesas com Pessoal e Encargos Sociais	7.672.496.980
(-) Outras Despesas Correntes	17.410.709.610
a) Aposentadorias e Pensões do Poder Executivo	6.024.312.174
b) Transferências Legais aos Municípios (Distribuição de Receitas)	5.709.111.773
c) Demais Outras Despesas Correntes (Manutenção, Custeio e Gestão do SUS)	5.677.285.663
(-) Investimentos Amplos (Investimentos e Inversões Financeiras)	1.776.444.257
(-) Serviço da Dívida Pública Estadual Interna e Externa (Juros, Encargos e Amortização)	2.344.676.868
(-) Reserva de Contingência	217.318.222
<b>Resultado Orçamentário de 2011 (Orçamento Equilibrado)</b>	<b>0</b>
(-) Complemento das Vinculações Constitucionais no Orçamento de 2011	2.739.995.134
a) Saúde sem despesas com saneamento (Para alcançar os 12,00% da RLIT, faltam 4,36% da RLIT)	798.495.645
b) Educação da Constituição Estadual (Para alcançar os 35,00% da RLIT, faltam 8,99% da RLIT)	1.646.439.414
c) Pesquisa Científica e Tecnológica (Para alcançar os 1,50% da RLIP, falta 1,37% da RLIP)	223.332.764
d) Ensino Superior Comunitário (Para alcançar os 0,50% da RLIP, falta 0,44% da RLIP)	71.727.311
<b>Resultado Orçamentário (Caso se cumprisse todas as Vinculações Constitucionais) – Déficit</b>	<b>-2.739.995.134</b>

Fonte de Dados Brutos: Lei Orçamentária de 2011 - Secretaria de Planejamento, Gestão e Participação Cidadã.

Assim, sem outros artifícios, os governos ou não cumprem a legislação estabelecida ou, obrigatoriamente, geram déficit ao cumpri-la. Esse problema ainda não foi devidamente entendido por todos os agentes envolvidos no processo orçamentário. A solução passa pela necessidade de alteração das normas vigentes, desvinculando o orçamento, o que não é uma tarefa fácil, tendo em vista o conjunto de interesses envolvidos.

### **3 A SITUAÇÃO DA DÍVIDA CONTRATUALIZADA DO RS COM A UNIÃO E A NECESSIDADE DE NEGOCIAÇÃO DE UM NOVO PERFIL DE ATUALIZAÇÃO**

#### **3.1. Origem e evolução da dívida pública estadual contratualizada junto à União**

O Estado do Rio Grande do Sul refinanciou junto à União toda sua dívida mobiliária e quase toda a parte da dívida contratual, com base nos termos do protocolo de intenções firmado em 20/09/1996. A autorização dessa operação foi dada através da Lei Federal nº 9.996, de 11/09/1997, da Lei Estadual nº 10.920, de 03/01/1997, e da resolução do Senado Federal nº 64, de 01/07/1997. O refinanciamento da dívida foi firmado por meio do Contrato nº 014/1998, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal do Estado.

A partir de 2000, o Estado do Rio Grande do Sul definiu com a União o limite para o pagamento do serviço da dívida contratual, no percentual de 13% da Receita Líquida Real (RLR). Quando o serviço da dívida ultrapassar esse limite, a diferença – chamada de resíduo – deve ser agregada ao estoque da dívida, a ser paga a partir do final do prazo estipulado no Contrato, em março de 2028. Os resíduos são as parcelas das prestações mensais que excedem o limite da RLR e que serão pagos em 120 prestações mensais (10 anos), após os 30 anos contratuais, quando do final da contratação da dívida.

A Tabela adiante discrimina o valor total original da dívida do Estado do Rio Grande do Sul com a União, que foi objeto de renegociação.

Valor total original da dívida do Estado do RS refinanciado junto à União – em R\$ milhões

<b>Especificação</b>	<b>Refinanciamento Principal</b>	<b>PROES</b>	<b>Refinanciamento Resíduo</b>	<b>Fundação BANRISUL Contrapartida do PROES</b>	<b>FINAME</b>	<b>BNDES</b>	<b>TOTAL</b>
Valores Refinanciados	8.098	2.810	873	613	58	84	12.536

Fonte: CAGE/RS - Balanço Geral do Estado de 1999, fl. 97.

O RS possui dois grupos distintos de dívida contratada junto à União: a intralimite e a extralimite. A dívida intralimite é a que condiciona o pagamento no percentual de 13% da Receita Líquida Real. A dívida extralimite não possui vinculação à receita e está sendo paga mensalmente, conforme o Contrato, sendo que, ao final do prazo contratual, não restará resíduo a pagar. A dívida extralimite é composta basicamente pelo PROES (capitalização para o saneamento do BANRISUL), que, através da operação de crédito efetuada junto ao BIRD, em 2010, serviu para liquidar parte de seu estoque.

As cláusulas da renegociação da dívida estadual são as seguintes: (i) a taxa de juros de 6% ao ano, calculados e debitados mensalmente; (ii) a atualização monetária pela variação do IGP-DI; (iii) o sistema de amortização pela Tabela Price; (iv) as garantias são as receitas próprias e as transferências constitucionais; (v) o prazo de pagamento é de 30 anos; e (vi) o saldo devedor da dívida intralimite poderá ser prorrogado por mais 10 anos.

O valor da prestação que exceder o limite a ser pago no mês será transferido para a conta de resíduo. O acúmulo do saldo desse resíduo gera duas situações: (i) a capitalização de parte de juros devidos e não pagos, o que ocorre porque o pagamento da prestação mensal do Contrato pode ser inferior aos juros devidos, sendo essa diferença agregada ao saldo devedor; (ii) o saldo devedor é crescente pela capitalização dos juros mensais devidos e não pagos, incidentes sobre o próprio saldo.

Nos últimos anos, o serviço da dívida intralimite tem sido superior a 13% da RLR, sendo o excesso incorporado ao estoque. Esse fato justifica o crescimento expressivo do estoque da dívida, mesmo em um cenário de ausência de operações de crédito, pós-2001.

No ano de 2008, com o crescimento econômico e conseqüente aumento expressivo das receitas, o resultado primário cobriu integralmente o serviço da dívida, fato inédito. O aumento da arrecadação implicou pagamento de maiores parcelas da dívida, contudo ainda insuficientes para arcar com toda a prestação do Contrato, acarretando um aumento substancial do resíduo, tornando o estoque da dívida ainda maior ao final daquele exercício. A próxima Tabela apresenta a evolução da dívida do Estado com a União.

Demonstrativo da evolução do estoque da dívida do Estado do RS – em R\$ milhões

<b>Especificação</b>	<b>Principal</b>	<b>Residual</b>	<b>Total do Estoque (Principal + Residual)</b>	<b>Amortização Acumulada</b>	<b>Total Estoque / PIB-RS</b>
16/11/1998	7.119	306	7.425	0	-
1998	9.244	322	9.566	279	13,6
1999	10.908	873	11.781	586	15,6
2000	11.426	1.099	12.525	1.025	14,7
2001	12.499	1.736	14.235	1.523	15,1
2002	15.128	1.785	16.913	2.063	16,0
2003	16.102	3.842	19.944	2.701	16,0
2004	17.562	5.217	22.779	3.415	16,5
2005	17.948	6.434	24.382	4.241	16,9
2006	18.475	7.747	26.222	5.252	16,7
2007	19.247	9.280	28.527	6.371	16,2
2008	20.847	11.485	32.332	7.647	16,2
2009	19.901	12.359	32.260	9.080	15,6
2010	21.361	14.884	36.245	10.660	15,9

Fonte: CAGE/RS - Balanço Geral do Estado de 2010, fls. 109/110.

Observa-se que o principal da dívida, em 31/12/2010, era de R\$ 21,4 bilhões. Já os valores de juros não pagos totalizam, no período entre 1998 e 2010, R\$ 14,9 bilhões. Em suma, o Estado financiou R\$ 12,5 bilhões (referentes ao principal + PROES + resíduo + Fundação BANRISUL + FINAME + BNDES), pagou no período R\$ 10,7 bilhões, e o estoque da dívida saltou para R\$ 36,2 bilhões.

### **3.2. Os encargos financeiros contratados quando da renegociação da dívida**

Como anteriormente mostrado, os encargos da dívida contratada são o IGP-DI mais 6% ao ano. A Tabela a seguir apresenta a evolução da variação do IGP-DI, a partir de 1999 até 2010. A variação acumulada foi de 201,6%, ou seja, o IGP-DI triplicou no período. A variação média anual de crescimento do IGP-DI foi de 9,9%, praticamente, 10,0% anuais.

Essas informações, por si só, já mostram a gravidade do problema para quem refinanciou sua dívida com base nesses indicadores. O IGP-DI é o indexador de atualização extremamente variável, que fez a dívida contratada saltar de R\$ 12,5 bilhões para R\$ 36,2 bilhões, ao final de 2010, mesmo que no período tenham sido pagos R\$ 10,7 bilhões. Ainda mais prejudicial é a combinação entre o IGP-DI e juros de 6% ao ano, inviabilizando a quitação da dívida pelo devedor no prazo contratual. Ao cabo de todos os pagamentos efetuados, resta ainda a pagar todo o principal atualizado pelo IGP-DI.

Demonstrativo da variação do IGP-DI, entre 1999 e 2010

<b>Especificação</b>	<b>Varição Anual do IGP-DI</b>	<b>Índice Mensal do IGP-DI</b>	<b>Índice Acumulado do IGP-DI</b>	<b>Percentual Acumulado IGP-DI</b>
1999	19,99	1,1999	1,1999	19,99
2000	9,80	1,0980	1,3175	31,75
2001	10,54	1,1054	1,4564	45,64
2002	26,41	1,2641	1,8410	84,10
2003	7,67	1,0767	1,9822	98,22
2004	12,13	1,1213	2,2226	122,26
2005	1,23	1,0123	2,2500	125,00
2006	3,80	1,0380	2,3355	133,55
2007	7,90	1,0790	2,5200	152,00
2008	9,11	1,0911	2,7495	174,95
2009	(1,44)	0,9856	2,7099	170,99
2010	11,30	1,1130	3,0162	201,62

Fonte: Fundação Getúlio Vargas.

Adiante se faz um exercício no intuito de mostrar a diferença entre o Índice Geral de Preços-Disponibilidade Interna (IGP-DI) e o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Entre 1999 e 2010, caso tivesse sido adotado o IPCA no lugar do IGP-DI, a economia do Estado do Rio Grande do Sul seria, no período considerado, de exatos R\$ 10 bilhões.

Diferença de valores pelo uso do IPCA no lugar do IGP-DI

<b>Especificação</b>	<b>Estoque (Principal + Residual)</b>	<b>Varição Anual do IGP-DI</b>	<b>Varição Anual do IPCA</b>	<b>Diferença entre IGP-DI e IPCA</b>	<b>Economia com o uso do IPCA</b>	<b>Atualização da Economia pelo IPCA</b>
Em 31/dez/1998	9.566	-	-	-		
1999	11.781	19,99	8,94	11,05	1.303	1.303
2000	12.525	9,80	5,97	3,83	481	1.861
2001	14.235	10,54	7,67	2,87	410	2.414
2002	16.913	26,41	12,53	13,88	2.349	5.065
2003	19.944	7,67	9,30	(1,63)	(324)	5.211
2004	22.779	12,13	7,60	4,53	1.033	6.640
2005	24.382	1,23	5,69	(4,46)	(1.086)	5.932
2006	26.222	3,80	3,14	0,66	174	6.292
2007	28.527	7,90	4,45	3,45	985	7.557
2008	32.332	9,11	5,90	3,21	1.039	9.042
2009	32.260	(1,44)	4,31	(5,75)	(1.854)	7.578
2010	36.245	11,30	5,90	5,40	1.958	9.983
<b>Total economia pelo uso do IPCA</b>					<b>6.466</b>	<b>9.983</b>

Fonte de dados brutos: IBGE, CAGE/RS e FGV.

Registre-se ainda que, em 2010, caso o Estado não tivesse pago a dívida na data contratada, seria penalizado com a aplicação da taxa SELIC. Por ironia, observa-se que esse indicador – taxa SELIC – traria vantagens significativas, visto que o estoque da dívida seria reduzido em 6,55%, somente em 2010, o equivalente a R\$ 2,1 bilhões, tomando-se como base o estoque do final de 2009, de R\$ 32,3 bilhões. Ou seja: em 2010, a variação do IGP-DI, de 11,30% mais 6% de juros moratórios, resultou em um percentual de 18,0% ao ano ( $1,1130 \times 1,0600 = 1,1800$ ). Em 2010, a taxa SELIC ficou, em média, em 10,75%. A diferença é de 6,55% ( $1,18 / 1,1075 = 1,0655$ ).

Portanto, os estados e municípios que formalizaram com a União a renegociação de suas dívidas mobiliárias e contratuais sofrem verdadeira sangria, tornando-se insustentável as cláusulas infligidas aos mesmos. O IGP-DI mais os juros reais formam um coquetel que faz o estoque explodir em 10% anuais, a mesma variação média do IGP-DI entre 1998 e 2010.

### **3.3. A operação de crédito feita junto ao Banco Mundial**

O contrato de empréstimo firmado entre o Estado do Rio Grande do Sul e o Banco Mundial (BIRD), de US\$ 1,1 bilhão (US\$ 650 milhões liberados na data da contratação, em outubro de 2008, e US\$ 450 milhões liberados em agosto de 2010), objetivou unicamente a reestruturação de parte da dívida extralimite, composta por contratos ou obrigações (financiamentos internacionais, títulos mobiliários e parte do PROES), que não foram objeto de securitização da dívida junto à União, feita em 1998, através da Lei nº 9.496/97. O empréstimo veio substituir dívidas atreladas à taxa SELIC ou o IGP-DI mais 6% ao ano. Ao término da operação, em torno de 60% da totalidade da dívida extralimite que o Estado tinha havia sido reestruturada.

Dessa forma, melhoram-se o perfil da dívida e o fluxo de pagamento, além de ganho financeiro na redução de seu valor presente, com prazo de amortização de 30 anos, através de desembolsos mensais, quitando-se por completo em 2038. A operação trará uma economia total de, aproximadamente, R\$ 600 milhões. De imediato sente-se seu efeito, com desembolsos anuais menores. A reestruturação da dívida extralimite fará o comprometimento sobre a Receita Líquida Real (RLR) cair 2,6%, até 2012 e, dessa data em diante, 1,2% da RLR.

Os recursos desse financiamento foram repassados diretamente pelo Banco Mundial aos credores do Estado. O custo da operação, paga em dólar, é equivalente à taxa LIBOR mais *spread* de 0,12% (a taxa anual, na data da primeira parcela contratada, estava em 3,19% ao ano, porém quando da liberação do restante da operação, em agosto de 2010, encontrava-se bem abaixo daquele primeiro percentual, beirando a 0,25% ao ano). A operação previu a aplicação de mecanismos de proteção da moeda, eliminando, em parte, o risco da variação cambial. Para operacionalizar o financiamento, houve a aprovação unânime pela Assembleia Legislativa do Estado do RS e pelo Senado Federal, com o aval da União.

### **3.4. As conclusões e sugestões sobre a dívida estadual com a União**

O Rio Grande do Sul securitizou com a União, em um período pós-inflação galopante, o refinanciamento de quase a totalidade de sua dívida de longo prazo. Os indexadores utilizados para a atualização dessa dívida foram a variação do IGP-DI mais juros de 6% ao ano. Nesse caso, o estoque da dívida cresceu, em média, 10% ao ano, o mesmo percentual da variação do IGP-DI desses últimos doze anos (da data contratual até 31/dez/2010).

Alerta-se para o fato de que os estados e municípios que aderiram à Lei nº 9.496/97 têm suas finanças comprometidas para esta e futuras gerações. A realidade do País, quando da época do contrato com a União, era de crescimento sustentável e inflação controlada e, mesmo assim, as cláusulas foram leoninas e direcionam os aderentes para um futuro incerto e comprometedor sob a ótica da gestão fiscal.

Adiante, apresenta-se a transcrição de teor exarado por Darcy Santos (2007), em seu livro sobre finanças públicas estaduais:

O contrato de renegociação da dívida apresenta um desequilíbrio econômico-financeiro, justificando a revisão de suas cláusulas. Para ele, os resíduos estão impedindo que o saldo devedor da dívida decresça. O crescimento excessivo do IGP-DI, provocado pelas maxidesvalorizações cambiais ocorridas em 1999 e em 2002, decorrentes da política econômica do Governo Federal, não estava previsto quando do acordo em 1998. Ocorreram, então, circunstâncias estranhas às existentes quando da assinatura do contrato, que foram provocadas por um dos contratantes, em prejuízo do outro, portanto, um caso típico de desequilíbrio econômico-financeiro. Uma das premissas básicas do acordo da dívida era reduzir a relação dívida/receita, o que não está ocorrendo, exatamente por esse fato. Então, a concessão de um desconto no estoque da dívida pela União, com vistas a atingir esse objetivo, torna-se imperativa. Isso não ofende o acordo, pelo contrário, é exatamente o que fará com que as partes cumpram o que foi ajustado.

É urgente uma discussão com o Governo Federal, no sentido de redefinir um novo perfil para a dívida estadual. Ao final de 2010, o Rio Grande do Sul possuía um estoque de dívida com a União, de R\$ 36,2 bilhões, que se agiganta a cada ano, devendo chegar próximo da casa dos R\$ 40 bilhões, ao final de 2011, apesar de desembolsos, apenas neste ano, na ordem de R\$ 2 bilhões.

Quais, então, podem ser as premissas de discussão para uma agenda de proposta de renegociação com a União, no que tange à mudança de perfil da dívida contratada? Um fato é certo e comprovado: as cláusulas do Contrato entre os estados e municípios com a União, como foi acordado, contratado e assinado, em 1998, são injustas e moralmente nefastas para as pretensões de um ente federativo.

A sobreposição do Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M) mais juros reais de 6,0% ao ano torna o Contrato nocivo aos interesses da boa gestão fiscal, porque se paga a dívida, embora o estoque continue crescendo em escala geométrica. Verifica-se que foram contratados R\$ 12,5 bilhões e, após 12 anos, foram pagos R\$ 10,7 bilhões de encargos e, em 31/dez/2010, o estoque da dívida alcançou R\$ 36,2 bilhões.

É urgente a recomposição da dívida sob outra forma de atualização, que faça com que o saldo devedor decline a cada desembolso efetuado. Somente assim, em um futuro próximo, poder-se-á dar por extinta a obrigação com o Governo Federal. Caso contrário, a dívida original, que já era de monta substancial, multiplicar-se-á em poucos anos e perpetuar-se-á.

A seguir, são apresentadas algumas sugestões para discussão sobre a mudança de perfil da dívida:

- a) Expurgar o IGP-DI do Contrato antigo. A utilização de qualquer indicador de inflação não é aconselhável porque são altamente volúveis em épocas de recrudescimento da inflação ou de instabilidade econômica, tanto interna como externamente.
- b) No caso do uso obrigatório de um índice de atualização inflacionária, o menos volátil é o IPCA porque é monitorado diuturnamente pelo Banco Central para a meta de inflação, de 4,5% ao ano, com a tolerância de 2,0 pontos para cima ou para baixo. A média do IPCA dos últimos doze anos (1999/2010) é de 6,8%, ou seja, menor em 3,1 pontos percentuais anuais em comparação ao IGP-DI, que é de quase 10% anuais.
- c) Em uma negociação contratual de longo prazo, não se pode aceitar que a dívida seja vinculada a um índice de inflação e, ao mesmo tempo, acrescida de juros, sob pena de se repetir o mesmo equívoco de 1998.
- d) O ideal em uma repactuação de dívida de longuíssimo prazo, que envolve entes federativos como credores e devedores, é que se tenha somente a incidência de juros não superiores a 6,0% anuais. Dessa forma, a dívida não se avoluma a cada ano, ficando administrável seu estoque. Assim, os encargos financeiros assemelham-se aos mesmos de operações feitas com o BID e o BIRD.
- e) Outra forma de proposição de encargos nos contratos de repactuação é a utilização dos mesmos ônus que o Governo Federal paga na negociação para os seus títulos da dívida pública interna. Assim, utiliza-se a mesma indexação tanto para a parte credora como para a devedora.

Portanto, ressalta-se a necessidade de uma repactuação da dívida com a União em patamares legítimos. Para isso, são necessários esforços de cunho político, institucional, normativo e legal. Somente assim, o lado mais precário poderá honrar com sua obrigação de forma factível, porque o Contrato vigente desmobiliza a gestão fiscal dos estados e municípios por várias décadas.

Nesse sentido, a Carta de Gramado, assinada pelos representantes dos secretários de Planejamento dos estados (CONSEPLAN), em julho de 2011, reivindica a tomada de negociações junto à União, em uma discussão urgente sobre um novo perfil das dívidas estaduais. É o primeiro passo para avançar em uma efetiva repactuação.

## 4 O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

O Sistema Previdenciário brasileiro compõe-se, basicamente, de três formas: (i) o **Regime Geral de Previdência Social** (RGPS) – art. 201, da Constituição Federal de 1988 –, gerido por uma autarquia federal, que é o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), de caráter obrigatório e financiado pelo sistema repartição simples; (ii) os **Regimes Próprios de Previdência Social** (RPPS) – art. 40 da Constituição Federal de 1988 –, geridos pelos próprios entes federados, estados e municípios, utilizando-se tanto dos sistemas de **repartição simples**, como de sistemas mistos e **sistemas de capitalização**; (iii) **Regimes de Previdência Complementar** (RPC) – art. 202 da Constituição Federal de 1988 –, ou também, como denominados usualmente, previdência privada ou fundos de pensão, de caráter facultativo, podendo ser abertos a qualquer participante interessado ou fechados a participantes de um grupo determinado.

O Regime Próprio de Previdência Social do Estado do Rio Grande do Sul até então estava organizado mediante o sistema de repartição simples, ou seja, as contribuições destinam-se a arcar com o pagamento à vista dos benefícios cujos fatos geradores ocorrerem nesse mesmo período. Com a aprovação, pela Assembleia Legislativa, do Projeto de Lei Complementar nº 189/2011, criou-se, para os novos servidores, o sistema de capitalização, baseado na ideia de uma poupança individual com o reforço da contribuição patronal. Afinal, o que distingue o sistema de repartição simples do de capitalização é que, no primeiro, o custo adicional representado pelo envelhecimento é totalmente suportado pelo aumento das contribuições dos jovens, ao passo que, no segundo, o custo é suportado pelos idosos, com ajustes em seus benefícios. Adiante, analisam-se os dois sistemas e o atual déficit previdenciário:

### 4.1. O sistema de repartição simples e o déficit previdenciário do Estado

A Constituição Federal lançou as bases da reforma da previdência no serviço público, definindo os princípios fundamentais a serem observados na gestão dos regimes próprios. Nesse sentido, o art. 40 estabelece que, ao servidor titular de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas Autarquias e Fundações, é assegurado o regime de previdência de caráter contributivo e solidário, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial. O parágrafo 20, do referido artigo, veda a existência de mais de um regime próprio de previdência social para os servidores titulares de cargos efetivos e de mais de uma unidade gestora do respectivo regime em cada ente estatal.

A Lei Federal nº 9.717/98 definiu os principais requisitos do RPPS, dentre os quais se destacam o financiamento, mediante recursos do ente, dos servidores ativos, inativos e pensionistas. A escrituração contábil deverá ser baseada em plano de contas específico e na existência de conta do fundo distinta da conta do Tesouro. Estabelece, igualmente, que o descumprimento das disposições pode implicar suspensão das transferências voluntárias de recursos da União, assim como impedimento para celebrar convênios, acordos ou contratos.

Com a finalidade de adequar-se aos dispositivos normativos, o Estado do Rio Grande do Sul editou a Lei Complementar nº 12.065/04, que alterou as contribuições mensais para o RPPS. Assim, a contribuição dos servidores ativos passou para 11% sobre os respectivos salários, enquanto a parcela dos inativos e pensionistas, também fixada em 11%, atinge apenas o que exceder o limite máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral de Previdência Social. Em relação à parcela patronal, o artigo 2º, da referida Lei Complementar, fixou a transferência do Estado no dobro da contribuição de seus servidores (22%). Também, autorizou, em seu artigo 3º, o repasse pelo Tesouro de eventual diferença entre o valor necessário para o pagamento dos benefícios e o valor das contribuições, em decorrência de recolhimentos insuficientes.

Entretanto, a implementação dos procedimentos orçamentários e contábeis para a constituição do RPPS/RS não se viabilizou pela ausência de lei específica que disciplinasse a estrutura e o gerenciamento do referido regime. A edição da Lei nº 12.909/08 avançou em direção à instalação efetiva do RPPS/RS, uma vez que supriu as lacunas existentes em termos de definição da forma de funcionamento do regime previdenciário, bem como da especificação do Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul como seu gestor único. Em decorrência, as Leis de Diretrizes Orçamentárias disciplinam os aspectos orçamentários relativos ao RPPS/RS.

Assim, foram estabelecidos procedimentos para o registro das contribuições patronais e para a insuficiência financeira, bem como definidas unidades orçamentárias específicas para centralizar o pagamento dos benefícios previdenciários dos servidores públicos estaduais. A partir da Lei Orçamentária de 2009, incorporaram-se alterações significativas na forma de registro das operações orçamentárias relativas ao pagamento de inativos e pensionistas do Estado. Convém salientar que essas alterações vinculam-se somente à órbita dos órgãos da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo e da Defensoria Pública Estadual.

Os orçamentos dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público ainda são apresentados na forma anterior, isto é, registrando, nos respectivos órgãos de origem, as dotações destinadas ao pagamento dos inativos, sem discriminar os valores correspondentes às contribuições patronais e eventuais insuficiências previstas na LC 12.065/04. Devido à sua autonomia, não foi possível o convencimento destes para aderirem a um mesmo comando procedimental legal.

Assim, na proposta orçamentária dos órgãos e entidades do Poder Executivo e da Defensoria Pública Estadual, já a partir de 2009, estão consignadas as dotações correspondentes às contribuições patronais para o RPPS e para a cobertura de insuficiências financeiras decorrentes da diferença entre as receitas das contribuições e as despesas totais com o pagamento de inativos e pensionistas, lançadas no orçamento do órgão IPERGS-Previdência. Essa alteração na sistemática de registro orçamentário das contas do RPPS/RS provoca a chamada “dupla-contagem contábil”, que são as transferências intraorçamentárias.

O sistema de repartição simples é o que perdura atualmente no Estado. Os recursos recolhidos dos contribuintes atuais são destinados a cobrir os gastos com os aposentados de hoje. É um pacto social entre gerações, em que os ativos financiam os inativos. Em 2000, o Estado possuía 120 mil matrículas de inativos e, em 2010, saltou para 140 mil. Ressalva-se que, entre 2005 e 2010, aposentaram-se, em média, 2.845 novos servidores.

A principal variável de desequilíbrio estrutural das finanças do Estado está no sistema de repartição simples. Ao longo do tempo, não se buscaram formas de financiar os atuais aposentados e pensionistas, pois as contribuições dos atuais ativos e da parte patronal são insuficientes para a cobertura do custeio dos atuais inativos e pensionistas. Por isso, o caixa do Tesouro é acionado mensalmente para cobrir o rombo previdenciário. Estima-se, para 2011, déficit de R\$ 5,0 bilhões. A Tabela seguinte mostra o déficit previdenciário com as aposentadorias, reformas e pensões, que, em 2000, atingiu R\$ 2,2 bilhões e, em 2010, já alcançava R\$ 4,4 bilhões, dobrando em 11 anos. Em 2000, as contribuições totais (pessoal e patronal) cobriram somente 7,6% do gasto previdenciário; já em 2010, essa participação alcançou 32,3%.

Déficit Previdenciário – Em valores empenhados – Em R\$ milhões

ESPECIFICAÇÃO	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
APOSENTADORIAS E REFORMAS (Elemento 01)	2.001	2.162	2.374	2.706	2.875	3.091	3.413	3.751	4.068	4.496	4.996
PENSÕES (Elemento 03)	418	501	607	715	794	921	1.041	1.115	1.161	1.297	1.497
<b>Total Gasto de Aposentadorias e Pensões (A)</b>	<b>2.419</b>	<b>2.663</b>	<b>2.981</b>	<b>3.421</b>	<b>3.669</b>	<b>4.013</b>	<b>4.454</b>	<b>4.866</b>	<b>5.229</b>	<b>5.793</b>	<b>6.493</b>
CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS DOS SERVIDORES	62	51	57	331	423	471	538	602	607	638	699
CONTRIBUIÇÃO PATRONAL (2 x CONTR. DOS SERVIDORES)	123	103	114	662	845	942	1.076	1.204	1.214	1.275	1.398
<b>Total das Contribuições dos Servidores e da Patronal (B)</b>	<b>185</b>	<b>154</b>	<b>171</b>	<b>993</b>	<b>1.268</b>	<b>1.414</b>	<b>1.614</b>	<b>1.807</b>	<b>1.821</b>	<b>1.913</b>	<b>2.097</b>
<b>DÉFICIT PREVIDENCIÁRIO (B - A)</b>	<b>-2.235</b>	<b>-2.509</b>	<b>-2.810</b>	<b>-2.428</b>	<b>-2.401</b>	<b>-2.599</b>	<b>-2.840</b>	<b>-3.059</b>	<b>-3.408</b>	<b>-3.881</b>	<b>-4.396</b>
<b>% DAS CONTRIBUIÇÕES SOBRE O GASTO TOTAL (% B / A)</b>	<b>7,6</b>	<b>5,8</b>	<b>5,7</b>	<b>29,0</b>	<b>34,6</b>	<b>35,2</b>	<b>36,2</b>	<b>37,1</b>	<b>34,8</b>	<b>33,0</b>	<b>32,3</b>

Fonte de Dados Brutos: Secretaria da Fazenda do RS/Sistema Cubo.

Nota: Os gastos com aposentadorias, reformas e pensões, referem-se aos Elementos da Despesa 01 e 03 (despesas com vencimentos).



A Tabela seguinte traz uma previsão atuarial feita pelo Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul (IPERGS), acerca da evolução do déficit previdenciário com aposentadorias, reformas e pensões (despesa total), partindo de um resultado negativo de R\$ 5,592 bilhões, em 2011, alcançando um déficit de R\$ 6,973 bilhões, em 2030.

Previsão de Déficit Previdenciário

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (A)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (B)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (A + B)	SALDO FINANCEIRO ACUMULADO
2011	1.561.488.720	7.153.640.157	-5.592.151.437	-5.592.151.437
2012	1.521.165.368	7.276.292.405	-5.755.127.036	-11.347.278.473
2013	1.481.097.136	7.405.091.404	-5.923.994.268	-17.271.272.741
2014	1.440.648.358	7.523.710.817	-6.083.062.459	-23.354.335.200
2015	1.398.589.435	7.642.200.744	-6.243.611.309	-29.597.946.510
2016	1.358.540.718	7.746.428.377	-6.387.887.658	-35.985.834.168
2017	1.316.890.618	7.844.635.000	-6.527.744.382	-42.513.578.550
2018	1.277.491.674	7.919.759.249	-6.642.267.575	-49.155.846.125
2019	1.237.017.354	7.976.157.343	-6.739.139.989	-55.894.986.114
2020	1.189.908.357	8.042.282.885	-6.852.374.527	-62.747.360.642
2021	1.169.366.767	8.078.258.828	-6.908.892.061	-69.656.252.703
2022	1.147.906.520	8.112.818.615	-6.964.912.095	-76.621.164.797
2023	1.126.102.460	8.139.770.594	-7.013.668.134	-83.634.832.931
2024	1.104.644.904	8.146.716.501	-7.042.071.597	-90.676.904.529
2025	1.078.765.342	8.136.214.326	-7.057.448.985	-97.734.353.514
2026	1.029.900.262	8.111.296.704	-7.081.396.442	-104.815.749.956
2027	982.160.104	8.068.544.634	-7.086.384.530	-111.902.134.485
2028	935.423.123	8.003.857.824	-7.068.434.701	-118.970.569.187
2029	889.824.533	7.927.647.179	-7.037.822.646	-126.008.391.833
2030	848.059.305	7.821.264.420	-6.973.205.115	-132.981.596.948
2031	807.422.520	7.700.787.432	-6.893.364.913	-139.874.961.861
2032	768.976.534	7.558.504.475	-6.789.527.942	-146.664.489.802
2033	732.473.961	7.401.363.414	-6.668.889.453	-153.333.379.255
2034	694.672.530	7.193.700.224	-6.499.027.694	-159.832.406.950
2035	657.497.914	6.993.473.150	-6.335.975.236	-166.168.382.186
2036	622.192.791	6.784.744.807	-6.162.552.016	-172.330.934.202
2037	587.237.197	6.574.959.951	-5.987.722.754	-178.318.656.956
2038	553.098.113	6.358.531.562	-5.805.433.449	-184.124.090.406
2039	521.186.357	6.133.538.858	-5.612.352.501	-189.736.442.906
2040	489.920.672	5.903.294.450	-5.413.373.778	-195.149.816.684
2041	458.696.995	5.670.204.695	-5.211.507.701	-200.361.324.385
2042	428.403.672	5.431.069.646	-5.002.665.974	-205.363.990.359
2043	399.389.589	5.188.960.813	-4.789.571.224	-210.153.561.582
2044	373.213.593	4.938.361.927	-4.565.148.334	-214.718.709.916
2045	347.230.101	4.689.723.986	-4.342.493.884	-219.061.203.801
2046	323.222.628	4.438.719.332	-4.115.496.704	-223.176.700.504
2047	300.652.576	4.188.286.460	-3.887.633.883	-227.064.334.387
2048	278.316.585	3.943.218.769	-3.664.902.184	-230.729.236.571
2049	257.546.456	3.700.392.147	-3.442.845.691	-234.172.082.262
2050	238.295.504	3.460.840.514	-3.222.545.010	-237.394.627.272
2051	219.802.241	3.227.655.604	-3.007.853.364	-240.402.480.636
2052	202.090.954	3.001.449.901	-2.799.358.947	-243.201.839.583



EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (A)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (B)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (A + B)	SALDO FINANCEIRO ACUMULADO
2053	185.214.230	2.782.660.088	-2.597.445.859	-245.799.285.442
2054	169.162.638	2.571.819.719	-2.402.657.080	-248.201.942.522
2055	153.951.268	2.369.296.017	-2.215.344.749	-250.417.287.271
2056	139.587.978	2.175.392.826	-2.035.804.848	-252.453.092.119
2057	126.074.021	1.990.354.514	-1.864.280.493	-254.317.372.613
2058	113.405.008	1.814.371.811	-1.700.966.803	-256.018.339.416
2059	101.571.779	1.647.585.262	-1.546.013.484	-257.564.352.900
2060	90.561.101	1.490.087.364	-1.399.526.264	-258.963.879.163
2061	80.356.356	1.341.923.942	-1.261.567.586	-260.225.446.750
2062	70.937.861	1.203.091.570	-1.132.153.708	-261.357.600.458
2063	62.283.331	1.073.538.308	-1.011.254.977	-262.368.855.435
2064	54.368.306	953.167.261	-898.798.954	-263.267.654.389
2065	47.166.411	841.839.320	-794.672.909	-264.062.327.299
2066	40.649.468	739.375.644	-698.726.176	-264.761.053.474
2067	34.786.641	645.546.680	-610.760.039	-265.371.813.513
2068	29.548.023	560.124.892	-530.576.869	-265.902.390.382
2069	24.899.203	482.808.118	-457.908.915	-266.360.299.297
2070	20.804.977	413.272.440	-392.467.464	-266.752.766.760
2071	17.228.456	351.158.431	-333.929.975	-267.086.696.735
2072	14.131.285	296.072.446	-281.941.160	-267.368.637.896
2073	11.474.110	247.592.251	-236.118.141	-267.604.756.037
2074	9.216.960	205.269.696	-196.052.737	-267.800.808.773
2075	7.319.841	168.638.718	-161.318.877	-267.962.127.650
2076	5.743.277	137.220.925	-131.477.648	-268.093.605.298
2077	4.448.843	110.532.429	-106.083.586	-268.199.688.884
2078	3.399.654	88.090.382	-84.690.728	-268.284.379.612
2079	2.560.798	69.419.310	-66.858.512	-268.351.238.124
2080	1.899.784	54.058.891	-52.159.107	-268.403.397.231
2081	1.386.898	41.570.602	-40.183.704	-268.443.580.935
2082	995.434	31.543.211	-30.547.777	-268.474.128.711
2083	701.835	23.597.062	-22.895.227	-268.497.023.939

Fonte: Atuarial do Instituto de Previdência do Estado do RS (IPERGS).

NOTA: O cálculo da contribuição patronal é da mesma proporção da contribuição pessoal, ou um por um.

A medida eficaz que soluciona o problema do déficit previdenciário, surtindo efeitos no longuíssimo prazo, foi a aprovação de Projeto de Lei do Executivo estadual pela Assembleia gaúcha, em junho de 2011, que criou o sistema de capitalização para os novos servidores. Assim, quando da aposentadoria desses servidores, o pagamento dar-se-á através do fundo garantidor, não mais pelo Tesouro estadual.

O recente aumento da contribuição para os que ganham acima do teto do INSS, no curto e médio prazo, tende a amenizar, mas não resolver a situação. Mesmo após a implementação do sistema de capitalização aos novos servidores, somente ao final deste século vislumbrar-se-ia o equilíbrio previdenciário. E o caixa do Tesouro começará a ser menos pressionado entre duas e três décadas.

#### **4.2. O sistema de capitalização**

Pelo sistema de capitalização, cada segurado realiza contribuições que são depositadas em uma conta específica e acumuladas ao longo da vida ativa do trabalhador. No momento da aposentadoria, terá direito a receber de volta uma renda vitalícia baseada na contribuição ao sistema, acrescida dos rendimentos do capital.

O Projeto de Lei Complementar nº 189/2011, que o Poder Executivo estadual enviou à Assembleia Legislativa, objetiva aplicar o regime financeiro de capitalização para os novos servidores estaduais. O parlamento gaúcho aprovou o projeto em junho de 2011, sendo que ainda depende de regulamentação própria para a sua entrada em vigor. Na mesma ocasião, criou o Fundo Previdenciário (FUNDOPREV).

Para a implementação do regime de capitalização deve ser instituído administrativamente o FUNDOPREV, que será regido pelo Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul, gestor único, com segregação contábil e fiscal dos demais recursos e fundos da Autarquia. Todos os valores destinados ao FUNDOPREV serão depositados em conta específica e exclusiva do BANRISUL, distinta da conta do Tesouro do Estado, vedada sua utilização pelo caixa único.

As aplicações e investimentos efetuados com os recursos do FUNDOPREV atenderão aos princípios da segurança, liquidez, transparência e economicidade e às diretrizes estabelecidas pela Política Anual de Investimento do Fundo, obedecendo à regulamentação do Ministério da Previdência e Assistência Social e do Conselho Monetário Nacional.

A contribuição previdenciária mensal foi fixada em 14%. Será observada a dedução de 21,43% aplicados sobre a base de cálculo até o limite estabelecido para os benefícios do Regime Geral de Previdência Social (RGPS). Para os que ganham até duas vezes o valor do RGPS, observa-se também uma dedução de 21,43%. Para os que percebem acima de duas vezes o teto do INNS, o desconto será de 14% sobre o total da remuneração percebida.

A criação desse sistema de capitalização de previdência social, com a contrapartida em igual valor pelo Estado àquela contribuição descontada do servidor, formará um fundo destinado exclusivamente ao pagamento dos futuros aposentados e pensionistas. Assim, esse sistema nasce com a perspectiva de não gerar no futuro déficit previdenciário para o Estado, visto que, em tese, haverá um fundo disponível que suportará a totalidade dos dispêndios.

## 5 A PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA DE 2012

A Proposta do Projeto de Lei do Plano Plurianual 2012-2015, levada à apreciação da egrégia Assembleia Legislativa, em 01/ago/2011, foi montada com base nos seguintes parâmetros macroeconômicos:

Previsão de PIB e da inflação, no período entre 2012 e 2015

ESPECIFICAÇÃO	2012	2013	2014	2015
PIB REAL	5,50%	6,50%	6,50%	4,00%
INFLAÇÃO (IPCA)	4,50%	4,50%	4,50%	4,50%
<b>VARIAÇÃO DO PIB REAL X INFLAÇÃO (IPCA)</b>	<b>10,25%</b>	<b>11,29%</b>	<b>11,29%</b>	<b>8,68%</b>

NOTA: Os parâmetros acima são os mesmos utilizados pela União, até o ano de 2014.

O art. 9º da Lei 13.769, de 04/08/2011 (Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO 2012) determina, para o orçamento de 2012, o percentual de 4,5% de acréscimo no grupo das “Outras Despesas Correntes”, “Investimentos” e “Inversões Financeiras”, em relação às dotações de 30 de abril de 2011, conforme teor adiante transcrito:

Art. 9º - Os Poderes do Estado, o Ministério Público e a Defensoria Pública terão como limites para as despesas financiadas com a fonte de recursos Tesouro-Livres classificadas nos grupos de natureza de despesa 3 – Outras Despesas Correntes, 4 – Investimentos e 5 – Inversões Financeiras; em 2012, para efeito de elaboração de suas respectivas propostas orçamentárias, o conjunto das dotações fixadas na Lei Orçamentária de 2011, com as alterações decorrentes dos créditos suplementares e especiais, aprovados até 30 de abril de 2011, com essa fonte de recurso, **acrescidos de 4,5%** (quatro inteiros e cinco décimos por cento) de correção.

O art. 30 da Lei 13.769, de 04/08/2011 (Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO 2012) determina, para o orçamento de 2012, o percentual de 7,2% de acréscimo no grupo “Pessoal e Encargos Sociais”, em relação às dotações de 30 de abril de 2011, conforme teor adiante transcrito:

Art. 30 - Os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, o Ministério Público e a Defensoria Pública terão como limite na elaboração de suas propostas orçamentárias para 2012, para o grupo de natureza de despesa de pessoal e encargos sociais, na fonte de recursos Tesouro-Livres, o conjunto das dotações fixadas na Lei Orçamentária de 2011, com as alterações decorrentes dos créditos suplementares e especiais, aprovados até 30 de abril de 2011, **acrescidos de 7,2%** (sete inteiros e dois décimos) de correção, considerando, inclusive, o disposto nos art. 40 e 41 desta Lei.

Ressalta-se que, para os demais anos do Plano Plurianual (2013-2015), as despesas com pessoal, manutenção e custeio e investimento foram fixadas na razão de 4,5% ao ano, ou seja, a inflação prevista do período pelo IPCA. Ressalva-se o compromisso governamental até 2015, do piso do magistério, numa proporção de R\$ 430 milhões anuais.

### **5.1. A Estimativa da Receita Pública para o orçamento de 2012**

A projeção da arrecadação para o exercício de 2012, de R\$ 40,264 bilhões, apresentada de forma sucinta na tabela adiante, compreende a totalidade da receita da Administração Direta, assim como a receita própria das Autarquias e Fundações.

Estimativa da Receita da Administração Pública Consolidada para o Exercício de 2012

<b>RECEITAS ESTIMADAS</b>	<b>ADMINISTRAÇÃO DIRETA</b>	<b>AUTARQUIAS</b>	<b>FUNDAÇÕES</b>	<b>TOTAL</b>
RECEITAS CORRENTES	29.393.242.703	9.700.836.664	148.895.185	39.242.974.552
RECEITAS DE CAPITAL	971.234.248	13.411.905	36.869.271	1.021.515.424
<b>RECEITAS ESTIMADAS TOTAIS</b>	<b>30.364.476.951</b>	<b>9.714.248.569</b>	<b>185.764.456</b>	<b>40.264.489.976</b>

Fonte: SEPLAG/RS - PLOA 2012.

A tabela seguinte mostra os principais agregados da receita pública. Para o ano de 2012, excluindo as receitas intraorçamentárias, de R\$ 6,855 bilhões, estima-se um montante de arrecadação ajustada, de R\$ 33,409 bilhões, contra R\$ 29,422 bilhões previstos em 2011, crescimento de R\$ 3,988 bilhões, 13,6% maior.

Quanto ao ICMS Total (com a inclusão de multas, juros e dívida ativa), que é o principal tributo estadual, estima-se, para 2012, uma arrecadação de R\$ 21,219 bilhões, contra R\$ 18,891 bilhões previstos para 2011, crescimento nominal de R\$ 2,328 bilhões, 12,3% superior. Para as receitas de capital, a proposta orçamentária de 2012 estima um montante de R\$ 1,022 bilhão, 97,6% maior que o projetado para 2011.



Principais Agregados da Receita da Administração Pública Consolidada – Estimativa para o Exercício de 2012

AGREGADOS DA RECEITA	LOA 2011	PLOA 2012	PLOA 2012 - LOA 2011	% PLOA 2012 / LOA 2011
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>34.736.123.226</b>	<b>39.242.974.552</b>	<b>4.506.851.326</b>	<b>13,0</b>
1.1 ICMS TOTAL	18.891.009.175	21.219.049.241	2.328.040.066	12,3
1.2 IPVA TOTAL	1.641.023.654	1.835.174.309	194.150.655	11,8
1.3 IMPOSTO DE RENDA NA FONTE	1.200.260.520	1.297.906.820	97.646.300	8,1
1.4 CONTRIBUIÇÕES	1.503.286.218	1.820.342.077	317.055.859	21,1
1.5 PATRIMONIAL	769.721.313	909.986.577	140.265.264	18,2
1.6 FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DO ESTADO	1.457.492.771	1.590.113.027	132.620.256	9,1
1.7 IPI-EXPORTAÇÃO	544.087.562	522.227.949	-21.859.613	-4,0
1.8 CIDE	114.028.324	120.796.883	6.768.559	5,9
1.9 LC 87/96 (LEI KANDIR) E AUXÍLIO FINANCEIRO À EXPORTAÇÃO	264.482.156	290.203.045	25.720.889	9,7
1.10 FUNDEB - FUNDO DA EDUCAÇÃO	2.967.124.449	3.219.932.474	252.808.025	8,5
1.11 DEMAIS RECEITAS CORRENTES	2.974.694.368	3.388.229.153	413.534.785	13,9
1.12 RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIA	5.831.438.276	6.855.237.494	1.023.799.218	17,6
1.13 DEDUÇÕES PARA O FUNDO DA EDUCAÇÃO	-3.422.525.560	-3.826.224.497	-403.698.937	11,8
<b>RECEITA DE CAPITAL</b>	<b>516.960.987</b>	<b>1.021.515.424</b>	<b>504.554.437</b>	<b>97,6</b>
2.1 OPERAÇÕES DE CRÉDITO	36.925.000	639.245.087	602.320.087	1.631,2
2.2 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	457.130.669	340.293.878	-116.836.791	-25,6
2.3 DEMAIS RECEITAS DE CAPITAL	22.905.318	41.976.459	19.071.141	83,3
<b>TOTAL GERAL DA RECEITA COM TRANSFERÊNCIA INTRA-ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>35.253.084.213</b>	<b>40.264.489.976</b>	<b>5.011.405.763</b>	<b>14,2</b>
<b>TOTAL GERAL DA RECEITA SEM TRANSFERÊNCIA INTRA-ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>29.421.645.937</b>	<b>33.409.252.482</b>	<b>3.987.606.545</b>	<b>13,6</b>

Fonte: LOA 2011 e PLOA 2012.

## 5.2. A Fixação da Despesa Pública para o Orçamento de 2012

A estimativa da despesa para o exercício de 2012, de R\$ 40,264 bilhões, apresentada de forma sucinta na tabela adiante, compreende a totalidade dos órgãos da Administração Direta, assim como as Autarquias e Fundações.

Estimativa da Despesa da Administração Pública Consolidada para o Exercício de 2012

<b>DESPESAS DOTADAS</b>	<b>ADMINISTRAÇÃO DIRETA</b>	<b>AUTARQUIAS</b>	<b>FUNDAÇÕES</b>	<b>TOTAL</b>
DESPESAS CORRENTES	26.532.410.678	9.687.704.049	613.514.443	36.833.629.170
DESPESAS DE CAPITAL	2.504.821.349	588.922.815	90.571.952	3.184.316.116
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	246.544.690
<b>DESPESAS TOTAIS DOTADAS</b>	<b>29.037.232.027</b>	<b>10.276.626.864</b>	<b>704.086.395</b>	<b>40.264.489.976</b>

Fonte: SEPLAG/RS - PLOA 2012.

A Tabela seguinte mostra os principais agregados da despesa dotada para o ano de 2012. Excluindo as despesas intraorçamentárias, de R\$ 6,855 bilhões, prevê-se um gasto total ajustado de R\$ 33,409 bilhões, 13,6% maior do que o previsto para 2011, de R\$ 29,422 bilhões.

A previsão das despesas com "Pessoal e Encargos Sociais sem Intraorçamentárias" é de R\$ 15,996 bilhões. O gasto com "Outras Despesas Correntes sem Intraorçamentárias" alcança R\$ 12,500 bilhões. Destacam-se as "Transferências Constitucionais e Legais aos Municípios", de R\$ 6,385 bilhões; o "Serviço da Dívida", de R\$ 2,689 bilhões; os "Investimentos Amplos", de R\$ 1,977 bilhão; e a "Reserva de contingência", de R\$ 247 milhões.

Principais Agregados da Despesa da Administração Pública Consolidada para o Exercício de 2012

AGREGADO DA DESPESA	LOA 2011	PLOA 2012	PLOA 2012- LOA 2011	% PLOA 2012 / LOA 2011
<b>PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS SEM TRANSFERÊNCIAS INTRAORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>13.918.851.266</b>	<b>15.996.472.667</b>	<b>2.077.621.401</b>	<b>14,9</b>
<b>OUTRAS DESPESAS CORRENTES SEM INTRAORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>11.164.355.324</b>	<b>12.499.983.855</b>	<b>1.335.628.531</b>	<b>12,0</b>
Transferências Constitucionais e Legais aos Municípios	5.708.627.931	6.385.244.301	676.616.370	11,9
Demais "Outras Despesas Correntes"	5.556.273.679	6.114.739.554	558.465.875	10,1
<b>SERVIÇO DA DÍVIDA (JUROS, ENCARGOS E AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA)</b>	<b>2.344.676.868</b>	<b>2.688.768.752</b>	<b>344.091.884</b>	<b>14,7</b>
<b>INVESTIMENTOS AMPLOS (INVESTIMENTOS E INVERSÕES FINANCEIRAS)</b>	<b>1.776.444.257</b>	<b>1.977.482.518</b>	<b>201.038.261</b>	<b>11,3</b>
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>	<b>217.318.222</b>	<b>246.544.690</b>	<b>29.226.468</b>	<b>13,4</b>
(+) PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS (INTRAORÇAMENTÁRIAS)	5.814.125.416	6.837.654.524	1.023.529.108	17,6
(+) OUTRAS DESPESAS CORRENTES (INTRAORÇAMENTÁRIAS)	17.312.860	17.582.970	270.110	1,6
<b>TOTAL DA DESPESA DOTADA COM TRANSFERÊNCIAS INTRAORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>35.253.084.213</b>	<b>40.264.489.976</b>	<b>5.011.405.763</b>	<b>14,2</b>
<b>TOTAL DA DESPESA DOTADA SEM TRANSFERÊNCIAS INTRAORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>29.421.645.937</b>	<b>33.409.252.482</b>	<b>3.987.606.545</b>	<b>13,6</b>

Fonte: SEPLAG/RS - LOA 2011 e PLOA 2012.

Nota 1: Na LOA 2011, o RPPS do Executivo (Órgão 40, do IPERGS), passou do grupo "Outras Despesas Correntes" para o de "Pessoal e Encargos Sociais".

Nota 2: Na PLOA 2012, o RPPS do Poder Executivo (Órgão 40, do IPERGS), já se encontra no grupo de "Pessoal e Encargos Sociais".

## 6 A DISTRIBUIÇÃO DA DESPESA PÚBLICA ENTRE AS ÁREAS GOVERNAMENTAIS

A tabela adiante retrata a distribuição da despesa entre as diversas áreas da Administração Pública estadual. Essa distribuição, descontados os Encargos Financeiros do Estado, a Reserva de Contingência, as despesas Intraorçamentárias, os demais Poderes, o Ministério Público e a Defensoria Pública, abrange 57,5% do bolo orçamentário. Observe-se que, do total do orçamento de 2012, de R\$ 40,264 bilhões, os Encargos Financeiros absorvem 15,5% (R\$ 6,247 bilhões), a Reserva de Contingência, 0,6% (R\$ 247 milhões), as Despesas Intraorçamentárias, 17,0% (R\$ 6.855 bilhões) e os demais Poderes, Ministério Público e Defensoria Pública, 9,3% (R\$ 3,754 bilhões).

Os gastos do Poder Executivo serão direcionados para quatro áreas. A de Infraestrutura, 3,3% do total dos recursos, totalizando R\$ 1,345 bilhão. A área Econômica deverá contar com 2,4% das dotações, equivalente a R\$ 958 milhões, enquanto a área Administrativa absorverá R\$ 1,350 bilhão, equivalente a 3,4%. Por fim, à área Social caberão R\$ 19,509 bilhões, o que equivale a 48,5% do total distribuído. O orçamento do Estado para o exercício de 2012, sem a dupla contagem das transferências intraorçamentárias, injetará na economia gaúcha, aproximadamente, 12,5% de seu PIB total.

Distribuição da despesa dotada na Proposta da LOA 2012 entre as diversas áreas da Administração Pública Consolidada

ÁREAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	PLOA 2012	% SOBRE O TOTAL DAS ÁREAS	% SOBRE O TOTAL DO PLOA 2012
Infra-Estrutura	1.345.040.975	5,8	3,3
Econômica	958.055.827	4,1	2,4
Administrativa	1.349.949.611	5,8	3,4
Social	19.509.308.332	84,2	48,5
<b>SUBTOTAL</b>	<b>23.162.354.745</b>	<b>100,0</b>	<b>57,5</b>
Outros Poderes, Ministério Público e Defensoria Pública	3.753.524.571	-	9,3
Encargos Financeiros do Estado	6.246.828.476	-	15,5
Reserva de Contingência	246.544.690	-	0,6
Despesas Intraorçamentárias	6.855.237.494	-	17,0
<b>TOTAL DO ORÇAMENTO DE 2012</b>	<b>40.264.489.976</b>	<b>-</b>	<b>100,0</b>

Fonte: SEPLAG/RS - PLOA 2012.

## 7 Os Investimentos das Estatais Gaúchas

O orçamento de investimento das empresas públicas do Rio Grande do Sul, nas quais o Estado detém a totalidade do capital social, e das sociedades de economia mista, nas quais o Estado detém a maioria das ações com direito a voto, acompanha a Proposta de Lei Orçamentária Anual da Administração Pública estadual direta, suas autarquias e fundações, em conformidade com o que determina a Constituição Estadual, em seu art. 149, § 5º, I, bem como o prazo legal de 15 de setembro de cada ano, para o envio à Assembleia Legislativa da peça orçamentária, estabelecido pelo art. 152, § 8º, III, da Constituição do Estado.

A Tabela adiante mostra a evolução dos investimentos feitos pelas estatais gaúchas, entre 2007 e 2010, os recursos projetados na Lei Orçamentária de 2011 (LOA 2011) e o previsto na Proposta do Plano Plurianual 2012-2015 (PPPA 2012-2015).

Demonstrativo dos investimentos executados pelas estatais e os previstos na LOA 2011 e no PPA 2012-2015 – R\$ 1.000,00

<b>Estatais</b>	<b>2007 Executado</b>	<b>2008 Executado</b>	<b>2009 Executado</b>	<b>2010 Executado</b>	<b>LOA 2011 Previsão</b>	<b>PPPA 2012-2015 Previsão</b>
CORSAN	78.743	91.664	236.517	330.860	425.200	1.817.710
CEEE	215.952	180.590	216.803	237.544	367.000	2.086.887
CRM	9.316	18.701	9.368	23.970	45.400	782.000
SULGÁS	5.900	19.100	17.354	20.284	44.100	270.559
BANRISUL E COLIGADAS	133.006	163.055	210.203	190.884	217.500	552.300
CAIXA ESTADUAL	1.213	604	3.202	626	5.300	509.950
DEMAIS ESTATAIS	8.280	8.259	22.951	32.475	30.500	109.671
<b>Total dos Investimentos</b>	<b>452.410</b>	<b>481.973</b>	<b>716.398</b>	<b>836.643</b>	<b>1.135.000</b>	<b>6.129.077</b>

Fonte: SEPLAG/RS – PPPA 2012-2015.

Nota 1: Os investimentos da CEEE abrangem a CEEE Distribuição e a CEEE Geração e Transmissão.

Nota 2: A estimativa dos investimentos das estatais, para o período entre 2012 e 2015, poderá estar sujeita à alteração.

As estatais gaúchas melhoraram significativamente seu desempenho graças à modernização administrativa, à racionalização de despesas, à melhoria de processos, ao crescimento da receita operacional e da rentabilidade sobre o patrimônio líquido. O bom momento econômico brasileiro ajudou a impulsionar a *performance* das principais empresas, com a gestão voltada aos resultados. Adiante se apresenta Tabela com o patrimônio líquido e o lucro líquido das principais estatais gaúchas.

Patrimônio líquido das principais empresas estatais gaúchas – R\$ 1.000,00

<b>Estatais</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>
BANRISUL	1.295.079	2.792.013	3.079.139	3.408.462	3.855.239
CORSAN	525.284	562.215	738.173	603.698	749.638
CEEE-D	9.683	15.982	24.870	1.949.677	1.758.708
CEEE-GT	228.749	304.902	434.781	2.141.975	2.340.500
SULGÁS	73.244	76.804	79.160	128.687	140.085
CRM	139.081	143.480	126.145	135.412	130.955
PROCERGS	28.927	35.977	43.547	40.352	38.829
BADESUL	348.571	369.018	392.435	431.680	502.738

Fonte: Balanço Social das companhias estatais gaúchas.

Nota: Os altos valores apropriados pela CEED e CEEE-GT, em 2009, referem-se a crédito a ser recebido da União, de causa judicial.

Lucro líquido das principais empresas estatais gaúchas – R\$ 1.000,00

<b>Estatais</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>
BANRISUL	361.659	916.381	590.873	541.096	741.242
CORSAN	31.427	53.351	211.966	251.149	197.693
CEEE-D	(14.020)	6.299	15.908	1.911.307	(190.969)
CEEE-GT	(47.274)	76.153	123.896	1.538.343	133.727
SULGÁS	37.682	71.196	47.109	70.209	88.769
CRM	15.585	10.323	7.117	12.710	3.424
PROCERGS	(268)	3.069	5.138	190	661
BADESUL	32.932	38.137	46.027	40.985	72.324

Fonte: Balanço Social das companhias estatais gaúchas.

Nota 1: Os altos valores apropriados pela CEED e CEEE-GT, em 2009, referem-se a crédito a ser recebido da União, de causa judicial.

Nota 2: o lucro líquido do BANRISUL, no 1º semestre de 2011, foi de R\$ 438 milhões.

As estatais gaúchas estão divididas em setor produtivo e financeiro. O setor produtivo é composto por nove organizações, que se dedicam à prestação de serviços, produção industrial e extração mineral. Já o setor financeiro é composto por quatro organizações voltadas à atividade de intermediação financeira e fomento ao desenvolvimento. Para 2012, projetam-se investimentos na ordem de R\$ 1.301,6 milhões. A Tabela adiante aloca os recursos por área: na Infraestrutura, R\$ 1.145,0 milhões; na Econômica, R\$ 139,2 milhões; e, na Administrativa, R\$ 17,4 milhões.

Demonstrativo dos investimentos das empresas estatais gaúchas por Área

<b>INFRAESTRUTURA</b>	<b>INVESTIMENTO</b>
COMPANHIA DE GÁS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - SULGÁS	66.157.496
COMPANHIA ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - CEEE	239.204.000
COMPANHIA ESTADUAL DE GERAÇÃO E TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - CEEE-GT	331.362.000
COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO - CRM	43.990.032
COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN	464.247.357
<b>TOTAL DA ÁREA DE INFRAESTRUTURA</b>	<b>1.144.960.885</b>
<b>ECONÔMICA</b>	<b>INVESTIMENTO</b>
BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A. - BANRISUL	128.771.556
BANRISUL ARMAZÉNS GERAIS - BAGERGS	1.290.000
BANRISUL S/A ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS - BAC	3.515.960
BANRISUL S/A CORRETORA DE VALORES MOBILIÁRIOS E CÂMBIO - BCV	2.260.000
CAIXA ESTADUAL S.A. - AGÊNCIA DE FOMENTO - BADESUL	2.110.000
CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO RIO GRANDE DO SUL S.A. - CEASA	1.274.000
<b>TOTAL DA ÁREA ECONÔMICA</b>	<b>139.221.516</b>
<b>ADMINISTRATIVA</b>	<b>INVESTIMENTO</b>
COMPANHIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - PROCERGS	10.200.000
COMPANHIA RIOGRANDENSE DE ARTES GRÁFICAS - CORAG	7.175.000
<b>TOTAL DA ÁREA ADMINISTRATIVA</b>	<b>17.375.000</b>
<b>TOTAL DOS INVESTIMENTOS DAS DIVERSAS ÁREAS</b>	<b>1.301.557.401</b>

Fonte: SEPLAG/RS – PLOA 2012.



As empresas do setor bancário (do grupo BANRISUL e BADESUL) apropriaram no orçamento de 2012 um montante de R\$ 136,7 milhões, enquanto as empresas do setor produtivo (demais empresas) alocaram R\$ 1.164,9 milhões. Do total de R\$ 1.301,6 milhões programados de investimento, R\$ 728,9 milhões são com recursos próprios, R\$ 531,5 milhões são por meio de operações de crédito e R\$ 41,2 milhões são através de outras fontes de recursos, conforme se pode visualizar na Tabela

Demonstrativo dos investimentos das empresas estatais gaúchas por Fonte de Recursos

EMPRESAS ESTATAIS GAÚCHAS	FONTE DE RECURSOS			
	PRÓPRIOS	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	OUTRAS FONTES DE RECURSOS	INVESTIMENTO
BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A. - BANRISUL	128.771.556			128.771.556
BANRISUL ARMAZÉNS GERAIS - BAGERGS	1.290.000			1.290.000
BANRISUL S/A ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS - BAC	3.515.960			3.515.960
BANRISUL S/A CORRETORA DE VALORES MOBILIÁRIOS E CÂMBIO - BCV	2.260.000			2.260.000
CAIXA ESTADUAL S.A. - AGÊNCIA DE FOMENTO - BADESUL	2.110.000			2.110.000
CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO RIO GRANDE DO SUL S.A. - CEASA	592.000	-	682.000	1.274.000
COMPANHIA DE GÁS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - SULGÁS	66.157.496			66.157.496
COMPANHIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - PROCERGS	10.200.000			10.200.000
COMPANHIA ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - CEEE	98.073.640	141.130.360		239.204.000
COMPANHIA ESTADUAL DE GERAÇÃO E TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - CEEE-GT	144.633.730	186.728.270		331.362.000
COMPANHIA RIOGRANDENSE DE ARTES GRÁFICAS - CORAG	7.175.000			7.175.000
COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO - CRM	43.990.032			43.990.032
COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN	220.096.435	203.619.985	40.530.937	464.247.357
<b>TOTAL DOS INVESTIMENTOS POR FONTE DE RECURSOS</b>	<b>728.865.849</b>	<b>531.478.615</b>	<b>41.212.937</b>	<b>1.301.557.401</b>

Fonte: SEPLAG/RS – PLOA 2012.

A seguir, o demonstrativo dos investimentos pelas empresas estatais gaúchas classificados por Função. A Função energia apropriou R\$ 680,7 milhões, enquanto que a de Saneamento, R\$ 464,2 milhões, e a de Comércio e Serviços, R\$ 137,9 milhões. Já a Função de Administração, R\$ 10,2 milhões; Indústria, R\$ 7,2 milhões; e a Agricultura, R\$ 1,3 milhão.

Demonstrativos dos investimentos das estatais gaúchas por Função

<b>FUNÇÃO</b>	<b>INVESTIMENTOS</b>	<b>% SOBRE O TOTAL</b>
ADMINISTRAÇÃO	10.200.000	0,78%
SANEAMENTO	464.247.357	35,67%
AGRICULTURA	1.274.000	0,10%
INDÚSTRIA	7.175.000	0,55%
COMÉRCIO E SERVIÇOS	137.947.516	10,60%
ENERGIA	680.713.528	52,30%
<b>TOTAL</b>	<b>1.301.557.401</b>	<b>100,00</b>

Fonte: SEPLAG/RS – PLOA 2012.

Pela ótica econômica, em uma estimativa sobre **matriz insumo-produto**, desenvolvida pela Fundação de Economia e Estatística do RS (FEE/RS), somente os investimentos previstos pelas estatais gaúchas, em 2012, de R\$ 1,302 bilhão, terão significativo impacto multiplicador, pois trarão um **incremento de 0,55% no PIB estadual, acompanhado da criação de 43.000 novos empregos, entre diretos e indiretos, impactando na produção em R\$ 2,3 bilhões.**

A Tabela seguinte mostra os investimentos das estatais gaúchas por região de COREDE. O COREDE Metropolitano Delta do Jacuí receberá a maior fatia dos investimentos, com R\$ 437,9 milhões, seguido pelo COREDE Vale do Rio dos Sinos, com R\$153,3 milhões, e pelo COREDE Paranhama Encosta da Serra, com R\$ 62,2 milhões. Desse modo, os investimentos das estatais contribuem para reequilibrar os fluxos de renda entre as regiões do Estado.



Demonstrativo dos investimentos das empresas estatais gaúchas por COREDE

COREDE	TOTAL
ALTO DA SERRA DO BOTUCARÁI	7.005.096
ALTO JACUÍ	40.553.493
CAMPANHA	51.174.771
CAMPOS DE CIMA DA SERRA	7.888.292
CELEIRO	9.378.267
CENTRAL	33.229.482
CENTRO SUL	21.278.583
FRONTEIRA NOROESTE	54.243.496
FRONTEIRA OESTE	58.787.844
HORTÊNSIAS	16.061.649
JACUÍ CENTRO	19.599.030
LITORAL	56.029.768
MÉDIO ALTO URUGUAI	9.378.267
METROPOLITANO DELTA DO JACUÍ	437.887.394
MISSÕES	9.378.267
NORDESTE	8.090.552
NOROESTE COLONIAL	10.423.067
NORTE	37.545.337
PARANHANA ENCOSTA DA SERRA	62.234.681
PRODUÇÃO	49.821.529
RIO DA VÁRZEA	13.936.620
SERRA	24.535.232
SUL	45.073.034
VALE DO CAÍ	8.293.734
VALE DO JAGUARI	9.215.994
VALE DO RIO DOS SINOS	153.288.438
VALE DO RIO PARDO	15.070.443
VALE DO TAQUARI	32.155.050
<b>TOTAL</b>	<b>1.301.557.401</b>

Fonte: SEPLAG/DOE e IBGE - Censo 2010.

Nota 1: R\$ 7.940.002 da SULGÁS, sem regionalização, foram alocados no COREDE Metropolitano Delta do Jacuí.

Nota 2: R\$ 160.086.659 do grupo CEEE, sem regionalização, foram distribuídos igualmente para os 28 COREDEs.

## **8 Os Recursos da Votação de Prioridades da Participação Popular e Cidadã**

O Rio Grande do Sul constituiu-se, nas últimas duas décadas, em um celeiro de experiências de democracia participativa, que vêm desde a criação dos conselhos setoriais, do orçamento participativo, da consulta popular, dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDEs), do fórum democrático e de tantas outras experiências de vanguarda nacional. O governo Tarso Genro, aproveitando todo esse capital social existente, introduziu inovações importantes no sistema estadual de participação popular.

Para a elaboração PPA Participativo (Plano Plurianual 2012-2015), foram realizados nove seminários, em todas as regiões funcionais de planejamento do Estado. Ademais, foi criado um portal na internet para recebimento de proposições da sociedade. O resultado foi a presença de seis mil pessoas nos seminários, trezentos e cinquenta entidades sociais representadas, doze mil proposições via internet (endereço do site: [www.participa.rs.gov.br](http://www.participa.rs.gov.br)) e a constituição de um Conselho Estadual do PPA Participativo, representativo das diversas regiões do Estado, eleito nos seminários.

Para a elaboração da peça orçamentária anual de 2012, os meses de junho, julho e agosto de 2011 foram de intensos debates, em todas as regiões dos COREDEs, de forma participativa e direta da sociedade. Nesse período, foram feitas vinte e oito audiências públicas regionais, em seguida, quatrocentas assembleias municipais e microrregionais. Na sequência, vinte e oito fóruns regionais, com a representação de todos os municípios, que culminaram com a hierarquização de dez a vinte projetos prioritários para a elaboração da cédula de votação pela população, ocorrida no dia dez de agosto, com o extraordinário comparecimento de mais de um milhão e cem mil votantes.

Esse processo realizado de forma regionalizada, compreendendo as vinte e oito regiões dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento, possibilitou ao Governo ter um conhecimento mais profundo das necessidades e oportunizou à população a inclusão no Orçamento público dos projetos que estejam em sintonia com essas necessidades, influenciando e decidindo as ações com maior repercussão na vida da comunidade regional.

A coordenação do processo de Participação Popular e Cidadã foi exercida em parceria entre o Governo e os COREDEs, orientada por um regimento interno, elaborado em conjunto entre as partes. Os membros da coordenação regional foram eleitos em audiência pública, com a participação de diversos setores da sociedade e a coordenação municipal composta a partir dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento (COMUDEs) de cada município.

No orçamento de 2012, foram disponibilizados R\$ 165 milhões para as demandas da votação de prioridades da Participação Popular e Cidadã, considerando três fatores: o mínimo de 20% iguais para todas as vinte e oito regiões, a população do COREDE e o Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (IDESE). Como resultado de todo esse processo, a Tabela adiante mostra a distribuição dos recursos por COREDE.

Distribuição dos recursos da Consulta Popular e Cidadã para a PLOA 2012, por COREDE

<b>REGIÕES</b>	<b>VALORES APROPRIADOS</b>
METROPOLITANO DELTA DO JACUÍ	23.590.274
SUL	13.610.888
VALE DO RIO DOS SINOS	12.940.858
SERRA	9.270.019
VALE DO RIO PARDO	8.646.749
FRONTEIRA OESTE	8.131.975
LITORAL	6.002.961
VALE DO TAQUARI	5.937.118
CENTRAL	5.876.170
PRODUÇÃO	5.283.641
CENTRO SUL	4.954.843
PARANHANA-ENCOSTA SERRA	4.878.041
NORTE	4.556.002
MISSÕES	4.464.114
MEDIO ALTO URUGUAI	4.137.236
FRONTEIRA NOROESTE	3.930.798
JACUÍ CENTRO	3.885.799
CELEIRO	3.848.529
CAMPANHA	3.739.829
VALE DO CAÍ	3.449.432
RIO DA VARZEA	3.387.403
NOROESTE COLONIAL	3.215.548
HORTÊNSIAS	3.133.443
NORDESTE	3.120.173
VALE DO JAGUARI	3.003.410
ALTO DA SERRA DO BOTUCARAÍ	2.996.072
ALTO JACUÍ	2.835.832
CAMPOS DE CIMA DA SERRA	2.172.843
<b>TOTAL DOS PROJETOS DA PARTICIPAÇÃO POPULAR E CIDADÃ PARA A PLOA 2012</b>	<b>165.000.000</b>

Fonte: SEPLAG/RS.

A Tabela abaixo mostra os números gerais, referentes à votação de prioridades, por região de COREDE.

Demonstrativo da votação de prioridades da Consulta Popular e Cidadã

<b>COREDE</b>	<b>Votantes pelo sistema manual</b>	<b>Votantes pela internet</b>	<b>Total de votantes</b>
Alto da Serra do Botucaraí	10.669	2.472	13.141
Alto Jacuí	29.858	1.289	31.147
Campanha	16.796	1.407	18.203
Campos de Cima da Serra	12.693	3.289	15.982
Celeiro	33.286	1.829	35.115
Central	34.791	4.721	39.512
Centro Sul	22.029	623	22.652
Fronteira Noroeste	29.960	3.728	33.688
Fronteira Oeste	76.478	3.959	80.437
Hortênsias	12.657	8.616	21.273
Jacuí Centro	24.122	1.390	25.512
Litoral	31.530	3.886	35.416
Médio Alto Uruguai	40.569	2.579	43.148
Metropolitano do Delta do Jacuí	116.722	7.755	124.477
Missões	47.469	3.960	51.429
Nordeste	22.089	10.390	32.479
Noroeste Colonial	20.268	3.369	23.637
Norte	19.262	8.047	27.309
Paranhana-Encosta da Serra	44.768	853	45.621
Produção	51.539	7.151	58.690
Rio da Várzea	23.609	4.824	28.433
Serra	51.037	13.670	64.707
Sul	43.403	15.141	58.544
Vale do Caí	13.502	1.252	14.754
Vale do Jaguari	24.194	2.109	26.303
Vale do Rio dos Sinos	55.744	8.071	63.815
Vale do Rio Pardo	55.194	4.273	59.467
Vale do Taquari	33.907	5.343	39.250
<b>Total de votantes</b>	<b>998.145</b>	<b>135.996</b>	<b>1.134.141</b>

Fonte: SEPLAG/RS.

## 9 As Desonerações Fiscais do Rio Grande do Sul

Este capítulo atende disposição constitucional federal, em seu art. 165, § 6º: *"o projeto de lei orçamentária será acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia"*. A Constituição do Estado do Rio Grande do Sul também exige a apresentação de um demonstrativo das estimativas das desonerações fiscais, em seu art. 149, § 5º, V: *"o orçamento geral da administração direta será acompanhado do demonstrativo do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária, tarifária e creditícia"*.

Ademais, cumpre-se normativo da Lei Complementar Federal nº 101, de 04/05/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), em seus artigos 4º, 2º, V e 5º, II. Recentemente, a Lei Complementar Estadual nº 13.452, de 26/04/2010, art. 6º, V, prevê a elaboração do documento. As tabelas e as notas técnicas que acompanham o trabalho foram elaboradas pela Receita Estadual da Secretaria da Fazenda do Estado do RS. Ressalva-se que, desde o ano de 2008, o portal da Secretaria da Fazenda passou a fornecer todas as informações sobre as desonerações fiscais de forma detalhada e explicativa.

As desonerações fiscais são as disposições existentes na legislação tributária, que reduzem a arrecadação potencial do imposto. Também chamadas de gastos tributários, referem-se aos dispositivos legais que substituem gastos governamentais para alcançar variados objetivos, podendo ser econômicos, ecológicos, culturais, sociais, de saúde, assistência social e outros<sup>1</sup>. Em síntese, as desonerações fiscais ou os gastos tributários referem-se a um tipo de gasto do governo realizado por meio do sistema tributário.

Com a utilização de uma nova base de dados e com um tratamento metodológico adequado, foi possível obter estimativas desagregadas das renúncias fiscais do ICMS, tanto pela natureza jurídica do benefício como pela sua finalidade. O resultado desse avanço foi demonstrado na peça da Lei Orçamentária de 2008, referente às desonerações de 2006, constituindo-se em ferramenta de transparência das finanças estaduais, pioneira no Brasil.

---

<sup>1</sup>As designações para as desonerações fiscais (ou tributárias) são diversas, incluindo gastos tributários, renúncias, benefícios, incentivos e outras denominações, diferindo quanto à abrangência e ao objetivo. Para detalhes sobre a classificação das desonerações, ver: ROSA, José Rui Gonçalves (1995). **Demonstrativos de Benefícios Tributários**. Tributação em Revista, nº 13 – Julho a Setembro. Brasília: UNAFISCO Sindical.

A nova metodologia “desagregada” vem sendo objeto de aperfeiçoamento e aprimoramento na coleta de dados e sistematização de informações a cada ano. Dessa forma, foi possível revisar os valores estimados para os exercícios anteriores, reconstruindo uma série histórica iniciada em 2003. É possível avançar no método de estimativa contemplando outros tipos de desoneração anteriormente embutidos no demonstrativo da metodologia global. Foi o caso, já no demonstrativo das renúncias de 2007, da inclusão do item “não estorno de créditos” (ou seja, os casos de manutenção de créditos que, em princípio, deveriam ser estornados). Os valores obtidos pelos dois métodos (global e desagregado) são aproximados, servindo mutuamente como testes internos de consistência metodológica.

Com efeito, é importante frisar que este trabalho tem como objetivo apresentar as informações sobre as desonerações, suas características, tipologias e finalidades, sem entrar no mérito quanto a sua adequação ou oportunidade. Destaca-se que a renúncia estimada em um exercício diz respeito à apropriação financeira do benefício, não se relacionando, necessariamente, no ano em que foi concedido formalmente. Em outras palavras, o ato de concessão pode ocorrer em um determinado exercício, e a fruição efetivada, em outro ou outros. Assim, o fato de que em um exercício ocorra um percentual maior ou menor de comprometimento da receita potencial não reflete, necessariamente, uma política ou restrição de renúncias fiscais por parte do governo, nesse ano específico.

Além do ICMS, o demonstrativo inclui as estimativas de desoneração do IPVA e do ITCD contemplando, portanto, todo o universo dos impostos de competência estadual. As desonerações de 2010 do ITCD já refletem o novo patamar do imposto em função do ajuste de alíquotas (3% nas doações e 4% no *causa mortis*). A série do IPVA, apesar de não ter havido mudanças no método, também foi revisada.

Em termos de restrições ainda existentes, cabe enfatizar que, no caso do ITCD, em relação à transmissão *causa mortis*, o demonstrativo contempla apenas o constante no art. 7, IX da Lei nº 8.821/89 (faixa de isenção por quinhão). Ressalte-se, entretanto, que os demais valores não passíveis de serem apurados não são significativos. Em relação ao ICMS e ao IPVA, todos os itens de desoneração constantes da legislação tributária estão contemplados no demonstrativo.

As fontes básicas dos dados utilizados para a quantificação das desonerações dos impostos foram os sistemas de informações econômico-fiscais disponíveis na Receita Estadual. No caso do ICMS, a extração dos dados é feita a partir das Guias de Informação e Apuração do imposto (informados pelos contribuintes) e, excepcionalmente, de outras bases de dados não constantes nas referidas guias. Desde já, pode-se observar que a mensuração da receita potencial, que pode ser efetuada a partir dos sistemas de informações fiscais oficiais, não permite identificar a evasão ilegal do tributo (sonegação), uma vez que o cálculo foi procedido com base nas informações prestadas pelos próprios contribuintes.

É necessário destacar que o universo de contribuintes abrangido por este demonstrativo não inclui as empresas dispensadas de apresentar as Guias de Informação e Apuração do ICMS, as pessoas físicas e os produtores rurais. Em função das limitações das fontes de dados, as desonerações aqui demonstradas estão subestimadas. Além disso, algumas informações prestadas pelos contribuintes carecem de maior consistência, o que demanda um tratamento metodológico e estatístico contínuo de adequação ou simplesmente a adoção do dado com restrição.

Desde 2010, estava-se revisando todos os relatórios das desonerações fiscais elaborados pela Receita Estadual, seja para a inclusão na proposta orçamentária ou no *site* da Secretaria da Fazenda, seja para fornecimento para outros órgãos e entidades, de maneira a atingir uma maior padronização e adequá-los às condições estruturais, materiais e de obtenção de dados. Outra restrição expressiva para a elaboração mais precisa e completa do demonstrativo das desonerações é imposta pelo calendário, uma vez que muitos dos dados necessários para a apuração das desonerações só estão disponíveis depois da metade do ano. Entre outras situações, a regionalização das desonerações do ano de 2010, foi afetada, deixando de ser elaborada, estando inclusa na mensagem da PLOA 2013.

Em função das omissões e inconsistências existentes nas informações prestadas pelos contribuintes do ICMS, a abertura dos valores de cada tipo de desoneração fica prejudicada. Não obstante, em alguns casos, como nos créditos presumidos, tipologia em que ocorre a atuação mais efetiva do Estado no campo da política tributária<sup>2</sup>, o detalhamento de informações alcança grande parte dos códigos de desoneração.

Por fim, é importante ressaltar que, em alguns tipos de créditos presumidos também não foi possível a demonstração dos valores de forma desagregada, por item de renúncia, pois poderiam permitir a identificação do contribuinte, e, com isso, ferir o sigilo fiscal (vedação do Código Tributário Nacional, art. 198, da Lei nº 5.172/66, com nova redação dada pela LC 104/2001)<sup>3</sup>. As exceções estão tipificadas nos parágrafos 1º a 3º, do referido artigo.

<sup>2</sup> A execução da política tributária envolve a utilização de variadas formas de desonerações fiscais. Algumas são de iniciativa legislativa federal (constitucional ou infraconstitucional), outras são harmonizadas coletivamente pelos Estados no âmbito do CONFAZ e outras, finalmente, são de iniciativa estadual.

<sup>3</sup> Art. 198. Sem prejuízo do disposto na legislação criminal, é vedada a divulgação, por parte da Fazenda Pública ou de seus servidores, de informação obtida em razão do ofício sobre a situação econômica ou financeira do sujeito passivo ou de terceiros e sobre a natureza e o estado de seus negócios ou atividades.

§ 1º Excetuam-se do disposto neste artigo, além dos casos previstos no art. 199, os seguintes:

I – requisição de autoridade judiciária no interesse da justiça;

II – solicitações de autoridade administrativa no interesse da Administração Pública, desde que seja comprovada a instauração regular de processo administrativo, no órgão ou na entidade respectiva, com o objetivo de investigar o sujeito passivo a que se refere a informação, por prática de infração administrativa.

§ 2º O intercâmbio de informação sigilosa, no âmbito da Administração Pública, será realizado mediante processo regularmente instaurado, e a entrega será feita pessoalmente à autoridade solicitante, mediante recibo, que formalize a transferência e assegure a preservação do sigilo.

§ 3º Não é vedada a divulgação de informações relativas a:

I – representações fiscais para fins penais;

II – inscrições na Dívida Ativa da Fazenda Pública;

III – parcelamento ou moratória.

### **9.1. A Classificação das Desonerações Fiscais**

As desonerações fiscais são realizadas levando em conta várias finalidades: o incentivo ao setor agropecuário, a viabilização de operações no âmbito do setor público, o desenvolvimento econômico setorial e regional, apoio às micro e pequenas empresas e as preocupações de ordem ecológica e social. Na área social, objetiva-se, com as desonerações, propiciar melhores condições de saúde, alimentação, habitação, assistência social e acesso à cultura, como pode ser constatado, por exemplo, tanto nas reduções de base de cálculo nas saídas de mercadorias da cesta básica de alimentos e medicamentos, como nas isenções às saídas de diversos produtos.

As desonerações do ICMS que representam subtração de receita (perda tributária) são abrangentes. Não se restringem aos incentivos fiscais dados às empresas, dentro do que se convencionou chamar de “guerra fiscal”, nem aos benefícios fiscais consagrados no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ). O elenco dessas desonerações, objeto deste demonstrativo, é constituído pelas não incidências, em especial a imunidade das exportações; pelas isenções; pelos créditos presumidos; pelas reduções de base de cálculo; pela manutenção de créditos fiscais instituídos para a Microempresa e para a Empresa de Pequeno Porte, hoje reunidos no Simples Nacional e no chamado Simples Gaúcho, que voltou a ter vigência no exercício de 2009.

Já as desonerações fiscais, que não representam subtração de receitas, no entanto, podem significar perdas financeiras ao erário, tendo em vista a postergação da entrada de recursos no caixa do Tesouro, reúnem as tipologias do diferimento, com ou sem substituição tributária, a suspensão e as transferências de saldo credor.

Cabe salientar, no entanto, que existem desonerações que, embora intrinsecamente representem subtração de receita – não ocorre a materialização da receita para o Tesouro do Estado – na prática, seu efeito tributário final não resulta em prejuízo ao Estado. São os casos das desonerações enquadradas na finalidade operacional-administrativa, que têm por objetivo resolver problemas administrativos e operacionais do próprio imposto. Como exemplo, as saídas e os retornos de embalagens ou as saídas e retornos de bens para feiras ou exposições. Nesses casos, a ocorrência da tributação, eliminando a desoneração fiscal, geraria débitos, pelas saídas e créditos, pelos retornos, que se compensariam, anulando o saldo de imposto a pagar, além de acarretar a necessidade de um maior controle pela fiscalização tributária. Eventualmente, essas desonerações podem determinar uma perda de natureza financeira, a exemplo dos casos de diferimento, suspensão e transferência de saldo credor.

A classificação das desonerações fiscais deste demonstrativo não segue integralmente a definição estipulada pelo parágrafo 1º, do artigo 14 da Lei Complementar nº 101/2000, cuja redação, entre outras particularidades, mistura efeitos redutórios sobre a arrecadação normal e sobre a decorrente da constituição de créditos tributários pela autoridade fiscal: *“A renúncia compreende anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado”*.

Sobre as alterações de alíquotas, merece registro que as desonerações fiscais são aferidas a partir de uma estrutura de referência do imposto, que contempla a base de incidência e a alíquota aplicável. Nessa linha, as reduções de alíquotas, exceto a figura da alíquota zero, não existente na legislação estadual, não são consideradas renúncias tributárias e sim uma nova definição da estrutura de referência do imposto (modificação da alíquota aplicável).

Considerando-se as desonerações fiscais sob a natureza jurídica, encontram-se na legislação referente aos impostos gaúchos as seguintes situações:

- a) **não-incidência**: retirada do campo de incidência do imposto;
- b) **imunidade**: decorre de uma disposição constitucional que impede a incidência do tributo;
- c) **isenção**: dispensa do pagamento do imposto devido;
- d) **base de cálculo reduzida**: dispensa parcial do pagamento do imposto devido, mediante a redução, em pontos percentuais, da base de cálculo do valor da mercadoria ou do serviço sobre o qual incidirá a alíquota aplicável para se obter o imposto a pagar;
- e) **crédito fiscal presumido**: todo o contribuinte tem direito a creditar-se, nos termos da Lei Complementar nº 87/96 (Lei Kandir), do valor do imposto pago na etapa anterior (compras de mercadorias ou aquisição de serviços a serem utilizados diretamente em sua atividade produtiva, no caso do ICMS), em razão do princípio da não-cumulatividade. O crédito fiscal presumido consiste na atribuição de um valor adicional a título de crédito fiscal independentemente do crédito a que o contribuinte tem direito pelas suas aquisições normais de mercadorias ou serviços;

- f) **não-estorno do crédito fiscal:** conforme mandamento constitucional, a operação isenta ou não-tributada acarreta a anulação do crédito fiscal correspondente à entrada da mercadoria no estabelecimento. Com esse benefício, o contribuinte fica dispensado da anulação, aumentando, portanto, o valor dos seus créditos, e, conseqüentemente, diminuindo o imposto a pagar;
- g) **diferimento com substituição tributária:** postergação do pagamento do imposto para a etapa seguinte de circulação da mercadoria, ocorrendo, nessa hipótese, a transferência da responsabilidade pelo pagamento do ICMS para outro contribuinte;
- h) **diferimento sem substituição tributária:** postergação do pagamento do imposto para a etapa seguinte de circulação da mercadoria, mas, nessa hipótese, sem a transferência da responsabilidade pelo pagamento do ICMS para outro contribuinte;
- i) **suspensão:** suspende o pagamento do imposto em determinadas hipóteses, em casos restritos, especialmente em relação às operações interestaduais;
- j) **transferência de saldo credor:** permissão para que o contribuinte transfira seu saldo credor apurado, pelo resultado da diferença de créditos de ICMS e débitos de ICMS, para outro contribuinte, que o utilizará para a redução do seu imposto a pagar;
- k) **estatutos da microempresa e da empresa de pequeno porte:** tratamento diferenciado e favorecido para as microempresas e para as empresas de pequeno porte, inclusive regimes especiais ou simplificados. É o caso atual do SIMPLES NACIONAL, através da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Já as situações fiscais que não representam “subtração de receita”, podendo representar, no entanto, “perda financeira” reúnem as seguintes tipologias:

- a) **diferimento com substituição tributária:** postergação do pagamento do imposto para a etapa seguinte de circulação da mercadoria, ocorrendo, nessa hipótese, a transferência da responsabilidade pelo pagamento do ICMS para outro contribuinte;



- b) **diferimento sem substituição tributária:** postergação do pagamento do imposto para a etapa seguinte de circulação da mercadoria, mas, nessa hipótese, sem a transferência da responsabilidade pelo pagamento do ICMS para outro contribuinte;
- c) **suspensão:** suspende o pagamento do imposto em determinadas hipóteses (casos restritos, especialmente em relação a operações interestaduais);
- d) **transferência de saldo credor:** permissão para que o contribuinte transfira seu saldo credor apurado (resultado da diferença de créditos de ICMS e débitos de ICMS) para outro contribuinte, que o utilizará para a redução do seu imposto a pagar.

Apresentam-se, adiante, tabelas relacionadas às desonerações fiscais no Estado do Rio Grande do Sul, tanto com as informações do exercício de 2010 como com uma retrospectiva histórica.

Desonerações fiscais do Rio Grande do Sul, por imposto, no exercício de 2010

Imposto	Valor Nominal (R\$)	% do Total	% do Imposto Potencial
RELATIVAS AO ICMS	9.484.125.010	94,57%	34,64%
RELATIVAS AO IPVA	447.141.817	4,46%	22,95%
RELATIVAS AO ITCD	97.397.742	0,97%	25,73%
<b>Total</b>	<b>10.028.664.569</b>	<b>100,00%</b>	<b>33,76%</b>

Fonte: Secretaria da Fazenda do RS.



Evolução das estimativas das desonerações do ICMS

<b>Ano</b>	<b>Arrecadação</b>	<b>Desonerações</b>	<b>ICMS Potencial</b>	<b>Desoneração/ ICMS Potencial</b>
2003	8.988.842.934	5.042.114.517	14.030.957.451	35,94%
2004	9.637.938.267	6.614.355.334	16.252.293.601	40,70%
2005	11.382.937.672	6.249.296.694	17.632.234.366	35,44%
2006	11.813.299.091	6.567.080.586	18.380.379.677	35,73%
2007	12.257.685.274	7.543.124.331	19.800.809.606	38,10%
2008	14.825.153.675	9.181.726.954	24.006.880.628	38,25%
2009	15.086.670.972	8.514.259.063	23.600.930.035	36,08%
2010	17.893.312.783	9.484.125.010	27.377.437.793	34,64%

Fonte: Secretaria da Fazenda do RS.

Evolução das estimativas das desonerações do IPVA

<b>Ano</b>	<b>Arrecadação</b>	<b>Desonerações</b>	<b>IPVA Potencial</b>	<b>Desoneração/ IPVA Potencial</b>
2003	623.841.203	147.287.025	771.128.228	19,10%
2004	623.681.781	178.483.043	802.164.824	22,25%
2005	707.129.668	215.446.717	922.576.385	23,35%
2006	796.162.951	240.416.313	1.036.579.264	23,19%
2007	895.639.360	274.152.820	1.169.792.180	23,44%
2008	1.040.427.308	317.575.014	1.358.002.322	23,39%
2009	1.518.319.262	388.466.879	1.906.786.141	20,37%
2010	1.501.498.548	447.141.817	1.948.640.365	22,95%

Fonte: Secretaria da Fazenda do RS.



Evolução das estimativas das desonerações do ITCD

<b>Ano</b>	<b>Arrecadação</b>	<b>Desonerações</b>	<b>ITCD Potencial</b>	<b>Desoneração/ ITCD Potencial</b>
2003	62.320.772	20.918.983	83.239.754	25,13%
2004	63.756.325	21.706.002	85.462.327	25,40%
2005	65.048.630	22.652.376	87.701.006	25,83%
2006	62.576.448	22.929.629	85.506.077	26,82%
2007	66.661.619	24.489.345	91.150.964	26,87%
2008	70.504.894	23.221.949	93.726.842	24,78%
2009	87.276.807	23.877.336	111.154.143	21,48%
2010	281.097.159	97.397.742	378.494.900	25,73%

Fonte: Secretaria da Fazenda do RS.

Evolução das estimativas das desonerações totais dos impostos do RS

<b>Ano</b>	<b>Arrecadação de Impostos</b>	<b>Desonerações</b>	<b>Arrecadação Potencial</b>	<b>% de Desoneração sobre o Potencial</b>
2003	9.675.004.909	5.210.320.524	14.885.325.433	35,0%
2004	10.325.376.373	6.814.544.379	17.139.920.752	39,8%
2005	12.155.115.970	6.487.395.787	18.642.511.756	34,8%
2006	12.672.038.490	6.830.426.528	19.502.465.018	35,0%
2007	13.219.986.253	7.841.766.496	21.061.752.749	37,2%
2008	15.936.085.876	9.522.523.917	25.458.609.793	37,4%
2009	16.692.267.040	8.926.603.278	25.618.870.319	34,8%
2010	19.675.908.489	10.028.664.569	29.704.573.059	33,8%

Fonte: Secretaria da Fazenda do RS.



Desonerações do ICMS por Fonte Legislativa

DESONERAÇÕES DO ICMS/RS	2006		2007		2008		2009		2010	
	R\$	% Des.								
DESONERAÇÕES POR FORÇA CONSTITUCIONAL (Não-Incidências, incluindo Exportações)	3.733.367.383	56,8%	4.295.238.718	56,9%	4.960.281.315	54,0%	4.564.426.839	53,6%	4.422.650.932	46,6%
DESONERAÇÕES POR FORÇA INFRACONSTITUCIONAL: (ISENÇÕES, RBC, CP, Não-Estorno de Créditos e Micro e Pequenas Empresas)	2.833.713.203	43,2%	3.247.885.614	43,1%	4.221.445.639	46,0%	3.949.832.224	46,4%	5.061.474.079	53,4%
<b>TOTAL DAS DESONERAÇÕES DO RS</b>	<b>6.567.080.586</b>	<b>100%</b>	<b>7.543.124.331</b>	<b>100%</b>	<b>9.181.726.954</b>	<b>100%</b>	<b>8.514.259.063</b>	<b>100%</b>	<b>9.484.125.010</b>	<b>100%</b>

Fonte: Secretaria da Fazenda do RS.



Evolução das estimativas das desonerações totais dos impostos, por natureza jurídica

Especificação	2006			2007			2008			2009			2010		
	R\$	% Des.	% ICMS Pot.	R\$	% Des.	% ICMS Pot.	R\$	% Des.	% ICMS Pot.	R\$	% Des.	% ICMS Pot.	R\$	% Des.	% ICMS Pot.
<b>Desonerações do ICMS</b>															
ISENÇÕES	606.663.361	9,2%	3,3%	762.971.145	10,1%	3,9%	989.762.363	10,8%	4,1%	1.017.245.194	11,9%	4,3%	1.255.371.054	13,2%	4,6%
NÃO-INCIDÊNCIAS, exceto Exportações	589.925.088	9,0%	3,2%	731.410.919	9,7%	3,7%	861.023.770	9,4%	3,6%	1.086.748.623	12,8%	4,6%	1.044.000.520	11,0%	3,8%
EXPORTAÇÕES (Lei Kandir)	3.143.442.294	47,9%	17,1%	3.563.827.799	47,2%	18,0%	4.099.257.545	44,6%	17,1%	3.477.678.216	40,8%	14,7%	3.378.650.412	35,6%	12,3%
REDUÇÕES BASE DE CÁLCULO	348.940.036	5,3%	1,9%	357.819.524	4,7%	1,8%	475.125.251	5,2%	2,0%	459.618.769	5,4%	1,9%	556.397.965	5,9%	2,0%
CRÉDITOS PRESUMIDOS	1.214.517.604	18,5%	6,6%	1.501.095.089	19,9%	7,6%	1.940.768.258	21,1%	8,1%	1.729.490.544	20,3%	7,3%	2.206.149.489	23,3%	8,1%
NÃO ESTORNO DO CRÉDITO FISCAL	200.089.415	3,0%	1,1%	209.855.511	2,8%	1,1%	428.674.657	4,7%	1,8%	316.972.588	3,7%	1,3%	410.493.514	4,3%	1,5%
MICROEMPRESAS E EPPs	463.502.786	7,1%	2,5%	416.144.345	5,5%	2,1%	387.115.109	4,2%	1,6%	426.505.129	5,0%	1,8%	633.062.057	6,7%	2,3%
<b>TOTAL das Desonerações de ICMS</b>	<b>6.567.080.586</b>	<b>100%</b>	<b>35,7%</b>	<b>7.543.124.331</b>	<b>100%</b>	<b>38,1%</b>	<b>9.181.726.954</b>	<b>100%</b>	<b>38,2%</b>	<b>8.514.259.063</b>	<b>100%</b>	<b>36,1%</b>	<b>9.484.125.010</b>	<b>100%</b>	<b>34,6%</b>
<b>ICMS Arrecadado</b>	<b>11.813.299.090</b>	-	<b>64,3%</b>	<b>12.257.685.275</b>	-	<b>61,9%</b>	<b>14.825.153.675</b>	-	<b>61,8%</b>	<b>15.086.670.972</b>	-	<b>63,9%</b>	<b>17.893.312.783</b>	-	<b>65,4%</b>
<b>ICMS Potencial</b>	<b>18.380.379.677</b>	-	<b>100%</b>	<b>19.800.809.606</b>	-	<b>100%</b>	<b>24.006.880.628</b>	-	<b>100%</b>	<b>23.600.930.035</b>	-	<b>100%</b>	<b>27.377.437.793</b>	-	<b>100%</b>
<b>Desonerações do IPVA</b>															
IMUNIDADES	15.062.963	6,3%	1,5%	16.393.548	6,0%	1,4%	19.282.997	6,1%	1,4%	23.993.501	6,2%	1,3%	25.625.466	5,7%	1,3%
ISENÇÕES	145.476.050	60,5%	14,0%	170.898.062	62,3%	14,6%	214.513.832	67,5%	15,8%	263.240.471	67,8%	13,8%	321.796.667	72,0%	16,5%
DESCONTOS DA LEI DO BOM MOTORISTA	47.347.539	19,7%	4,6%	52.180.688	19,0%	4,5%	61.531.672	19,4%	4,5%	73.799.147	19,0%	3,9%	73.457.026	16,4%	3,8%
DESCONTOS POR ANTECIPAÇÃO DO IMPOSTO	32.529.760	13,5%	3,1%	34.680.522	12,7%	3,0%	22.246.513	7,0%	1,6%	27.433.761	7,1%	1,4%	26.262.657	5,9%	1,3%
<b>TOTAL das Desonerações de IPVA</b>	<b>240.416.313</b>	<b>100%</b>	<b>23,2%</b>	<b>274.152.820</b>	<b>100%</b>	<b>23,4%</b>	<b>317.575.014</b>	<b>100%</b>	<b>23,4%</b>	<b>388.466.879</b>	<b>100%</b>	<b>20,4%</b>	<b>447.141.817</b>	<b>100%</b>	<b>22,9%</b>
<b>IPVA Arrecadado</b>	<b>796.162.951</b>	-	<b>76,8%</b>	<b>895.639.360</b>	-	<b>76,6%</b>	<b>1.040.427.308</b>	-	<b>76,6%</b>	<b>1.518.319.262</b>	-	<b>79,6%</b>	<b>1.501.498.548</b>	-	<b>77,1%</b>
<b>IPVA Potencial</b>	<b>1.036.579.264</b>	-	<b>100%</b>	<b>1.169.792.180</b>	-	<b>100%</b>	<b>1.358.002.322</b>	-	<b>100%</b>	<b>1.906.786.141</b>	-	<b>100%</b>	<b>1.948.640.365</b>	-	<b>100%</b>
<b>Desonerações do ITCD</b>															
IMUNIDADES:	694.644	3,0%	0,8%	800.689	3,3%	0,9%	936.356	4,0%	1,0%	1.183.077	5,0%	1,1%	3.790.429	3,9%	1,0%
NÃO-INCIDÊNCIA:	383.678	1,7%	0,4%	468.903	1,9%	0,5%	657.703	2,8%	0,7%	660.141	2,8%	0,6%	1.300.175	1,3%	0,3%
ISENÇÕES:	21.851.307	95,3%	25,6%	23.219.753	94,8%	25,5%	21.627.889	93,1%	23,1%	22.034.118	92,3%	19,8%	92.307.138	94,8%	24,4%
<b>TOTAL das Desonerações do ITCD</b>	<b>22.929.629</b>	<b>100%</b>	<b>26,8%</b>	<b>24.489.345</b>	<b>100%</b>	<b>26,9%</b>	<b>23.221.949</b>	<b>100%</b>	<b>24,8%</b>	<b>23.877.336</b>	<b>100%</b>	<b>21,5%</b>	<b>97.397.742</b>	<b>100%</b>	<b>25,7%</b>
<b>ITCD Arrecadado</b>	<b>62.576.448</b>	-	<b>73,2%</b>	<b>66.661.619</b>	-	<b>73,1%</b>	<b>70.504.894</b>	-	<b>75,2%</b>	<b>87.276.807</b>	-	<b>78,5%</b>	<b>281.097.159</b>	-	<b>74,3%</b>
<b>ITCD Potencial</b>	<b>85.506.077</b>	-	<b>100%</b>	<b>91.150.964</b>	-	<b>100%</b>	<b>93.726.842</b>	-	<b>100%</b>	<b>111.154.143</b>	-	<b>100%</b>	<b>378.494.900</b>	-	<b>100%</b>
<b>Desonerações dos Impostos</b>															
<b>TOTAL DAS DESONERAÇÕES</b>	<b>6.830.426.528</b>	<b>100%</b>	<b>35,0%</b>	<b>7.841.766.496</b>	<b>100%</b>	<b>37,2%</b>	<b>9.522.523.917</b>	<b>100%</b>	<b>37,4%</b>	<b>8.926.603.278</b>	<b>100%</b>	<b>34,8%</b>	<b>10.028.664.569</b>	<b>100%</b>	<b>33,8%</b>
<b>ARRECADAÇÃO DE IMPOSTOS*</b>	<b>12.672.038.489</b>	-	<b>65,0%</b>	<b>13.219.986.254</b>	-	<b>62,8%</b>	<b>15.936.085.876</b>	-	<b>62,6%</b>	<b>16.692.267.040</b>	-	<b>65,2%</b>	<b>19.675.908.489</b>	-	<b>66,2%</b>
<b>IMPOSTOS POTENCIAIS</b>	<b>19.502.465.018</b>	-	<b>100%</b>	<b>21.061.752.750</b>	-	<b>100%</b>	<b>25.458.609.793</b>	-	<b>100%</b>	<b>25.618.870.319</b>	-	<b>100%</b>	<b>29.704.573.058</b>	-	<b>100%</b>

Fonte: Secretaria da Fazenda do RS.

Nota: A Tabela exclui ADIR e ITBI.

Demonstrativo analítico das desonerações fiscais do Rio Grande do Sul – Exercício de 2010

ESTIMATIVA DAS DESONERAÇÕES DO ICMS	DISPOSITIVO LEGAL DA DESONERAÇÃO (Regulamento do ICMS)	VALOR NOMINAL 2010	% SOBRE O TOTAL DAS DESONERAÇÕES DE ICMS	% SOBRE O ICMS POTENCIAL
<b>NÃO-INCIDÊNCIAS, exceto Exportações:</b>	<b>Livro I, art. 11</b>	<b>1.044.000.520</b>	<b>11,0079%</b>	<b>3,8134%</b>
<b>Cultural (social)</b>		<b>37.680.508</b>	<b>0,3973%</b>	<b>0,1376%</b>
	LIVRO I,11,I- PAPEL P/JORNAIS, PERIÓDICOS E LIVROS			
	LIVRO I,11,II- JORNAIS, PERIÓDICOS E LIVROS			
	LIVRO I,11,XVI- CDS ACOMPANHAM JORNAIS,PERIÓDICOS E LIVROS			
<b>Operacional</b>		<b>1.006.320.012</b>	<b>10,6106%</b>	<b>3,6757%</b>
	LIVRO I,11,III- ENERG ELET,PETRÓLEO,COMB- INTERESTADUAL			
	LIVRO I,11,IV- OURO COMO ATIVO FINANCEIRO			
	LIVRO I,11,VI- MERC P/UTILI PREST SERV SUJEITA AO ISS			
	LIVRO I,11,VII- TRANSFERÊNCIA DE PROPRIEDADE DE ESTABELECIMENTO			
	LIVRO I,11,VIII- ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA EM GARANTIA			
	LIVRO I,11,IX- ARRENDAMENTO MERCANTIL			
	LIVRO I,11,X- SALVADOS DE SINISTRO			
	LIVRO I,11,XI- DEPÓSITO EM ARMAZÉM-GERAL			
	LIVRO I,11,XII- DEPÓSITO FECHADO DO PRÓPRIO CONTRIBUINTE			
	LIVRO I,11,XIII- DEVOLUÇÃO ARMAZÉM-GERAL E DEPÓSITO FECHADO DO PRÓPRIO			
	LIVRO I,11,XIV- MERCADORIAS DE TERCEIROS			
	LIVRO I,11,XV- BENS DO ATIVO PERMANENTE OU DO USO E CONSUMO			
	OUTRAS			
<b>EXPORTAÇÕES</b>	<b>Livro I, art 11, V</b>	<b>3.378.650.412</b>	<b>35,6243%</b>	<b>12,3410%</b>
<b>ISENÇÕES:</b>	<b>Livro, I arts. 9º e 10</b>	<b>1.255.371.054</b>	<b>13,2366%</b>	<b>4,5854%</b>
<b>Agropecuário</b>		<b>489.690.327</b>	<b>5,1633%</b>	<b>1,7887%</b>
	LIVRO I,9º,I- REPRODUTORES OU MATRIZES - RECEBIMENTOS DO EXTERIOR			



	LIVRO I,9º,II- REPRODUTORES OU MATRIZES LIVRO I,9º,III- EMBRIÕES OU SÊMEN CONGEL OU RESFRIADO LIVRO I,9º,IV- EQUINOS LIVRO I,9º,VIII- INSUMOS AGROPECUÁRIOS LIVRO I,9º,IX- PROD P/ALIM ANIMAL/FABRICAÇÃO RAÇÃO LIVRO I,9º,X- BULBOS DE CEBOLA LIVRO I,9º,XI- POS- LARVA DE CAMARÃO LIVRO I,9º,XVIII- FLORES NATURAIS LIVRO I,9º,XXXVI- FOGUETES ANTIGRANIZO- RECEBIMENTOS DO EXTERIOR LIVRO I,9º,XCIV- TERRA ENRIQUECIDA LIVRO I,9º,CXXIV- MAÇÃS E PERAS LIVRO I,9º,CLIV - CARNE E PROD. COMEST. DE ABATES DE SUÍNOS PRODUZIDOS NO RS LIVRO I,9º,CLV -SUÍNOS VIVOS LIVRO I,10,VI- TRANSPORTE DE CALCÁRIO			
<b>Alimentação (social)</b>		<b>185.933.581</b>	<b>1,9605%</b>	<b>0,6791%</b>
	LIVRO I,9º,XV- FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES LIVRO I,9º,XVII- OVOS LIVRO I,9º,XIX- HORTIFRUTIGRANJEIROS LIVRO I,9º,XX- LEITE FLUIDO LIVRO I,9º,CXXV- PÃO FRANCÊS			
<b>Assistência Social</b>		<b>18.890.415</b>	<b>0,1992%</b>	<b>0,0690%</b>
	LIVRO I,9º,XXXIX- CADEIRA RODAS, PRÓTESES, AP. AUDIÇÃO LIVRO I,9º,XL- VEIC AUTOM P/PORTADORES DEFICIÊNCIA LIVRO I,9º,XLIX- DOAÇÃO ENTIDAD GOVERN OU ASSISTENCIAIS LIVRO I,9º,L- DOAÇÕES EFETUADAS AO GOVERNO ESTADUAL LIVRO I,9º,LIII- DOAÇÃO PROD.IMP. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA- REC. DO EXTERIOR LIVRO I,9º,LVI- REMÉDIOS PARA A APAE-RECEBIMENTOS DO EXTERIOR LIVRO I,9º,LIX- MERC.DOADAS ORG. INTERN. ASSISTÊNCIA SOCIAL- REC. EXTERIOR LIVRO I,9º,LXII- TRAVA- BLOCO P/CONSTR CASA POPULAR LIVRO I,9º,LXV- PROG RECUP PORTADOR DE DEFICIÊNCIA LIVRO I,9º,LXVI- PROG RECUP PORTADOR DE DEFICIÊNCIA- RECEB. DO EXTERIOR LIVRO I,9º,LXVIII- INSTIT ASSISTENC SOCIAL/EDUC			



	LIVRO I,9º,LXXII- DOAÇÃO A SUDENE LIVRO I,9º,XCII- DOAÇÕES P/ASSISTÊNCIA VÍTIMAS LIVRO I,9º,XCVII- MENSAGEIRO DA CARIDADE LIVRO I,9º,CXI- PROD. ALIM. CONSIDERADOS PERDA P/BANCO DE ALIMENTOS LIVRO I,9º,CXII- PROD. ALIM. CONSIDERADOS PERDA P/PESSOAS CARENTES LIVRO I,9º,CXVI- FOME ZERO LIVRO I,9º,CXXI- MERC DE PROD. PROP PROM POR COOPERATIVAS SOCIAIS LIVRO I,9º,CXXVII- SUBVENÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA "BAIXA RENDA" LIVRO I,9º,CXXX NAS SAÍDAS DE SANDUÍCHES "BIG MAC" LIVRO I,9º,CXLVI- PROINFO - UM COMPUTADOR POR ALUNO LIVRO I,9º,CL - DOAÇÕES P/ VÍTIMAS DAS CALAMIDADES CLIMÁTICAS DE SANTA CATARINA LIVRO I,9º,CLXIII - DOAÇÕES A ALAGOAS E PERNAMBUCO CALAMIDADES CLIM LIVRO I,9º,CLXVI - FUNDAÇÃO O PÃO DOS POBRES DE SANTO ANTÔNIO			
<b>Cultural (social)</b>		<b>194.976</b>	<b>0,0021%</b>	<b>0,0007%</b>
	LIVRO I,9º,XXXII- OBRAS DE ARTE LIVRO I,9º,LXVII- OBRAS DE ARTESANATO LIVRO I,9º,XCIII- EQUIP. UNIVERSIDADES, PESQUISADORES E CIENT.- REC. EXTERIOR LIVRO I,9º,CXLI- PROGRAMA CAMINHO DA ESCOLA DO MIN EDUCAÇÃO LIVRO I,9º,CXLII- EQUIP SEGURANCA P/ XV JOGOS PAN-AMERICANOS LIVRO I,9º,CXLIX - CONSTRUÇÃO E REFORMA DE ESTÁDIOS P/ COPA DO MUNDO DE 2014 LIVRO I,9º,CLVI - COPA DAS CONFED. FIFA/2013 E COPA DO MUNDO FIFA 2014 LIVRO I,9º,CLX.MAT.E EQUIP.USO DOS ESCOTEIROS LIVRO I,9º,CLXIV.MERC .DEST. OBRAS B-RIO E ARENA LIVRO I,10º,XI- COPA DAS CONFED. FIFA/2013 E COPA DO MUNDO FIFA 2014			
<b>Ecológico</b>		<b>1.506.979</b>	<b>0,0159%</b>	<b>0,0055%</b>
	LIVRO I,9º,XXVII- OLEO LUBRIFIC USADO CONTAMINADO LIVRO I,9º,LXXXV- EQUIP P/ENERGIAS SOLAR E EOLICAS LIVRO I,9º,CVIII- EMB.VAZIAS DE AGROTOX. E TAMPAS LIVRO I,9º,CXXVIII- PILHAS E BATERIAS USADAS LIVRO I,9º,CLVIII.PNEUS USADOS P/RECICLAGEM LIVRO I,9º,CLVIII.PNEUS USADOS P/RECICLAGEM			
<b>Econômico</b>		<b>40.734.228</b>	<b>0,4295%</b>	<b>0,1488%</b>
	LIVRO I,9º,XXV- ZONA FRANCA DE MANAUS			



LIVRO I,9º,XXVI- ÁREAS DE LIVRE COMÉRCIO			
LIVRO I,9º,XXVIII- EMBARCAÇÕES			
LIVRO I,9º,XXIX- PROD P/CONSUM EM EMBARC/AERONAVES			
LIVRO I,9º,XXX- COMBUSTÍVEIS P/ EMBARC E AERONAVES			
LIVRO I,9º,XXXI- PROGRAMAS DE COMPUTADOR			
LIVRO I,9º,LXXIX- TÁXI			
LIVRO I,9º,LXXXII- MERC.PROJETO GASODUTO BRASIL-BOLÍVIA-REC.EXTERIOR E SAÍDAS			
LIVRO I,9º,LXXXVI- "FREE SHOPS"			
LIVRO I,9º,LXXXVIII- ÓLEO DIESEL P/EMBARC PESQUISA			
LIVRO I,9º,LXXXIX- PROJ INT EXPL AGR PEC IND RORAIMA			
LIVRO I,9º,XXXV- PROGRAMA BEFIEX			
LIVRO I,9º,XCVI- ZONAS PROCESSAMENTO EXPORTAÇÃO - ZPE			
LIVRO I,9º,XCIX- EQUIP.P/USINA TERMEL.CANDIOTA			
LIVRO I,9º,CXVIII- MAQ.P/USINA TERMELÉTRICA			
LIVRO I,9º,CXIX- CERVEJAS, REFRIG, SUCOS E ÁGUA MINERAL			
LIVRO I,9º,CXXII- GUINDASTE MOVEL PORTUÁRIO			
LIVRO I,9º,CXXIII- REPORTO- IMPORT. AT. IMOBILIZADO			
LIVRO I,9º,CXXVI- TIJOLOS DE CERÂMICA			
LIVRO I,9º,CXXXI NAS SAÍDAS DE EQUIPAMENTOS DE MEDIÇÃO DE VAZÃO			
LIVRO I,9º,CXXXIII REGIME ESPECIAL DE DEPÓSITO AFIANÇADO			
LIVRO I,9º,CXXXIV- REPORTO SAIDAS INTERNAS P/ATIVO IMOBILIZADO			
LIVRO I,9º,CXXXV- PROD P/A MANUTENÇÃO DO GASODUTO BRASIL- BOLÍVIA			
LIVRO I,9º,CXXXVI- OPERACOES C/EMIÇÃO DE CDA E WARRANT			
LIVRO I,9º,CXL- BENS ATIVO IMOBILIZADO DE EMPRESA PORTUÁRIA			
LIVRO I,9º,CXLIII- IMPORTAÇÃO MAQ, EQUIP E ACES P/EMP RADIODIFUSÃO			
LIVRO I,9º,CXLVII - ÓLEO COMESTÍVEL USADO PARA INSUMO INDUSTRIAL			
LIVRO I,9º,CLXVII - IMPORTAÇÃO DE PÓS-LARVAS DE CAMARÃO E DE REPRODUTORES SPF			
LIVRO I,9º,CLXVIII - REPRODUTORES DE CAMARÃO MARINHO			
LIVRO I,9º, PARÁGRAFO ÚNICO- MÁQUINAS INDUSTRIAIS E AGRÍCOLAS- DIF. ALÍQUOTA			
LIVRO I,10,IV- DIFUSÃO SONORA			
LIVRO I,10,V- TÁXI			
LIVRO I,10,VII- TRANSPORTE FERROVIÁRIO DE CARGA			
<b>Saúde (social)</b>		<b>17.940.600</b>	<b>0,1892%</b>
LIVRO I,9º,XXXVII- MEDICAMENTOS P/ TRATAM DA AIDS- RECEBIMENTOS DO EXTERIOR			<b>0,0655%</b>



	<p>LIVRO I,9º,XXXVIII- MEDICAMENTOS P/ TRATAM DA AIDS  LIVRO I,9º,XLI- MEDICAMENTOS QUIMIOTERÁPICOS  LIVRO I,9º,XLV, "c"- MEDICAMENTOS PESSOA FÍSICA- RECEBIMENTOS EXTERIOR  LIVRO I,9º,LI- MERC. PROCESSO INDUSTRIALIZAÇÃO DE SANGUE- REC.EXTERIOR  LIVRO I,9º,LII- EQUIPAMENTOS MÉDICO HOSPITALARES- REC. DO EXTERIOR  LIVRO I,9º,LXIII- PRODUTOS FARMACÊUTICOS  LIVRO I,9º,LXXXIV- PRESERVATIVOS  LIVRO I,9º,LXXXVII- EQUIP DIDAT, CIENT, MEDICO- HOSPITALARES  LIVRO I,9º,XCV- PRODUTOS PARA FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE- REC. EXTERIOR  LIVRO I,9º,XCVIII- EQUIP.PRESTACAO SERV. SAUDE  LIVRO I,9º,CIV- EQUIP MED HOSPIT.P/MINIST.SAUDE  LIVRO I,9º,CXIV- MEDICAMENTOS  LIVRO I,9º,CXV- FÁRMACOS E MEDICAMENTOS PARA ORGAOS DA ADM PÚBLICA DIRETA  LIVRO I,9º,CXXIX NAS SAÍDAS DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS DA FIOCRUZ  LIVRO I,9º,CXLIV- REAGENTE P/DIAGNOSTICO DE DOENÇA DE CHAGAS  LIVRO I,9º,CLIII - PROD. IMPORT. COMBATE DENGUE, MALÁRIA E FEBRE AMARELA  LIVRO I,9º,CLXI - PROGRAMA FARMÁCIA POPULAR DO BRASIL  LIVRO I,9º,CLXII - IMPORTAÇÃO APARELHOS DE DIAGNÓSTICO PARA MAMOGRAFIA</p>			
<b>Operacional</b>		<b>445.017.154</b>	<b>4,6922%</b>	<b>1,6255%</b>
	<p>LIVRO I,9º,V- AMOSTRA DIMINUTO OU NENHUM VALOR COMERCIAL  LIVRO I,9º,VI- EXPOSIÇÕES OU FEIRAS- SAÍDAS  LIVRO I,9º,VII- EXPOSICOES OU FEIRAS- RETORNO  LIVRO I,9º,XII- VASILHAMES,RECIP E EMBALAG- SAÍDA  LIVRO I,9º,XIII- VASILHAMES,RECIP,EMBALAG- RETORNO  LIVRO I,9º,XIV- BOTIJÕES VAZIOS DE GLP  LIVRO I,9º,XXII- "DRAWBACK"- RECEBIMENTOS DO EXTERIOR  LIVRO I,9º,XXIII- "DRAWBACK"- SAÍDAS P/BENEFICIAMENTO  LIVRO I,9º,XXIV- "DRAWBACK"- RETORNO BENEFICIAMENTO  LIVRO I,9º,XLII- MERCADORIA EXPORTADA- RETORNOS, DEVOLUÇÕES, CONSIGNAÇÃO  LIVRO I,9º,XLIII- AMOSTRAS SEM VALOR COMERCIAL- RECEBIMENTOS EXTERIOR  LIVRO I,9º,XLIV- BENS DE BAGAGEM VIAJANTE- RECEBIMENTOS EXTERIOR  LIVRO I,9º,XLV, "a"- MERCADORIAS RECEBIDAS COM DEFEITO- RECEB. EXTERIOR  LIVRO I,9º,XLV, "b"- ENCOMENDAS ATÉ US\$ 50,00- RECEBIMENTOS EXTERIOR  LIVRO I,9º,XLVI- DIFERENÇA TAXA CAMBIAL IMPORTAÇÃO SIMPLIFICADA DE MERCADORIAS</p>			



	LIVRO I,9º,XLVII- MERC.REGIME TRIBUTAÇÃO SIMPLES ISENTAS DO IPI- REC.EXTERIOR LIVRO I,9º,XCI- RETORNO REMESSAS PARA EXPOSIÇÃO OU FEIRA- REC. DO EXTERIOR LIVRO I,9º,CI- IMP.MERC.OU BENS REGIME ESP ADUANEIRO LIVRO I,9º,CIII- MERCADORIAS EM PENHORA LIVRO I,9º,CX ARRENDAMENTO MERCANTIL LIVRO I,9º,CXXXVIII- PARTES E PECAS DEFEITUOSAS, SUB EM GARANTIA LIVRO I,9º,CXLV- PARTES E PECAS DEFEITUOSAS EM GARANTIA LIVRO I,9º,CLI- PARTES E PECAS DEFEITUOSAS P/FABR. DE PROD. AERONÁUTICOS LIVRO I,9º,CLII - PECAS NOVAS EM SUBST. AS DEFEIT., P/PROD. AERONÁUTICOS LIVRO I,10,IX- TRANSP CARGA A CONTR. INSC NO CGCTE			
<b>Setor Público</b>		<b>55.462.793</b>	<b>0,5848%</b>	<b>0,2026%</b>
	LIVRO I,9º,XLVIII- ENERG ELET,VEIC P/MISSAO DIPLOMÁTICA LIVRO I,9º,LIV- ATIVO PERMANENTE/USO OU CONSUMO DA ADM. PÚB.- REC. EXTERIOR LIVRO I,9º,LV- EQUIP.CIENTIFICOS INFORMÁTICA DA ADM. PÚBLICA-REC.DO EXTERIOR LIVRO I,9º,LVII- BENS PARA CORSAN RECURSOS DO BANCO MUNDIAL- REC. EXTERIOR LIVRO I,9º,LVIII- EQUIPAMENTOS PESQUISA CIENTÍFICA EMBRAPA- REC. DO EXTERIOR LIVRO I,9º,LX- ORGAOS DA ADMINIST PÚBLICA- SAÍDA LIVRO I,9º,LXI- ORGAOS DA ADMINIST PÚBLICA- RETORNO LIVRO I,9º,LXIX- VEIC P/FISCALIZAÇÃO DE TE E PM LIVRO I,9º,LXX- DOAÇÃO À SECRETARIA DA EDUCAÇÃO LIVRO I,9º,LXXI- CENTRO FORM DE RH DO SISTEM SENAI LIVRO I,9º,LXXIII- VEIC P/CORPOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS LIVRO I,9º,LXXIV- CAVALOS DOADOS À BRIGADA MILITAR LIVRO I,9º,LXXV- PROMOFAZ LIVRO I,9º,LXXVI- VEÍCULOS DE BOMBEIROS LIVRO I,9º,LXXVII- ENERG ELET P/ADM PÚBLICA ESTADUAL LIVRO I,9º,LXXXI- AMPLIAÇÃO SISTEMA INF.DA SEFA-REC.EXTERIOR E SAÍDAS INTERNAS LIVRO I,9º,LXXXIII- COLETORES ELETRÔNICOS DE VOTO LIVRO I,9º,XC- ATIVO IMOBILIZADO- EMBRAPA LIVRO I,9º,CII- VEICULOS P/DEP.POLÍCIA FEDERAL LIVRO I,9º,CIX- VEICULOS P/A POLÍCIA ROD.FEDERAL LIVRO I,9º,CXVII- VEÍCULOS P/O DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL LIVRO I,9º,CXX- PRODUTOS PARA ENTIDADES DA ADM PÚBLICA ESTADUAL LIVRO I,9º,CXXXII NAS SAÍDAS DE SELOS DE CONTROLE FEDERAL			



	LIVRO I,9º,CXLVIII - ALCÂNTARA CYCLONE SPACE LIVRO I,9º,CLVII.VEIC.COMB.E SUAS PARTES LIVRO I,9º,CLIX.EQUIP.DE SEGURANCA ELETRÔNICA LIVRO I,9º,CLIV.- IMPORTAÇÃO DE PEÇAS, PARTES E EQUIPAMENTOS PELO MINISTÉRIO DA DEFESA LIVRO I,10,I- TELECOMUNICACAO P/ ADM PÚBLICA LIVRO I,10,II- TELECOMUNIC P/ MISSOES DIPLOMÁTICAS LIVRO I,10,VIII- TRANSPORTE DE MERCADORIA- PROMOFAZ LIVRO I,10,X- INTERNET PROGR GOV. ELETRÔNICO DE SERV DE ATEND DO CIDADÃO - GESAC			
<b>REDUÇÕES DE BASE DE CÁLCULO:</b>	<b>Livro, I arts. 23 e 24</b>	<b>556.397.965</b>	<b>5,8666%</b>	<b>2,0323%</b>
<b>Agropecuário</b>		<b>136.946.605</b>	<b>1,4440%</b>	<b>0,5002%</b>
	LIVRO I,23,V- TRIGO EM GRÃO LIVRO I,23,IX- INSUMOS AGROPECUÁRIOS LIVRO I,23,X- ALIMENTAÇÃO ANIMAL/FABRICAÇÃO RAÇÃO LIVRO I,23,XIV- MÁQUINAS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS LIVRO I,23,XXXI- MEL PURO LIVRO I,23,XLIV - TRIGO EM GRÃO LIVRO I,23,XLV- FEIJÃO LIVRO I,23,LIII.SAÍDAS INTERNAS DE UREIA.			
<b>Alimentação (social)</b>		<b>117.566.853</b>	<b>1,2396%</b>	<b>0,4294%</b>
	LIVRO I,23,II- CESTA BÁSICA DE ALIMENTOS LIVRO I 23,XXX- EMBALAG P/MERC QUE COMPÕEM CESTA BÁSICA			
<b>Ecológico</b>		<b>299.798</b>	<b>0,0032%</b>	<b>0,0011%</b>
	LIVRO I,23,XLVI,SACOLAS PLAST.P/ACOND.MERC.			
<b>Econômico</b>		<b>240.165.609</b>	<b>2,5323%</b>	<b>0,8772%</b>
	LIVRO I,23,III- ÓLEO EM BRUTO/EMBALAGENS LIVRO I,23,VI- REFEIÇÕES- RESTAURANTES LIVRO I,23,VII- ÁGUA NATURAL CANALIZADA LIVRO I,23,XI- XAMPUS E DESODORANTES LIVRO I,23,XII- BEFIEX			



LIVRO I,23,XIII- MAQ, EQUIPAM APARELHOS, INDUSTRIAIS			
LIVRO I,23,XV- AERONAVES, PECAS E ACESSÓRIOS			
LIVRO I,23,XVI- PROD ACABADOS DE INFORMÁTICA E AUTOMAÇÃO			
LIVRO I,23,XVII- FERROS E AÇOS NÃO-PLANOS			
LIVRO I,23,XVIII- TIJ, TELHA, TUBO, MANILHA, TAPA-VIGA			
LIVRO I,23,XIX- ZONA FRANCA DE MANAUS			
LIVRO I,23,XXI- VEÍCULOS AUTOMOTORES			
LIVRO I,23,XXII- VEIC AUTOM - DIFERENCIAL ALÍQUOTA			
LIVRO I,23,XXIV- BLOCOS E TIJOLOS DE CONCRETO			
LIVRO I,23,XXV- VEÍCULOS DE DUAS RODAS			
LIVRO I,23,XXVI- VEÍCULOS DE DUAS RODAS- DIF ALIQ			
LIVRO I,23,XXIX- MEDICAMENTOS E PROD PERFUMARIA			
LIVRO I,23,XXXII- VEÍCULOS, MAQ, APARELHOS			
LIVRO I,23,XXXIII- PNEUMÁTICOS, CÂMARAS DE AR			
LIVRO I,23,XXXIV- MÁQUINAS PARA A USINA TERMELÉTRICA SEIVAL			
LIVRO I,23,XXXV- PEDRA BRITADA E DE MÃO			
LIVRO I,23,XXXIX ESCADAS E TAPETES ROLANTE			
LIVRO I,23,XL- CARNE AVES, LEPORÍDEOS E GADO BOVINO			
LIVRO I,23,XLI- TERMINAIS PORTÁTEIS TELEFONIA			
LIVRO I,23, XLIII - INSTALAÇÕES DE PRODUÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL - REPETRO			
LIVRO I,23, XLIX.MAQ./APAR.IMP. APEND. XXXVI			
LIVRO I,23, L.MAQ. APR. APEND.XXXVII			
LIVRO I,23, LI - IMPORT P/MANUT DE INSTALACOES DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA OU DADOS C/ANEEL			
LIVRO I,23,LII. MERC.IND. TEXTIL			
LIVRO I,24,I- TRANSP INTERMUNICIPAL DE PASSAGEIROS			
LIVRO I,24,II- TELEVISÃO POR ASSINATURA			
LIVRO I,24,III- RADIOCHAMADA			
LIVRO I,24,IV- ACESSO ONEROSO À INTERNET			
LIVRO I,24,V- TELEFONIA FIXA A EMP DE CALL CENTER			
LIVRO I,24,VI- MONITORAMENTO E RASTREAMENTO VEÍCULO DE CARGA			
<b>Operacional</b>		<b>60.913.942</b>	<b>0,6423%</b>
LIVRO I,23,I- MERCADORIAS USADAS			
LIVRO I,23,XXVII- IMP MERC OU BENS SOB REGIME ESP ADUAN ADM TEMP			



<b>Saúde (social)</b>		<b>468.550</b>	<b>0,0049%</b>	<b>0,0017%</b>
	LIVRO I,23,VIII- CESTA BÁSICA DE MEDICAMENTOS			
	LIVRO I,23, XLVII - IMPORTAÇÃO DE EQUIPAMENTOS MÉDICO-HOSPITALARES			
	LIVRO III,105,§1º- DÉBITO RESP. PRODUTOS FARMACÉUTICOS			
	LIVRO III,105,§2º- DÉBITO RESP. MEDICAMENTOS SIMILARES			
	LIVRO III,105,§3º- DÉBITO RESP. MEDICAMENTOS GENÉRICOS			
<b>Setor Público</b>		<b>36.608</b>	<b>0,0004%</b>	<b>0,0001%</b>
	LIVRO I,23, XLVII.MERCADORIAS PARA UMS			
<b>CRÉDITOS PRESUMIDOS:</b>	<b>Livro I, art. 32</b>	<b>2.206.149.489</b>	<b>23,2615%</b>	<b>8,0583%</b>
<b>Agropecuário</b>		<b>5.017.165</b>	<b>0,0529%</b>	<b>0,0183%</b>
	LIVRO I, 32,LII - PROGR. PRÓ-PRODUTIVIDADE AGRÍCOLA - AGROINDÚSTRIAS	262.036	0,0028%	0,0010%
	LIVRO I,32,CVII - LEITE DE PRODUÇÃO PRÓPRIA DE PRODUTOR RURAL, DE 02/07/10 A 30/06/11	4.755.129	0,0501%	0,0174%
<b>Assistência Social</b>		<b>4.599.458</b>	<b>0,0485%</b>	<b>0,0168%</b>
	LIVRO I, 32,LXIV - PROJETOS SOCIAIS	4.599.458	0,0485%	0,0168%
<b>Cultural (social)</b>		<b>8.248.635</b>	<b>0,0870%</b>	<b>0,0301%</b>
	LIVRO I, 32,V - DISCOS FONOGRÁFICOS	-	0,0000%	0,0000%
	LIVRO I, 32,VI - OBRAS DE ARTE	-	0,0000%	0,0000%
	LIVRO I, 32,XV - PROJETOS CULTURAIS	8.248.635	0,0870%	0,0301%
	LIVRO I, 32,LXX - BOLSA DE ESTUDO PARA PROFESSORES	-	0,0000%	0,0000%
	LIVRO I, 32,LXXIII - PROCENS	-	0,0000%	0,0000%
<b>Ecológico</b>		<b>83.429.827</b>	<b>0,8797%</b>	<b>0,3047%</b>
	LIVRO I, 32,LXXXVIII - BODIESEL B-100	83.429.827	0,8797%	0,3047%
<b>Econômico</b>		<b>1.120.704.884</b>	<b>11,8166%</b>	<b>4,0935%</b>
	LIVRO I, 32,IV - RESTAURANTES	1.521.091	0,0160%	0,0056%
	LIVRO I, 32,VII - CHAPAS E BOBINAS DE AÇO	183.666.431	1,9366%	0,6709%
	LIVRO I, 32,VIII - PROD. INFORMÁTICA / ALTO-FALANTE, RECEPTORES	53.707.260	0,5663%	0,1962%
	LIVRO I, 32,XI, "a" - PROGRAMA AGREGAR-RS CARNES - ENTRADAS GADO	73.735.828	0,7775%	0,2693%



LIVRO I, 32,XIII - XXVIII - XLVII e LXXIV - FUNDOPEM, FUNDOPEM Nosso emprego, e FUNDOPEM Leis 11.028/97 e 11.916/03	297.466.516	3,1365%	1,0865%
LIVRO I, 32,XVI - EQUIPAM. EMISSOR CUPOM FISCAL (ECF)	-	0,0000%	0,0000%
LIVRO I, 32,XIX - INDÚSTRIA VINÍCOLA	11.083.498	0,1169%	0,0405%
LIVRO I, 32,XXIII - INDUSTRIALIZADORES DE MANDIOCA	-	0,0000%	0,0000%
LIVRO I, 32,XXVI - INDÚSTRIA DE QUEIJOS	25.744.107	0,2714%	0,0940%
LIVRO I, 32,XXXII - FDI/RS	-	0,0000%	0,0000%
LIVRO I, 32,XXXIII - ARROZ BENEFICIADO	63.504.404	0,6696%	0,2320%
LIVRO I, 32,XXXV - IND. LINGUIÇAS, MORTAD., SALSICHAS	35.773.532	0,3772%	0,1307%
LIVRO I, 32,XXXVI - LEITE EM PÓ	38.299.414	0,4038%	0,1399%
LIVRO I, 32,XXXVII - MADEIRA SERRADA	761.165	0,0080%	0,0028%
LIVRO I, 32,XXXIX - PRIN - CARTA CONSULTA	-	0,0000%	0,0000%
LIVRO I, 32,XLII - PRIN/RS - PROTOCOLO INDIVIDUAL	-	0,0000%	0,0000%
LIVRO I, 32,XLIII - FITEC/RS	-	0,0000%	0,0000%
LIVRO I, 32,XLIV - PROTEÍNAS, LECITINA E GORDURAS VEGETAIS	-	0,0000%	0,0000%
LIVRO I, 32,XLVI - ENERGIA ELÉTRICA P/ESTAB. COMERCIAIS	5.921.042	0,0624%	0,0216%
LIVRO I, 32,XLVIII - CARNE E PRODUTOS DE PERU	847.994	0,0089%	0,0031%
LIVRO I, 32,XLIX - VERDURAS E HORTALIÇAS	3.565.220	0,0376%	0,0130%
LIVRO I, 32,XI, "c" - PROGR. AGREGAR-RS CARNES - SAÍDAS INTERNAS	56.402.986	0,5947%	0,2060%
LIVRO I, 32,LIV - SALAME E CARNE SUÍNA TEMPERADA	1.925.329	0,0203%	0,0070%
LIVRO I, 32,LV - PAPEL HIGIÊNICO	1.497.140	0,0158%	0,0055%
LIVRO I, 32,LIX - MÁRMORES E GRANITOS	508.681	0,0054%	0,0019%
LIVRO I, 32,LX - MEL PURO	76.665	0,0008%	0,0003%
LIVRO I, 32,LXI - MÓVEIS	10.960.709	0,1156%	0,0400%
LIVRO I, 32,LXII - BOLACHAS E BISCOITOS	6.167.662	0,0650%	0,0225%
LIVRO I, 32,LXIII - LEITE	78.775.943	0,8306%	0,2877%
LIVRO I, 32,LXV - CONSERVAS DE FRUTAS EXCETO PÊSSEGO	666.792	0,0070%	0,0024%
LIVRO I, 32,LXVI - CONSERVAS DE PÊSSEGO	3.333.587	0,0351%	0,0122%
LIVRO I, 32,LXVII - PROGRAMA SLP CERÂMICO	-	0,0000%	0,0000%
LIVRO I, 32,LXIX - FARINHA DE TRIGO	17.018.642	0,1794%	0,0622%
LIVRO I, 32,LXXI - FERTILIZANTES	20.585.600	0,2171%	0,0752%
LIVRO I, 32,LXXVI - FARINHA DE TRIGO, MISTURAS ...	25.531.334	0,2692%	0,0933%
LIVRO I, 32,LXXVII - CONSERVAS DE VERDURAS E HORTALIÇAS	2.809.478	0,0296%	0,0103%
LIVRO I, 32,LXXVIII - VINHO	6.894.769	0,0727%	0,0252%
LIVRO I, 32,LXXIX - GELEIAS DE FRUTAS	2.655.376	0,0280%	0,0097%



LIVRO I, 32,LXXX - TERMINAIS PORTÁTEIS DE TELEFONIA CELULAR	-	0,0000%	0,0000%
LIVRO I, 32,LXXXI - PEIXES, CRUSTÁCEOS E MOLUSCOS	3.020.542	0,0318%	0,0110%
LIVRO I, 32,LXXXII - CARNES E PROD RESULT ABATES	43.384.825	0,4574%	0,1585%
LIVRO I, 32,LXXXIII - PROD. INDUST. CARNES DE AVES	5.771.269	0,0609%	0,0211%
LIVRO I, 32,LXXXIX - TOMATES PREPARADOS OU CONSERVADOS, "KETCHUP" E MOLHOS DE TOMATE	2.361.053	0,0249%	0,0086%
LIVRO I, 32,XC - MÁQUINAS E EQUIP PARA ENVASAR BEBIDAS E ALIMENTOS LÍQUIDOS E PASTOSOS	776.022	0,0082%	0,0028%
LIVRO I,32,XCIV - SUCOS DE UVA	706.520	0,0074%	0,0026%
LIVRO I,32,XCV - CONCESSIONÁRIAS DE ENERGIA ELÉTRICA	26.954.850	0,2842%	0,0985%
LIVRO I, 32,XCIX - SÍLICA DE ORIGEM VEGETAL, OBTIDA A PARTIR DA QUEIMA DE CASCA DE ARROZ	-	0,0000%	0,0000%
LIVRO I,32,C - SAÍDAS INTERESTADUAIS DE FERTILIZANTES	-	0,0000%	0,0000%
LIVRO I,32,CII - EMPRESAS DO PROGRAMA PRÓ-INOVAÇÃO/RS	-	0,0000%	0,0000%
LIVRO I,32,CIV - MÁQUINAS E APARELHOS IMPORTADOS DO EXTERIOR, RELACIONADOS NO APÊNDICE XXXVI DO RICMS, A PARTIR DE 01/07/10	-	0,0000%	0,0000%
LIVRO I, 32,CVI - LEITE DESTINADO À PRODUÇÃO DE QUEIJOS, A PARTIR DE 02/07/10	531.518	0,0056%	0,0019%
LIVRO I,32,CVIII - CARNES E PRODUTOS COMESTÍVEIS RESULTANTES DO ABATE DE AVES, DE 01/09/10 A 30/05/11	4.470.557	0,0471%	0,0163%
LIVRO I,32,CIX - PLACAS-MÃE DE IMPRESSORA DE GRANDE PORTE-TRAÇADOR GRÁFICO E CIRCUITOS IMPRESSOS COM COMPONENTES ELÉTRICOS OU ELETRÔNICOS, MONTADOS, A PARTIR DE 22/10/10	-	0,0000%	0,0000%
LIVRO I,32,CX - COOPERATIVAS DE ELETRIFICAÇÃO RURAL, A PARTIR DE 30/07/10	834.637	0,0088%	0,0030%
LIVRO I,32,CXI - FABRICANTES DE GRANOLA EM BARRA, "COOKIES" E GOTAS DE "COOKIES", A PARTIR DE 05/11/10	-	0,0000%	0,0000%
LIVRO I,32,CXII - ESTABELECIMENTOS RECICLADORES NAS SAÍDAS DE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS NA FORMA DE FLOCOS, GRANULADOS, RESÍDUOS OU PÓ, DE 01/11/10 A 31/10/11	484.895	0,0051%	0,0018%
LIVRO I,32CXIV - FARELO DE SOJA, A PARTIR DE 06/12/10	-	0,0000%	0,0000%
LIVRO I,32,CXVI - MÓDULOS E CIRCUITOS DE MEMÓRIA, E CIRCUITOS INTEGRADOS, A PARTIR DE 24/12/10	-	0,0000%	0,0000%
LIVRO I,32,CXVII -FABRICANTES DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS (Apropriação a partir de 01/01/2011) (IN RE 087/10).	-	0,0000%	0,0000%
LIVRO I,32,CXVIII - TRANSPORTADORES DE GRANÉIS, E CARREGADORES E DESCARREGADORES DE NAVIOS E BARCAÇAS, A PARTIR DE 29/12/10	-	0,0000%	0,0000%
LIVRO I,32,CXIX - FABRICANTES DE RAPADURAS-AQUISIÇÕES INTERNAS DE MELADO E DE AÇÚCAR MASCAVO, A PARTIR DE 31/12/10	-	0,0000%	0,0000%
<b>Operacional</b>	<b>15.605.456</b>	<b>0,1645%</b>	<b>0,0570%</b>
LIVRO I, 32,XXI - PRESTADOR SERVIÇOS DE TRANSPORTE	15.605.456	0,1645%	0,0570%
<b>OUTROS OU COM SIGILO FISCAL</b>	<b>968.544.066</b>	<b>10,2123%</b>	<b>3,5377%</b>
LIVRO I, 32,IX - TELHAS, TIJOLOS, LAJOTAS E MANILHAS			
LIVRO I, 32,X - PEÇAS E COMPONENTES P/CONDIC DE AR			



LIVRO I, 32,XII - INDÚSTRIAS LANIFÍCIAS			
LIVRO I, 32,XIV - "TOPS" DE LÃ, FIOS ACRÍLICOS, FIOS DE LÃ			
LIVRO I, 32,XXIV - PRODUTORES/DESTINATÁRIOS DE MAÇÃS			
LIVRO I, 32,XXVII - FOMENTAR - RS			
LIVRO I, 32,XXXIV - PROGRAMA APOIO AOS FRIGORÍFICOS			
LIVRO I, 32,XXXVIII - CARNE COZIDA ENLATADA			
LIVRO I, 32,XLV - CARNE E PRODUTOS DE GADO BOVINO P/EXTERIOR			
LIVRO I, 32,L - ALHO			
LIVRO I, 32,LI - ARRENDAMENTO MERCANTIL			
LIVRO I, 32,LIII - PROGR. PRÓ-PRODUTIVIDADE AGRÍCOLA - COOPERATIVAS			
LIVRO I, 32,LVI - REATORES ELETRÔNICOS			
LIVRO I, 32,LVIII - EMPANADOS DE AVES			
LIVRO I, 32,LXVIII - IMPORTADORES DE VEÍCULOS			
LIVRO I, 32,LXXII - CERVEJAS, REFRIG., SUCOS E ÁGUA MINERAL			
LIVRO I, 32,LXXV - CONSTRUÇÃO DE PLATAFORMA DE EXPL E PROD DE PETRÓLEO			
LIVRO I, 32,LXXXIV - SAÍDAS INTERNAS NAFTA			
LIVRO I, 32,LXXXV - MILHO DE PIPOCA			
LIVRO I, 32,LXXXVI - MUNIÇÕES			
LIVRO I, 32,LXXXVII - SOJA EM GRÃO DESATIVADA E EMPREGADA NA FABRICAÇÃO DE RAÇÃO P/ AVICULTURA			
LIVRO I, 32,XXXI, "b" - PRODUTOS FARMACÊUTICOS			
LIVRO I, 32,XCI - TUBOS DE AÇO SEM COSTURA			
LIVRO I, 32,XCII - COPOLÍMEROS (SAN E ABS)			
LIVRO I,32,XCIII - ÓLEO REFINADO DE SOJA, CANOLA E GIRASSOL			
LIVRO I,32,XCVI - PAPEL			
LIVRO I,32,XCVII - RESERVATÓRIOS DE FIBRA DE VIDRO			
LIVRO I, 32,XCVIII - INOVAÇÃO TECNOLÓGICA NO USO DA CASCA DE ARROZ PARA GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA E ...			
LIVRO I,32,CI - EMPRESAS DE BASE TECNOLÓGICA			
LIVRO I,32,CIII - PNEUMÁTICOS, PROTETORES DE BORRACHA E CÂMARAS DE AR, A PARTIR DE 11/06/10			
LIVRO I,32,CV - ROLHAS, TAMPAS, CÁPSULAS E OUTROS DISPOSITIVOS PARA FECHAR RECIPIENTES, DE 01/01/10 A 31/03/12			
LIVRO I,32,CXIII - PRODUTOS CERÂMICOS, A PARTIR DE 01/11/10			
LIVRO I,32,CXV - POLIESTIRENO CRISTAL, POLIESTIRENO DE ALTO IMPACTO E ESTIRENO, A PARTIR DE 01/12/10			



MICRO E EPP	"SIMPLES NACIONAL" - Lei Complementar nº 123/06 (mais as leis estaduais que regulam o "SIMPLES GAÚCHO")	633.062.057	6,6750%	2,3123%	
MANUTENÇÃO DO CRÉDITO FISCAL		Livro I, art. 35 e Livro III, art. 3º	410.493.514	4,3282%	1,4994%
TOTAL DAS DESONERAÇÕES DO ICMS			9.484.125.010	100%	34,64%
ICMS		17.893.312.783	-	65,36%	
ICMS POTENCIAL		27.377.437.793	-	100%	
<b>ESTIMATIVA DAS DESONERAÇÕES DO IPVA</b>	<b>DISPOSITIVO LEGAL DA DESONERAÇÃO</b> (Lei nº 8.815/85 e Decreto nº 32.144/85, com alterações posteriores)	<b>VALOR NOMINAL 2010</b>	<b>% SOBRE O TOTAL DAS DESONERAÇÕES DE IPVA</b>	<b>% SOBRE O IPVA POTENCIAL</b>	
<b>IMUNIDADES</b>		<b>25.625.466</b>	<b>5,73%</b>	<b>1,32%</b>	
	VEÍCULOS OFICIAIS DA UNIÃO, ESTADOS E MUNICÍPIOS E SUAS AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES	22.442.627	5,02%	1,15%	
	TEMPLOS	1.068.395	0,24%	0,05%	
	PARTIDOS POLÍTICOS E SUAS FUNDAÇÕES	6.900	0,00%	0,00%	
	SINDICATOS DE TRABALHADORES	403.085	0,09%	0,02%	
	INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL	1.704.458	0,38%	0,09%	
<b>ISENÇÕES</b>		<b>321.796.667</b>	<b>71,97%</b>	<b>16,51%</b>	
	CORPOS DIPLOMÁTICOS	71.843	0,02%	0,00%	
	MAQ. AGRIC. TERRAPLAN. TRATORES, BARCOS E AVIÕES, REBOQUE, CICLOMOTORES	167.659.155	37,50%	8,60%	
	CONSELHOS COMUNITÁRIOS PRÓ-SEGURANÇA PÚBLICA - CONSEPRO	17.025	0,00%	0,00%	
	PROPRIETÁRIOS DE VEÍCULOS COM FABRICAÇÃO DE MAIS DE 20 ANOS	89.445.260	20,00%	4,59%	
	PROPRIETÁRIO DE VEÍCULO COM IPVA INFERIOR A 4 UPF/RS	1.826.775	0,41%	0,09%	
	DEFICIENTE FÍSICO E PARAPLÉGICOS	5.089.405	1,14%	0,26%	
	TAXI (CATEGORIA ALUGUEL)	9.800.435	2,19%	0,50%	
	ÔNIBUS URBANO, SUBURBANO, REGIÃO METROPOLITANA	8.192.650	1,83%	0,42%	
	TAXI-LOTACÃO	659.509	0,15%	0,03%	
	TRANSPORTE ESCOLAR	1.746.095	0,39%	0,09%	
	LEILÃO DO FUNCAB (Fundo de Prevenção, Recuperação e de Combate às Drogas de Abuso)	27.712	0,01%	0,00%	
	PERDA TOTAL POR FURTO, ROUBO, SINISTRO OU OUTRO MOTIVO	37.260.803	8,33%	1,91%	



DESCONTOS DA LEI DO BOM MOTORISTA - Lei nº 11.400/99, alterada pela Lei nº 11.644/01		73.457.026	16,43%	3,77%
DESCONTOS POR ANTECIPAÇÃO DO IMPOSTO - Lei nº 8115/85, art. 11, combinado c/ Dec. Nº 32.144/85, art 14, I, "b"		26.262.657	5,87%	1,35%
<b>TOTAL DAS DESONERAÇÕES DO IPVA</b>		<b>447.141.817</b>	<b>100,00%</b>	<b>22,95%</b>
IPVA ARRECADADO		1.501.498.548	-	77,05%
IPVA POTENCIAL		1.948.640.365	-	100%
ESTIMATIVA DAS DESONERAÇÕES DO ITCD	DISPOSITIVO LEGAL DA DESONERAÇÃO (Lei nº 8.821/89)	VALOR NOMINAL 2010	% SOBRE O TOTAL DAS DESONERAÇÕES DE ITCD	% SOBRE O ITCD POTENCIAL
<b>IMUNIDADES:</b>		<b>3.790.429</b>	<b>3,9%</b>	<b>1,00%</b>
	Lei nº 8.821/89, art. 5º, inc. I - UNIÃO, ESTADOS, DF E MUNICÍPIOS	3.166.555	3,25%	0,84%
	Lei nº 8.821/89, art. 5º, inc. II - TEMPLOS DE QUALQUER CULTO	293.588	0,30%	0,08%
	Lei nº 8.821/89, art. 5º, inc. III - PARTIDOS POLÍTICOS, INCLUSIVE SUAS FUNDAÇÕES	120.581	0,12%	0,03%
	Lei nº 8.821/89, art. 5º, inc. IV - ENTIDADES SINDICAIS, TRABALHADORES, EDUCAÇÃO ...	173.007	0,18%	0,05%
	Lei nº 8.821/89, art. 5º, inc. V - LIVROS, JORNAIS, PERIÓDICOS E PAPEIS DESTINADOS ...	36.698	0,04%	0,01%
<b>NÃO-INCIDÊNCIA:</b>		<b>1.300.175</b>	<b>1,3%</b>	<b>0,34%</b>
	Lei nº 8.821/89, art. 6º, inc. II - RENÚNCIA À HERANÇA OU LEGADO ...	5.243	0,01%	0,00%
	Lei nº 8.821/89, art. 6º, inc. III - EXTINÇÃO DE USUFRUTO ...	571.448	0,59%	0,15%
	Lei nº 8.821/89, art. 6º, inc. IV - DOAÇÃO C/INCIDÊNCIA DE ICMS	15.728	0,02%	0,00%
	Lei nº 8.821/89, art. 6º, inc. V - EXTINÇÃO DE CONDOMÍNIO, ATÉ A COTA PARTE ...	707.756	0,73%	0,19%
<b>ISENÇÕES:</b>		<b>92.307.138</b>	<b>94,8%</b>	<b>24,39%</b>
	Lei nº 8.821/89, art. 7º, inc. I - IMÓVEL URBANO DE ATÉ 4.379 UPFs ...	893.256	0,92%	0,24%
	Lei nº 8.821/89, art. 7º, inc. II - EXTINÇÃO DE USUFRUTO, INSTITUÍDO P/NU-PROPRIETÁRIO	173.007	0,18%	0,05%
	Lei nº 8.821/89, art. 7º, inc. III - DOAÇÃO À UNIÃO, AO ESTADO RS E SEUS MUNICÍPIOS	1.819.196	1,87%	0,48%
	Lei nº 8.821/89, art. 7º, inc. IV - IMÓVEL RURAL, ASCENDENTE, DESCENDENTE ...	545.065	0,56%	0,14%



Lei nº 8.821/89, art. 7º, inc. V - DOMÍNIO DIRETO OU NUA-PROPIEDADE	89.125	0,09%	0,02%
Lei nº 8.821/89, art. 7º, inc. VI - EXTINÇÃO DE USUFRUTO (OPERAÇÃO JÁ TRIBUTADA)	6.354.080	6,52%	1,68%
Lei nº 8.821/89, art. 7º, inc. VII - DOAÇÃO A TEMPLOS, PART. POLÍTICOS E ENTIDADES SIND.	330.286	0,34%	0,09%
Lei nº 8.821/89, art. 7º, inc. VIII - ROUPAS, DE UTENSÍLIOS AGRÍCOLAS DE USO MANUAL...	26.213	0,03%	0,01%
Lei nº 8.821/89, art. 7º, inc. IX - SUCESSÃO LEGÍTIMA, QUINHÃO ATÉ 10.509 UPFs	82.072.489	84,27%	21,68%
Lei nº 8.821/89, art. 7º, inc. X - VALOR DO ITCD INFERIOR A 4 UPFs	4.419	0,00%	0,00%
Lei nº 8.821/89, art. 7º, inc. XI - Relacionada à Copa do Mundo da FIFA 2014 e Confederações 2013	-	0,00%	0,00%

<b>TOTAL DAS DESONERAÇÕES DO ITCD</b>	<b>97.397.742</b>	<b>100%</b>	<b>25,73%</b>
<b>ITCD ARRECADADO</b>	<b>281.097.159</b>	<b>-</b>	<b>74,27%</b>
<b>ITCD POTENCIAL</b>	<b>378.494.900</b>	<b>-</b>	<b>100%</b>

<b>ESTIMATIVA DAS DESONERAÇÕES FISCAIS TOTAIS DO RS</b>	<b>VALOR NOMINAL 2008</b>	<b>% SOBRE O TOTAL DAS DESONERAÇÕES FISCAIS</b>	<b>% SOBRE OS IMPOSTOS POTENCIAIS</b>
<b>TOTAL DAS DESONERAÇÕES FISCAIS DO RS</b>	<b>10.028.664.569</b>	<b>100%</b>	<b>33,8%</b>
<b>IMPOSTOS ARRECADADOS</b>	<b>19.675.908.489</b>	<b>-</b>	<b>66,2%</b>
<b>IMPOSTOS POTENCIAIS</b>	<b>29.704.573.058</b>	<b>-</b>	<b>100%</b>

Fonte: Secretaria da Fazenda do RS.

Demonstrativo das desonerações fiscais do ICMS, por finalidade

FINALIDADE	2008			2009			2010		
	VALOR NOMINAL (R\$)	% DO ICMS POTENCIAL	% SOBRE O TOTAL DAS DESONERAÇÕES	VALOR NOMINAL (R\$)	% DO ICMS POTENCIAL	% SOBRE O TOTAL DAS DESONERAÇÕES	VALOR NOMINAL (R\$)	% DO ICMS POTENCIAL	% SOBRE O TOTAL DAS DESONERAÇÕES
Agropecuário	618.013.070	2,6%	6,7%	580.564.256	2,5%	6,8%	635.214.271	2,3%	6,7%
Alimentação (social)	204.569.091	0,9%	2,2%	229.448.174	1,0%	2,7%	303.500.434	1,1%	3,2%
Assistência Social	15.127.154	0,1%	0,2%	21.589.309	0,1%	0,3%	23.489.873	0,1%	0,2%
Cultural (social)	46.048.495	0,2%	0,5%	42.529.249	0,2%	0,5%	46.124.119	0,2%	0,5%
Ecológico	29.002.629	0,1%	0,3%	54.981.223	0,2%	0,6%	85.236.603	0,3%	0,9%
Econômico	2.108.023.620	8,8%	23,0%	1.860.563.358	7,9%	21,9%	2.366.588.612	8,6%	25,0%
Operacional	1.187.491.899	4,9%	12,9%	1.434.124.724	6,1%	16,8%	1.527.856.564	5,6%	16,1%
Saúde (social)	12.678.445	0,1%	0,1%	16.071.290	0,1%	0,2%	18.409.151	0,1%	0,2%
Setor Público	45.725.239	0,2%	0,5%	53.231.549	0,2%	0,6%	55.499.401	0,2%	0,6%
Exportações	4.099.257.545	17,1%	44,6%	3.477.678.216	14,7%	40,8%	3.378.650.412	12,3%	35,6%
Manutenção de Crédito	428.674.657	1,8%	4,7%	316.972.588	1,3%	3,7%	410.493.514	1,5%	4,3%
Microempresas e EPPs	387.115.109	1,6%	4,2%	426.505.129	1,8%	5,0%	633.062.057	2,3%	6,7%
<b>Total</b>	<b>9.181.726.954</b>	<b>38,2%</b>	<b>100%</b>	<b>8.514.259.063</b>	<b>36,1%</b>	<b>100%</b>	<b>9.484.125.010</b>	<b>34,6%</b>	<b>100%</b>
<b>ICMS</b>	<b>14.825.153.675</b>	<b>61,8%</b>	-	<b>15.086.670.972</b>	<b>63,9%</b>	-	<b>17.893.312.783</b>	<b>65,4%</b>	-
<b>ICMS POTENCIAL</b>	<b>24.006.880.628</b>	<b>100%</b>	-	<b>23.600.930.035</b>	<b>100%</b>	-	<b>27.377.437.793</b>	<b>100%</b>	-

Fonte: Secretaria da Fazenda do RS.

## 9.2. A Regionalização das Desonerações Fiscais do ICMS

Como não foi possível regionalizar as desonerações fiscais do ICMS de 2010, tendo em vista as informações chegarem à base de dados da Secretaria da Fazenda somente a partir do segundo semestre de 2011, apresenta-se as do ano de 2009, sistematizadas por Conselho Regional de Desenvolvimento. Da mesma forma que na desagregação por subitem, a abertura dos valores por município também apresenta os mesmos óbices em termos de omissões e consistências das informações prestadas pelos contribuintes. Além disso, a demonstração de algumas desonerações em pequenos municípios poderia permitir a identificação do contribuinte e, com isso, ferir o sigilo fiscal. Nesse sentido, foi limitada a regionalização por COREDEs, nível em que os óbices "inconsistências/sigilo fiscal" ficam superados.

A regionalização é demonstrada pelo total das desonerações, em colunas que relacionam os benefícios nos COREDEs pelo Valor Adicionado Fiscal (VAF), oferecendo outro prisma para a questão da concentração regional (“ranqueamento” pelo indicador “Desoneração/VAF”).

Demonstrativo regionalizado das desonerações fiscais do ICMS, de 2009, em relação ao VAF

<b>COREDEs</b>	<b>% do VAF</b>	<b>% das Desonerações</b>	<b>% das Desonerações / VAF</b>
Vale do Rio Pardo	3,48%	7,77%	13,16%
Vale do Caí	1,91%	3,29%	10,18%
Sul	5,19%	8,34%	9,47%
Metropolitano Delta do Jacuí	25,16%	30,61%	7,18%
Fronteira Noroeste	1,52%	1,77%	6,88%
Campanha	1,30%	1,51%	6,88%
Alto Jacuí	1,69%	1,95%	6,80%
Vale do Taquari	3,27%	3,60%	6,50%
Produção	3,35%	3,66%	6,43%
Vale do Rio dos Sinos	13,15%	13,81%	6,19%
Paranhana Encosta da Serra	1,43%	1,39%	5,72%
Serra	13,52%	10,79%	4,71%
Jacuí Centro	0,87%	0,67%	4,54%
Rio da Várzea	0,80%	0,57%	4,19%
Missões	1,62%	1,08%	3,92%
Nordeste	1,17%	0,76%	3,84%
Médio Alto Uruguai	0,76%	0,48%	3,76%
Hortênsias	0,87%	0,52%	3,49%
Norte	2,62%	1,46%	3,29%
Alto da Serra do Botucarái	0,61%	0,32%	3,07%
Fronteira Oeste	3,38%	1,71%	2,99%
Noroeste Colonial	1,58%	0,75%	2,77%
Central	2,30%	1,07%	2,74%
Campos de Cima da Serra	1,07%	0,44%	2,43%
Celeiro	0,90%	0,37%	2,41%
Centro Sul	1,91%	0,70%	2,16%
Vale do Jaguari	0,56%	0,20%	2,10%
Litoral	4,02%	0,41%	0,61%
<b>Total</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>5,90%</b>

Fonte: Secretaria da Fazenda do RS.

## **10 A Regionalização do Orçamento Estadual de 2012**

A regionalização do Orçamento público está prevista na Constituição Estadual, no art. 149, § 8º:

Os orçamentos anuais e a lei de diretrizes orçamentárias, compatibilizados com o plano plurianual, deverão ser regionalizados e terão, entre suas finalidades, a de reduzir desigualdades sociais e regionais.

Portanto, a regionalização do Orçamento, segundo os preceitos constitucionais, deve ser encarada como um instrumento de controle da distribuição de renda. Além disso, a equidade, ou a justa distribuição dos recursos públicos, deve ser o critério orientador do gestor para as ações públicas. Dessa forma, a combinação de critérios de equidade e justiça é uma boa maneira de se programar métodos de distribuição dos recursos oriundos dos orçamentos públicos de forma a reduzir as desigualdades regionais existentes. Nos COREDEs com maior nível de riqueza e mais desenvolvidos deve incidir maior carga de impostos e contribuições, para viabilizar o crescimento dos COREDEs considerados menos desenvolvidos.

A regionalização das receitas e despesas do Orçamento Público Estadual de 2012 é apresentada por Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDEs). Trata-se de um nível de agregação regional que permite uma melhor análise da distribuição dos recursos. Assim, os dados que vão munir as informações do trabalho serão sempre capturados e agrupados por municípios que compõem os vinte e oito COREDEs.

É importante ressaltar que nem todas as receitas ou despesas são passíveis de regionalização. Em uma operação de crédito, por exemplo, não há uma origem identificável do ponto de vista da regionalização. Já na despesa, torna-se difícil identificar o destino do pagamento de algumas delas, como por exemplo, o serviço da dívida, uma vez que a maior parte dela encontra-se securitizada junto à União, sendo impossível identificar os recebedores diretos e indiretos, fruto de seu pagamento.

### 10.1. A POPULAÇÃO GAÚCHA E O PRODUTO INTERNO BRUTO

A distribuição da população de uma unidade administrativa guarda, normalmente, uma estreita relação com a distribuição das atividades produtivas e, conseqüentemente, com a produção de riquezas, influenciando sobre os critérios de distribuição dos produtos e serviços ofertados pelos governos.

De acordo com o Censo de 2010 do IBGE, no Estado do Rio Grande do Sul, a distribuição da população dos vinte e oito COREDEs varia de 98.018 habitantes (Campos de Cima da Serra) a 2.420.262 habitantes (Metropolitano Delta do Jacuí), entre os quais doze Conselhos possuem menos de 200 mil habitantes e apenas cinco têm mais de 500 mil habitantes, sendo que dois deles possuem mais de 1 milhão de habitantes (Vale do Rio dos Sinos e Metropolitano Delta do Jacuí).

Já os valores do Produto Interno Bruto (PIB) ajustados dos COREDEs, de 2010, baseados no PIB municipal 2008 e na estimativa preliminar do PIB do RS 2010, da FEE, variam de R\$ 1.486.990.983,00 (Vale do Jaguari) a R\$ 63.168.761.834,00 (Metropolitano Delta do Jacuí). Considerando a participação percentual da população dos COREDEs no total do RS e a participação percentual do PIB dos COREDEs no do RS, pode-se observar que, na medida em que aumenta a participação percentual da população no total do RS, aumenta também a participação percentual do PIB.

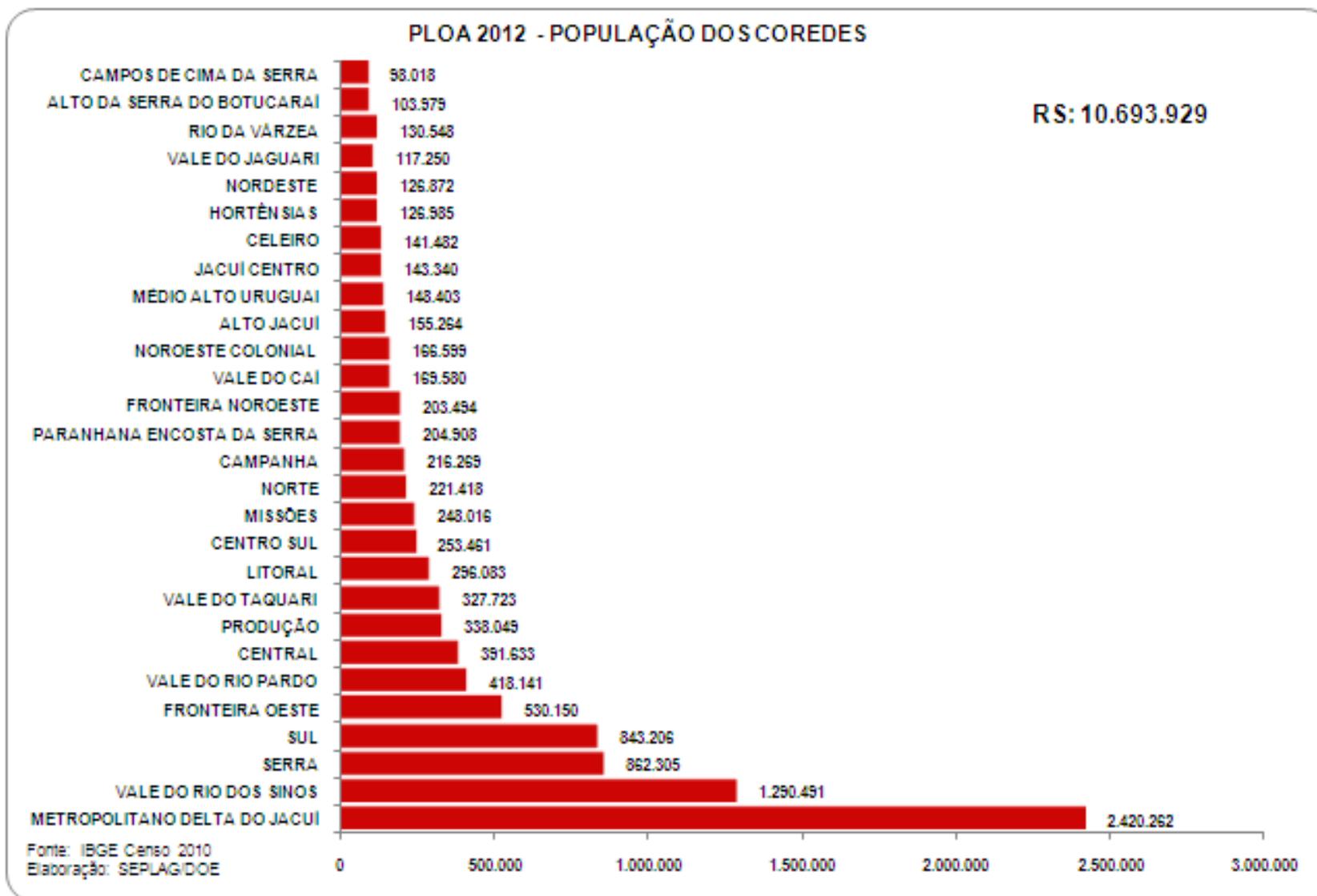
No entanto, há que destacar os que produzem proporcionalmente mais PIB com menos população. É o caso dos COREDEs Metropolitano Delta do Jacuí, Alto Jacuí e Serra. Assim, os valores do PIB *per capita* são mais elevados nesses COREDEs. Entre os vinte e oito Conselhos, os valores de PIB *per capita* variam de R\$ 12.177 (COREDE Litoral) a R\$ 28.051 (COREDE Serra), ou seja, a diferença entre o menor e o maior PIB *per capita* (PIBpc) é superior a duas vezes o primeiro.

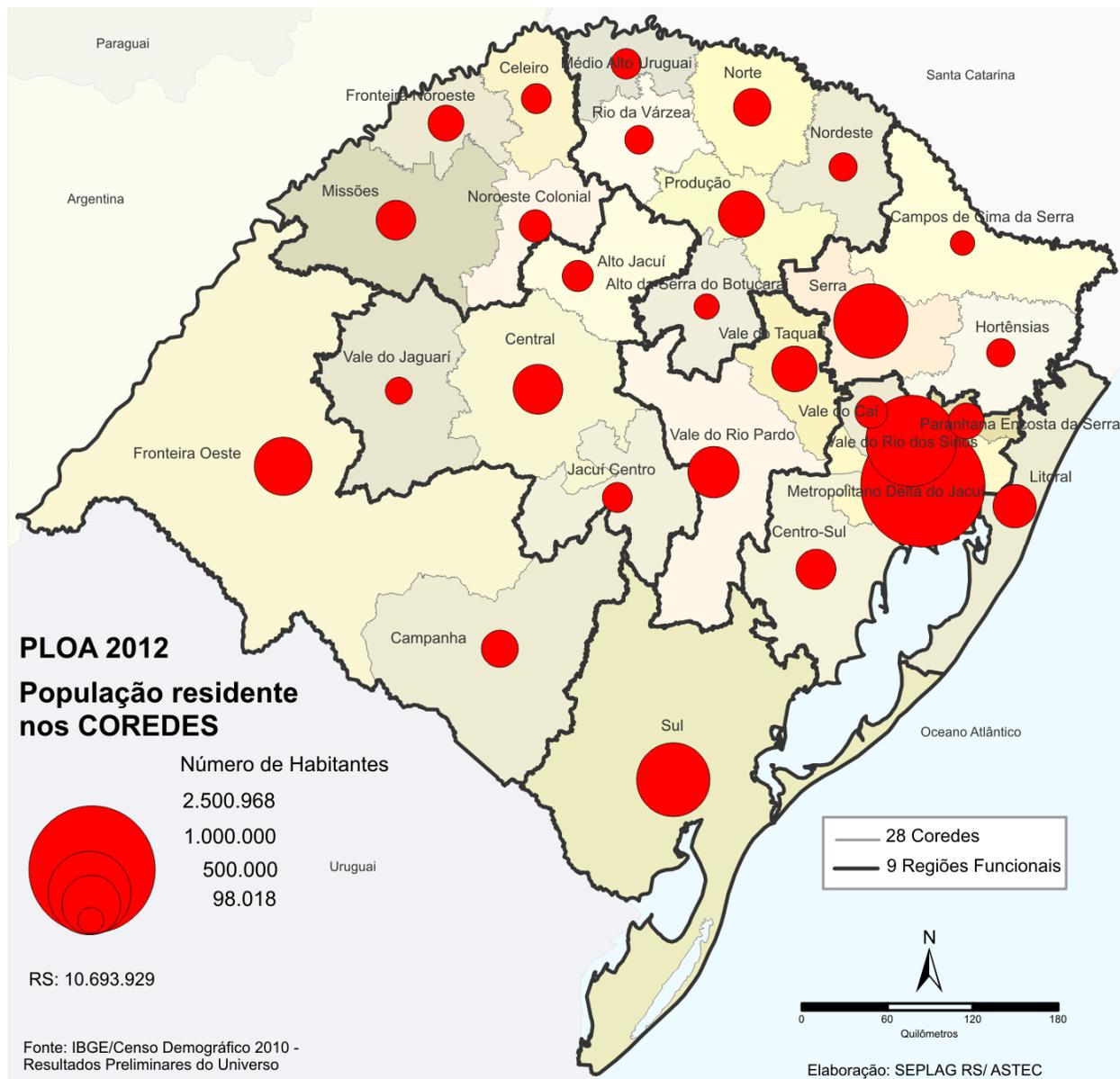


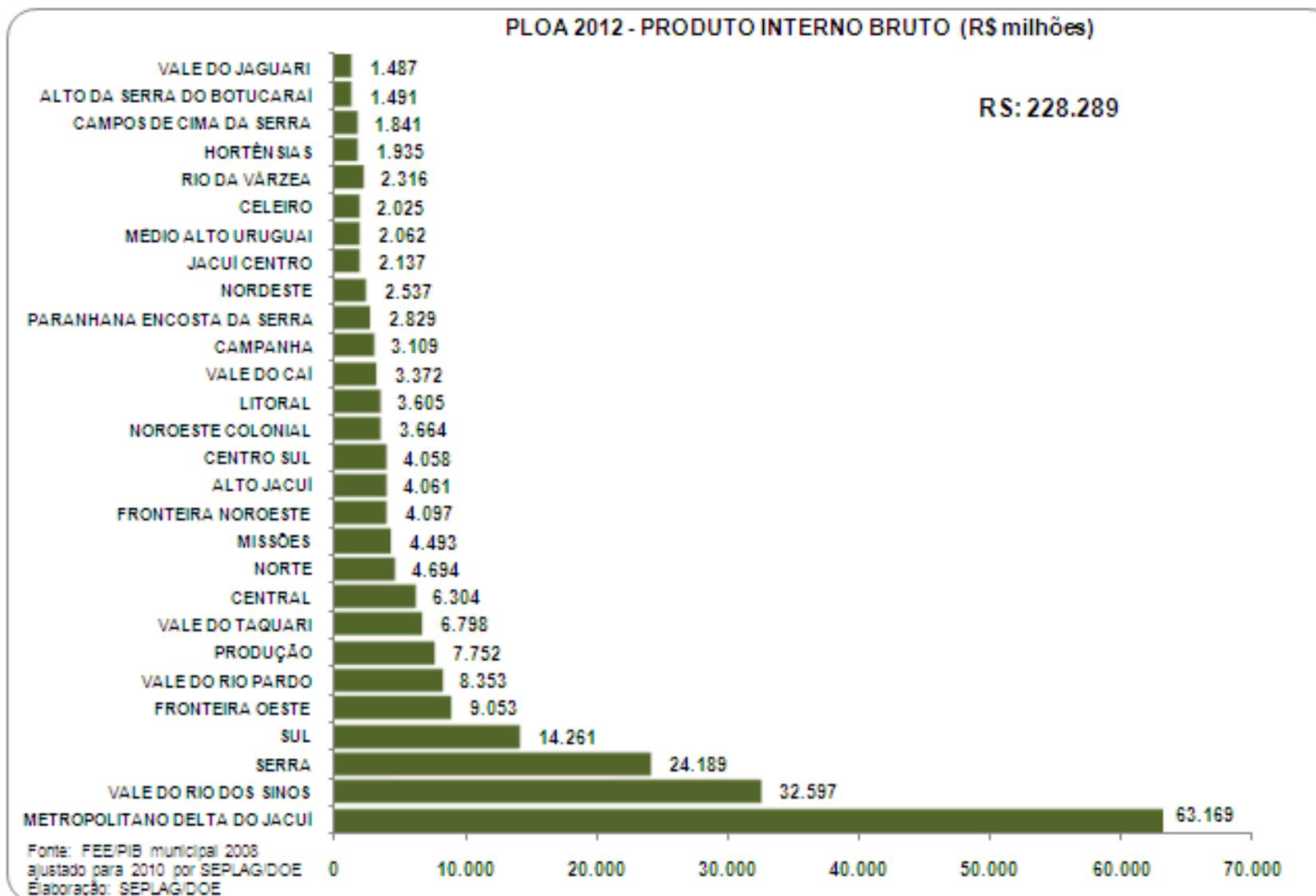
Distribuição dos municípios, da população e do PIB nos COREDEs

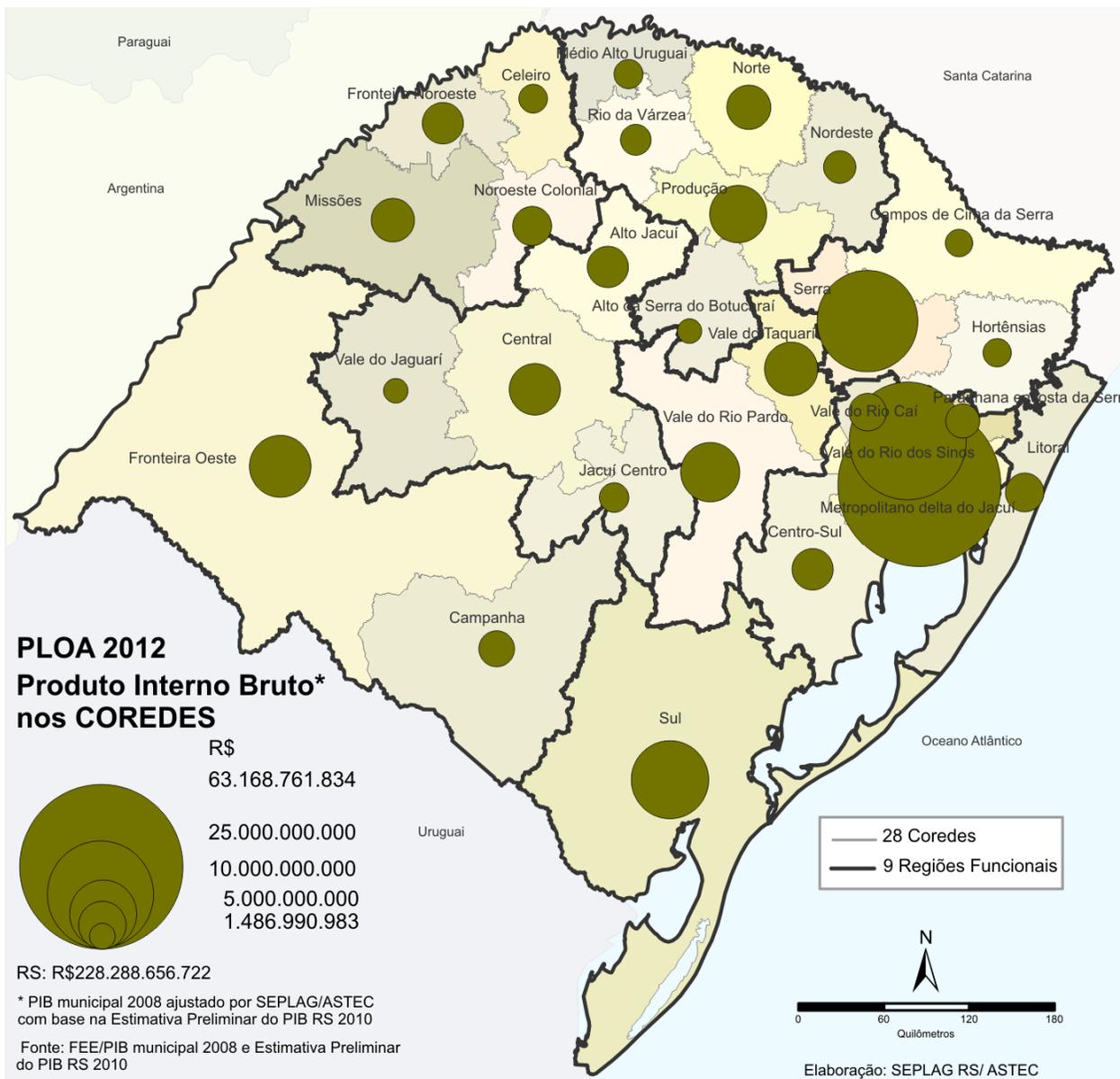
RF	COREDE	Nº MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO 2010	PIB 2010 (R\$)	PIB PER CAPITA 2010 (R\$/PC)	% POPULAÇÃO	% PIB
9	ALTO DA SERRA DO BOTUCARAÍ	16	103.979	1.490.661.240	14.336	0,97	0,65
8	ALTO JACUÍ	14	155.264	4.061.295.699	26.157	1,45	1,78
6	CAMPANHA	7	216.269	3.108.646.967	14.374	2,02	1,36
3	CAMPOS DE CIMA DA SERRA	10	98.018	1.840.853.962	18.781	0,92	0,81
7	CELEIRO	21	141.482	2.025.255.271	14.315	1,32	0,89
8	CENTRAL	19	391.633	6.304.123.492	16.097	3,66	2,76
1	CENTRO SUL	17	253.461	4.057.817.803	16.010	2,37	1,78
7	FRONTEIRA NOROESTE	20	203.494	4.097.498.602	20.136	1,90	1,79
6	FRONTEIRA OESTE	13	530.150	9.052.542.870	17.075	4,96	3,97
3	HORTÊNSIAS	7	126.985	1.934.935.456	15.238	1,19	0,85
8	JACUÍ CENTRO	7	143.340	2.136.750.381	14.907	1,34	0,94
4	LITORAL	21	296.083	3.605.487.115	12.177	2,77	1,58
9	MÉDIO ALTO URUGUAI	22	148.403	2.062.027.964	13.895	1,39	0,90
1	METROPOLITANO DELTA DO JACUÍ	10	2.420.262	63.168.761.834	26.100	22,63	27,67
7	MISSÕES	25	248.016	4.493.065.691	18.116	2,32	1,97
9	NORDESTE	19	126.872	2.537.246.244	19.998	1,19	1,11
7	NOROESTE COLONIAL	11	166.599	3.664.213.323	21.994	1,56	1,61
9	NORTE	32	221.418	4.694.395.665	21.202	2,07	2,06
1	PARANHANA ENCOSTA DA SERRA	10	204.908	2.828.612.093	13.804	1,92	1,24
9	PRODUÇÃO	21	338.049	7.752.117.428	22.932	3,16	3,40
9	RIO DA VÁRZEA	20	130.548	2.316.453.291	17.744	1,22	1,01
3	SERRA	31	862.305	24.188.692.752	28.051	8,06	10,60
5	SUL	22	843.206	14.260.511.011	16.912	7,88	6,25
1	VALE DO CAÍ	19	169.580	3.372.241.795	19.886	1,59	1,48
8	VALE DO JAGUARI	9	117.250	1.486.990.983	12.682	1,10	0,65
1	VALE DO RIO DOS SINOS	14	1.290.491	32.596.830.305	25.259	12,07	14,28
2	VALE DO RIO PARDO	23	418.141	8.352.514.828	19.975	3,91	3,66
2	VALE DO TAQUARI	36	327.723	6.798.112.655	20.743	3,06	2,98
	<b>TOTAL</b>	<b>496</b>	<b>10.693.929</b>	<b>228.288.656.722</b>	<b>21.348</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>

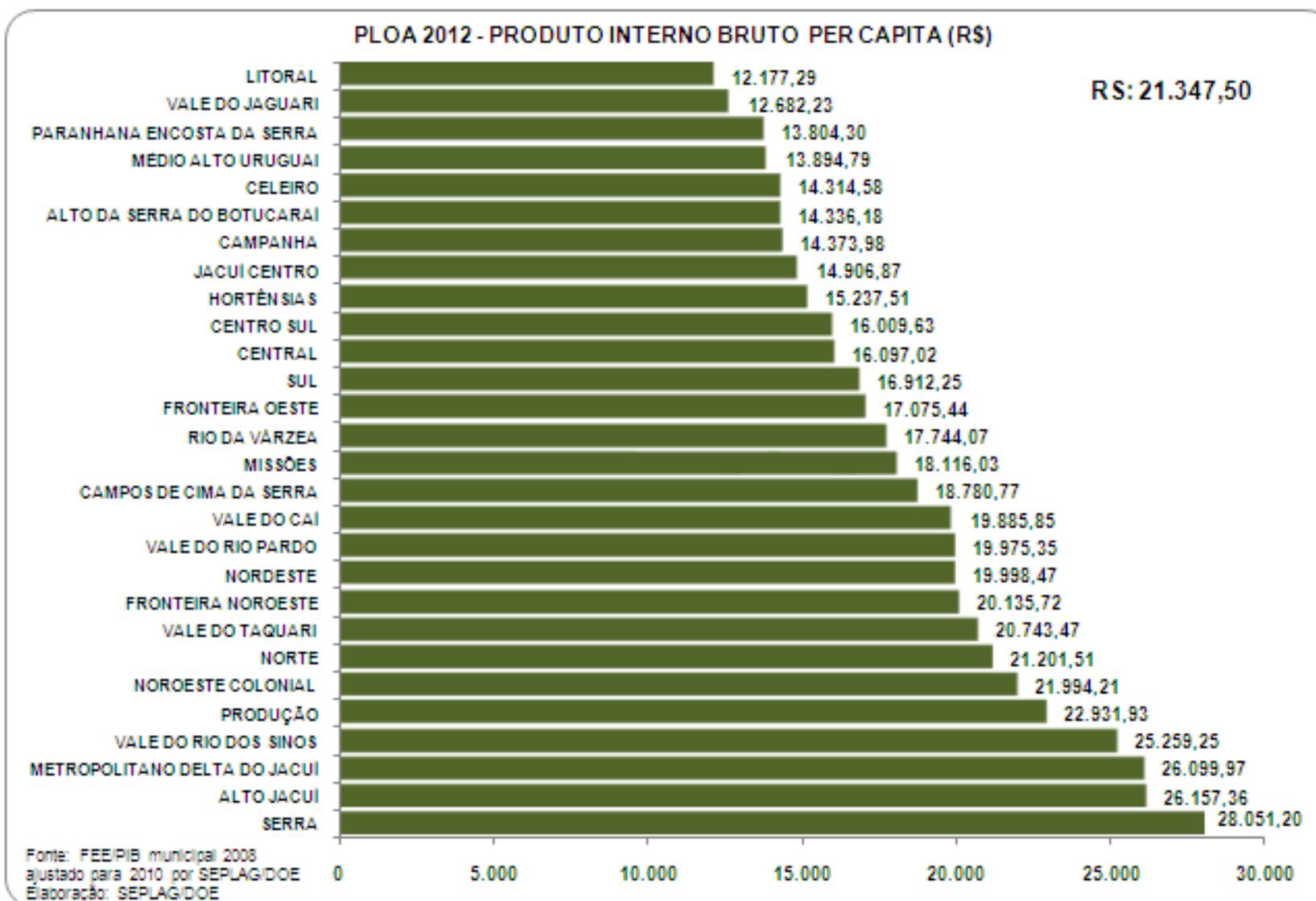
Fonte: IBGE Censo 2010; FEE/PIB municipal 2008 ajustado por SEPLAG/DOE.











## **10.2. Os Servidores Públicos Estaduais**

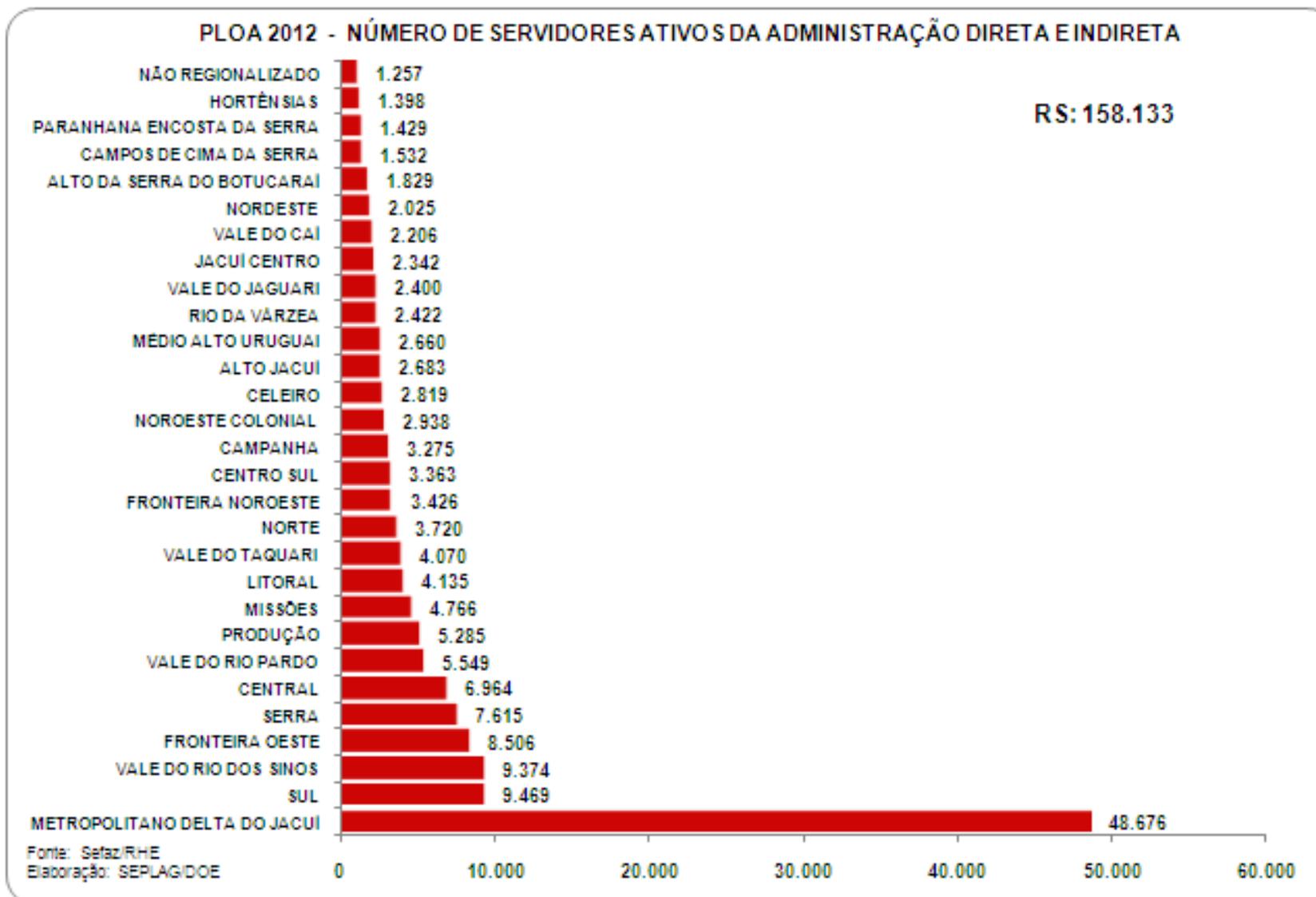
A distribuição dos servidores ativos guarda estreita relação com a distribuição da população e com o dimensionamento da logística necessária para a disponibilização dos serviços prestados pelo Governo estadual. O número de servidores ativos representa 1,48% da população do Rio Grande do Sul. Assim, através da informação do número de servidores, é possível identificar os municípios e os COREDEs que centralizam os serviços de cada órgão. Estes, em regra geral, coincidem com os municípios de maior porte e funcionam como centros regionais irradiadores dos serviços estaduais. No entanto, há que se observar que o COREDE Metropolitano Delta do Jacuí apresenta o maior número de servidores estaduais, não somente por concentrar a maior população, mas também por abrigar a sede administrativa e o Governo do Estado.

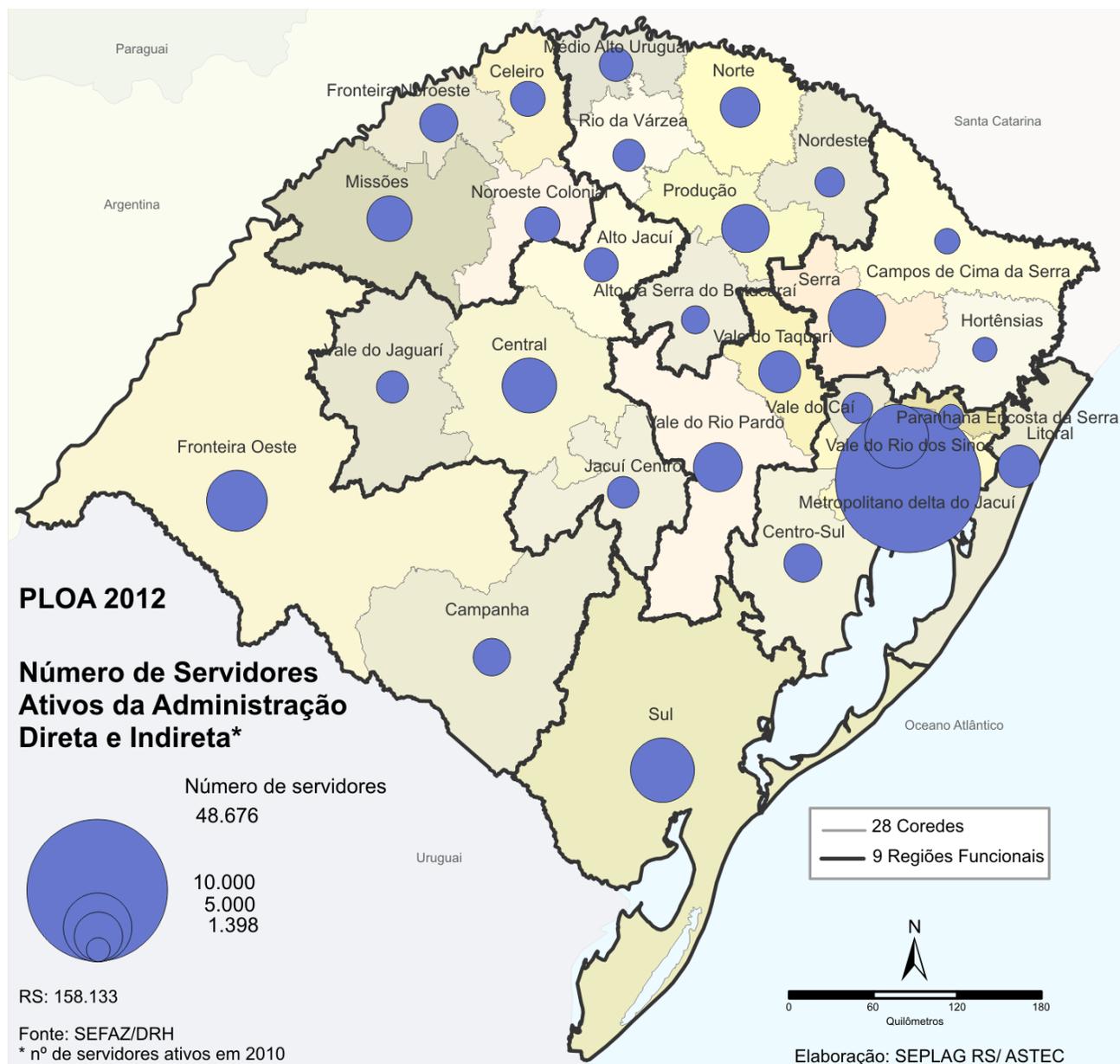


Número de Servidores Ativos da Administração Direta e Indireta

RF	COREDE	SERVIDORES ATIVOS - DEZ/10	%
9	ALTO DA SERRA DO BOTUCARAÍ	1.829	1,2
8	ALTO JACUÍ	2.683	1,7
6	CAMPANHA	3.275	2,1
3	CAMPOS DE CIMA DA SERRA	1.532	1,0
7	CELEIRO	2.819	1,8
8	CENTRAL	6.964	4,4
1	CENTRO SUL	3.363	2,1
7	FRONTEIRA NOROESTE	3.426	2,2
6	FRONTEIRA OESTE	8.506	5,4
3	HORTÊNSIAS	1.398	0,9
8	JACUÍ CENTRO	2.342	1,5
4	LITORAL	4.135	2,6
9	MÉDIO ALTO URUGUAI	2.660	1,7
1	METROPOLITANO DELTA DO JACUÍ	48.676	30,8
7	MISSÕES	4.766	3,0
9	NORDESTE	2.025	1,3
7	NOROESTE COLONIAL	2.938	1,9
9	NORTE	3.720	2,4
1	PARANHANA ENCOSTA DA SERRA	1.429	0,9
9	PRODUÇÃO	5.285	3,3
9	RIO DA VÁRZEA	2.422	1,5
3	SERRA	7.615	4,8
5	SUL	9.469	6,0
1	VALE DO CAÍ	2.206	1,4
8	VALE DO JAGUARI	2.400	1,5
1	VALE DO RIO DOS SINOS	9.374	5,9
2	VALE DO RIO PARDO	5.549	3,5
2	VALE DO TAQUARI	4.070	2,6
	<b>TOTAL REGIONALIZADO</b>	<b>156.876</b>	99,2
	<b>TOTAL NÃO REGIONALIZADO</b>	<b>1.257</b>	0,8
	<b>TOTAL GERAL</b>	<b>158.133</b>	100,0

Fonte: SEFAZ/RHE.





### **10.3. A Regionalização da Receita Pública Estadual**

As receitas são os recursos arrecadados pelo Estado, que serão utilizados na promoção do desenvolvimento, na redistribuição da renda, bem como em suas atividades típicas, por meio da produção e fornecimento de bens e serviços públicos.

O ICMS é a principal receita do Estado, representando 63,5% do total, sendo que 25% dos recursos são transferidos aos municípios. O IPVA representa 5,5% da receita, sendo que 50% da arrecadação pertence ao município; o IR, 3,9%; e as contribuições, 5,4%. O ICMS e o IPVA foram regionalizados por meio dos seus índices de retorno aos municípios com base em 2010. Já o IR e a Receita de Contribuições foram distribuídos proporcionalmente à previsão de despesas de Pessoal em cada um dos municípios do Estado. Os valores dessas rubricas foram calculados para cada um dos 496 municípios gaúchos e, finalmente, agregados para os 28 COREDEs estaduais.

Não foi possível regionalizar R\$ 5.812.659.484 (R\$ 4.791.144.060 das demais receitas correntes e R\$ 1.021.515.424 das receitas de capital).

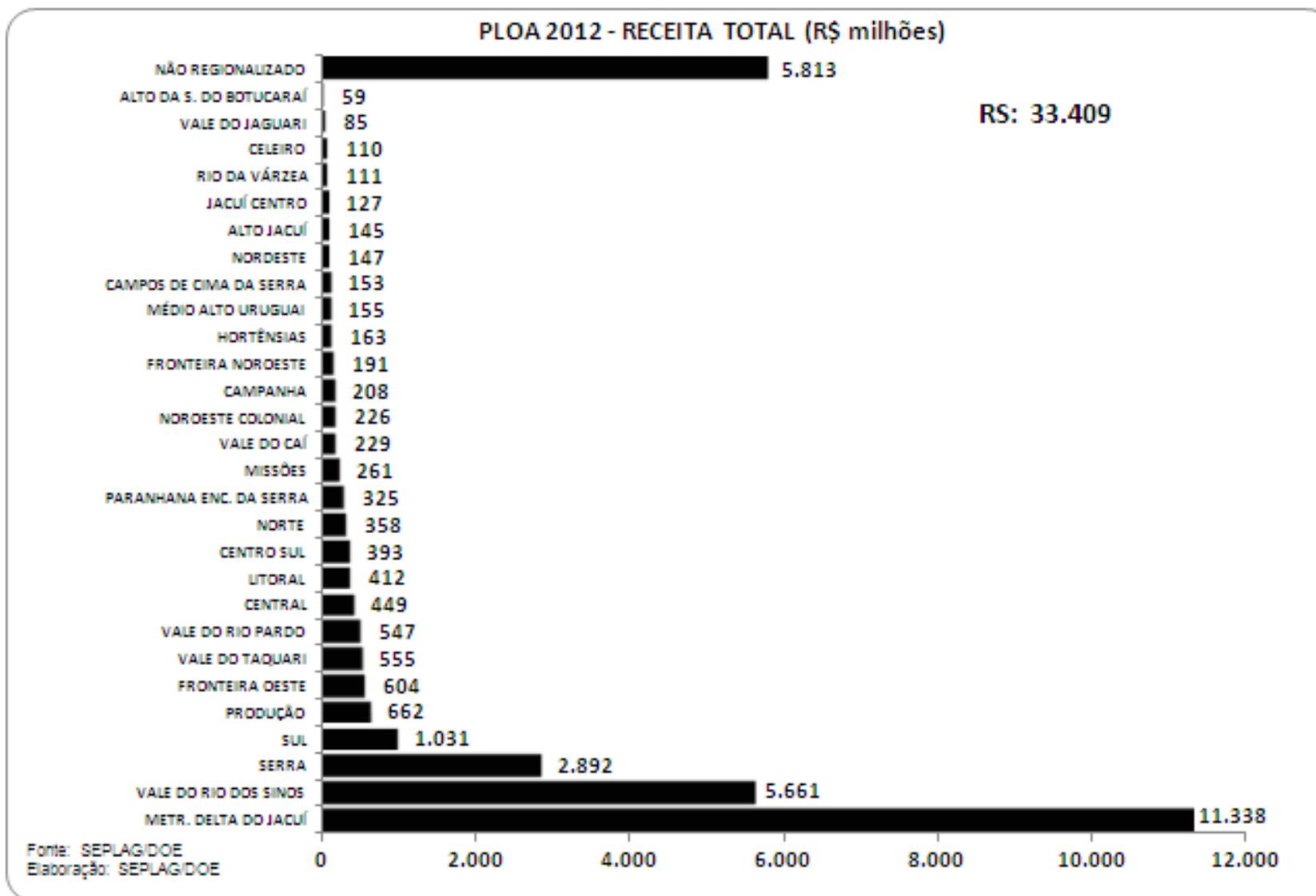
A maior parte da receita está concentrada nos COREDEs Metropolitano Delta do Jacuí, Vale do Rio dos Sinos e Serra. Juntos representam 59,5% de toda a receita. Nesses três COREDEs concentram-se 79,4% da arrecadação de ICMS. Na arrecadação de IPVA, Imposto de Renda e Contribuições, a participação chega a 52%.

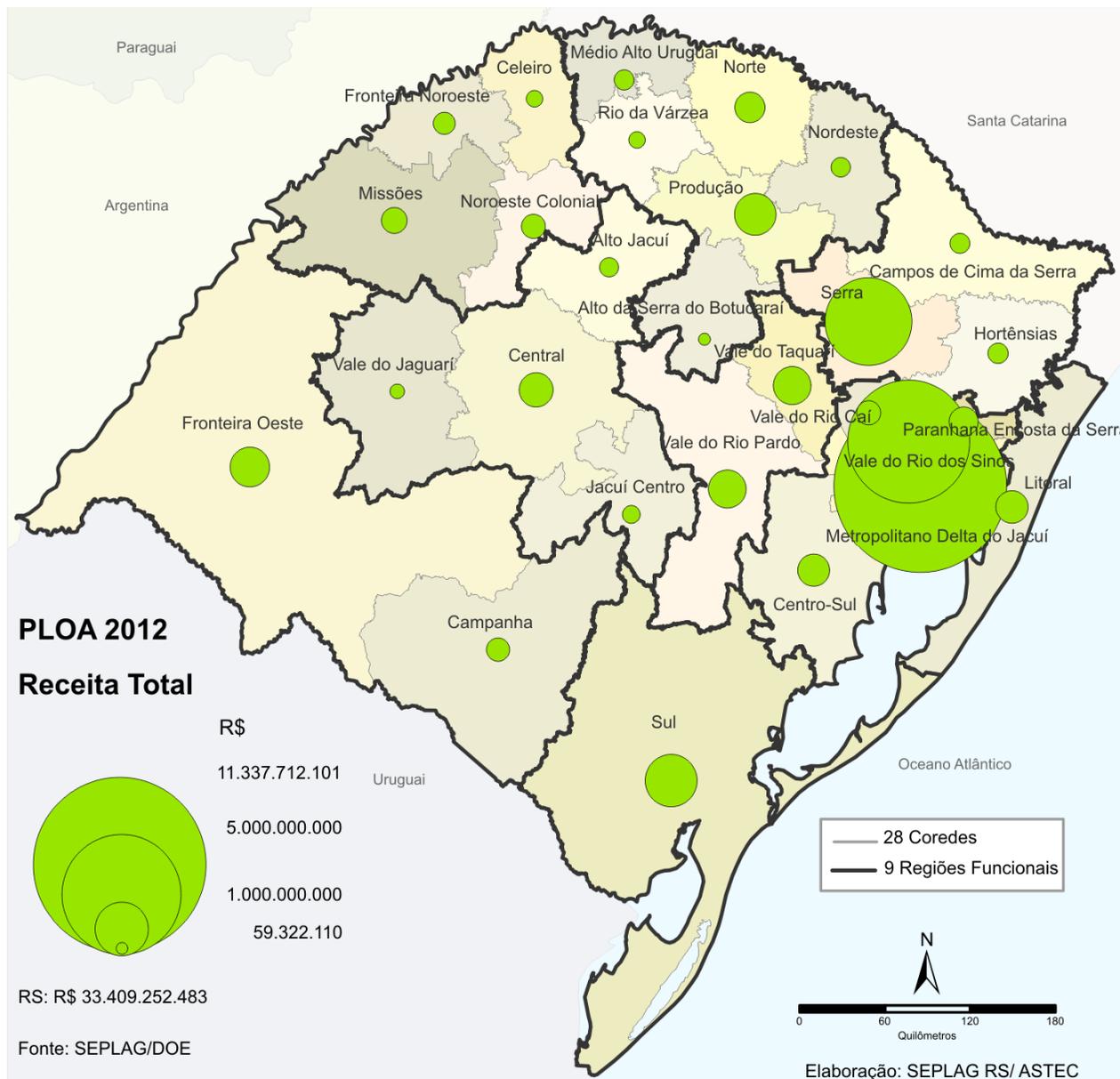


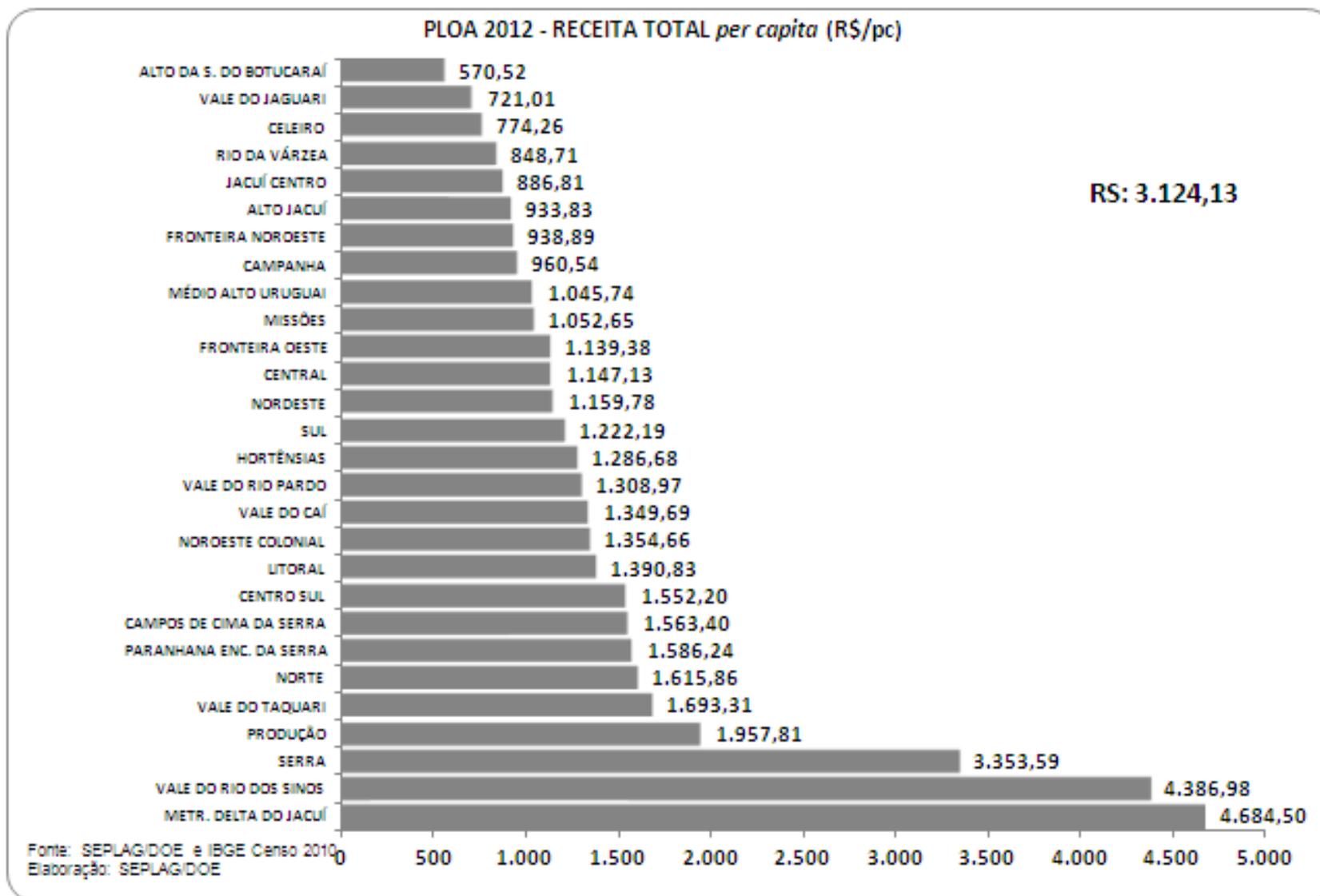
Receita Total – R\$

RF	COREDE	ICMS	IPVA	IR	CONTRIBUIÇÕES	IPI	SUS	DEMAIS RECEITAS CORRENTES	RECEITAS DE CAPITAL	RECEITA TOTAL	RECEITA TOTAL PER CAPITA (R\$/PC)
9	ALTO DA SERRA DO BOTUCARAÍ	13.535.691	11.083.970	10.056.609	14.104.610	5.040.875	5.500.355	-	-	59.322.110	570,52
8	ALTO JACUÍ	51.491.082	25.713.503	15.611.043	21.894.822	9.822.401	20.456.672	-	-	144.989.524	933,83
6	CAMPANHA	84.756.347	24.660.651	24.905.178	34.930.044	8.800.384	29.681.955	-	-	207.734.560	960,54
3	CAMPOS DE CIMA DA SERRA	95.960.849	14.518.326	11.208.539	15.720.215	6.942.510	8.891.232	-	-	153.241.671	1.563,40
7	CELEIRO	45.206.620	13.453.633	13.392.818	18.783.713	7.161.185	11.546.563	-	-	109.544.533	774,26
8	CENTRAL	196.225.623	65.884.171	58.234.221	81.674.741	13.822.373	33.413.175	-	-	449.254.303	1.147,13
1	CENTRO SUL	293.738.496	25.827.551	19.823.630	27.803.065	11.151.850	15.076.873	-	-	393.421.464	1.552,20
7	FRONTEIRA NOROESTE	91.148.836	28.390.888	20.541.088	28.809.315	9.767.234	12.401.611	-	-	191.058.972	938,89
6	FRONTEIRA OESTE	313.824.300	56.957.705	58.045.199	81.409.634	22.502.092	71.303.328	-	-	604.042.259	1.139,38
3	HORTÊNSIAS	103.020.634	25.296.351	9.451.042	13.255.289	5.515.622	6.850.250	-	-	163.389.188	1.286,68
8	JACUÍ CENTRO	60.306.916	16.157.053	17.316.881	24.287.296	5.677.436	3.369.549	-	-	127.115.131	886,81
4	LITORAL	231.189.095	40.805.199	34.530.943	48.430.386	18.478.522	38.366.026	-	-	411.800.171	1.390,83
9	MÉDIO ALTO URUGUAI	78.485.640	16.517.956	16.623.096	23.314.248	6.268.661	13.981.675	-	-	155.191.276	1.045,74
1	METROPOLITANO DELTA DO JACUÍ	9.301.677.004	510.701.521	554.967.039	778.353.143	111.318.960	80.694.434	-	-	11.337.712.101	4.684,50
7	MISSÕES	124.087.923	30.632.069	29.189.795	40.939.312	11.205.427	25.018.836	-	-	261.073.362	1.052,65
9	NORDESTE	83.337.951	20.255.445	12.346.361	17.316.035	7.967.745	5.920.472	-	-	147.144.009	1.159,78
7	NOROESTE COLONIAL	108.371.969	27.394.774	15.404.800	21.605.562	8.737.119	44.171.347	-	-	225.685.571	1.354,66
9	NORTE	204.640.194	37.867.712	23.845.634	33.444.012	15.239.629	42.742.547	-	-	357.779.728	1.615,86
1	PARANHANA ENCOSTA DA SERRA	253.062.166	28.570.969	9.048.262	12.690.381	7.396.290	14.266.071	-	-	325.034.140	1.586,24
9	PRODUÇÃO	329.628.226	69.914.480	40.112.101	56.258.079	17.056.828	148.865.808	-	-	661.835.523	1.957,81
9	RIO DA VÁRZEA	48.595.135	16.776.862	12.488.727	17.515.707	6.954.155	8.466.803	-	-	110.797.388	848,71
3	SERRA	2.423.546.849	230.065.597	57.260.401	80.308.937	60.466.085	40.170.913	-	-	2.891.818.782	3.353,59
5	SUL	668.973.868	104.392.002	69.939.696	98.091.919	30.142.856	59.019.552	-	-	1.030.559.892	1.222,19
1	VALE DO CAÍ	141.804.095	30.860.136	14.915.419	20.919.194	10.997.363	9.383.542	-	-	228.879.749	1.349,69
8	VALE DO JAGUARI	18.786.118	11.915.164	16.063.633	22.529.589	5.013.260	10.231.218	-	-	84.538.982	721,01
1	VALE DO RIO DOS SINOS	5.132.709.891	225.717.907	67.873.407	95.193.904	58.890.323	80.975.200	-	-	5.661.360.631	4.386,98
2	VALE DO RIO PARDO	366.992.754	60.912.093	36.584.105	51.309.989	19.675.641	11.857.913	-	-	547.332.495	1.308,97
2	VALE DO TAQUARI	353.944.969	63.930.622	28.127.154	39.448.936	20.215.123	49.268.682	-	-	554.935.486	1.693,31
	<b>TOTAL REGIONALIZADO</b>	<b>21.219.049.241</b>	<b>1.835.174.309</b>	<b>1.297.906.820</b>	<b>1.820.342.077</b>	<b>522.227.949</b>	<b>901.892.603</b>	-	-	<b>27.596.592.999</b>	
	<b>TOTAL NÃO REGIONALIZADO</b>	-	-	-	-	-	-	<b>4.791.144.060</b>	<b>1.021.515.424</b>	<b>5.812.659.484</b>	
	<b>TOTAL</b>	<b>21.219.049.241</b>	<b>1.835.174.309</b>	<b>1.297.906.820</b>	<b>1.820.342.077</b>	<b>522.227.949</b>	<b>901.892.603</b>	<b>4.791.144.060</b>	<b>1.021.515.424</b>	<b>33.409.252.483</b>	<b>3.124,13</b>

Fonte: SEPLAG/DOE







#### **10.4. A Regionalização da Despesa Pública Estadual**

##### **10.4.1. As Despesas Totais**

O gasto fixado no Orçamento de 2012 atinge a cifra de R\$ 33,4 bilhões, descontados os valores das despesas correntes intraorçamentárias, sendo que foi possível regionalizar R\$ 30,3 bilhões, o que perfaz 91% da despesa total.

As rubricas passíveis de regionalização são a despesa de pessoal, as transferências constitucionais e legais aos municípios (Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS; Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA; Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico – CIDE, que é o imposto sobre combustíveis; Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI Exportação), além das transferências da Gestão Plena do SUS, manutenção e custeio e investimentos amplos.

Para a regionalização das despesas com a manutenção e o custeio dos diversos órgãos da Administração Pública Estadual, a distribuição entre os COREDEs foi proporcional à distribuição da despesa de pessoal. Os recursos do SUS e as transferências constitucionais e legais aos municípios (ICMS, IPVA, CIDE e IPI-Exportação) foram distribuídos segundo o critério de repartição efetivada em 2010.

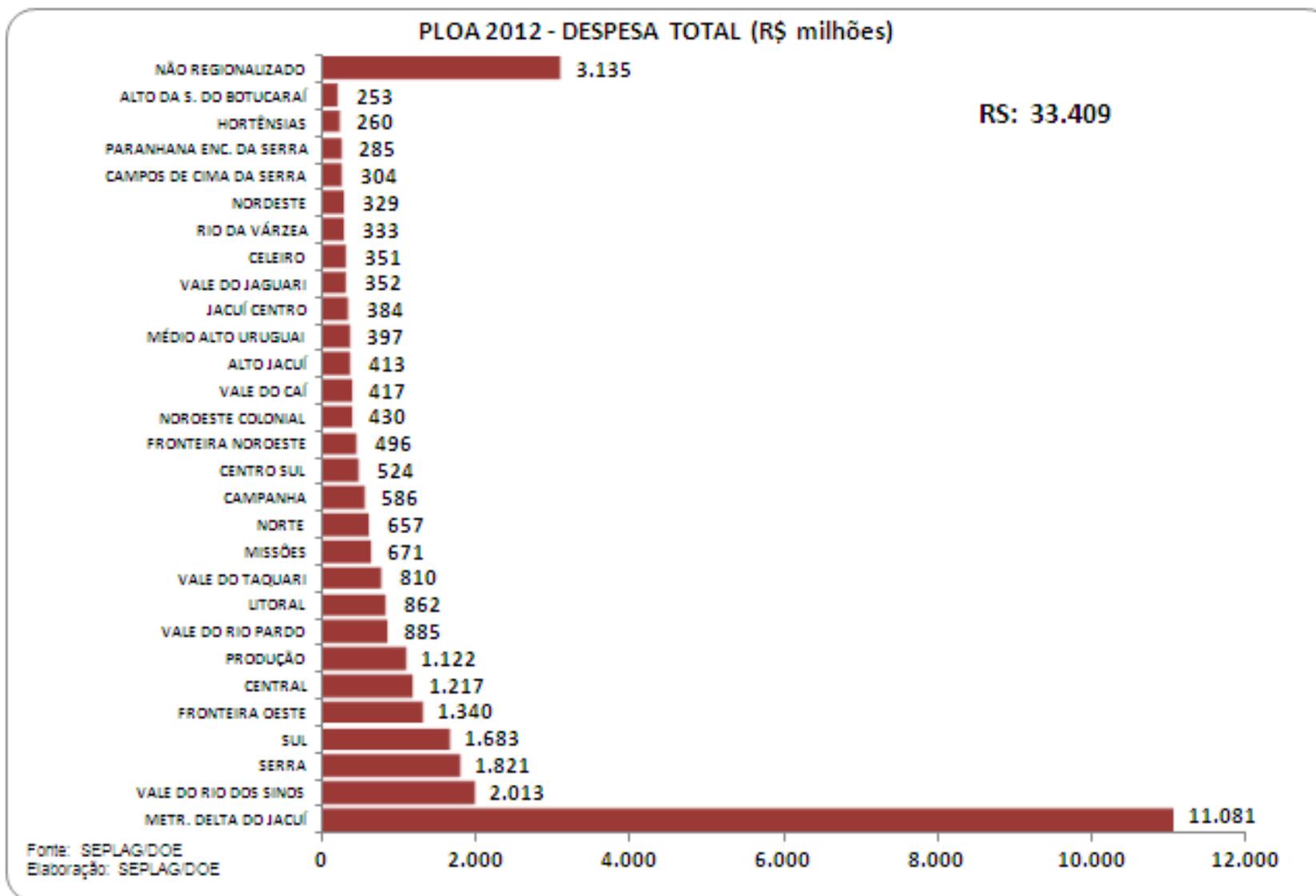
Os valores dos investimentos amplos referem-se, exclusivamente, às despesas de capital, excluída a amortização da dívida. Os montantes previstos de investimentos pelas estatais estão alocados em capítulo separado. As despesas, em grande parte, estão concentradas no COREDE Metropolitano Delta do Jacuí, com 33% do total. Isso é explicado pelo fato de que, nesse COREDE, a despesa de pessoal consome 61,7% do total, devido à sede administrativa estar localizada em Porto Alegre.

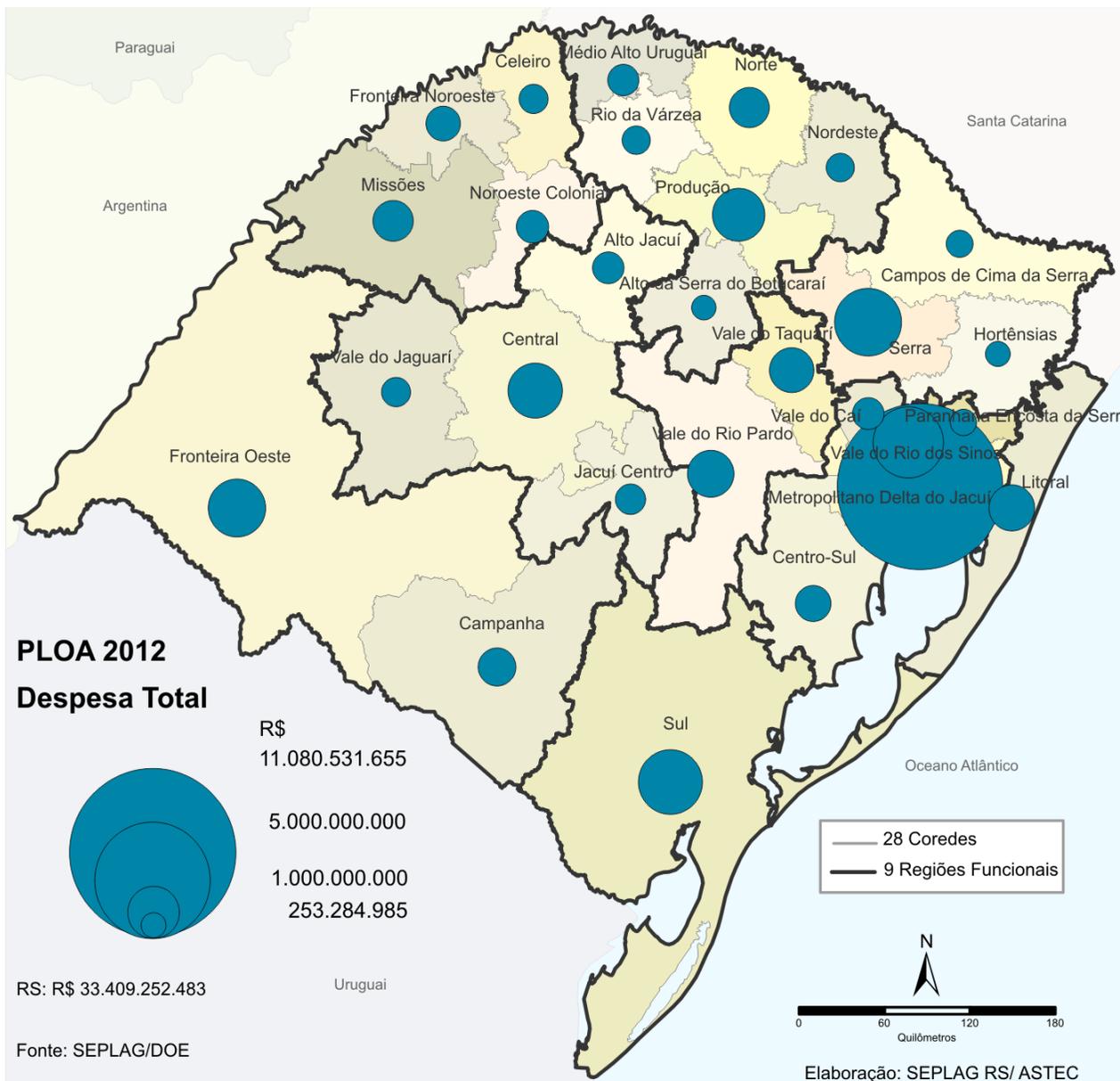


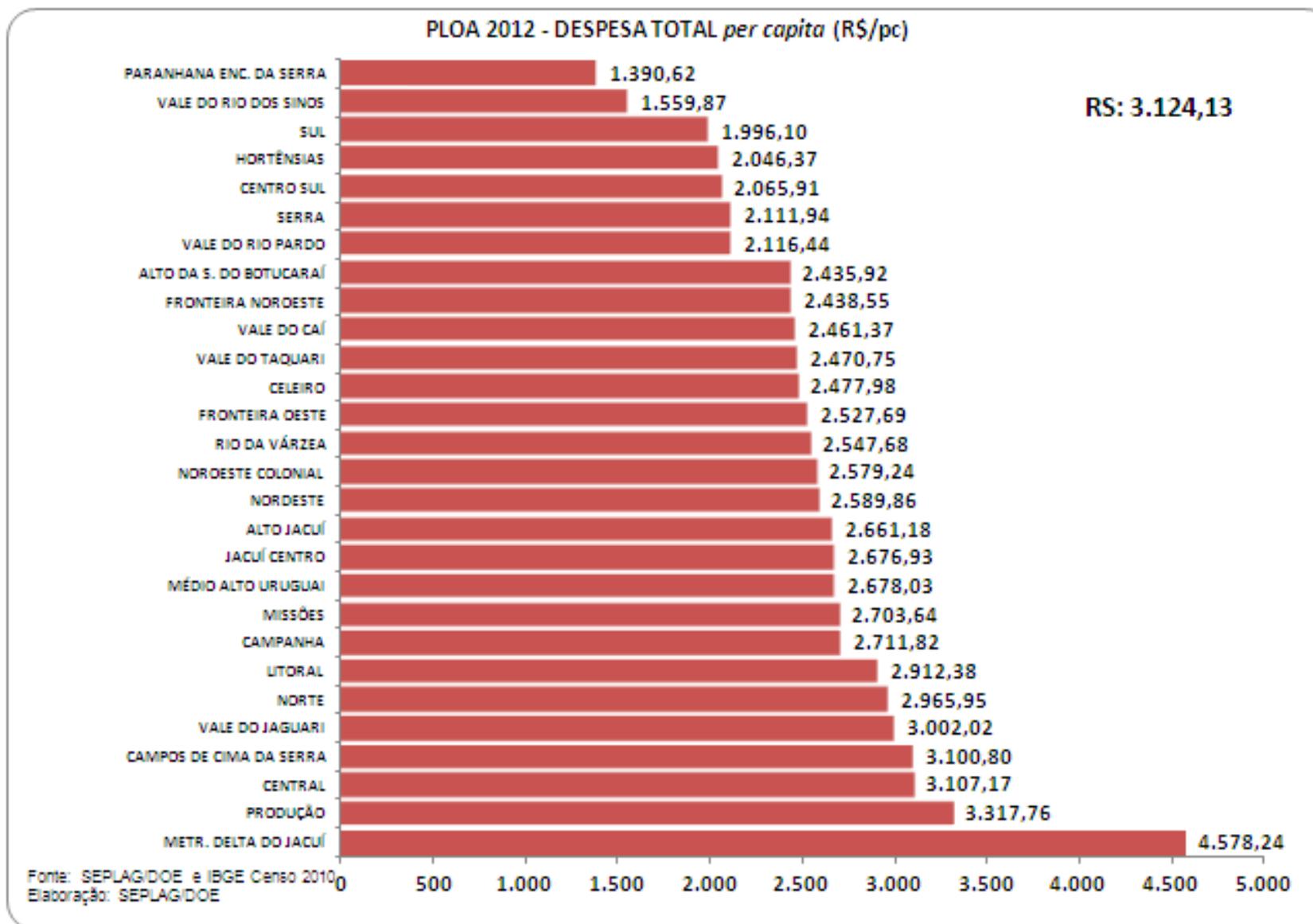
Despesa Total – R\$

RF	COREDE	PESSOAL	TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	SUS	MANUTENÇÃO E CUSTEIO	INVESTIMENTOS	SERVIÇO DA DÍVIDA	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	DESPESA TOTAL	DESPESA TOTAL PER CAPITA (R\$/PC)
9	ALTO DA SERRA DO BOTUCARAÍ	123.945.936	58.472.713	5.500.355	40.407.565	24.958.417	-	-	253.284.985	2.435,92
8	ALTO JACUÍ	192.403.353	115.622.657	20.456.672	62.725.340	21.977.892	-	-	413.185.913	2.661,18
6	CAMPANHA	306.951.923	104.477.267	29.681.955	100.069.274	45.301.500	-	-	586.481.920	2.711,82
3	CAMPOS DE CIMA DA SERRA	138.143.263	79.881.122	8.891.232	45.036.030	31.982.299	-	-	303.933.946	3.100,80
7	CELEIRO	165.064.117	81.858.921	11.546.563	53.812.487	38.307.559	-	-	350.589.646	2.477,98
8	CENTRAL	717.726.505	177.891.862	33.413.175	233.985.731	53.852.134	-	-	1.216.869.407	3.107,17
1	CENTRO SUL	244.322.739	129.776.901	15.076.873	79.651.558	54.799.630	-	-	523.627.701	2.065,91
7	FRONTEIRA NOROESTE	253.165.288	116.563.740	12.401.611	82.534.314	31.565.616	-	-	496.230.570	2.438,55
6	FRONTEIRA OESTE	715.396.847	264.005.734	71.303.328	233.226.240	56.121.943	-	-	1.340.054.093	2.527,69
3	HORTÊNSIAS	116.482.428	70.451.787	6.850.250	37.974.390	28.100.018	-	-	259.858.873	2.046,37
8	JACUÍ CENTRO	213.427.505	67.581.226	3.369.549	69.579.416	29.753.049	-	-	383.710.744	2.676,93
4	LITORAL	425.587.779	213.611.676	38.366.026	138.745.701	45.993.711	-	-	862.304.893	2.912,38
9	MÉDIO ALTO URUGUAI	204.876.725	74.119.255	13.981.675	66.791.779	37.658.151	-	-	397.427.585	2.678,03
1	METROPOLITANO DELTA DO JACUÍ	6.839.870.884	1.419.783.572	80.694.434	2.229.863.570	510.319.195	-	-	11.080.531.655	4.578,24
7	MISSÕES	359.759.079	132.815.508	25.018.836	117.284.913	35.668.011	-	-	670.546.347	2.703,64
9	NORDESTE	152.166.720	93.599.336	5.920.472	49.607.811	27.285.952	-	-	328.580.291	2.589,86
7	NOROESTE COLONIAL	189.861.447	105.132.780	44.171.347	61.896.655	28.637.168	-	-	429.699.397	2.579,24
9	NORTE	293.893.234	178.459.945	42.742.547	95.812.015	45.807.740	-	-	656.715.482	2.965,95
1	PARANHANA ENCOSTA DA SERRA	111.518.234	91.885.404	14.266.071	36.356.015	30.923.581	-	-	284.949.306	1.390,62
9	PRODUÇÃO	494.374.568	213.516.527	148.865.808	161.170.855	103.639.345	-	-	1.121.567.104	3.317,76
9	RIO DA VÁRZEA	153.921.356	81.327.468	8.466.803	50.179.840	38.698.415	-	-	332.593.882	2.547,68
3	SERRA	705.724.343	746.467.143	40.170.913	230.072.911	98.701.974	-	-	1.821.137.283	2.111,94
5	SUL	861.994.416	367.950.249	59.019.552	281.018.455	113.140.142	-	-	1.683.122.814	1.996,10
1	VALE DO CAÍ	183.829.911	130.511.265	9.383.542	59.930.316	33.743.351	-	-	417.398.385	2.461,37
8	VALE DO JAGUARI	197.981.447	58.525.145	10.231.218	64.543.852	20.705.234	-	-	351.986.896	3.002,02
1	VALE DO RIO DOS SINOS	836.527.766	728.710.838	80.975.200	272.716.082	94.062.620	-	-	2.012.992.506	1.559,87
2	VALE DO RIO PARDO	450.892.639	236.476.762	11.857.913	146.995.329	38.748.332	-	-	884.970.976	2.116,44
2	VALE DO TAQUARI	346.662.217	243.610.793	49.268.682	113.015.211	57.166.308	-	-	809.723.210	2.470,75
	<b>TOTAL REGIONALIZADO</b>	<b>15.996.472.668</b>	<b>6.383.087.598</b>	<b>901.892.603</b>	<b>5.215.003.654</b>	<b>1.777.619.286</b>	-	-	<b>30.274.075.809</b>	
	<b>TOTAL NÃO REGIONALIZADO</b>	-	-	-	-	<b>199.863.232</b>	<b>2.688.768.752</b>	<b>246.544.690</b>	<b>3.135.176.674</b>	
	<b>TOTAL</b>	<b>15.996.472.668</b>	<b>6.383.087.598</b>	<b>901.892.603</b>	<b>5.215.003.654</b>	<b>1.977.482.518</b>	<b>2.688.768.752</b>	<b>246.544.690</b>	<b>33.409.252.483</b>	<b>3.124,13</b>

Fonte: SEPLAG/DOE e IBGE Censo 2010







#### ***10.4.2. As Despesas de Pessoal e Encargos Sociais***

A despesa do grupo de pessoal e encargos sociais é apresentada pelos totais de cada COREDE e aberta por servidores ativos e inativos, representando 52,83% de ativos e 47,17% de inativos.

O COREDE com maior despesa nominal é o Metropolitano Delta do Jacuí, com R\$ 6,8 bilhões, que representa 42,8% do total. Já se disse que essa fatia elevada é porque a sede administrativa estadual está localizada nesse COREDE. O COREDE com menor despesa com o grupo de pessoal e encargos sociais é o Paranhana Encosta da Serra, com R\$ 111,5 milhões, que representam 0,7% do total. Já o COREDE com maior percentual de despesa com servidores ativos é o Rio da Várzea, com 64,30%, e o com maior percentual de despesa com servidores inativos é o da Campanha, com 54,47%.

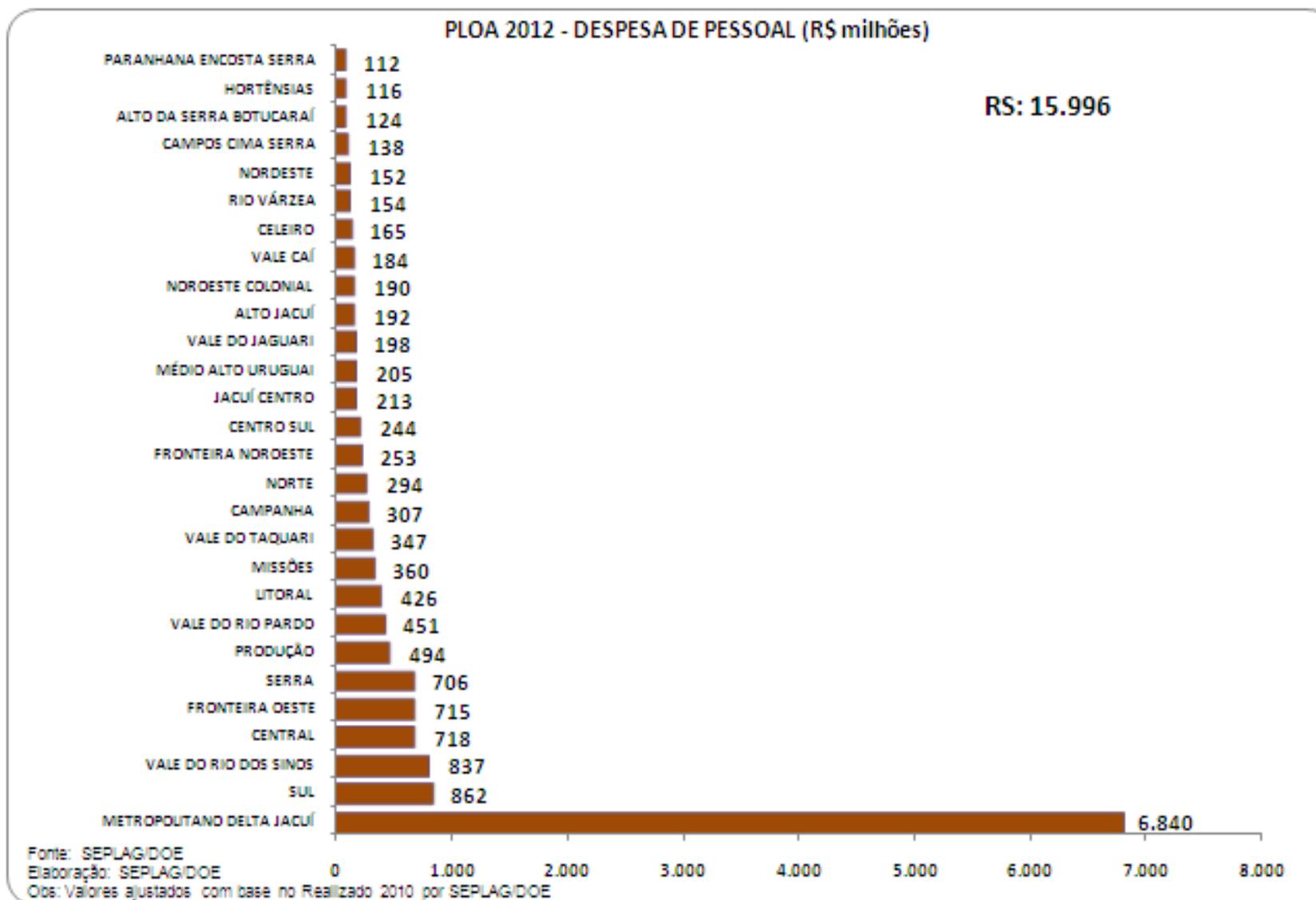


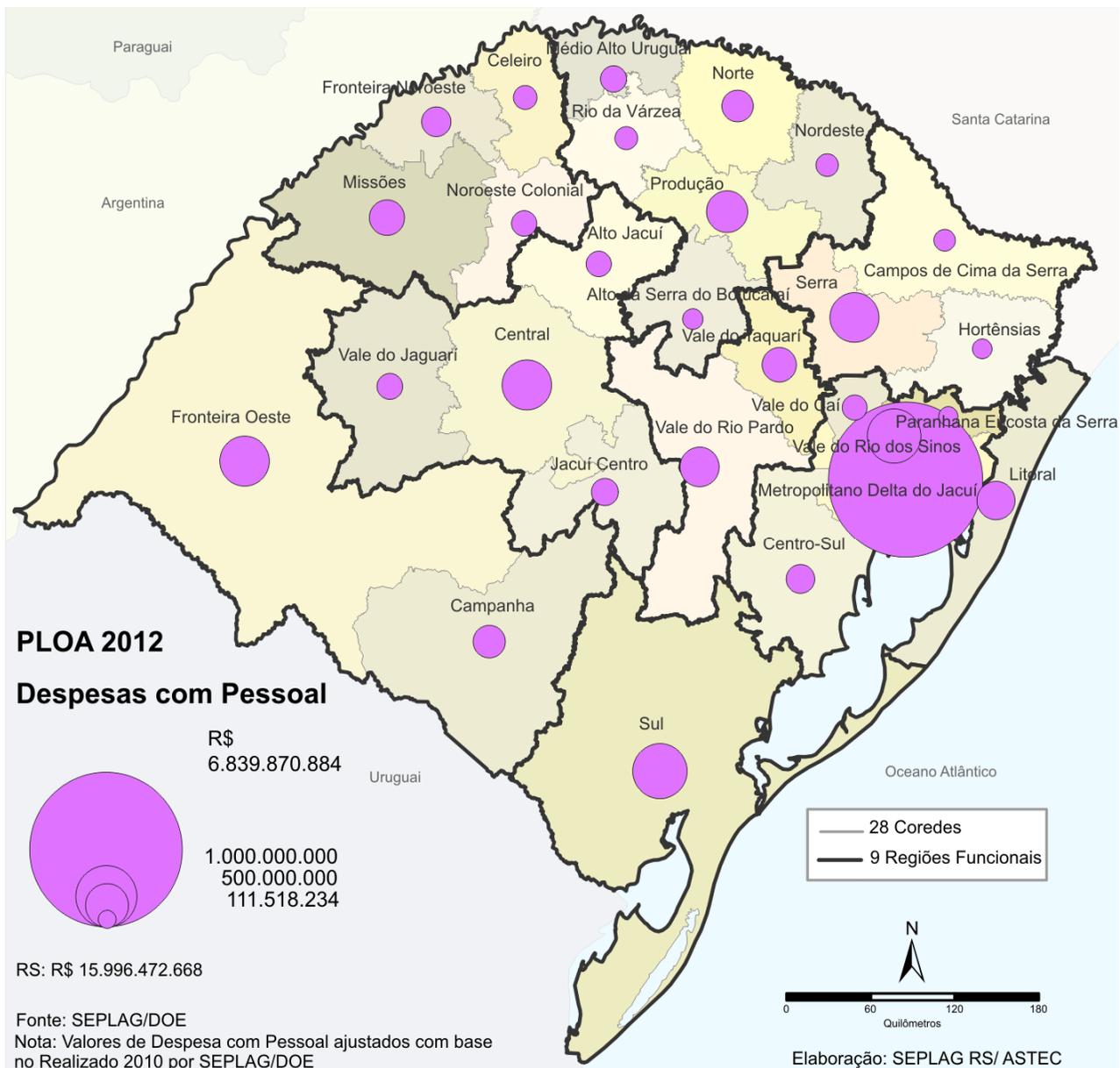
Despesa com Pessoal Total, Ativo e Inativo

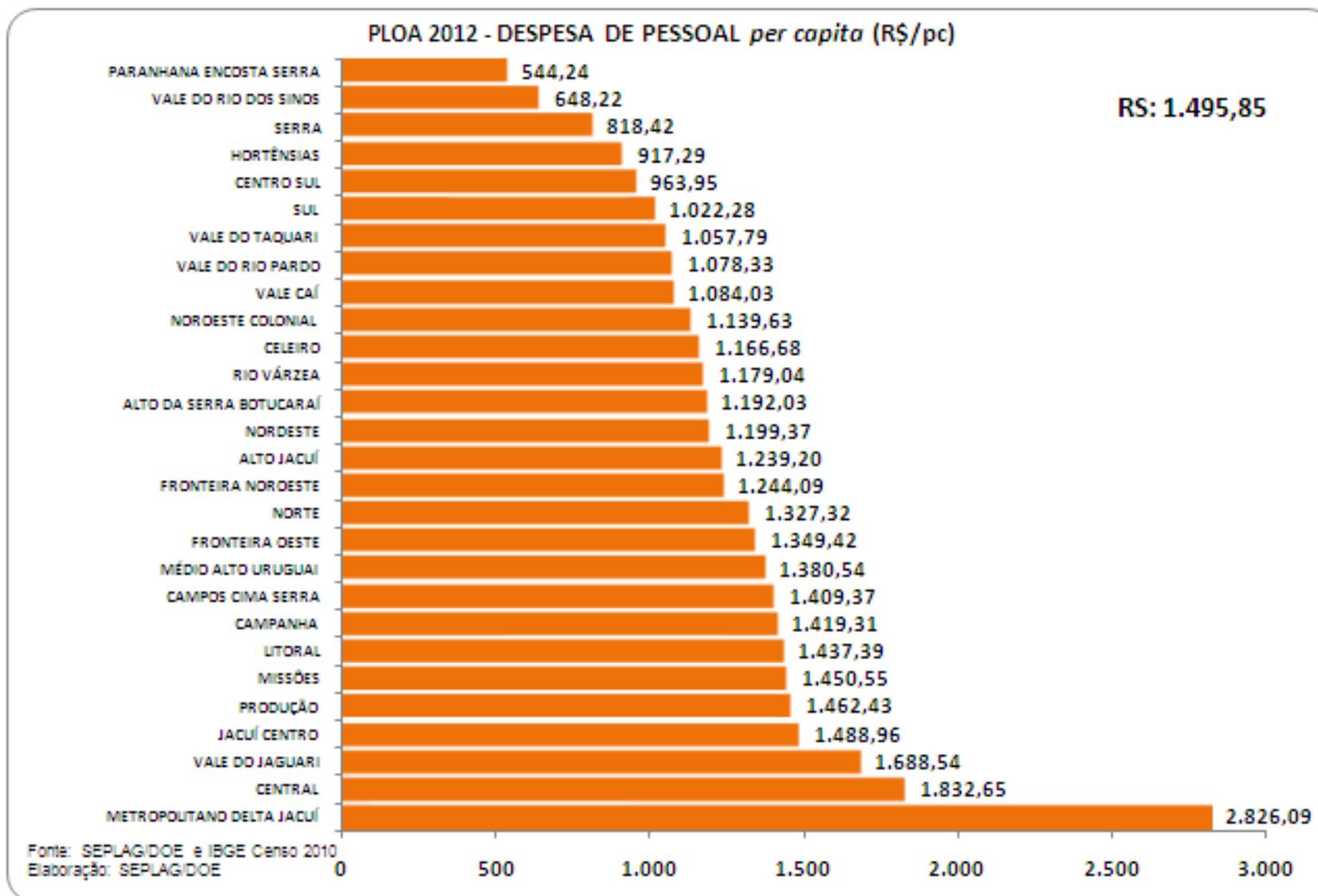
RF	COREDE	DESPESA (R\$)			%	
		PESSOAL TOTAL	PESSOAL ATIVO	PESSOAL INATIVO	PESSOAL ATIVO	PESSOAL INATIVO
9	ALTO DA SERRA DO BOTUCARAÍ	123.945.936	69.892.377	54.053.558	56,39	43,61
8	ALTO JACUÍ	192.403.353	111.503.333	80.900.020	57,95	42,05
6	CAMPANHA	306.951.923	139.746.755	167.205.169	45,53	54,47
3	CAMPOS DE CIMA DA SERRA	138.143.263	70.262.695	67.880.569	50,86	49,14
7	CELEIRO	165.064.117	103.258.308	61.805.808	62,56	37,44
8	CENTRAL	717.726.505	331.374.966	386.351.539	46,17	53,83
1	CENTRO SUL	244.322.739	150.710.393	93.612.345	61,68	38,32
7	FRONTEIRA NOROESTE	253.165.288	145.966.944	107.198.345	57,66	42,34
6	FRONTEIRA OESTE	715.396.847	377.513.341	337.883.506	52,77	47,23
3	HORTÊNSIAS	116.482.428	60.570.266	55.912.161	52,00	48,00
8	JACUÍ CENTRO	213.427.505	104.931.440	108.496.065	49,16	50,84
4	LITORAL	425.587.779	213.783.850	211.803.928	50,23	49,77
9	MÉDIO ALTO URUGUAI	204.876.725	127.458.919	77.417.806	62,21	37,79
1	METROPOLITANO DELTA DO JACUÍ	6.839.870.884	3.601.889.007	3.237.981.877	52,66	47,34
7	MISSÕES	359.759.079	212.933.054	146.826.025	59,19	40,81
9	NORDESTE	152.166.720	82.297.974	69.868.746	54,08	45,92
7	NOROESTE COLONIAL	189.861.447	117.113.439	72.748.009	61,68	38,32
9	NORTE	293.893.234	165.097.194	128.796.039	56,18	43,82
1	PARANHANA ENCOSTA DA SERRA	111.518.234	61.753.213	49.765.021	55,37	44,63
9	PRODUÇÃO	494.374.568	251.704.051	242.670.516	50,91	49,09
9	RIO DA VÁRZEA	153.921.356	98.968.690	54.952.666	64,30	35,70
3	SERRA	705.724.343	358.215.925	347.508.418	50,76	49,24
5	SUL	861.994.416	407.004.394	454.990.022	47,22	52,78
1	VALE DO CAÍ	183.829.911	92.831.539	90.998.371	50,50	49,50
8	VALE DO JAGUARI	197.981.447	101.972.101	96.009.346	51,51	48,49
1	VALE DO RIO DOS SINOS	836.527.766	467.002.559	369.525.207	55,83	44,17
2	VALE DO RIO PARDO	450.892.639	244.655.618	206.237.021	54,26	45,74
2	VALE DO TAQUARI	346.662.217	180.977.300	165.684.917	52,21	47,79
	<b>TOTAL</b>	<b>15.996.472.668</b>	<b>8.451.389.648</b>	<b>7.545.083.020</b>	<b>52,83</b>	<b>47,17</b>

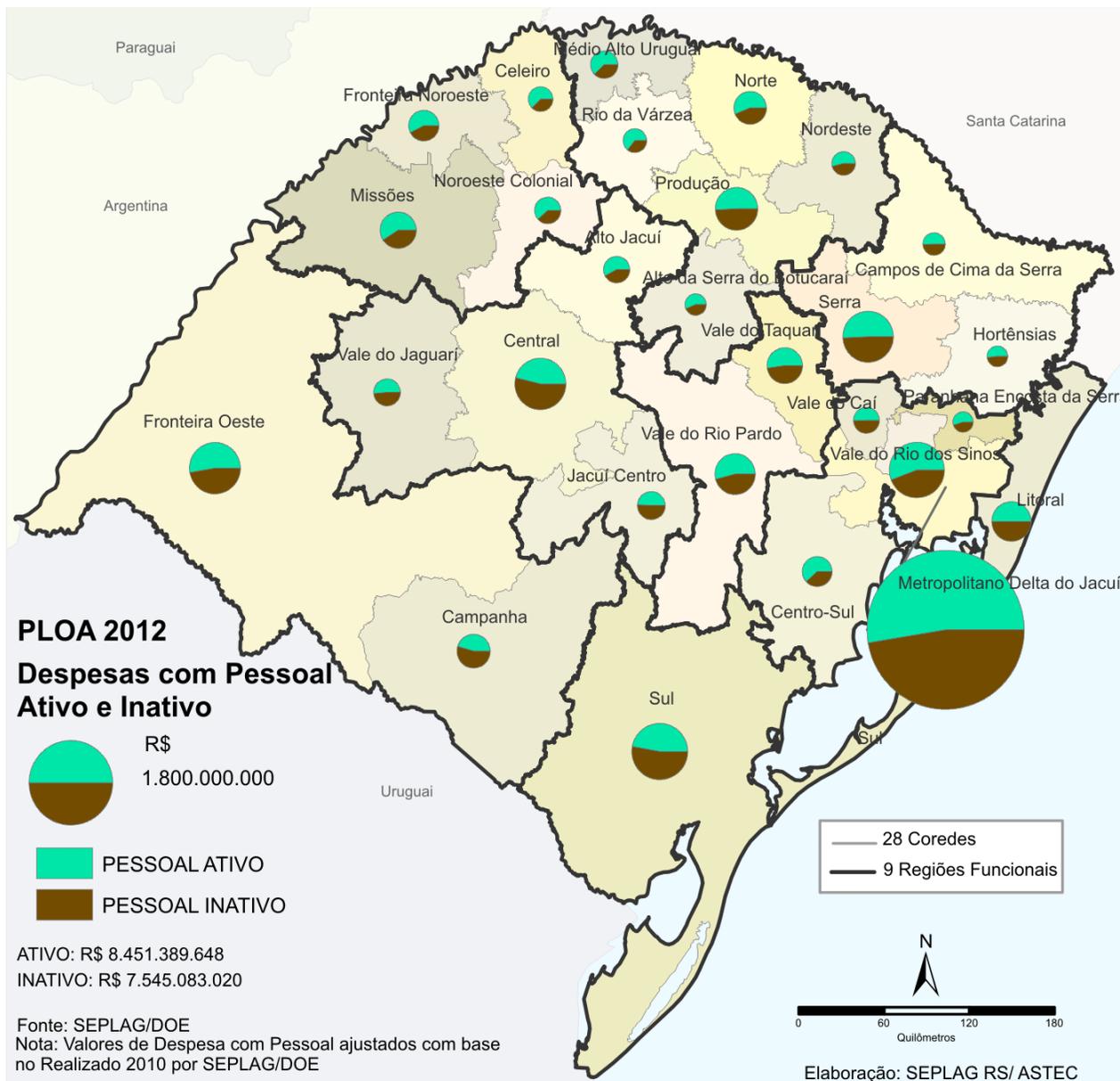
Fonte: SEPLAG/DOE e IBGE Censo 2010

Nota: Valores de Despesa com Pessoal ajustados com base no Realizado 2010 por SEPLAG/DOE











**10.4.3. As despesas com manutenção e custeio da máquina pública**

A despesa com manutenção e custeio da máquina pública também é apresentada pelos totais de cada COREDE e pelo total *per capita* (R\$/pc).

O COREDE com maior despesa com manutenção e custeio é o Metropolitano Delta do Jacuí, com R\$ 2,2 bilhões, que representam 42,8% do total. O com menor despesa com manutenção e custeio é o Paranhana Encosta da Serra, com R\$ 36 milhões, que representam 0,7% do total.

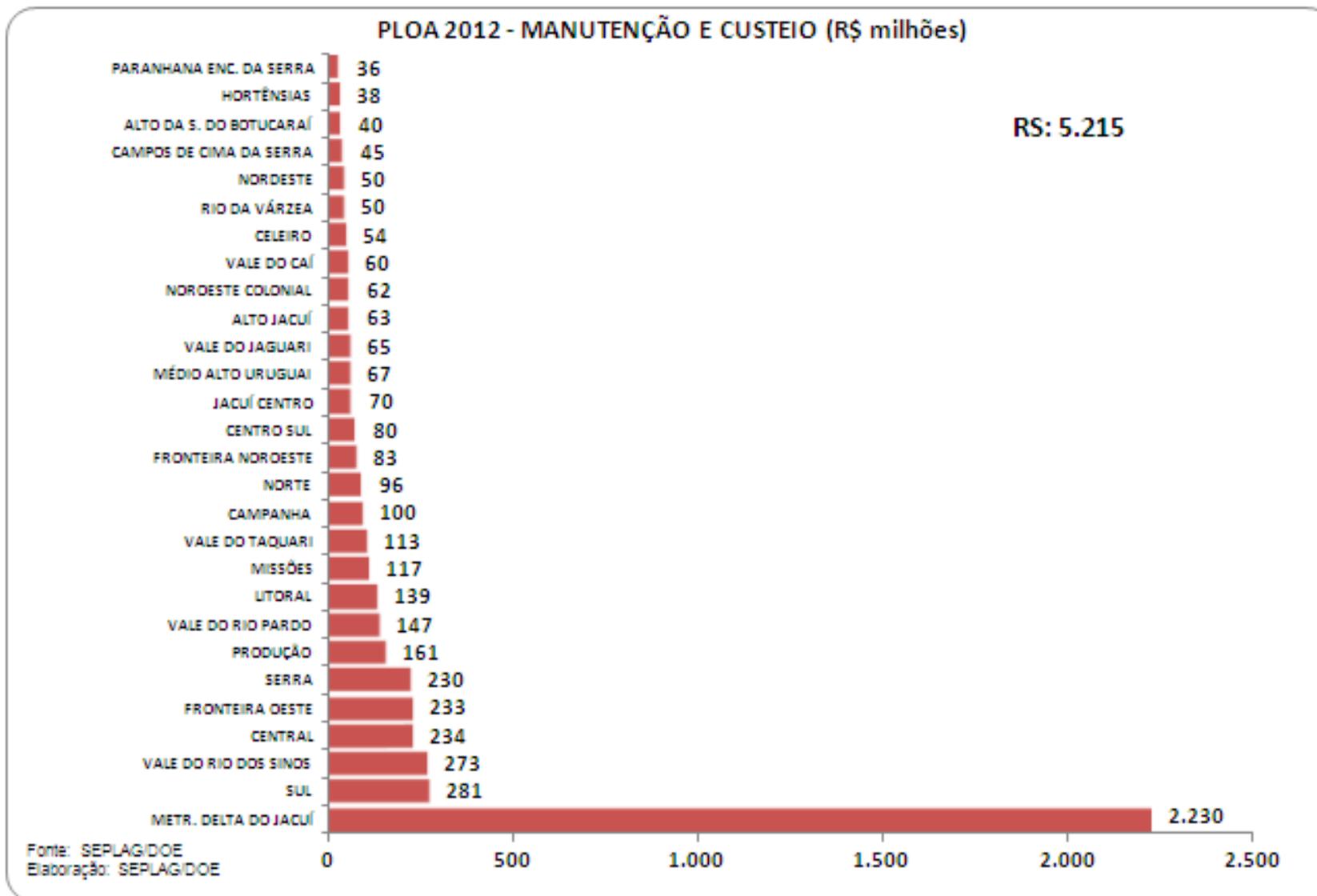


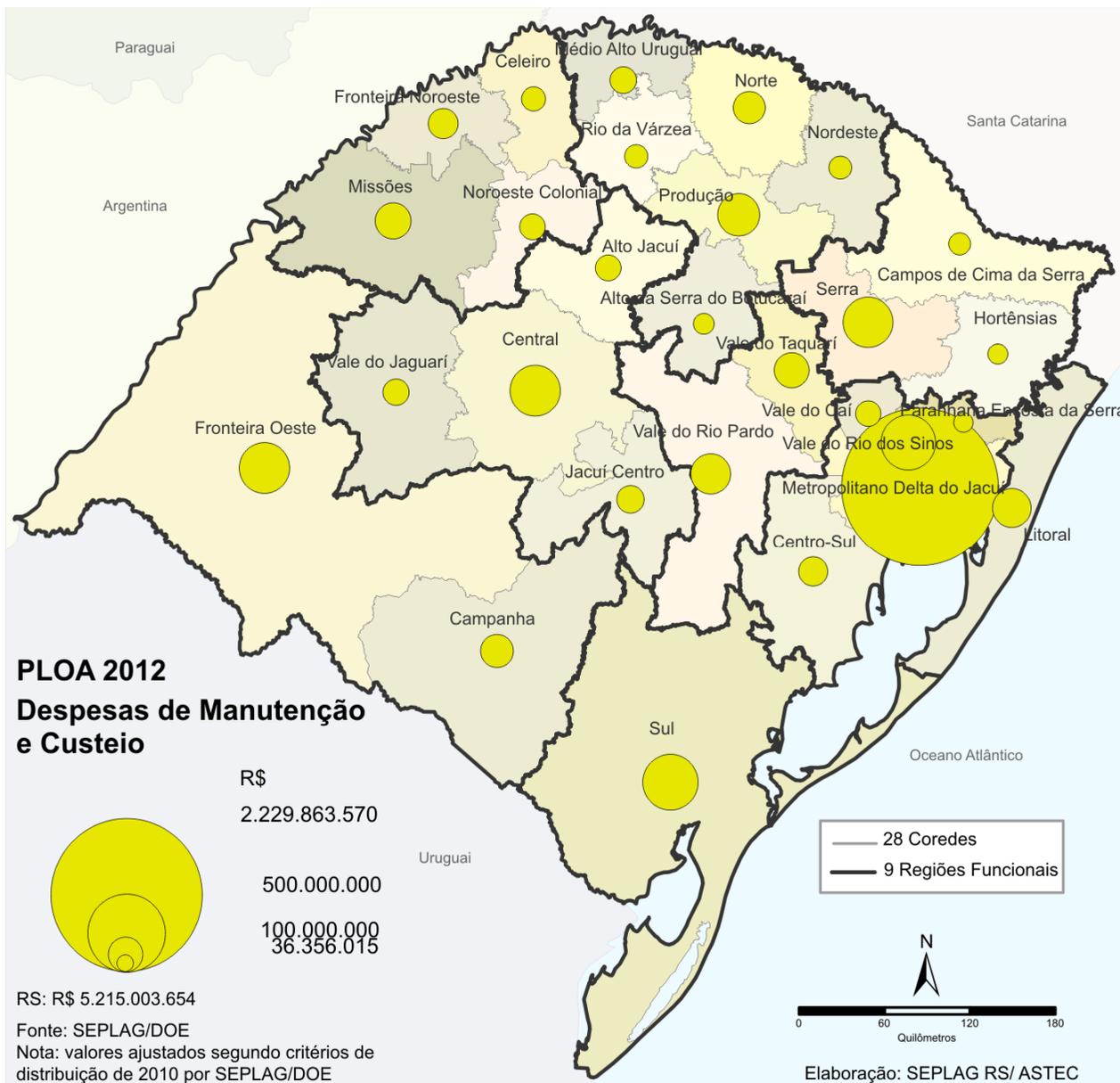
Manutenção e Custeio – R\$

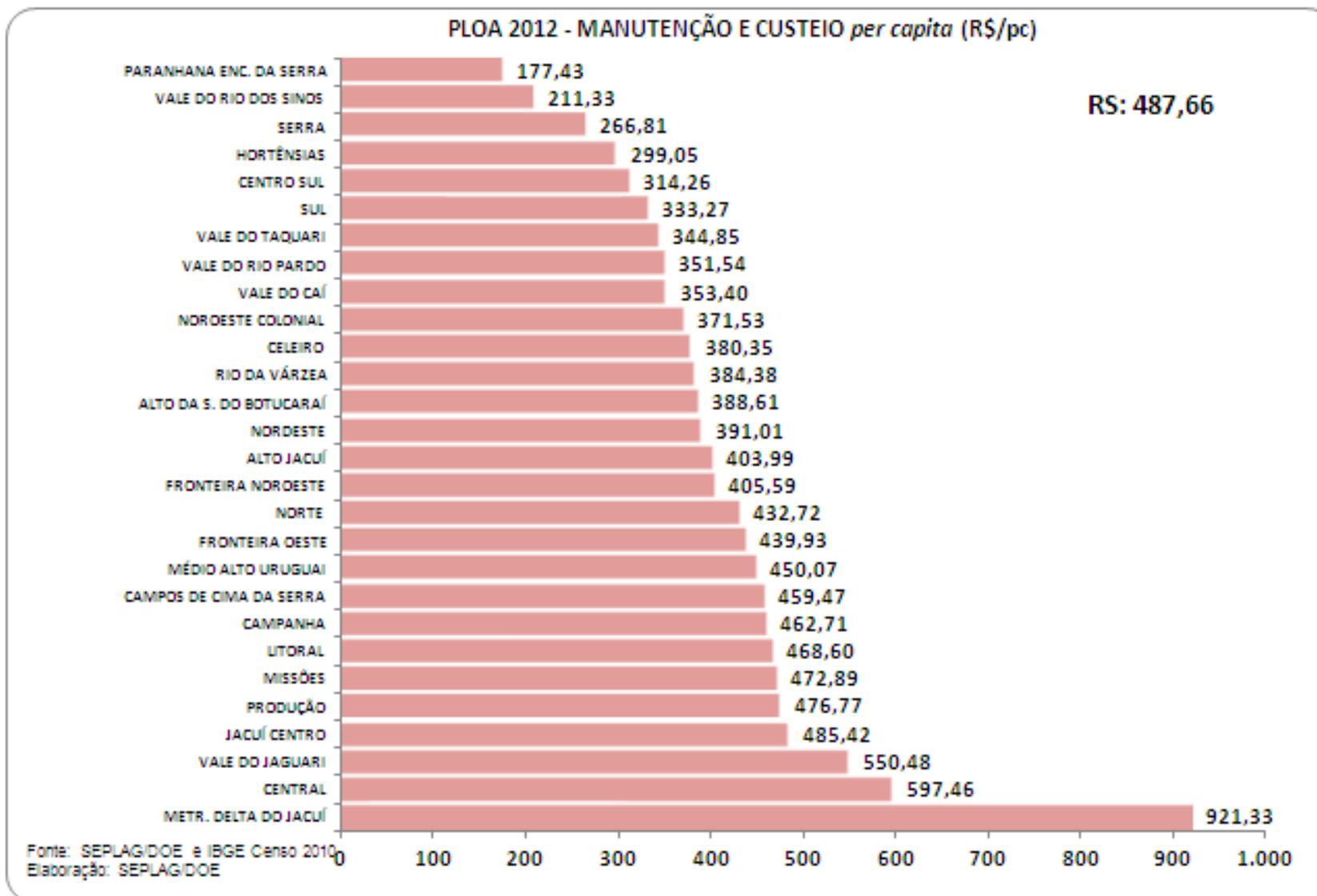
RF	COREDE	TOTAL	TOTAL PER CAPITA (R\$/PC)
9	ALTO DA SERRA DO BOTUCARAÍ	40.407.565	388,61
8	ALTO JACUÍ	62.725.340	403,99
6	CAMPANHA	100.069.274	462,71
3	CAMPOS DE CIMA DA SERRA	45.036.030	459,47
7	CELEIRO	53.812.487	380,35
8	CENTRAL	233.985.731	597,46
1	CENTRO SUL	79.651.558	314,26
7	FRONTEIRA NOROESTE	82.534.314	405,59
6	FRONTEIRA OESTE	233.226.240	439,93
3	HORTÊNSIAS	37.974.390	299,05
8	JACUÍ CENTRO	69.579.416	485,42
4	LITORAL	138.745.701	468,60
9	MÉDIO ALTO URUGUAI	66.791.779	450,07
1	METROPOLITANO DELTA DO JACUÍ	2.229.863.570	921,33
7	MISSÕES	117.284.913	472,89
9	NORDESTE	49.607.811	391,01
7	NOROESTE COLONIAL	61.896.655	371,53
9	NORTE	95.812.015	432,72
1	PARANHANA ENCOSTA DA SERRA	36.356.015	177,43
9	PRODUÇÃO	161.170.855	476,77
9	RIO DA VÁRZEA	50.179.840	384,38
3	SERRA	230.072.911	266,81
5	SUL	281.018.455	333,27
1	VALE DO CAÍ	59.930.316	353,40
8	VALE DO JAGUARI	64.543.852	550,48
1	VALE DO RIO DOS SINOS	272.716.082	211,33
2	VALE DO RIO PARDO	146.995.329	351,54
2	VALE DO TAQUARI	113.015.211	344,85
	<b>TOTAL</b>	<b>5.215.003.654</b>	<b>487,66</b>

Fonte: SEPLAG/DOE e IBGE Censo 2010

Nota: valores ajustados segundo critérios de distribuição de 2010 por SEPLAG/DOE









***10.4.4. As Transferências Constitucionais e Legais aos Municípios***

A despesa com as transferências constitucionais e legais aos municípios é apresentada pela soma do ICMS, IPVA, CIDE e IPI-Exportação. A arrecadação desses impostos pelo Estado origina os recursos a serem transferidos aos municípios. Do total arrecadado de ICMS pelo Estado, 25% são transferidos aos municípios. No caso do IPVA, o percentual transferido aos municípios é de 50%. As arrecadações de CIDE e IPI-Exportação originam 25% de transferência aos municípios.

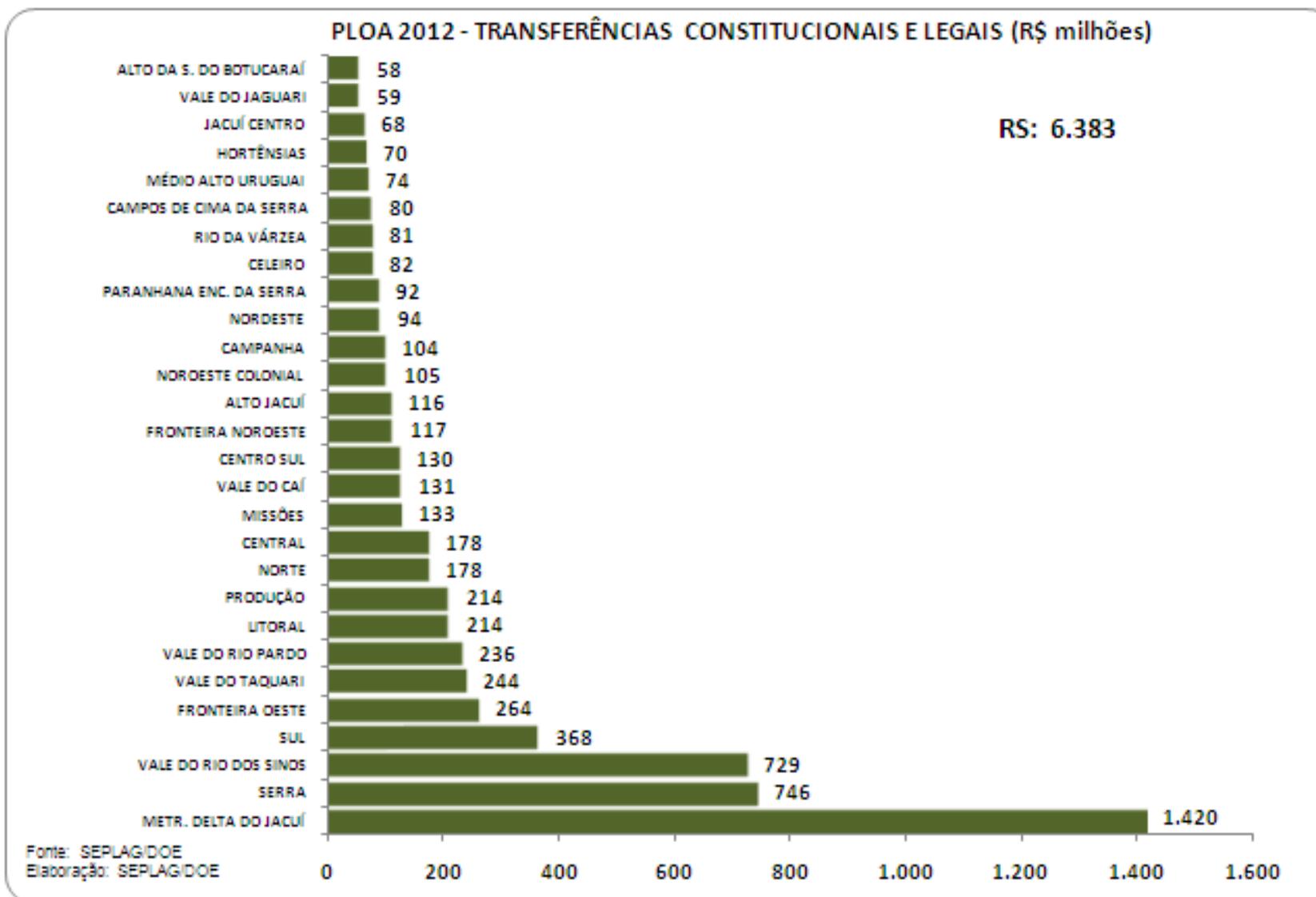


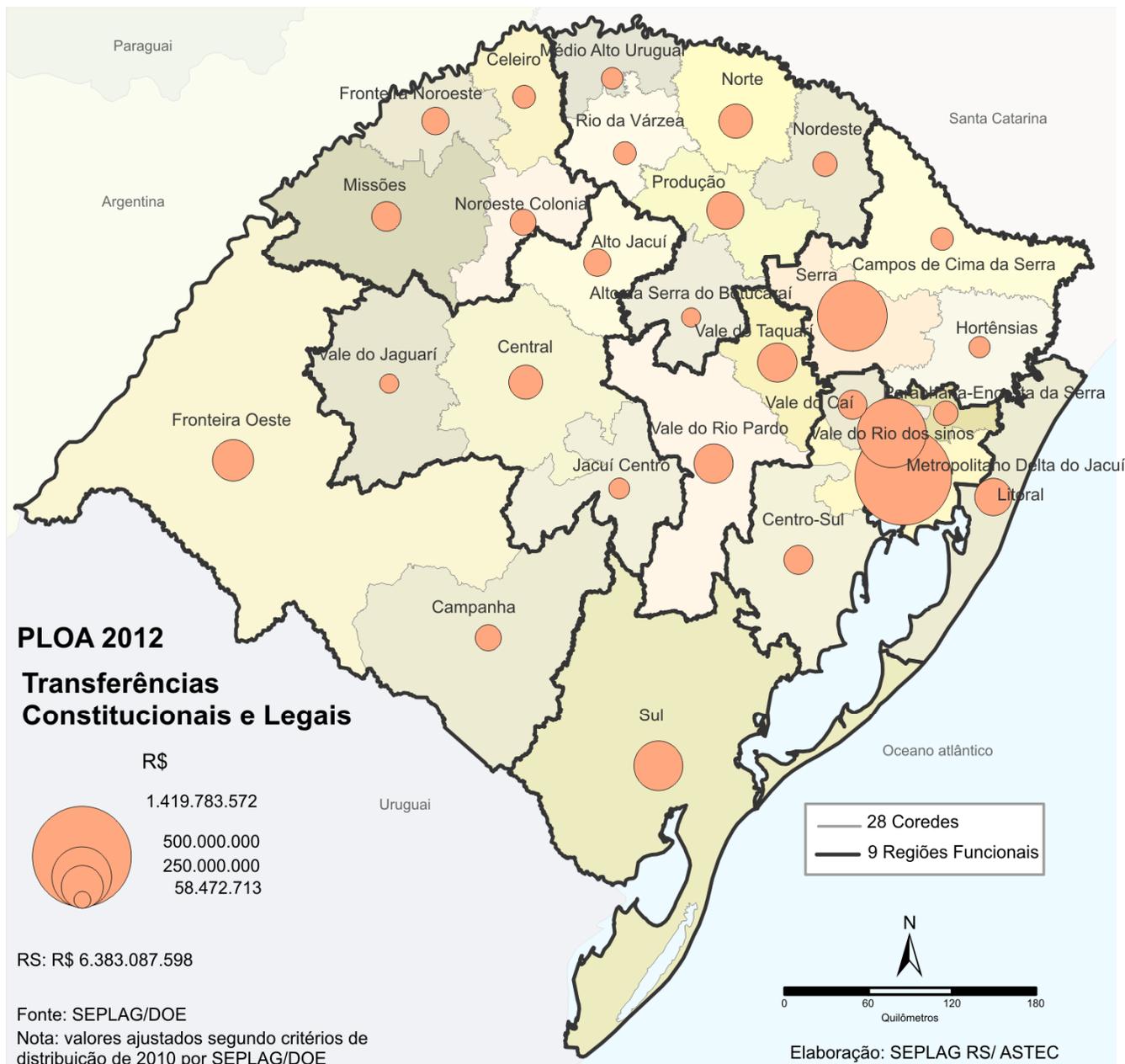
Transferências Constitucionais e Legais – R\$

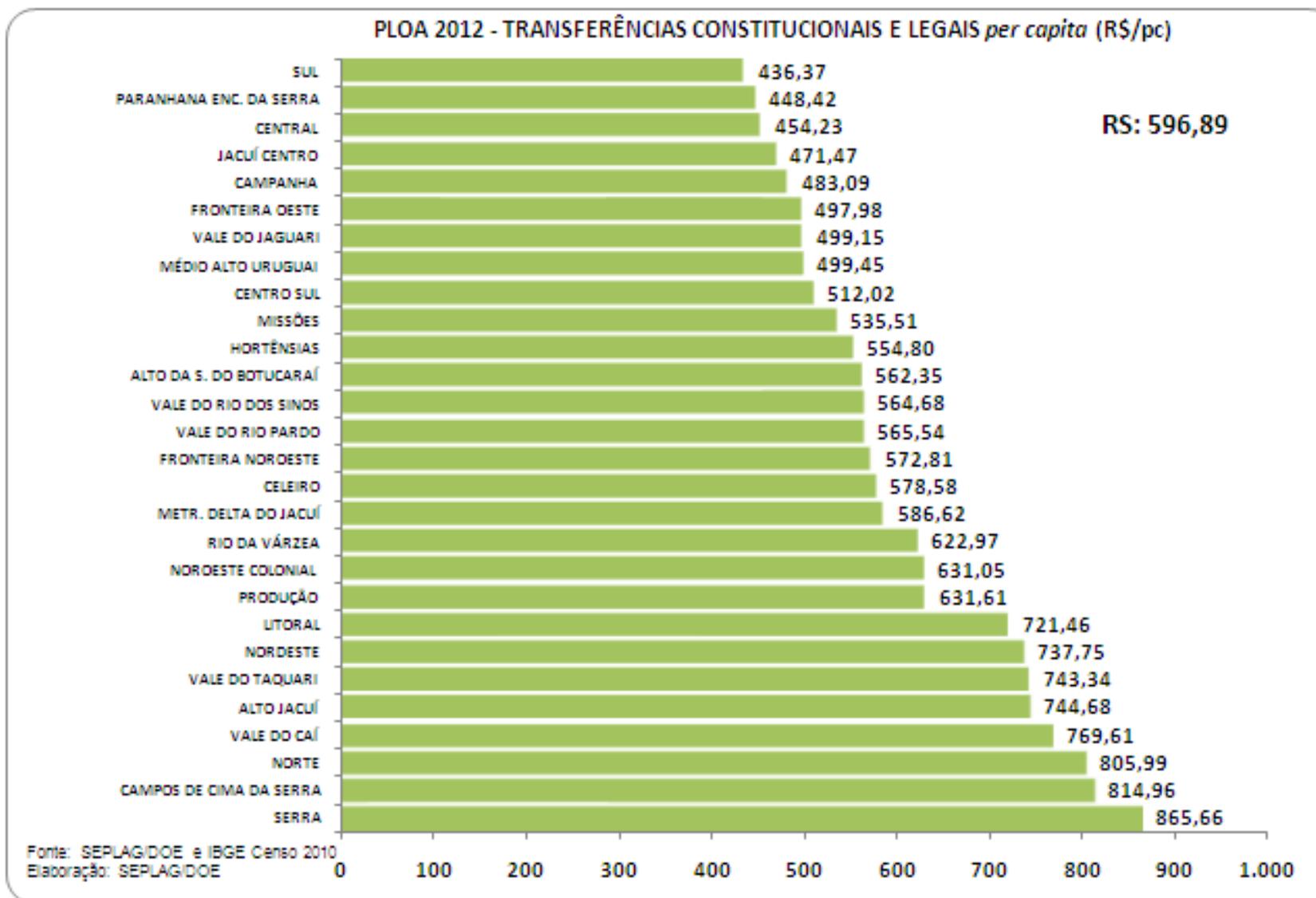
RF	COREDE	ICMS	IPVA	CIDE	IPi	TOTAL	TOTAL PER CAPITA (R\$/PC)
9	ALTO DA SERRA DO BOTUCARAÍ	51.203.896	5.541.985	466.613	1.260.219	58.472.713	562,35
8	ALTO JACUÍ	99.767.785	12.856.751	542.520	2.455.600	115.622.657	744,68
6	CAMPANHA	89.393.233	12.330.326	553.612	2.200.096	104.477.267	483,09
3	CAMPOS DE CIMA DA SERRA	70.524.799	7.259.163	361.533	1.735.627	79.881.122	814,96
7	CELEIRO	72.736.141	6.726.816	605.667	1.790.296	81.858.921	578,58
8	CENTRAL	140.403.881	32.942.086	1.090.303	3.455.593	177.891.862	454,23
1	CENTRO SUL	113.282.264	12.913.775	792.900	2.787.963	129.776.901	512,02
7	FRONTEIRA NOROESTE	99.209.861	14.195.444	716.627	2.441.808	116.563.740	572,81
6	FRONTEIRA OESTE	228.577.091	28.478.853	1.324.268	5.625.523	264.005.734	497,98
3	HORTÊNSIAS	56.030.632	12.648.175	394.074	1.378.906	70.451.787	554,80
8	JACUÍ CENTRO	57.668.136	8.078.527	415.204	1.419.359	67.581.226	471,47
4	LITORAL	187.649.837	20.402.599	939.608	4.619.631	213.611.676	721,46
9	MÉDIO ALTO URUGUAI	63.674.155	8.258.978	618.957	1.567.165	74.119.255	499,45
1	METROPOLITANO DELTA DO JACUÍ	1.130.825.769	255.350.761	5.777.302	27.829.740	1.419.783.572	586,62
7	MISSÕES	113.814.448	15.316.034	883.669	2.801.357	132.815.508	535,51
9	NORDESTE	80.933.824	10.127.723	545.853	1.991.936	93.599.336	737,75
7	NOROESTE COLONIAL	88.744.556	13.697.387	506.558	2.184.280	105.132.780	631,05
9	NORTE	154.790.434	18.933.856	925.749	3.809.907	178.459.945	805,99
1	PARANHANA ENCOSTA DA SERRA	75.137.424	14.285.485	613.424	1.849.072	91.885.404	448,42
9	PRODUÇÃO	173.253.449	34.957.240	1.041.631	4.264.207	213.516.527	631,61
9	RIO DA VÁRZEA	70.634.170	8.388.431	566.328	1.738.539	81.327.468	622,97
3	SERRA	614.201.852	115.032.798	2.115.971	15.116.521	746.467.143	865,66
5	SUL	306.151.385	52.196.001	2.067.149	7.535.714	367.950.249	436,37
1	VALE DO CAÍ	111.705.235	15.430.068	626.622	2.749.341	130.511.265	769,61
8	VALE DO JAGUARI	50.922.662	5.957.582	391.587	1.253.315	58.525.145	499,15
1	VALE DO RIO DOS SINOS	598.284.281	112.858.953	2.845.023	14.722.581	728.710.838	564,68
2	VALE DO RIO PARDO	199.870.367	30.456.046	1.231.438	4.918.910	236.476.762	565,54
2	VALE DO TAQUARI	205.352.668	31.965.311	1.239.033	5.053.781	243.610.793	743,34
	<b>TOTAL</b>	<b>5.304.744.236</b>	<b>917.587.154</b>	<b>30.199.221</b>	<b>130.556.987</b>	<b>6.383.087.598</b>	<b>596,89</b>

Fonte: SEPLAG/DOE e IBGE Censo 2010

Nota: valores ajustados segundo critérios de distribuição de 2010 por SEPLAG/DOE







### **10.5. A Regionalização dos Investimentos Amplos (Investimentos e Inversões Financeiras)**

Os investimentos amplos são a soma das despesas de investimentos e inversões financeiras. Os investimentos amplos do Estado do Rio Grande do Sul estão separados em investimentos da Administração Pública consolidada e investimentos das estatais. No item 10.5.3 é apresentado o investimento total, que é a soma dos investimentos da Administração Pública consolidada mais os investimentos das estatais.

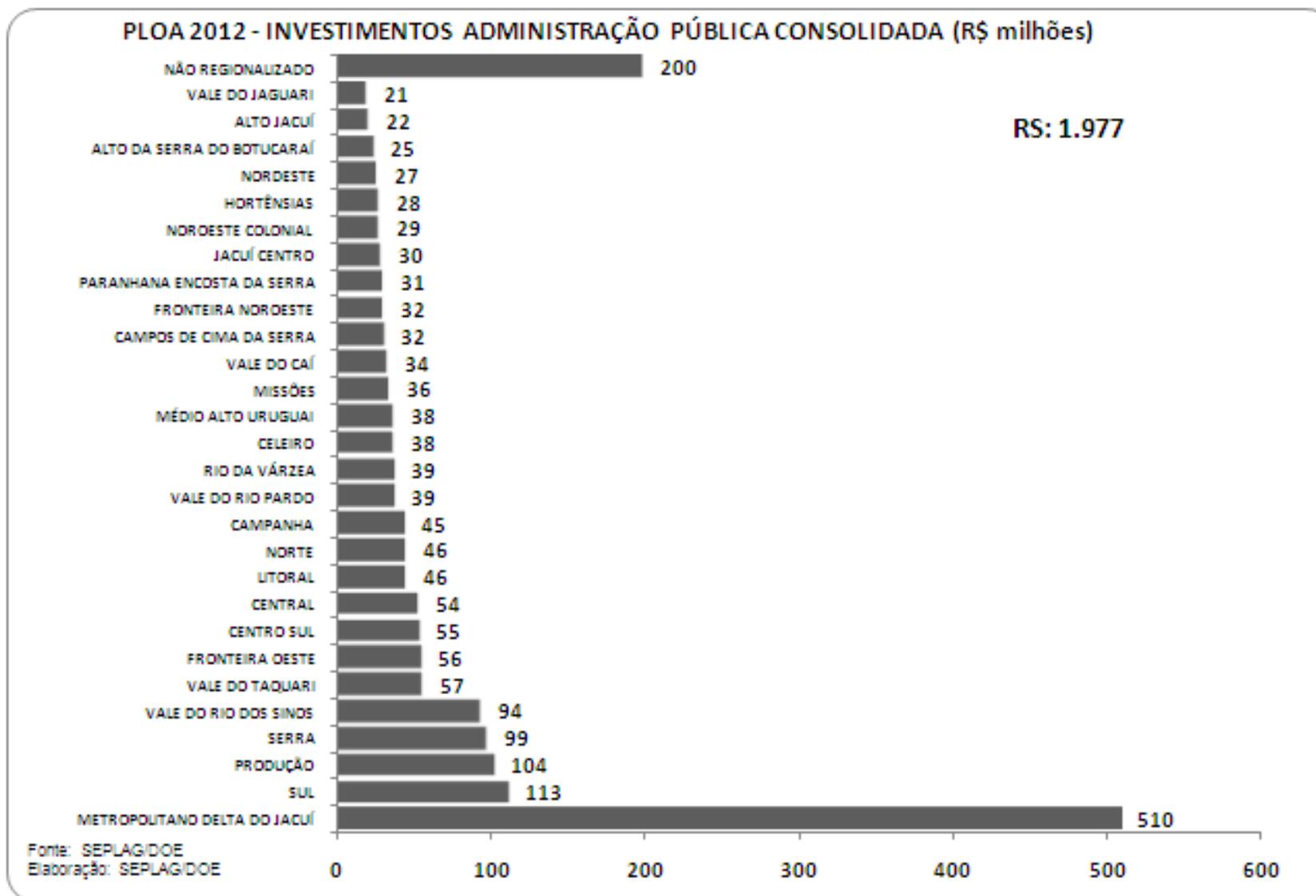
Não foram regionalizados R\$ 163.661.967 do Tribunal de Justiça, R\$ 3.377.942 do Tribunal de Contas e R\$ 32.823.323 do Ministério Público. No poder executivo, R\$ 128.501.913 foram rateados entre o Corede Metropolitano Delta do Jacuí (25%) e demais Coredes (75%).

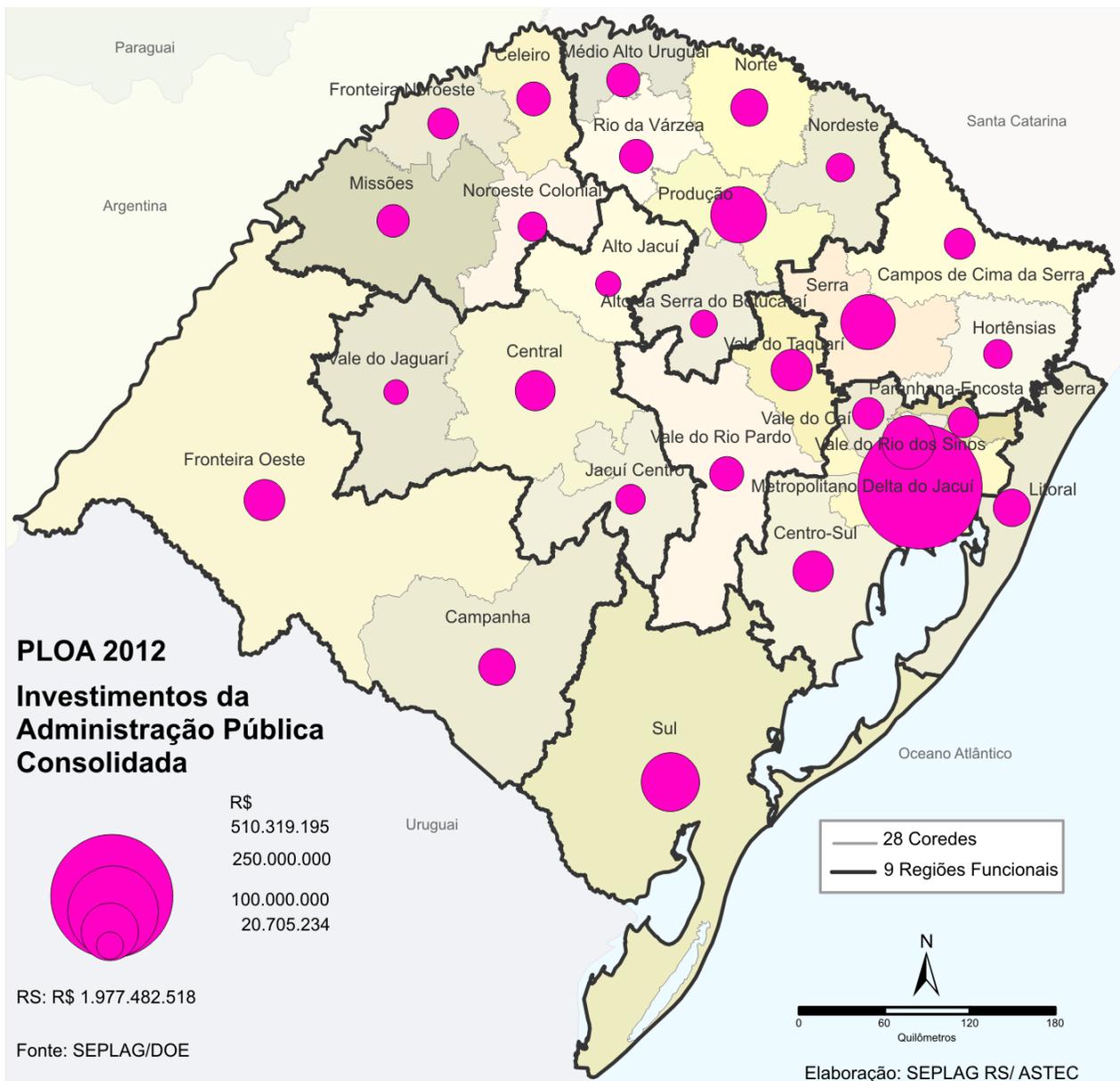


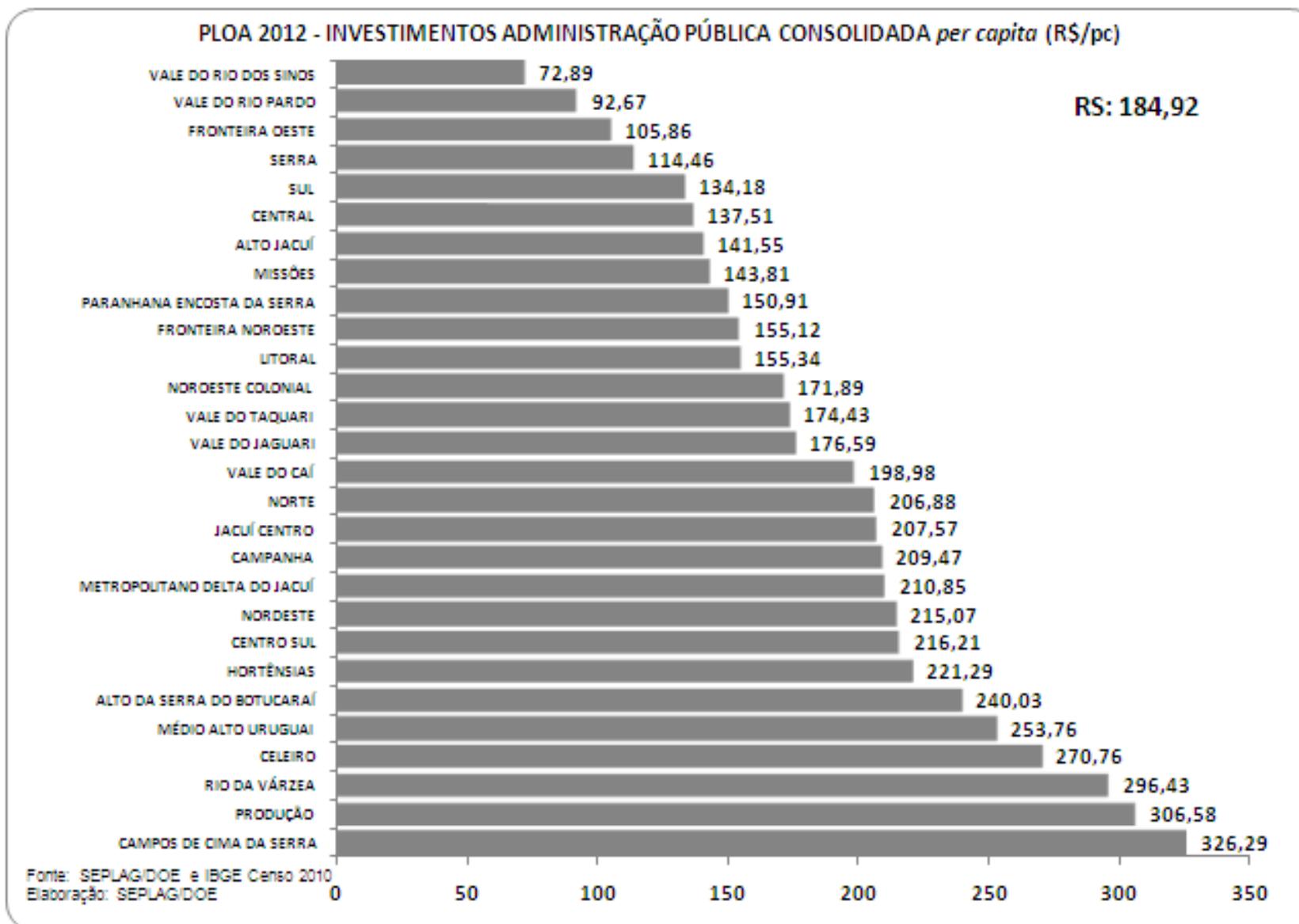
**10.5.1. Os Investimentos da Administração Pública Consolidada**

<b>RF</b>	<b>COREDE</b>	<b>INVESTIMENTOS TOTAIS</b>	<b>INVESTIMENTOS TOTAIS PER CAPITA (R\$/PC)</b>
9	ALTO DA SERRA DO BOTUCARAÍ	24.958.417	240,03
8	ALTO JACUÍ	21.977.892	141,55
6	CAMPANHA	45.301.500	209,47
3	CAMPOS DE CIMA DA SERRA	31.982.299	326,29
7	CELEIRO	38.307.559	270,76
8	CENTRAL	53.852.134	137,51
1	CENTRO SUL	54.799.630	216,21
7	FRONTEIRA NOROESTE	31.565.616	155,12
6	FRONTEIRA OESTE	56.121.943	105,86
3	HORTÊNSIAS	28.100.018	221,29
8	JACUÍ CENTRO	29.753.049	207,57
4	LITORAL	45.993.711	155,34
9	MÉDIO ALTO URUGUAI	37.658.151	253,76
1	METROPOLITANO DELTA DO JACUÍ	510.319.195	210,85
7	MISSÕES	35.668.011	143,81
9	NORDESTE	27.285.952	215,07
7	NOROESTE COLONIAL	28.637.168	171,89
9	NORTE	45.807.740	206,88
1	PARANHANA ENCOSTA DA SERRA	30.923.581	150,91
9	PRODUÇÃO	103.639.345	306,58
9	RIO DA VÁRZEA	38.698.415	296,43
3	SERRA	98.701.974	114,46
5	SUL	113.140.142	134,18
1	VALE DO CAÍ	33.743.351	198,98
8	VALE DO JAGUARI	20.705.234	176,59
1	VALE DO RIO DOS SINOS	94.062.620	72,89
2	VALE DO RIO PARDO	38.748.332	92,67
2	VALE DO TAQUARI	57.166.308	174,43
	<b>TOTAL REGIONALIZADO</b>	<b>1.777.619.286</b>	
	<b>TOTAL NÃO REGIONALIZADO</b>	<b>199.863.232</b>	
	<b>TOTAL</b>	<b>1.977.482.518</b>	<b>184,92</b>

Fonte: SEPLAG/DOE e IBGE Censo 2010









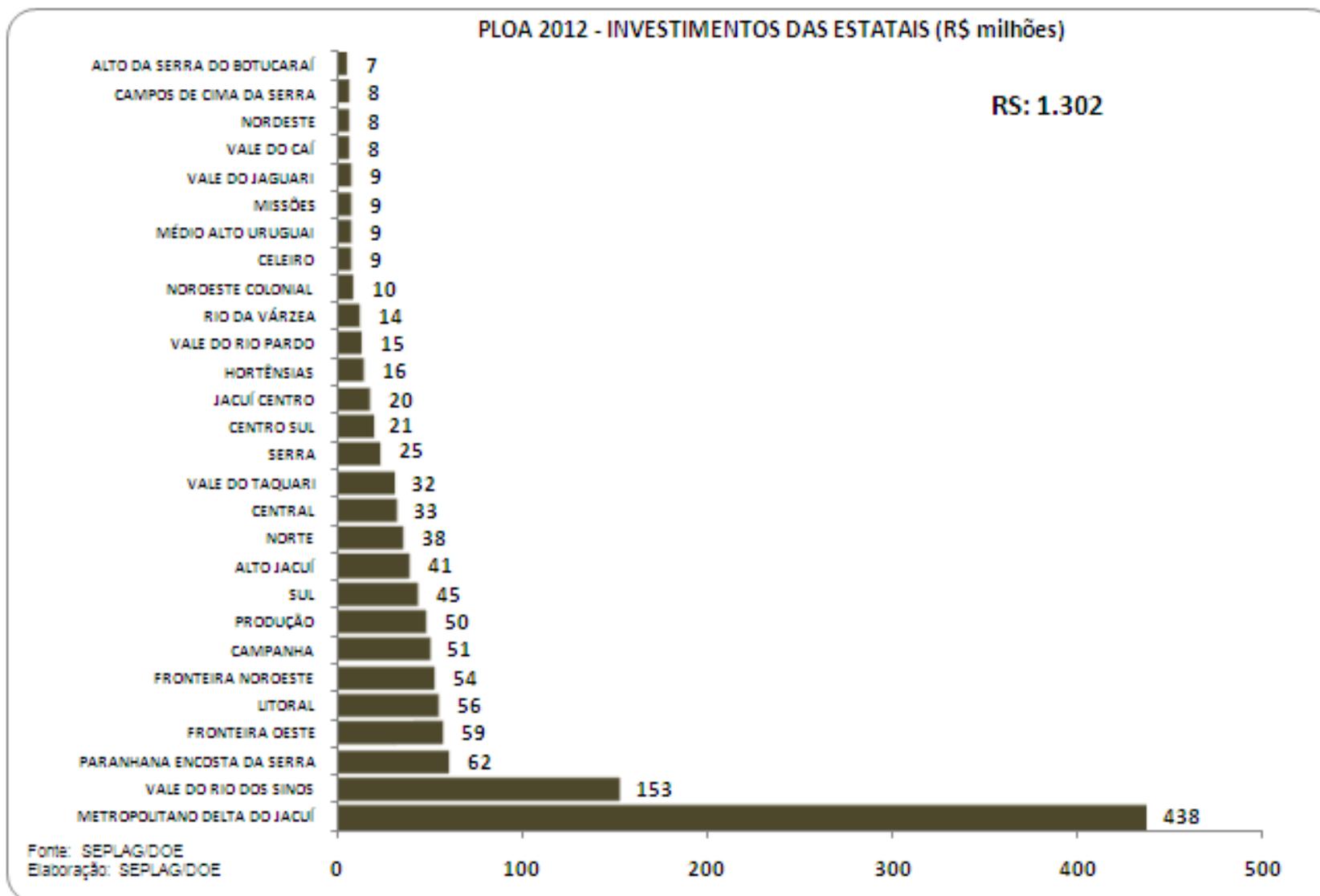
**10.5.2. Investimentos das Estatais**

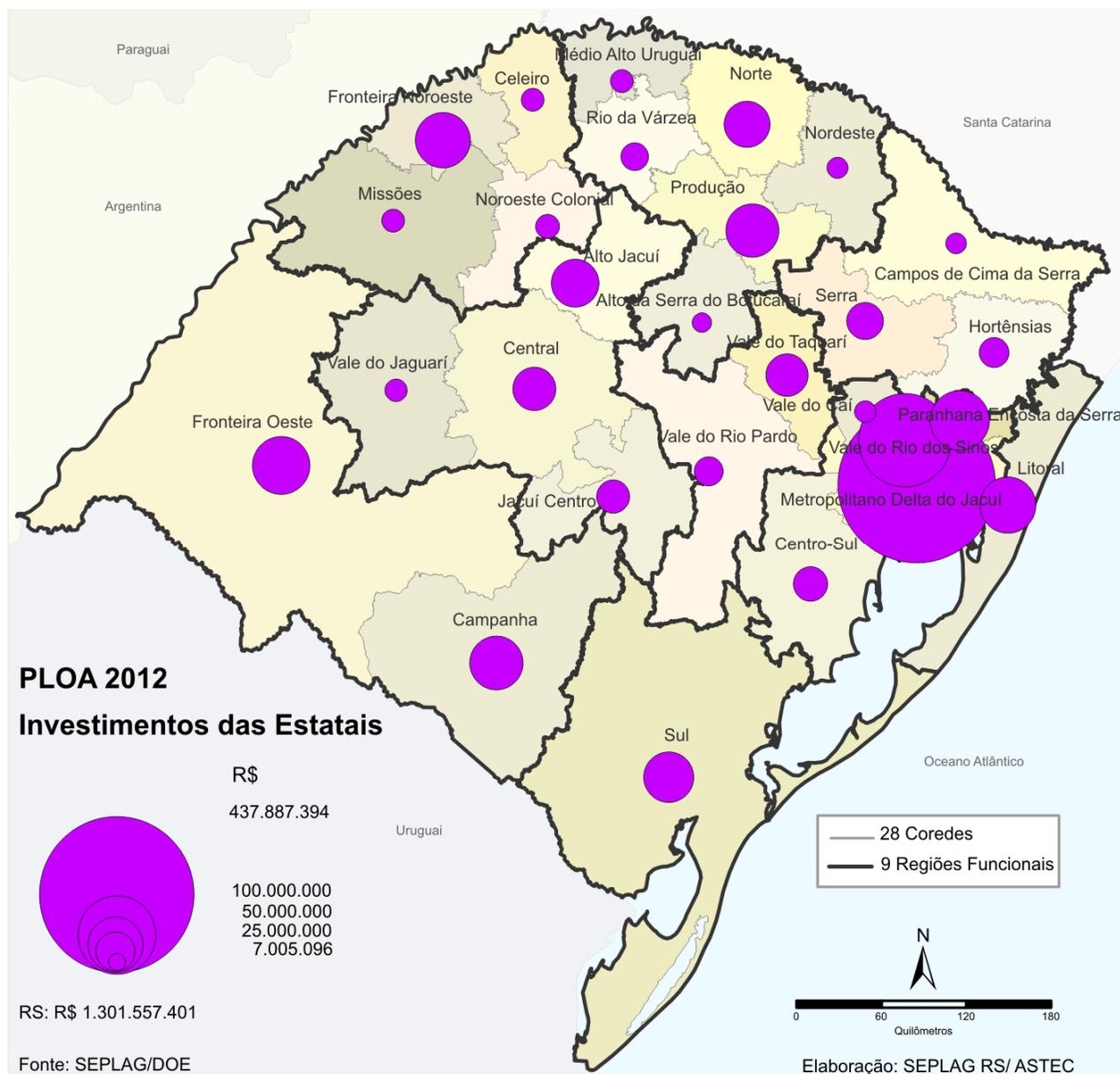
RF	COREDE	BADESUL	BANRISUL	CEASA	CEEE	CORAG	CORSAN	CRM	PROCERGS	SULGAS	TOTAL	TOTAL PER CAPITA
9	ALTO DA SERRA DO BOTUCARAÍ		1.287.715		5.717.381						7.005.096	67,37
8	ALTO JACUÍ		2.575.431		37.978.062						40.553.493	261,19
6	CAMPANHA		1.287.615		8.292.156			41.595.000			51.174.771	236,63
3	CAMPOS DE CIMA DA SERRA		2.170.911		5.717.381						7.888.292	80,48
7	CELEIRO		3.660.886		5.717.381						9.378.267	66,29
8	CENTRAL		4.341.822		5.717.381		23.170.279				33.229.482	84,85
1	CENTRO SUL		4.469.926		14.368.494		1.397.817	975.032		67.314	21.278.583	83,95
7	FRONTEIRA NOROESTE		3.863.146		5.717.381		44.662.969				54.243.496	266,56
6	FRONTEIRA OESTE		2.777.691		30.870.153		25.140.000				58.787.844	110,89
3	HORTÊNSIAS		1.287.715		14.773.934						16.061.649	126,48
8	JACUÍ CENTRO		1.489.975		5.717.381		10.971.674	1.420.000			19.599.030	136,73
4	LITORAL		3.863.146		43.790.107		8.376.515				56.029.768	189,24
9	MÉDIO ALTO URUGUAI		3.660.886		5.717.381						9.378.267	63,19
1	METROPOLITANO DELTA DO JACUÍ	2.110.000	37.948.754	1.274.000	220.578.760	7.175.000	115.316.003		10.200.000	43.284.877	437.887.394	180,93
7	MISSÕES		3.660.886		5.717.381						9.378.267	37,81
9	NORDESTE		2.373.171		5.717.381						8.090.552	63,77
7	NOROESTE COLONIAL		2.170.911		8.252.156						10.423.067	62,56
9	NORTE		5.150.862		5.717.381		26.677.094				37.545.337	169,57
1	PARANHANA ENCOSTA DA SERRA		1.489.975		38.458.231		22.277.254			9.221	62.234.681	303,72
9	PRODUÇÃO		5.353.122		5.717.381		38.751.026				49.821.529	147,38
9	RIO DA VÁRZEA		2.170.911		5.717.381		6.048.328				13.936.620	106,75
3	SERRA		10.578.140		5.717.381		5.793.422			2.446.289	24.535.232	28,45
5	SUL		6.236.317		14.032.435		24.804.282				45.073.034	53,45
1	VALE DO CAÍ		2.575.431		5.717.381					922	8.293.734	48,91
8	VALE DO JAGUARI		1.085.455		5.717.381		2.413.158				9.215.994	78,60
1	VALE DO RIO DOS SINOS		7.121.797		22.087.806		108.336.682			15.742.153	153.288.438	118,78
2	VALE DO RIO PARDO		4.746.342		5.717.381					4.606.720	15.070.443	36,04
2	VALE DO TAQUARI		6.438.577		25.605.619		110.854				32.155.050	98,12
	<b>TOTAL</b>	<b>2.110.000</b>	<b>135.837.516</b>	<b>1.274.000</b>	<b>570.566.000</b>	<b>7.175.000</b>	<b>464.247.357</b>	<b>43.990.032</b>	<b>10.200.000</b>	<b>66.157.496</b>	<b>1.301.557.401</b>	<b>121,71</b>

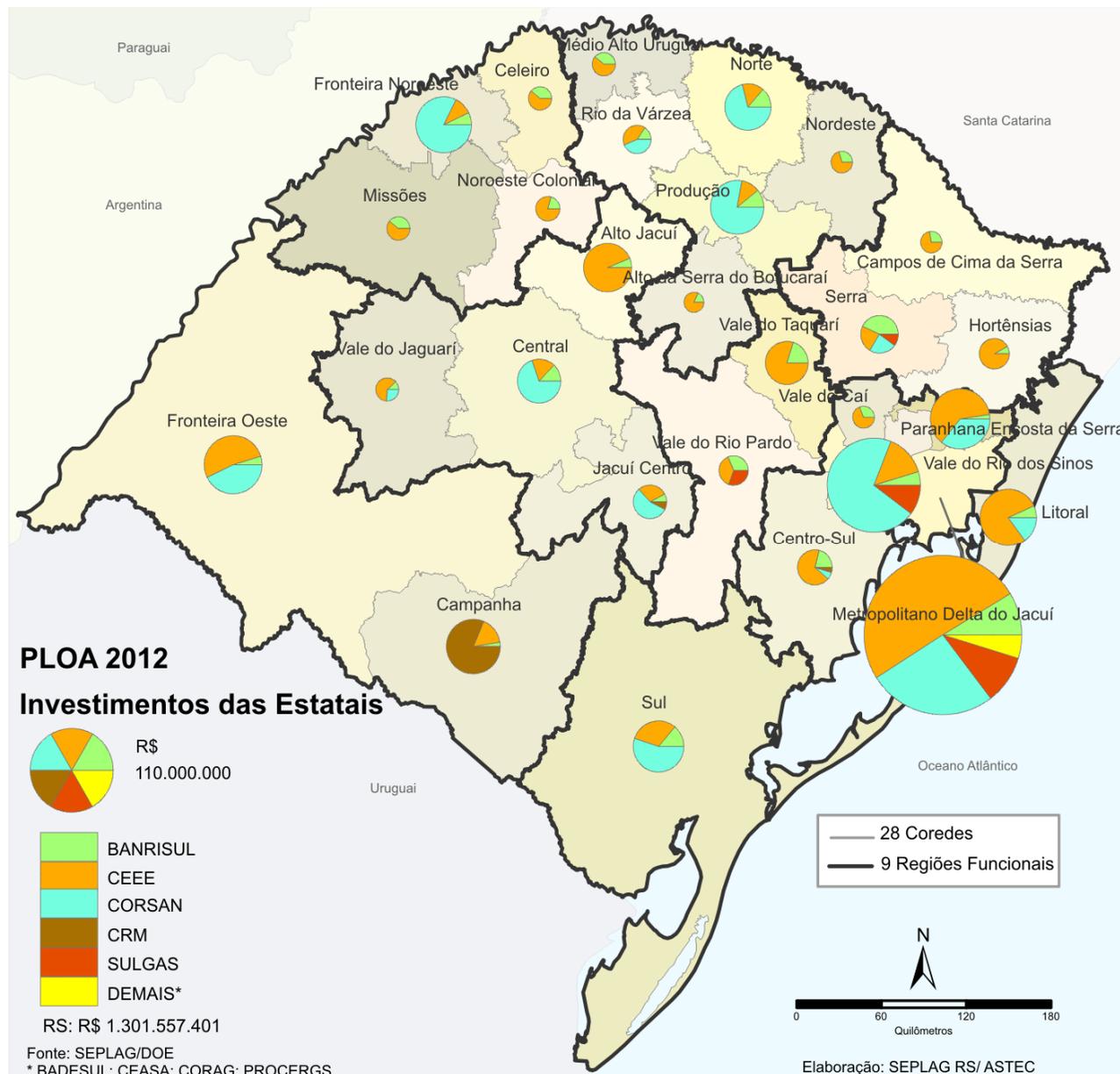
Fonte: SEPLAG/DOE e IBGE Censo 2010

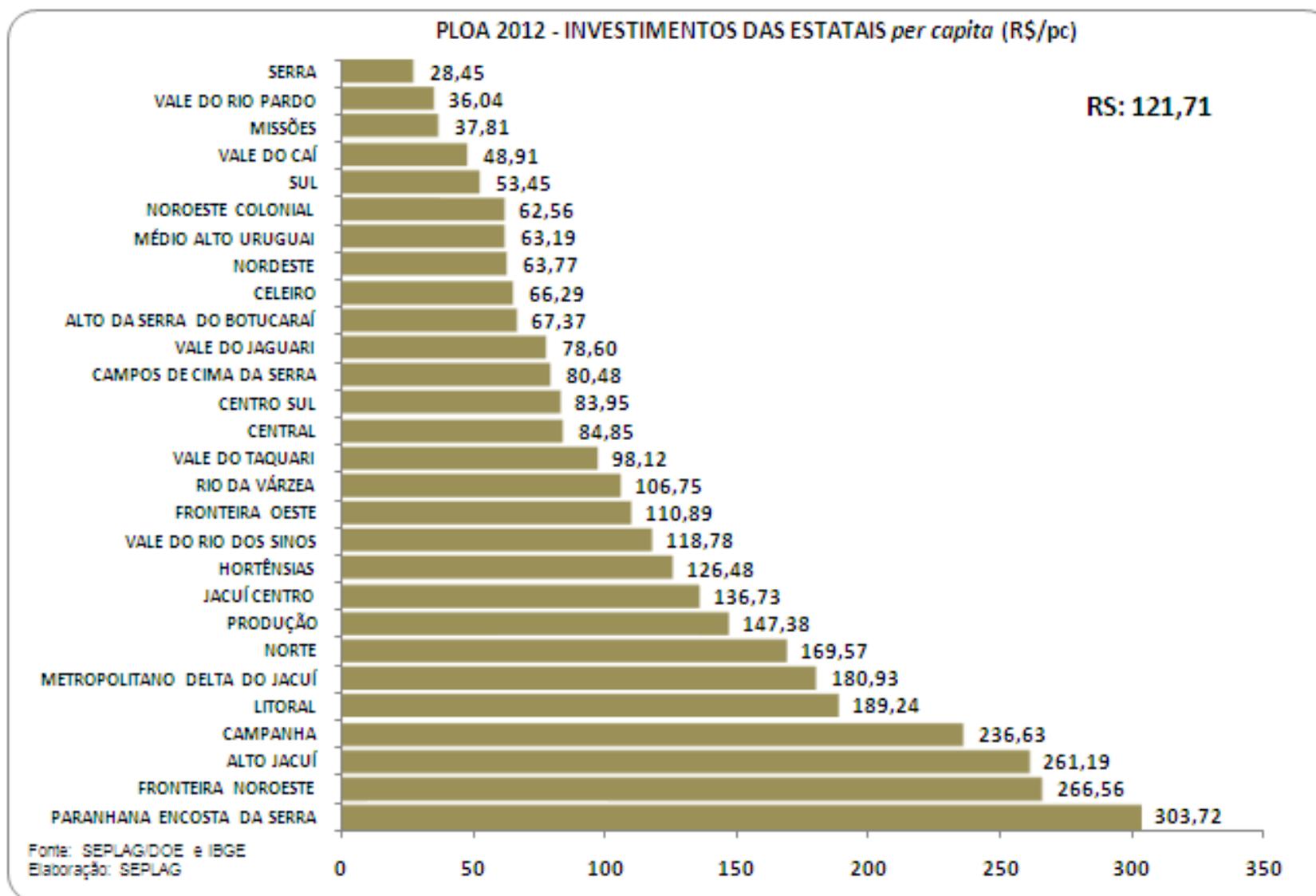
Nota 1: R\$ 7.940.002 da SULGÁS, sem regionalização, foram alocados no COREDE Metropolitano Delta do Jacuí.

Nota 2: R\$ 160.086.659 da CEEE, sem regionalização, foram distribuídos nos 28 COREDES de maneira igual.







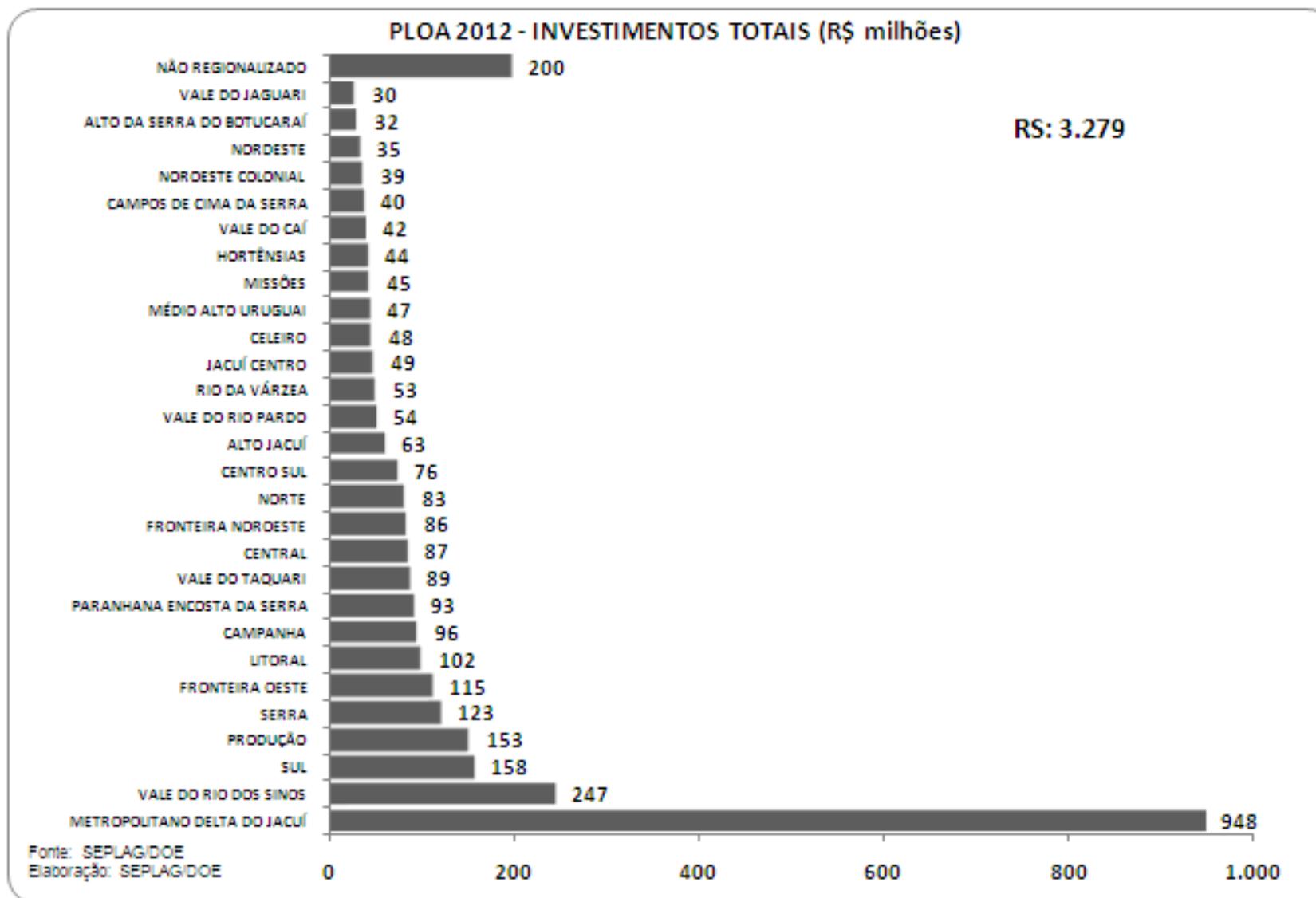


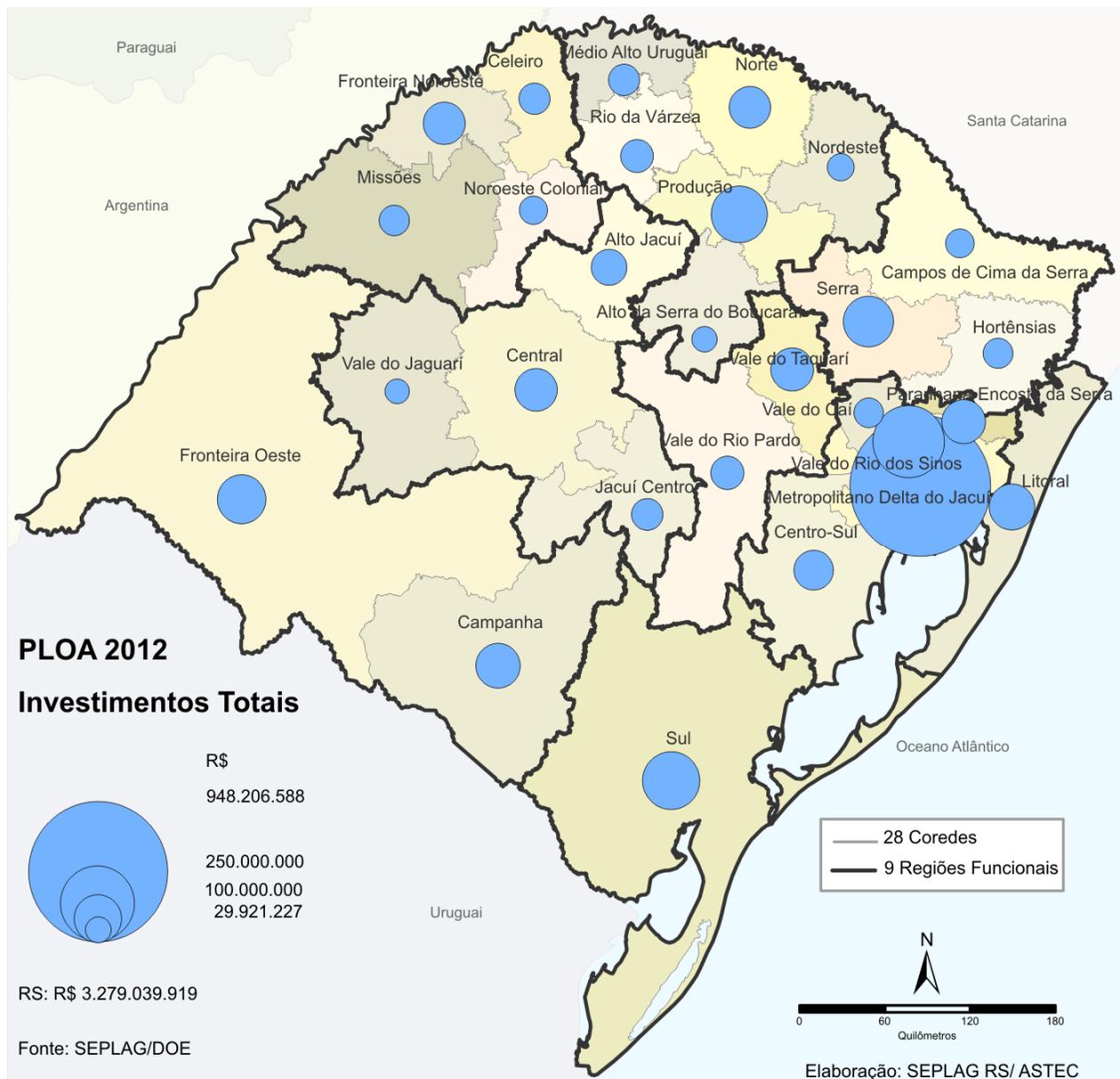


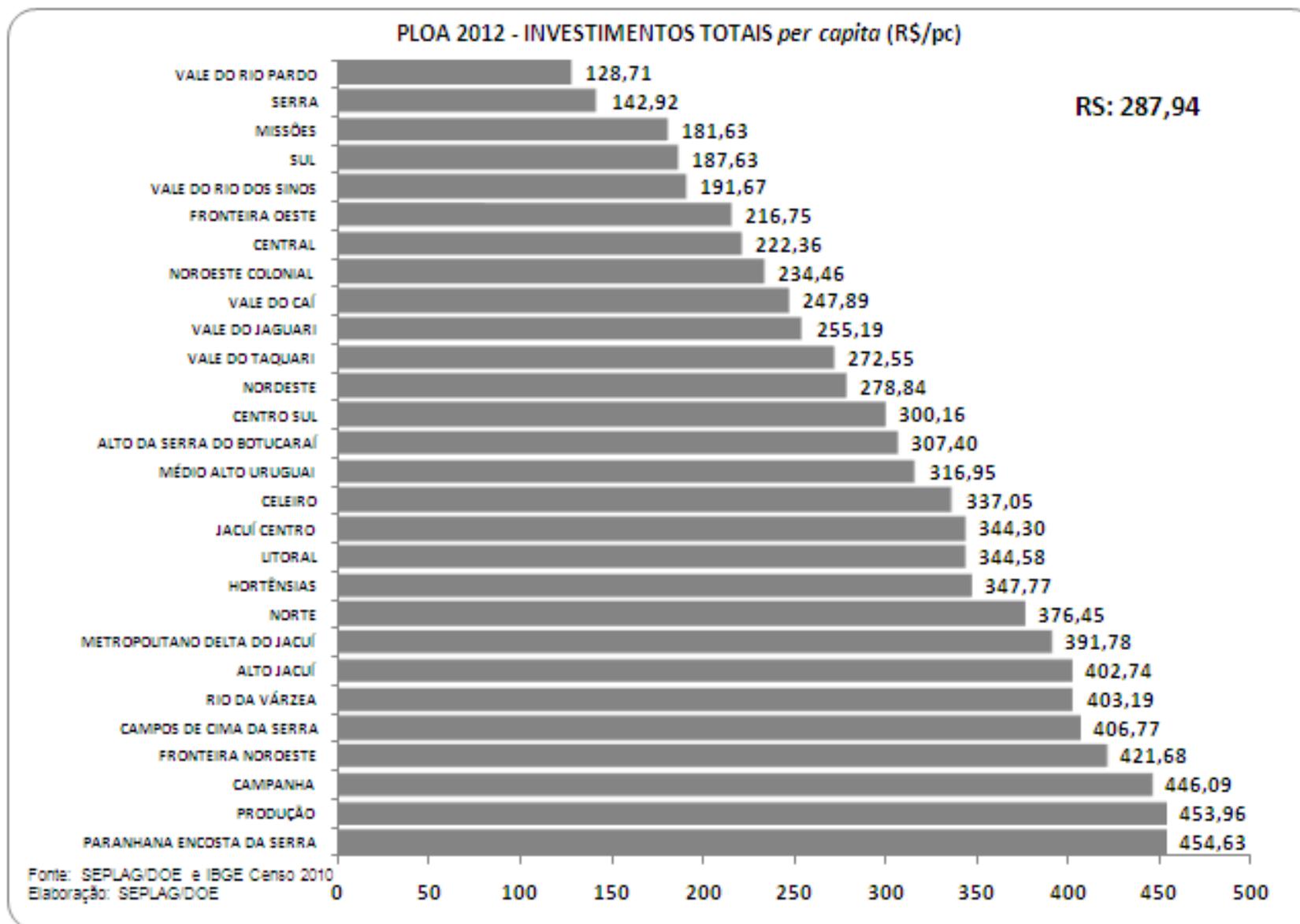
**10.5.3. Investimentos Totais**

<b>RF</b>	<b>COREDE</b>	<b>INVESTIMENTOS TOTAIS</b>	<b>INVESTIMENTOS TOTAIS PER CAPITA (R\$/PC)</b>
9	ALTO DA SERRA DO BOTUCARAÍ	31.963.512	307,40
8	ALTO JACUÍ	62.531.384	402,74
6	CAMPANHA	96.476.271	446,09
3	CAMPOS DE CIMA DA SERRA	39.870.591	406,77
7	CELEIRO	47.685.826	337,05
8	CENTRAL	87.081.616	222,36
1	CENTRO SUL	76.078.213	300,16
7	FRONTEIRA NOROESTE	85.809.111	421,68
6	FRONTEIRA OESTE	114.909.787	216,75
3	HORTÊNSIAS	44.161.667	347,77
8	JACUÍ CENTRO	49.352.079	344,30
4	LITORAL	102.023.478	344,58
9	MÉDIO ALTO URUGUAI	47.036.417	316,95
1	METROPOLITANO DELTA DO JACUÍ	948.206.588	391,78
7	MISSÕES	45.046.278	181,63
9	NORDESTE	35.376.503	278,84
7	NOROESTE COLONIAL	39.060.235	234,46
9	NORTE	83.353.077	376,45
1	PARANHANA ENCOSTA DA SERRA	93.158.262	454,63
9	PRODUÇÃO	153.460.874	453,96
9	RIO DA VÁRZEA	52.635.035	403,19
3	SERRA	123.237.205	142,92
5	SUL	158.213.176	187,63
1	VALE DO CAÍ	42.037.085	247,89
8	VALE DO JAGUARI	29.921.227	255,19
1	VALE DO RIO DOS SINOS	247.351.058	191,67
2	VALE DO RIO PARDO	53.818.775	128,71
2	VALE DO TAQUARI	89.321.358	272,55
	<b>TOTAL REGIONALIZADO</b>	<b>3.079.176.687</b>	<b>-</b>
	<b>TOTAL NÃO REGIONALIZADO</b>	<b>199.863.232</b>	<b>-</b>
	<b>TOTAL GERAL</b>	<b>3.279.039.919</b>	<b>306,63</b>

Fonte: SEPLAG/DOE e IBGE Censo 2010









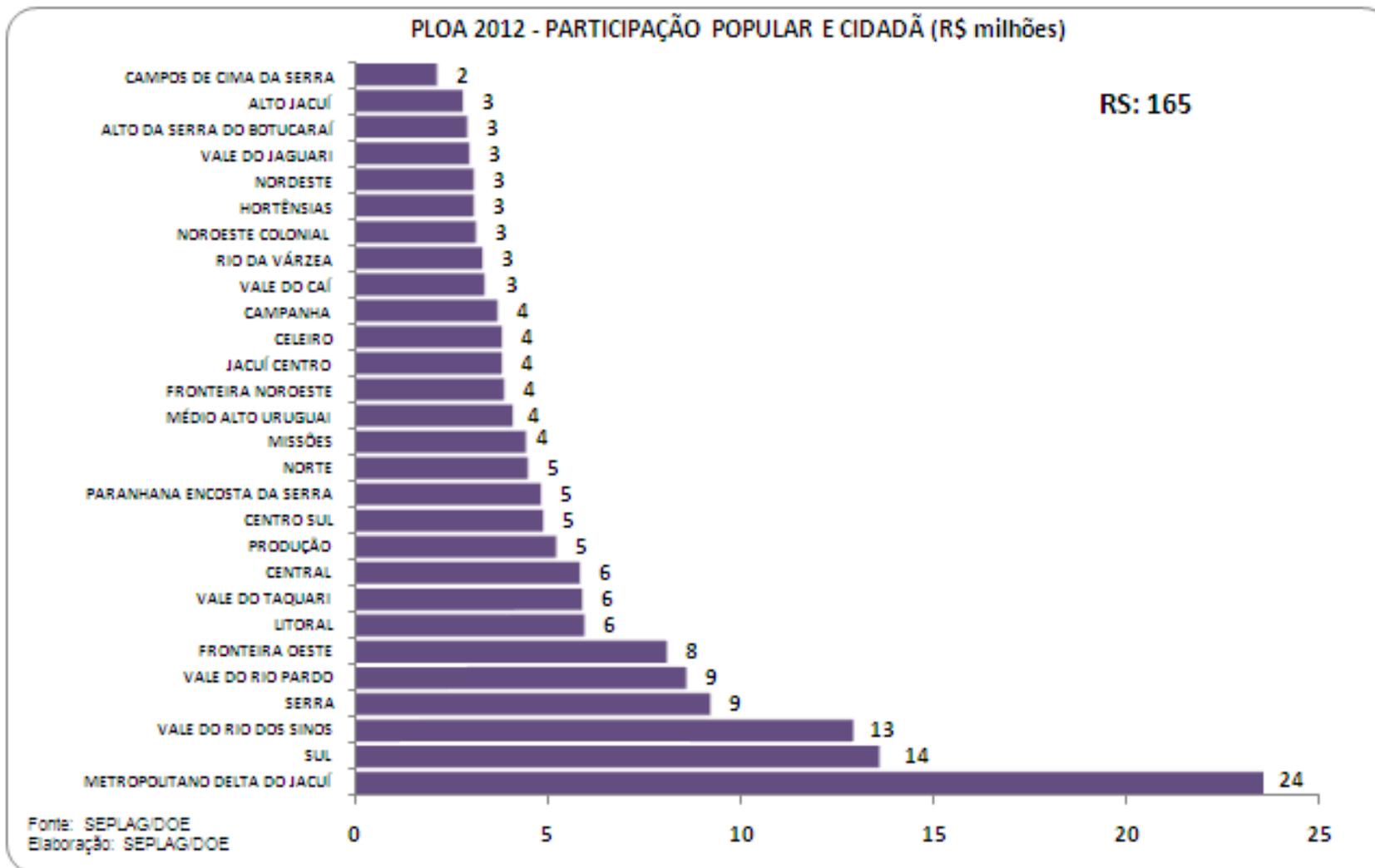
**10.6. Recursos da Votação de Prioridades da Participação Popular e Cidadã**

Os recursos da votação de prioridades, por meio da Participação Popular e Cidadã, estão apresentados por Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDEs), através de votação presencial e pela internet. Essa ferramenta de participação popular permite aos cidadãos incidir diretamente sobre a aplicação de recursos. Em 2012, serão alocados R\$ 165 milhões, sendo que o COREDE Alto da Serra do Botucaraí ficou com a maior média *per capita*, de R\$ 28,81. O COREDE Metropolitano Delta do Jacuí ficou com a menor média *per capita*, de R\$ 9,75.

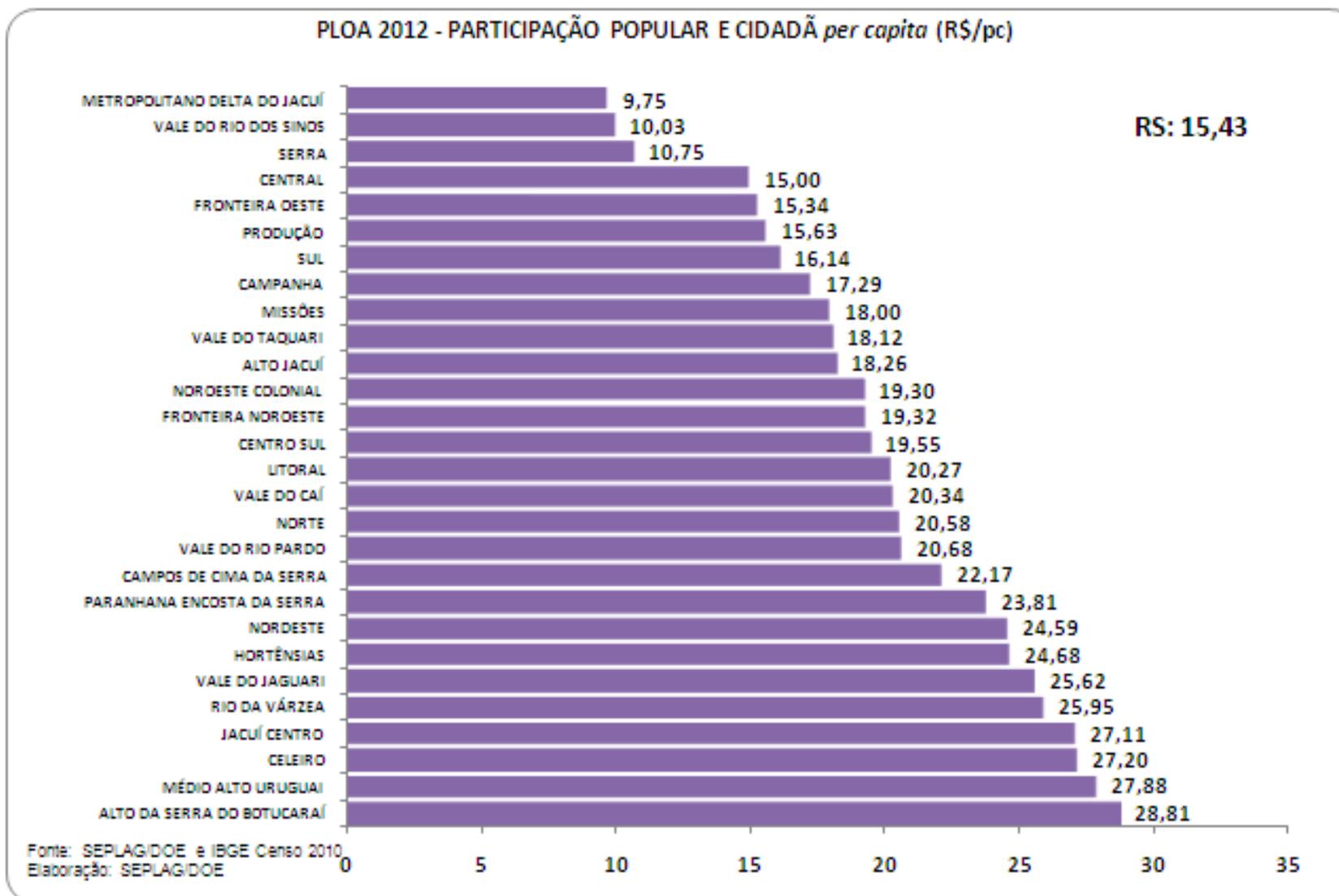
Recursos da Votação de Prioridades da Participação Popular e Cidadã (R\$)

RF	COREDE	TOTAL	TOTAL PER CAPITA (R\$/PC)
9	ALTO DA SERRA DO BOTUCARAÍ	2.996.072	28,81
8	ALTO JACUÍ	2.835.832	18,26
6	CAMPANHA	3.739.829	17,29
3	CAMPOS DE CIMA DA SERRA	2.172.843	22,17
7	CELEIRO	3.848.529	27,20
8	CENTRAL	5.876.170	15,00
1	CENTRO SUL	4.954.843	19,55
7	FRONTEIRA NOROESTE	3.930.798	19,32
6	FRONTEIRA OESTE	8.131.975	15,34
3	HORTÊNSIAS	3.133.443	24,68
8	JACUÍ CENTRO	3.885.799	27,11
4	LITORAL	6.002.961	20,27
9	MÉDIO ALTO URUGUAI	4.137.236	27,88
1	METROPOLITANO DELTA DO JACUÍ	23.590.274	9,75
7	MISSÕES	4.464.114	18,00
9	NORDESTE	3.120.173	24,59
7	NOROESTE COLONIAL	3.215.548	19,30
9	NORTE	4.556.002	20,58
1	PARANHANA ENCOSTA DA SERRA	4.878.041	23,81
9	PRODUÇÃO	5.283.641	15,63
9	RIO DA VÁRZEA	3.387.403	25,95
3	SERRA	9.270.019	10,75
5	SUL	13.610.888	16,14
1	VALE DO CAÍ	3.449.432	20,34
8	VALE DO JAGUARI	3.003.410	25,62
1	VALE DO RIO DOS SINOS	12.940.858	10,03
2	VALE DO RIO PARDO	8.646.749	20,68
2	VALE DO TAQUARI	5.937.118	18,12
	<b>TOTAL</b>	<b>165.000.000</b>	<b>15,43</b>

Fonte: SEPLAG/DOE e IBGE Censo 2010.







### 10.7. Relação entre o Valor Arrecadado (VA) e o Valor Retornado (VR)

A análise da regionalização do orçamento parte do pressuposto de que, por uma razão de equidade e justiça, a distribuição dos recursos públicos deve favorecer as regiões menos desenvolvidas, nesse caso, os COREDEs menos desenvolvidos.

Para se medir o nível de desenvolvimento econômico de cada um dos COREDEs, utiliza-se o principal indicador da atividade econômica, o PIB, que exprime o valor da produção realizada dentro da fronteira geográfica representada pelos Conselhos Regionais de Desenvolvimento. Em outras palavras, o PIB sintetiza o resultado final da atividade produtiva, expressando monetariamente a produção, sem duplicações, de todos os habitantes residentes nos limites geográficos dos COREDEs.

De forma a poder realizar a comparação adequada da riqueza entre os 28 COREDEs, lança-se mão do indicador PIB *per capita*, que informa a quantidade média em reais, de riquezas correspondentes, pela qual cada habitante de determinado Conselho é responsável. Na ausência do valor oficial para o PIB dos municípios gaúchos em 2010, utiliza-se o PIB municipal 2008 vezes o PIB do Estado de 2010 dividido pelo PIB do Estado de 2008. Basicamente, a previsão do PIB municipal de 2010 equivale ao valor do PIB municipal de 2008, atualizado pelo valor do PIB estadual de 2010. Para o cálculo do PIB *per capita* do COREDE, somou-se o PIB projetado de todos os municípios que o compõem e dividiu-se pela sua população, conforme o Censo do IBGE de 2010.

Para a análise da equidade na distribuição dos recursos públicos do orçamento, os COREDEs foram ordenados em ordem decrescente em relação ao PIB *per capita* e separados em três terços, de acordo com o PIB *per capita*: elevado, médio e baixo, conforme mostrado na tabela seguinte, que trata da relação entre o valor arrecadado e o valor retornado nos COREDEs.

Assim, espera-se que a relação entre o percentual do valor retornado (serviços e investimentos) em relação à despesa total do Estado e o percentual sobre o valor arrecadado (impostos e contribuições) em relação à receita total do Estado, para os COREDEs que fazem parte do terço superior (elevado PIB *per capita*) seja inferior a um (1). Para os COREDEs do terço médio (médio PIB *per capita*), o valor esperado para aquela relação é que seja bastante próximo de um (1), e para os COREDEs do terço inferior (baixo PIB *per capita*), aquela relação deve ser maior do que um (1).



Demonstrativo da Relação entre o Valor Arrecadado e o Valor Retornado por COREDES

TERÇO	COREDE	PIB <i>per capita</i> (R\$)	Valor Arrecadado (R\$)	VA (% sobre Valor Arrecadado Total)	Valor Retornado (R\$)	VR (% sobre Valor Retornado Total)	VR/VA
Elevado PIB per capita	SERRA	24.766	2.891.818.782	10,48	1.821.137.283	6,02	0,63
	METR. DELTA DO JACUÍ	23.207	11.337.712.101	41,08	11.080.531.655	36,60	0,98
	VALE DO RIO DOS SINOS	22.198	5.661.360.631	20,51	2.012.992.506	6,65	0,36
	ALTO JACUÍ	21.767	144.989.524	0,53	413.185.913	1,36	2,85
	PRODUÇÃO	19.739	661.835.523	2,40	1.121.567.104	3,70	1,69
	VALE DO TAQUARI	18.639	554.935.486	2,01	809.723.210	2,67	1,46
	NOROESTE COLONIAL	18.412	225.685.571	0,82	429.699.397	1,42	1,90
	NORTE	18.128	357.779.728	1,30	656.715.482	2,17	1,84
	VALE DO RIO PARDO	17.704	547.332.495	1,98	884.970.976	2,92	1,62
Médio PIB per capita	FRONTEIRA NOROESTE	17.559	191.058.972	0,69	496.230.570	1,64	2,60
	VALE DO CAÍ	17.304	228.879.749	0,83	417.398.385	1,38	1,82
	NORDESTE	16.556	147.144.009	0,53	328.580.291	1,09	2,23
	CAMPOS DE CIMA DA SERRA	16.556	153.241.671	0,56	303.933.946	1,00	1,98
	MISSÕES	15.730	261.073.362	0,95	670.546.347	2,21	2,57
	RIO DA VÁRZEA	14.976	110.797.388	0,40	332.593.882	1,10	3,00
	FRONTEIRA OESTE	14.232	604.042.259	2,19	1.340.054.093	4,43	2,22
	SUL	14.029	1.030.559.892	3,73	1.683.122.814	5,56	1,63
	CENTRAL	13.650	449.254.303	1,63	1.216.869.407	4,02	2,71
	CENTRO SUL	13.637	393.421.464	1,43	523.627.701	1,73	1,33
Baixo PIB per capita	CELEIRO	12.957	109.544.533	0,40	350.589.646	1,16	3,20
	HORTÊNSIAS	12.908	163.389.188	0,59	259.858.873	0,86	1,59
	CAMPANHA	12.411	207.734.560	0,75	586.481.920	1,94	2,82
	PARANHANA ENC. DA SERRA	12.187	325.034.140	1,18	284.949.306	0,94	0,88
	ALTO DA S. DO BOTUCARAÍ	12.069	59.322.110	0,21	253.284.985	0,84	4,27
	JACUÍ CENTRO	11.954	127.115.131	0,46	383.710.744	1,27	3,02
	MÉDIO ALTO URUGUAI	11.799	155.191.276	0,56	397.427.585	1,31	2,56
	VALE DO JAGUARI	11.202	84.538.982	0,31	351.986.896	1,16	4,16
	LITORAL	10.732	411.800.171	1,49	862.304.893	2,85	2,09
	<b>TOTAL</b>			<b>27.596.592.999</b>	<b>100</b>	<b>30.274.075.809</b>	<b>100</b>

Fonte: SEPLAG/DOE

#### **10.7.1. Análise do Terço Superior**

Dos nove COREDEs que compõem o terço superior, com elevado PIB *per capita*, três deles (Serra, Metropolitan Delta do Jacuí, Vale do Rio dos Sinos) apresentam a situação esperada, tendo em vista o seu elevado PIB *per capita*, fazendo com que a relação entre os percentuais da despesa (retornado pelo Estado) e a receita (arrecadado pelo Estado) seja inferior a 1. Por outro lado, os COREDEs Alto Jacuí, Produção, Vale do Taquari, Noroeste Colonial, Norte e Vale do Rio Pardo apresentam a relação VR/VA maior do que 1, o que, do ponto de vista da equidade da distribuição dos recursos públicos do orçamento não deveria ocorrer.

#### **10.7.2. Análise do Terço Médio**

No terço médio, o COREDE Centro Sul exhibe relação VR/VA bastante próxima de 1, encontrando-se na situação esperada para os COREDEs desse intervalo. Por outro lado, os COREDEs Fronteira Noroeste, Vale do Caí, Nordeste, Campos de Cima da Serra, Missões, Rio da Várzea, Fronteira Oeste, Sul e Central apresentam a relação VR/VA, significativamente, maior do que 1.

#### **10.7.3. Análise do Terço Inferior**

Finalmente, dos COREDEs do terço inferior, que apresentam o PIB *per capita* mais baixo e deveriam apresentar a relação VR/VA maior do que 1, apenas o COREDE Paranhana Encosta da Serra não se encontra nessa situação.

#### **10.7.4. Conclusão**

De acordo com as análises feitas na tabela acima, a relação entre o valor arrecadado e o valor retornado, doze dos vinte e oito COREDEs encontram-se na situação esperada, levando-se em consideração os pressupostos estabelecidos quanto aos valores arrecadados e retornados, ficando estabelecidas para as condições de equidade na distribuição dos recursos públicos provenientes do orçamento público estadual. Contudo, a justiça na distribuição dos recursos públicos ainda não está completamente alcançada, devendo ser melhorada, tornando-se o principal critério na valorização das ações públicas na programação dos métodos de distribuição dos recursos oriundos dos orçamentos públicos.



**TARSO FERNANDO HERZ GENRO**

GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

**JOÃO CONSTANTINO PAVANI MOTTA**

SECRETÁRIO DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, GESTÃO E PARTICIPAÇÃO  
CIDADÃ

**ROBERTO BAPTISTA VIEIRA**

DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO DA  
SEPLAG

**EQUIPE DA ASSESSORIA TÉCNICA DA SEPLAG**

ANA MARIA DE AVELINE BERTÊ  
CLAYTON BRITO BORGES

**EQUIPE DO DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E  
ORÇAMENTO DA SEPLAG**

ADI COLLAZIOL  
ADONI-ZEDEQUE R. DE ALENCAR  
AIDA DRESSENO DA SILVEIRA  
ALESSANDRO CASTILHOS MARTINS  
ANA ALAÍDES VARGAS LEONARDI  
ANDRÉ CARLOS DENARDIN  
ANDREI FELIPE DA SILVA NUNES  
CAROLINA GYENES  
CLAUDIA CONZATTI DAL POZZO  
FABIANO SCHARDOSIM SCHWANCK  
HERBERT KLARMANN  
HILTON BOKLIS  
JOAO PEDRO SCHLABITZ CANABARRO CUNHA  
JOSÉ NILSON DA CUNHA MAIA  
LEILA VERENA RIVAS DOS SANTOS  
PAULA RAYMUNDO PRUX  
PAULO CESAR SANTOS CHIECHELSKI  
ROBERTA HANSEL DE MORAES  
ROBERTO BAPTISTA VIEIRA  
ROBERTO DIAS TORRES  
ROBERTO FAUTH DE ARAÚJO  
ROBSON DIEGO FERREIRA  
ROSE MARI MINHO DOS SANTOS  
RUBEM LOPES LIMA  
VINICIUS BRUSCH DE FRAGA